

UNIVERSIDADE FEDERAL DE UBERLÂNDIA
INSTITUTO DE GEOGRAFIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA
ÁREA DE CONCENTRAÇÃO: GEOGRAFIA E GESTÃO DO TERRITÓRIO

**LUTA, TERRITORIALIZAÇÃO E RESISTÊNCIA CAMPONESA NO
LESTE RONDONIENSE (1970-2010)**



MURILO MENDONÇA OLIVEIRA DE SOUZA

UBERLÂNDIA/MG

2011

MURILO MENDONÇA OLIVEIRA DE SOUZA

**LUTA, TERRITORIALIZAÇÃO E RESISTÊNCIA CAMPONESA NO
LESTE RONDONIENSE (1970-2010)**

Tese de Doutorado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Federal de Uberlândia, como requisito parcial à obtenção do título de Doutor em Geografia.

Área de Concentração: Geografia e Gestão do Território

Orientadora: Profa. Dra. Vera Lúcia Salazar Pessoa

**Uberlândia/MG
INSTITUTO DE GEOGRAFIA
2011**

Capa: a capa deste trabalho é resultado de um desenho original do artista do povo **Mineirão**, representante histórico da luta camponesa pela terra na região no Triângulo Mineiro.

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

Sistema de Bibliotecas da UFU, MG, Brasil.

S729L Souza, Murilo Mendonça Oliveira de, 1975-
2011 Luta, territorialização e resistência camponesa no leste rondoniense
(1970-2010) / Murilo Mendonça Oliveira de Souza. - 2011.
350 f.: il.

Orientadora: Vera Lúcia Salazar Pessôa.

Tese (doutorado) - Universidade Federal de Uberlândia, Programa de
Pós-Graduação em Geografia.

Inclui bibliografia.

1. Geografia – Teses. 2. Geografia rural – Rondônia - Teses. 3. Reforma
agrária - Rondônia - Teses. 4. Assentamentos rurais - Rondônia - Teses. I.
Pessôa, Vera Lúcia Salazar. II. Universidade Federal de Uberlândia.
Programa de Pós-Graduação em Geografia. III. Título.

CDU: 910.1

UNIVERSIDADE FEDERAL DE UBERLÂNDIA

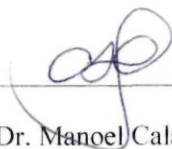
Programa de Pós-Graduação em Geografia

MURILO MENDONÇA OLIVEIRA DE SOUZA

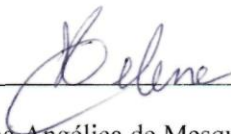
**LUTA, TERRITORIALIZAÇÃO E RESISTÊNCIA CAMPONESA NO LESTE
RONDONIENSE (1970-2010)**



Profª. Dra. Vera Lúcia Salazar Pessoa (Orientadora) - UFU



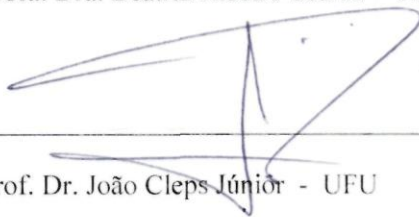
Prof. Dr. Manoel Calaça - UFG



Profª. Dra. Helena Angélica de Mesquita – UFG/CAC



Profª. Dra. Beatriz Ribeiro Soares - UFU



Prof. Dr. João Cleps Júnior - UFU

Data: 14 / 09 de 2011

Resultado:

aprovado com distinção

À Maria Rita e Dagmar dedico este trabalho.

AGRADECIMENTOS

O caminho percorrido para a elaboração de qualquer trabalho acadêmico raramente ocorre isoladamente. É uma caminhada coletiva. Assim foi, sem dúvida, a construção da presente tese de doutoramento. Portanto, o produto aqui apresentado é resultado de uma construção coletiva. Foram tantos os que nos ajudaram de uma ou outra maneira que se torna uma tarefa ingrata recordar de todos os que contribuíram para a elaboração deste trabalho.

Agradeço, em primeiro lugar, à minha família: Dagmar, Rebeca, Jaqueline, Aurélio, Maria Rita, Zé do Galo, José Lúcio, Cristiane, Rafaela, Zé Totonho, Mauro César, Sônia, Diego, Jordana e Mariana. Estes me socorreram, tanto estruturalmente como emocionalmente, nos vários momentos que encerraram os mais de quatro anos de doutoramento. Torceram por mim, enxugaram minhas lágrimas, me deram carinho e amor durante este longo caminho.

Agradeço com muito carinho aos ensinamentos, a confiança e a atenção dispensados, em todos os momentos, por minha orientadora Vera Lúcia Salazar Pessoa. Ela me fez geógrafo.

À FAPEMIG (Fundação de Amparo à Pesquisa de Minas Gerais) que apoiou financeiramente a realização deste trabalho.

Meus agradecimentos atingem também os amigos que representaram da mesma forma um apoio familiar na cidade de Uberlândia em Minas Gerais. Muller, Tatiana, Igino, Frei Rodrigo, Zé de Oliveira, Eliana, Carmem, Eduardo, Paula, Tarcísio, Jorgetânea, Aguinaldo, Miguel, Marlena, Padre Baltazar. Com estes compartilhei momentos de discussões profundas e leves reflexões, o que contribuiu muito em minha formação política e humanista.

Aos amigos Robson, Ana e Leocídio, da Faculdade de Medicina Veterinária da UFU, que, próximos ou distantes, estiveram sempre por *perto*.

Aos membros do LAGEA/NEAT/UFU (Laboratório de Geografia Agrária/Núcleo de Estudos Agrários e Territoriais/Universidade Federal de Uberlândia) sou grato pela disponibilidade constante. Estiveram sempre dispostos a colaborar com a disponibilização informações e referências para a elaboração deste trabalho. Em nome de Lucimeire agradeço a todos.

Aos professores do Curso de Licenciatura em Geografia da Faculdade Católica de Uberlândia, Suely Regina Del Grossi, Suely Gomes, Mauro das Graças, Camacho, Denise, Letícia, Claudete, Bruno, mestres sempre dedicados à construção de uma geografia crítica. Em nome

de Luiz Augusto, agradeço também aos colegas que compartilharam o período de formação em geografia.

À direção, professores e técnicos administrativos da Universidade Estadual de Goiás/Unidade Universitária Cidade de Goiás (UEG/UnU Goiás) que, cada um a sua maneira, procuraram facilitar meu caminho final na construção desta tese. Em nome de Flávio, Francilane e Ivani agradeço a todos que colaboraram, direta ou indiretamente, com a finalização desta tese.

Aos alunos do Curso de Geografia da UEG/Goiás por sua compreensão nas trocas de aula durante este último ano de finalização do trabalho de doutoramento. Espero ter contribuído, de alguma forma, em sua formação.

Ao Instituto de Geografia da Universidade Federal de Uberlândia (IG/UFU) que sempre esteve aberto a colaborar na solução das necessidades burocráticas para desenvolver a tese.

Aos professores e técnicos do Programa de Pós Graduação em Geografia da Universidade Federal de Uberlândia, William, Vânia Vlach, Beatriz Ribeiro, Marlene, João Cleps, Júlio, Mirlei, Dilza, Cinara, Luiz Augusto e Paulo Roberto. Em especial agradeço a professora Rita de Cássia que, além de consolidar os meus caminhos na geografia, foi uma amiga sempre presente e disponível.

Ao Professor David, Lilia e Beth, que perto ou longe estão presentes no meu pensamento e me servem de exemplo.

À CPT/Regional Rondônia, em nome de Irmã Zezé, Padre Zezinho, Padre Afonso, Gino e Marcos Lenk agradeço pela constante disponibilidade em contribuir com minha compreensão sobre a questão da terra no estado rondoniense.

Ao CIMI/Rondônia (Conselho Indigenista Missionário/Rondônia), por compartilhar informações, preocupações e reflexões sobre o futuro indígena no estado rondoniense e no Brasil de forma geral.

Em nome de Claudinei e Matilde agradeço à Coordenação Estadual do MST/Rondônia que abriu seu arquivo e suas informações para a construção deste trabalho, facilitando ao mesmo tempo o acesso às áreas de pesquisa e o contato com as famílias camponesas.

Ao seu Dé e dona Maria, Dona Rita e Geraldo, Márcio e Eliana, Guerreiro e Vanusa, Tirana, Leôncio e Isabel, que, sem me conhecer, forneceram pouso e dividiram alimento com um forasteiro.

Aos professores Washington e Queiroz, que estiveram a todo tempo abertos a colaborar em nossa busca por informações sobre o processo de formação do território rondoniense, especialmente sobre questões seringueiras.

Ao professor Silvio Simione da Universidade Federal do Acre (UFAC) e ao professor Nilson Santos da Universidade Federal de Rondônia (UNIR) que disponibilizaram seu tempo para um debate sobre questões do sudoeste amazônico. Suas contribuições foram importantes para compreendermos a história de formação da região.

Aos professores João Cleps, Beatriz Ribeiro e Helena Angélica pela contribuição no exame de qualificação que muito contribui para a consolidação das idéias aqui esboçadas.

Ao amigo Marcelo Chelotti por compartilhar as inquietações resultantes da tese e da vida, esteve sempre disposto a ouvir e apoiar a construção deste trabalho.

Aos amigos Raphael Medina, Joyce e Wanderléia, companheiros nos bons momentos e nas dificuldades do caminho percorrido na elaboração desta tese.

Aos amigos Thiago e Auristela, debatedores do *espírito bandeirante* e profundos conhecedores das históricas culinárias da Cidade de Goiás.

À amiga Cláudia pela elaboração, com muita paciência, dos mapas que ajudam na composição deste trabalho.

Ao amigo Mineirão, artista camponês que com carinho transpôs para a capa desta tese as lutas e vitórias camponesas.

Aos camponeses e camponesas do estado de Rondônia, que me receberam sempre com doação e ensinamentos. Um agradecimento especial *em memória* ao camponês/soldado da borracha Anésio que por falta de terra se alistou para ser um homem sem terra na *terra sem homens* das matas rondonienses.

Com todos estes divido os resultados aqui apresentados!

*A Liberdade da Terra não é assunto de lavradores.
A Liberdade da Terra é assunto de todos quantos
se alimentam dos frutos da Terra.
Do que vive, sobrevive, de salário.
Do que não tem casa. Do que só tem o viaduto.
Dos que disputam com os ratos
os restos das grandes cidades.
Do que é impedido de ir à escola.
Das meninas e meninos de rua.
Das prostitutas. Dos ameaçados pelo Cólera.
Dos que amargam o desemprego.
Dos que recusam a morte do sonho.*

*A Liberdade da Terra e a paz no campo têm nome:
Reforma Agrária.
Hoje viemos cantar no coração da cidade.
Para que ela ouça nossas canções e cante.
E reacenda nesta noite a estrela de cada um.
E ensine aos organizadores da morte
e ensine aos assalariados da morte
que um povo não se mata
como não se mata o mar
sonho não se mata
como não se mata o mar
a alegria não se mata
como não se mata o mar
a esperança não se mata
como não se mata o mar
e sua dança.*

*(A Fala da Terra – **Pedro Tierra**)*

RESUMO

O processo de formação territorial brasileiro pode ser contado, em larga proporção, pelo domínio exercido por uma reduzida elite que se manteve no poder. Este domínio teve suas raízes e sua base no controle latifundiário sobre as terras do país. No mesmo contexto foi formado o campesinato brasileiro, tendo como característica principal sua exclusão da terra. E por isso, esteve constantemente em luta para ter acesso à terra de trabalho. Viveu, portanto, em um movimento histórico de territorialização, desterritorialização e reterritorialização. Com isto, o camponês brasileiro foi empurrado para áreas de fronteira agrícola, onde a custa de sua luta de resistência teve acesso à terra. A partir da década de 1970 o estado rondoniense tornou-se espaço privilegiado de avanço da fronteira agrícola, o que levou a um processo migratório de milhares de camponeses desterritorializados em outras regiões do país. Esse processo resultou em uma violenta forma de ocupação das terras do estado, constituindo uma massa de trabalhadores sem-terra que ainda luta para consolidar seu modo de vida camponês. Nesse contexto, o objetivo geral deste trabalho foi compreender o processo de colonização agrícola, a luta pela terra e a territorialização camponesa nos Projetos de Assentamento Rural da Mesorregião Geográfica do Leste Rondoniense, no estado de Rondônia, entre 1970 e 2010. De forma específica, os objetivos propostos foram os seguintes: analisar a amplitude da questão camponesa no território brasileiro, tendo como foco seu processo de constituição desenraizada em uma busca constante pela terra, assim como, as consequências de tal processo para sua territorialização no estado rondoniense; entender o processo de formação do espaço agrário rondoniense a partir do contexto da fronteira e da colonização agrícola levada a cabo durante o período militar, entre 1970 e 1985; identificar e caracterizar as formas de luta pela terra no estado de Rondônia e na Mesorregião Geográfica do Leste Rondoniense, no período pós-1985, destacando o processo de formação e territorialização do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra (MST); estudar e analisar o processo de territorialização camponesa nos assentamentos rurais implementados na Mesorregião Geográfica do Leste Rondoniense no pós-1985, tendo como base as áreas conquistadas pelo MST. Para atender a estes objetivos estabelecemos um procedimento metodológico que teve como princípio gerador a pesquisa participante. Realizamos entrevistas semi-estruturadas, entrevistas com informantes-chave e entrevistas de história oral. Para além das entrevistas realizamos o levantamento de grande quantidade de informações secundárias que também foram importantes para o desenvolvimento do trabalho. Como resultado, entendemos a constituição histórica do campesinato no território rondoniense e os reflexos de tal processo na organização agrária atual no estado. Desde meados da década de 1980 vem sendo constituídos territórios de resistência camponesa no estado de Rondônia. Estes territórios são resultado de um processo organizativo na luta pela terra que teve no MST seu direcionador e nos milhares de camponeses sem-terra a força de classe necessária para sua formação. Esperamos que o presente trabalho possa contribuir com a análise da luta pela terra e da territorialização camponesa no estado rondoniense, assim como, apoiar as famílias camponesas em sua luta constante para manter seu modo de vida.

Palavras-chave: Campesinato. Luta pela terra. Assentamento rural. MST. Rondônia.

ABSTRACT

The process of Brazilian territorial formation can be told, in a large proportion, by the dominium of small elite that was kept in power. This dominium has had its roots and bases in the landowner control on the country land. In the same context, was formed the Brazilian peasant, having as main characteristic its land exclusion. And for this, they had been constantly in struggle to have access to the work land. They have lived, however, in a historical movement of territory construction, deconstruction and reconstruction. Thus, the Brazilian peasant was pushed to agricultural frontier areas, where, because of their resistance struggle had access to land. From the 1970's on, the Rondonia State became privileged space of the agricultural frontier advance, which led to a migratory process of thousands of excluded peasants in other regions of the country. This process resulted in a violent way of the state land occupation, constituting a mass of landless who still struggle to consolidate their peasant way of life. In this context, this paper aimed to understand the agricultural colonization process, the struggle for land and the peasant territory construction in the Rural Settlement Projects of the East Geographical Region of Rondônia State, between 1970 and 2010. Specifically, the proposed aims were the following: analyze the amplitude of the peasant matter in Brazilian territory, having as focus, its rootless process of constitution in a constant search for land, as well as the consequences of this process for its territory construction in Rondonia State; understand the process of Rondonia State formation of agrarian landscape from the context of the frontier and the agricultural colonization taken place during the military period, between 1970 and 1985; identify and characterize the ways of struggling for land in Rondonia State and in the East Geographical Region of Rondonia State, in the period post 1985, emphasizing the process of formation and territory construction of the Landless Rural workers' Movement. In order to attend to these aims, we established a methodological procedure which had as generator principle the participatory research. We have made semi-structured interviews, interviews with key-informants and interviews of oral history. For beyond the interviews, we have made the survey of large quantity of secondary information that had also been important for the development of the work. As a result, we were able to understand the historical constitution of the peasant producers in the Rondonia and the reflections of this process in the current agricultural organization in the state. Since the middle of the 1980's, territories of peasant resistance have been set up in the state of Rondonia. These territories are the result of an organizing process in the struggle for land that had in the Landless Rural workers' Movement its director, and in the thousands of landless peasants the strength class required for its formation. We hope that this work can contribute with the analysis of the struggle for land and the peasant territory construction in this state, as well as support the rural families in their constant struggle to maintain their way of life.

Key-words: Peasantry. Struggle for Land. Rural Settlement. Landless Rural workers' Movement. Rondonia State.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

| | |
|--|-----|
| Mapa 1 – Localização da Mesorregião do Leste Rondoniense – 2010..... | 45 |
| Mapa 2 – Processo de antropização na Mesorregião do Leste Rondoniense - 2010..... | 47 |
| Quadro 1 – Roteiro/atividades do trabalho de campo, Rondônia, 2008-2009..... | 64 |
| Mapa 3 – Localização dos projetos de assentamento e acampamentos estudados – 2010..... | 69 |
| Quadro 2 - Número e especificação das entrevistas realizadas durante trabalho de campo em áreas de acampamentos e assentamentos, Rondônia - 2009..... | 72 |
| Croqui 1 - Mudanças territoriais ocorridas no PIC Ouro Preto entre 1972 e 1984..... | 147 |
| Mapa 4 – Projetos de colonização implementados em Rondônia, 1970-1985..... | 154 |
| Quadro 3 – Acampamentos/focos de conflitos agrários no estado de Rondônia, 2009..... | 207 |
| Mapa 5 – Distribuição espacial dos conflitos agrários no estado de Rondônia, 2009..... | 209 |
| Fotos 1 e 2 - Acampamento Sílvia Rodrigues, Alvorada do Oeste/Rondônia, 2009..... | 212 |
| Fotos 3 e 4 – Áreas de antigos acampamentos Che, Alto Alegre dos Parecis/RO, 1998/2000..... | 217 |
| Foto 5 - Sistema coletivo de irrigação para plantio de hortaliças, Acampamento Che, Alto Alegre dos Parecis/RO, 2009..... | 220 |
| Foto 6 – Rapadura e açúcar mascavo produzidos coletivamente, Acampamento Che, Alto Alegre dos Parecis/RO, 2009..... | 220 |

| | |
|---|-----|
| Mapa 6 – Projetos de colonização e assentamentos rurais implantados em Rondônia, 1970-2009..... | 230 |
| Gráfico 1 – Estado de origem dos entrevistados, Rondônia, 2009..... | 234 |
| Gráfico 2 – Estado do qual o entrevistado partiu para Rondônia, 2009..... | 235 |
| Gráfico 3 – Tipo de atividade dos entrevistados no local de origem, local intermediário de migração e Rondônia..... | 237 |
| Gráfico 4 – Ano de chegada dos entrevistados em Rondônia, 1973-2001..... | 239 |
| Foto 7 – Ocupação da Fazenda Seringal, Espigão do Oeste/RO, 1989..... | 244 |
| Foto 8 – Acampamento na Fazenda Seringal, Espigão do Oeste/RO, 1989..... | 244 |
| Fotos 9 e 10 - Camponeses organizando a primeira roça coletiva no acampamento da Fazenda Seringal, Espigão do Oeste/RO, 1989..... | 247 |
| Mapa 7 – Parcelamento do projeto de assentamento 25 de julho – 2010..... | 251 |
| Foto 11 - Produtora de leite, PA 25 de Julho, Espigão do Oeste/RO, 2009..... | 256 |
| Foto 12 – Plantação de café, PA 25 de Julho, Espigão do Oeste/RO, 2009..... | 256 |
| Foto 13 – Guarita construída pelo fazendeiro para defesa da propriedade, Fazenda Urupá, Mirante da Serra/RO, 2009..... | 263 |
| Foto 14 – Veículo escolar do poder público municipal transportando armas para os jagunços, Fazenda Urupá, Mirante da Serra/RO, 1998..... | 263 |
| Foto 15 - Marcha dos acampados da Fazenda Urupá até Mirante da Serra/RO, 1999..... | 264 |

| | |
|---|-----|
| Foto 16 – Acampados em manifestação na frente da Prefeitura de Mirante da Serra/RO, 1999..... | 264 |
| Foto 17 - Área do acampamento na Fazenda Urupá, destaque para a roça ao lado direito da imagem, 1999..... | 265 |
| Mapa 8 – Parcelamento do projeto de assentamento Padre Ezequiel – 2010..... | 269 |
| Foto 18 - Plantação de hortaliças no Sistema Mandala, PA Padre Ezequiel, 2009..... | 271 |
| Foto 19 – Estufa para plantio de mudas para horta, PA Padre Ezequiel, 2009..... | 271 |
| Foto 20 – Produção de leite, PA Padre Ezequiel, 2009..... | 272 |
| Foto 21 – Lavoura de cacau, PA Padre Ezequiel, 2009..... | 272 |
| Fotos 22 e 23 - Plano de manejo florestal no Projeto de Assentamento Padre Ezequiel, 2009..... | 274 |
| Mapa 9 – Parcelamento do projeto de assentamento 14 de agosto II..... | 280 |
| Foto 24 – Horta no Sistema Mandala, PA 14 de Agosto II, Ariquemes/RO, 2009..... | 286 |
| Foto 25 – Estufa para produção de mudas de hortaliças, com horta no Sistema Madala ao fundo, PA 14 de Agosto II, Ariquemes/RO, 2009..... | 286 |
| Foto 26 – Assentados em momento de trabalho coletivo na horta, PA 14 de Agosto II, Ariquemes/RO, 2009..... | 287 |
| Foto 27 – Assentados preparando coletivamente alimentos a serem comercializados no dia posterior na feira de Jarú/RO, 2009..... | 287 |
| Foto 28 – Três cercas de um latifúndio - Fazenda Rio Ricardo Franco - Acampamento Sílvia Rodrigues - Alvorada do Oeste/Rondônia, 2009..... | 297 |

| | |
|--|-----|
| Foto 29 – Placa da Fazenda Rio Ricardo Franco - Acampamento Sílvia Rodrigues – Alvorada do Oeste/Rondônia, 2009..... | 299 |
| Foto 30 – Guarita de defesa latifundiária, localizada na Fazenda Urupá - PA Padre Ezequiel – Mirante da Serra/Rondônia, 2009..... | 299 |
| Foto 31 – Área de fazenda ocupada por gado de corte – Ariquemes/Rondônia, 2009..... | 300 |
| Foto 32 – Área de extração madeireira – Cujubim/Rondônia, 2008..... | 300 |
| Foto 33 – Ocupação da Fazenda Seringal – Espigão do Oeste/Rondônia, 1989..... | 302 |
| Foto 34 – Militantes do MST procurando área para negociação com o INCRA, 1999..... | 304 |
| Fotos 35, 36 e 37 - Ocupação inicial da Fazenda Urupá (atual Projeto de Assentamento Padre Ezequiel) – Mirante da Serra/Rondônia, 1997..... | 303 |
| Foto 38 – Acampamento Fazenda Seringal (atual Projeto de Assentamento 25 de Julho) - Espigão do Oeste/Rondônia, 1989..... | 304 |
| Foto 39 – Acampamento na Fazenda Urupá (atual Projeto de Assentamento Padre Ezequiel) – Mirante da Serra/Rondônia, 1999..... | 304 |
| Foto 40 – Placa indicativa do primeiro acampamento na Fazenda Urupá (atual PA Padre Ezequiel) – Mirante das Serra/Rondônia, 1997..... | 304 |
| Fotos 41, 42 e 43 – Acampamento Che – Alto Alegre dos Parecis/Rondônia, 1998..... | 305 |
| Foto 44 – Acampamento Sílvia Rodrigues – Alvorada do Oeste/Rondônia, 2009..... | 306 |
| Foto 45 – Acampamento Sílvia Rodrigues – Alvorada do Oeste/Rondônia, 2009..... | 306 |
| Foto 46 – Preparação de área para produção coletiva – Acampamento Fazenda Seringal – Espigão do Oeste/Rondônia, 1989..... | 308 |

| | |
|---|-----|
| Foto 47 – Preparação de área para produção coletiva – Acampamento Fazenda Seringal – Espigão do Oeste/Rondônia, 1989..... | 308 |
| Foto 48 – Plantação de Arroz no Acampamento da Fazenda Urupá (atual PA Padre Ezequiel) – Mirante da Serra/Rondônia, 1998..... | 309 |
| Foto 49 – Criação de Porcos no Acampamento Sílvia Rodrigues – Alvorada do Oeste/Rondônia, 2009..... | 309 |
| Foto 50 – Plantação de Hortaliças no Acampamento Che – Alto Alegre dos Parecis/Rondônia, 2009..... | 309 |
| Fotos 51 e 52 – Lavoura de feijão – Acampamento Che – Alto Alegre dos Parecis/Rondônia, 1999..... | 310 |
| Foto 53 – Produção de Mandioca – Acampamento Che – Alto Alegre dos Parecis/Rondônia, 1999..... | 310 |
| Fotos 54 a 59 – Crianças do Acampamento da Fazenda Urupá (atual PA Padre Ezequiel) – Mirante da Serra/Rondônia, 1998 a 2000..... | 312 |
| Fotos 60 a 64 – Crianças do Acampamento Sílvia Rodrigues – Alvorada do Oeste/Rondônia, 2009..... | 313 |
| Foto 65 – Criança no Acampamento Che – Alto Alegre dos Parecis/Rondônia, 2009..... | 314 |
| Foto 66 – Criança no Acampamento Che – Alto Alegre dos Parecis/Rondônia, 2009..... | 314 |
| Fotos 67 a 71 – Militância e símbolos da luta pela terra, Alvorada do Oeste, Alto Alegre dos Parecis, Mirante da Serra e Ariquemes/Rondônia, 2009..... | 316 |
| Foto 72 – Romaria pela desapropriação da Fazenda Urupá, Mirante da Serra/Rondônia, 2000..... | 317 |

| | |
|---|-----|
| Foto 73 - Manifestação do MST na pela terra, 1999..... | 317 |
| Fotos 74, 75 e 76 – Manifestações na luta pela desapropriação da Fazenda Urupá, Mirante da Serra/Rondônia, 1998..... | 318 |
| Foto 77 – Polícia Militar negociando Ordem de Despejo, Alto Alegre dos Parecis/Rondônia, 2000..... | 319 |
| Foto 78 – Polícia Militar negociando Ordem de Despejo, Alto Alegre dos Parecis/Rondônia, 2000..... | 319 |
| Foto 79 – Conquista da Fazenda Urupá, Mirante da Serra/Rondônia, 2001..... | 321 |
| Foto 80 – Conquista da Fazenda Urupá, Mirante da Serra/Rondônia, 2001..... | 321 |
| Foto 81 – Antiga sede da Fazenda Urupá – Mirante da Serra/Rondônia, 2009..... | 322 |
| Fotos 82 e 83 – Chegada na terra, PA Padre Ezequiel, Mirante da Serra/Rondônia, 2001.... | 322 |
| Fotos 84 a 89 – Camponeses assentados no PA 25 de Julho – Espigão do Oeste/Rondônia, 2009..... | 323 |
| Fotos 90 a 97 – Camponeses assentados no PA Padre Ezequiel – Mirante da Serra/Rondônia, 2009..... | 324 |
| Fotos 98 e 99 – Camponesa assentada tecendo uma rede - PA Padre Ezequiel – Mirante da Serra/Rondônia, 2009..... | 325 |
| Fotos 100, 101 e 102 – Camponeses e camponesas assentados no PA 14 de Agosto II – Ariquemes/Rondônia, 2009..... | 326 |
| Fotos 103 a 108 – Produção agropecuária no PA 25 de Julho – Espigão do Oeste/Rondônia, 2009..... | 328 |

| | |
|---|-----|
| Fotos 109 a 114 – Produção agropecuária no PA Padre Ezequiel – Mirante da Serra/Rondônia, 2009..... | 329 |
| Foto 115 – Plantação de café no PA Padre Ezequiel – Mirante da Serra/Rondônia, 2009.... | 330 |
| Foto 116 – Plantação de hortaliças no sistema mandala no PA 14 de Agosto II – Ariquemes/Rondônia, 2009..... | 330 |
| Foto 117 – Plantação de Arroz no Acampamento da Fazenda Urupá (atual PA Padre Ezequiel) – Mirante da Serra/Rondônia, 1998..... | 332 |
| Foto 118 - Arroz colhido no PA Padre Ezequiel - Mirante da Serra/Rondônia, 2009..... | 332 |
| Foto 119 – Arroz colhido no PA Padre Ezequiel – Mirante da Serra/RO, 2009..... | 332 |
| Fotos 120, 121 e 122 – Produção de hortaliças no PA 14 de Agosto II – Ariquemes/Rondônia, 2009..... | 333 |
| Foto 123, 124 e 125 – Produção de derivados de cana-de-açúcar no Acampamento Che – Alto Alegre do Parecis/Rondônia, 2009..... | 334 |
| Foto 126 – Tamires no horário da merenda – PA 25 de Julho – Espigão do Oeste/Rondônia, 2009..... | 335 |
| Fotos 127 e 128 – Flores – Acampamento Che e PA Padre Ezequiel – Rondônia, 2009..... | 335 |

LISTA DE TABELAS

| | |
|--|-----|
| Tabela 1 - Títulos definitivos ou provisórios de seringais, obtidos a partir de compra ou concessão, entre os anos de 1900 e 1943..... | 130 |
| Tabela 2 - Projetos Fundiários em Rondônia, 1970-1980..... | 141 |
| Tabela 3 - Projetos de Colonização Dirigida em Rondônia, 1970-1978..... | 144 |
| Tabela 4 - Projetos de assentamento implantados com recursos do POLONOROESTE e FINSOCIAL em Rondônia, 1980 -1986..... | 156 |
| Tabela 5 - Crescimento populacional absoluto no estado de Rondônia, 1950 – 2010..... | 158 |
| Tabela 6 – População Urbana/Rural, Rondônia - 1950 – 2010..... | 158 |
| Tabela 7 – Política de assentamentos rurais e regularização fundiária no Brasil, por mandato presidencial, 1985-2009..... | 225 |
| Tabela 8 - Estrutura fundiária do estado de Rondônia, 2007..... | 229 |
| Tabela 9 – Principais produtos, comerciais e para auto-consumo, dos entrevistados no PA 25 de Julho, 2009..... | 255 |
| Tabela 10 – Principais produtos, comerciais e para auto-consumo, dos entrevistados no PA Padre Ezequiel, Mirante da Serra/RO, 2009..... | 271 |

SUMÁRIO

| | |
|---|------------|
| INTRODUÇÃO | 20 |
| 1 ENTRELINHAS METODOLÓGICAS: a trajetória percorrida | 25 |
| 1.1 Pressupostos subjetivos do pesquisador..... | 25 |
| 1.2 Princípios teórico-metodológicos: buscando um método de interpretação..... | 29 |
| 1.3 A problemática da pesquisa: questões para investigação/reflexão..... | 37 |
| 1.4 O espaço e o tempo da pesquisa..... | 40 |
| 1.5 Os sujeitos da pesquisa: quem são estas pessoas?..... | 50 |
| 1.6 A organização das informações..... | 52 |
| 1.6.1 A coleta de dados em fontes secundárias..... | 52 |
| 1.6.2 Entre a proposta de investigação e o trabalho de campo: algumas considerações..... | 54 |
| 1.6.3 Pesquisa participante exploratória: desvendando o território..... | 57 |
| 1.6.4 Analisando o território com o recurso da entrevista: a pesquisa direta em acampamentos e assentamentos..... | 65 |
| 1.6.5 O diário de campo e o uso da fotografia: imagens, anotações e reflexões..... | 72 |
| 2 QUESTÃO CAMPONESA: revisitando conceitos sobre o campesinato..... | 75 |
| 2.1 Campesinato: raízes conceituais..... | 76 |
| 2.2 A teoria do campesinato no território brasileiro..... | 89 |
| 2.3 A geografia agrária e o campesinato..... | 100 |
| 2.4 A estrada como destino: a formação desenraizada do campesinato brasileiro e o camponês rondoniense..... | 107 |
| 3 FRONTEIRA, COLONIZAÇÃO AGRÍCOLA E TERRITÓRIO EM RONDÔNIA..... | 116 |
| 3.1 A fronteira e a colonização agrícola: notas teórico-metodológicas..... | 117 |
| 3.2 A fronteira antes da fronteira: o que antecedeu a ocupação dirigida no território rondoniense?..... | 129 |
| 3.3 A militarização da questão da terra em Rondônia..... | 136 |
| 3.4 A contra-reforma agrária dos militares: os projetos dirigidos de colonização..... | 143 |
| 3.5 Entre os Projetos de Assentamento Rápido e o POLONOROESTE: uma reforma agrária espontânea?..... | 152 |
| 3.6 Território e fronteira: o poder do Estado/Capital e os territórios de resistência camponesa..... | 159 |
| 4 LUTA PELA TERRA EM RONDÔNIA: enfrentamentos e desafios camponeses..... | 165 |
| 4.1 A luta pela terra no território brasileiro: notas históricas sobre a resistência e a organização camponesa..... | 166 |

| | |
|---|------------|
| 4.2 Antecedentes da luta pela terra em Rondônia..... | 177 |
| 4.3 Os camponeses posseiros e a Igreja: o início da resistência organizada..... | 182 |
| 4.4 A gestação do MST no estado de Rondônia (1984-1989)..... | 188 |
| 4.5 A territorialização do MST em Rondônia (1989-1995)..... | 195 |
| 4.6 O Massacre de Corumbiara e a fragmentação da luta pela terra (1995 – 2002)..... | 199 |
| 4.7 A luta pela terra na era Lula em território rondoniense: novas perspectivas, antigos desafios..... | 205 |
| 4.8 A construção atual da luta pela terra do MST no território rondoniense..... | 210 |
| 4.8.1 Acampamento Sílvia Rodrigues: ocupar, resistir, produzir?..... | 211 |
| 4.8.2 Acampamento Che: Reforma Agrária Popular?..... | 217 |
| 5 TERRITORIALIZAÇÃO CAMPONESA EM ASSENTAMENTOS RURAIS NA MESORREGIÃO GEOGRÁFICA DO LESTE RONDONIENSE..... | 221 |
| 5.1 “Reforma Agrária” e recriação do território camponês nos assentamentos rurais..... | 222 |
| 5.2 A origem camponesa dos assentados rurais da Mesorregião Geográfica do Leste Rondoniense: territorialização, desterritorialização e reterritorialização..... | 233 |
| 5.3 O Projeto de Assentamento 25 de Julho: uma conquista em contexto de transição..... | 240 |
| 5.3.1 A conquista da terra e os primeiros anos do assentamento..... | 242 |
| 5.3.2 Dinâmica e organização territorial no Projeto de Assentamento 25 de Julho.... | 248 |
| 5.3.3 Produção e organização do processo produtivo no PA 25 de Julho..... | 254 |
| 5.4 Projeto de Assentamento Padre Ezequiel: a consolidação do território camponês..... | 260 |
| 5.4.1 Reconfiguração do território: conquista da terra e primeiros anos de assentamento..... | 261 |
| 5.4.2 Dinâmica e organização territorial no PA Padre Ezequiel: novos arranjos, novas perspectivas..... | 266 |
| 5.4.3 Produção e organização do processo produtivo no Projeto de Assentamento Padre Ezequiel..... | 270 |
| 5.5 PA 14 de Agosto II: a produção coletiva e a agroecologia como perspectiva..... | 275 |
| 5.5.1 A <i>luta pela terra</i> como processo de preparação para a <i>luta na terra</i> : a construção de uma consciência de ação coletiva..... | 276 |
| 5.5.2 Dinâmica e organização territorial no Projeto de Assentamento 14 de Agosto II: a imersão no território do latifúndio e o assentamento coletivo..... | 279 |
| 5.5.3 Produção e organização do processo produtivo: uma proposta de cooperação agroecológica..... | 282 |
| CONSIDERAÇÕES FINAIS..... | 289 |
| REFERÊNCIAS | 336 |
| APÊNDICE – Roteiro de entrevista (produtores assentados)..... | 251 |

INTRODUÇÃO

A questão da terra em território brasileiro constitui um problema, de amplitude temporal e espacial, que está na raiz do processo desigual de desenvolvimento social, econômico e político do país. Este território foi construído nas bases da expropriação e/ou da exclusão da terra de milhares camponeses. O latifúndio está na base primeira da conformação do território nacional brasileiro, assim como estão seus resultados, representados pela expropriação e massacre de uma infinidade de etnias indígenas, pela escravização de milhares de africanos violentamente desterritorializados além mar. A estrutura latifundiária negou a entrada na terra, também, aos imigrantes europeus, brancos não proprietários, mestiços, entre vários outros grupos sociais.

O latifúndio também gerou, contraditoriamente, a consolidação de uma classe camponesa em território brasileiro. Esta classe social, no entanto, teve historicamente como característica o desenraizamento. São camponeses que lutam para entrar na terra e para nela permanecer. Portanto, juntamente com o campesinato, o desigual processo de formação territorial brasileiro foi consubstanciado por um intenso processo de luta pela terra. O camponês brasileiro é um camponês que tem estado, recorrentemente, na estrada, em busca da terra de trabalho e da constituição de um território onde possa produzir e reproduzir seu modo de vida característico. Formou-se, assim, em um constante movimento de territorialização, desterritorialização e reterritorialização.

Nesse contexto, esse camponês encontrou, muitas vezes, como possibilidade de resistência como classe social, a migração para a fronteira. São vários os processos *espontâneos* ou dirigidos de migração camponesa em busca da terra de trabalho. A *saída* de sua região em busca de melhores condições de vida é quase como uma característica inerente à carga genética dos sertanejos nordestinos, por exemplo. Assim foram retirar borracha na Amazônia, colher café no Paraná, trabalhar na indústria paulista. No mesmo contexto, migraram paulistas e mineiros para o estado paranaense e para o Mato Grosso do Sul. Todos esses grupos, por sua vez, impulsionados pelo processo de modernização agrícola, a partir de meados do século XX, foram empurrados para a fronteira amazônica. Isto sem mencionar os milhares de movimentos migratórios internos, decorrentes da expropriação levada a cabo pelo latifúndio em todas as regiões brasileiras.

A partir deste contexto geral, baseado no poder do latifúndio e na resistência camponesa, que também foi constituído o território rondoniense. O latifúndio já estava

constituído desde o ciclo da borracha, no final do século XIX, mas foi depois do golpe militar de 1964 que a região amazônica passou efetivamente a ser alvo das políticas públicas de migração. O estado rondoniense foi inserido como espaço privilegiado da apropriação capitalista depois deste período, especialmente a partir de 1970, com a finalização da construção da rodovia BR 364 e a estruturação do Projeto Integrado de Colonização Ouro Preto (PIC Ouro Preto). Teve papel central, no processo, a colonização agrícola incentivada pelo Estado militar.

Assim foi arrecadada grande parte das terras devolutas do, então, Território Federal de Rondônia, e disponibilizadas para o estabelecimento de empreendimentos agropecuários e assentamento de colonos desterritorializados em outras regiões do país, sobretudo do Paraná e do Mato Grosso. Foram também regularizados latifúndios de antigos seringalistas, ou mesmo de empresas que adquiriram, anteriormente, títulos de seringais visualizando a valorização futura da região. Com a intensa propaganda estatal sobre as possibilidades da nova fronteira, *uma terra sem homens para homens sem terra*, a migração cresceu progressivamente.

As terras arrecadadas, no entanto, atenderam apenas parcialmente às famílias camponesas que migraram para o estado nas décadas de 1970 e 1980. O foco do Estado era consolidar a empresa agropecuária na região amazônica e, por isso, quando atingiu a força de trabalho necessária para isto, interrompeu os projetos de colonização direcionados aos colonos migrantes. Logo, para além de índios, posseiros, seringueiros, etc – desterritorializados já no início do processo de ocupação do estado –, uma grande quantidade de camponeses migrantes não conseguiu ter acesso à terra de trabalho, engrossando sobremaneira as fileiras de sem-terra no estado de Rondônia.

Tanto a ocupação capitalista do espaço agrário rondoniense, com a formação de latifúndios, como a chegada massiva de colonos migrantes do sul, ocorreram no eixo da rodovia BR 364, no âmbito da Mesorregião Geográfica do Leste Rondoniense. Com a ocorrência de concentração de terra nas mãos de poucos, surgiu um elevado número de conflitos por posse. Nesta mesorregião também foram concentradas as ações dos movimentos de camponeses posseiros e, a partir de meados dos anos 1980, as ações do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra (MST).

O objetivo geral deste trabalho foi compreender o processo de colonização agrícola, a luta pela terra e a territorialização camponesa nos Projetos de Assentamento Rural da Mesorregião Geográfica do Leste Rondoniense, no estado de Rondônia, entre 1970 e 2010. Especificamente, os objetivos propostos foram os seguintes: analisar a amplitude da questão

camponesa no território brasileiro, tendo como foco seu processo de constituição desenraizada em uma busca constante pela terra, assim como as consequências de tal processo para sua territorialização no estado rondoniense; entender o processo de formação do espaço agrário rondoniense a partir do contexto da fronteira e da colonização agrícola levada a cabo durante o período militar, entre 1970 e 1985; identificar e caracterizar as formas de luta pela terra no estado de Rondônia e na Mesorregião Geográfica do Leste Rondoniense, no período pós-1985, destacando o processo de formação e territorialização do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra (MST); estudar e analisar o processo de territorialização camponesa nos assentamentos rurais implementados na Mesorregião Geográfica do Leste Rondoniense no pós-1985, tendo como base as áreas conquistadas pelo MST.

No sentido de responder às questões dispostas nos objetivos apresentados acima, procuramos abordá-las a partir de uma perspectiva teórica participante e de categorias que englobam, da melhor forma possível, o tema em questão. Com os elementos levantados teoricamente e durante o trabalho de campo, buscamos refletir e analisar a dinâmica de territorialização camponesa nos assentamentos rurais da área de estudo. Estas reflexões e análises estão dispostas, além desta introdução e das considerações finais, em cinco capítulos, sendo o primeiro uma apresentação da trajetória metodológica percorrida no processo de elaboração da tese, o segundo e terceiro capítulos constituem uma discussão teórica em torno das questões de campesinato, fronteira e território; e o quarto e quinto capítulos refletem uma maior aproximação com a área e os sujeitos da pesquisa, trazendo dados, informações e análises diretas do espaço investigado.

O primeiro capítulo está composto, basicamente, pelos pressupostos pessoais e teórico-metodológicos, assim como pela trajetória percorrida durante o desenvolvimento do trabalho de doutoramento. Nele, buscamos imergir nas concepções da ciência geográfica, em especial da geografia agrária, procurando consolidar o método de interpretação e definir, ao mesmo tempo, o espaço-tempo da investigação. Esse capítulo metodológico tem sua importância ligada à possibilidade de um momento reflexivo mais prolongado com relação aos caminhos seguidos na estruturação do trabalho científico. A escolha mais acurada dos instrumentos metodológicos a serem utilizados em campo ou a escolha das categorias de análise inseridas na consolidação da pesquisa puderam, assim, ser mais bem delimitadas.

Buscamos revisitar, no segundo capítulo, uma categoria de análise central para o trabalho inicialmente proposto – o campesinato. É na trilha da formação e territorialização da agricultura camponesa no país e, especificamente, no território rondoniense que

estabelecemos uma linha de análise para nossa pesquisa. Nesse sentido, procuramos estudar esta categoria desde suas concepções constitucionais de base européia até sua adaptação interpretativa para o caso específico brasileiro, na conformação de um campesinato desenraizado, em constante movimento de busca pela terra de trabalho. Portanto, a focalização na teoria do campesinato é o que fornece a linha de análise que apóia nossa proposta de investigação.

O terceiro capítulo está proposto nas bases de uma análise específica do processo de ocupação do espaço amazônico com foco no território rondoniense. Para isto, delimitamos, como categorias de análise, a fronteira e o território. Pois é exatamente o signo da fronteira, o avanço capitalista sobre a região amazônica que dá a tônica, também, da migração camponesa para o estado rondoniense e, conseqüentemente, potencializa os conflitos agrários em toda essa região. A categoria do território, por sua vez, fornece a base para a compreensão da luta de resistência dos camponeses rondonienses, assim como para a análise dos novos territórios camponeses constituídos, como resultado direto desta luta, nos assentamentos rurais da Mesorregião Geográfica do Leste Rondoniense. Portanto, este capítulo, a partir destas categorias principais, é imprescindível para o estudo da territorialização camponesa na região.

O quarto capítulo tem como substrato as categorias apresentadas nos capítulos anteriores (campesinato, fronteira e território) e inclui também a luta pela terra como objeto de análise. Ali, procuramos compreender a dinâmica de resistência dos grupos camponeses territorializados no espaço agrário rondoniense, enfatizando o período após a década de 1970, com a consolidação do estado como fronteira agrícola e início da colonização dirigida pelo governo militar. Nesse capítulo, portanto, buscamos analisar a luta pela terra em toda sua amplitude, desde a luta dos grupos indígenas, passando pelos conflitos do período da borracha, os movimentos de resistência dos camponeses posseiros até a luta organizada pelo MST, a partir de meados dos anos 1980. E, a partir daí, entendermos a luta de resistência camponesa pela terra e na terra na Mesorregião Geográfica do Leste Rondoniense.

Por fim, no quinto capítulo, baseado no trabalho de campo realizado na área de estudo, propusemos analisar os assentamentos rurais onde estão territorializados milhares de camponeses que migraram para o estado rondoniense a partir da década de 1970, principalmente. Nestas áreas foram constituídos territórios camponeses, partindo de diferentes perspectivas histórico-geográficas. Analisamos, no capítulo, três assentamentos rurais, frutos da luta pela terra organizada em torno do MST, entre 1985 e 2010, buscando entender as

transformações ocorridas no espaço onde foram inseridas as famílias camponesas assentadas e através de que meios estes camponeses têm construído seu território de vida.

Em resumo, o trabalho foi desenvolvido em torno da busca pela compreensão do processo de luta pela terra e da territorialização camponesa no estado de Rondônia, mais exatamente na Mesorregião Geográfica do Leste Rondoniense. Portanto, as categorias de análise apresentadas para instrumentalizar a análise, assim como os demais elementos que compõem o trabalho, auxiliaram a tarefa no sentido de cumprir o estudo proposto. Esperamos, que a leitura possa revelar questões novas e promover reflexões a respeito de problemas antigos que persistem.

1 ENTRELINHAS METODOLÓGICAS: a trajetória percorrida

Nenhum conhecimento é neutro e nenhuma pesquisa serve teoricamente “a todos” dentro de mundos sociais concretamente desiguais. (BRANDÃO, 1999, p. 11).

As questões referentes ao método de interpretação da realidade e à metodologia do trabalho científico têm sido, nas últimas décadas, pouco valorizadas no âmbito das ciências humanas. Na pesquisa em geografia, especificamente, raros têm sido os trabalhos onde a reflexão filosófica, os procedimentos metodológicos e as técnicas de investigação recebem tratamento equivalente à importância dada para o resultado do trabalho científico. Por consequência, esta negligência reflete também na qualidade produtiva de conhecimentos sólidos e úteis para instrumentalizar o desenvolvimento cotidiano das sociedades humanas, diminuindo, pelo menos, a *desigualdade entre os mundos sociais*. A utilização da metodologia qualitativa vem sendo equivocadamente relacionada ao descompromisso com o rigor em sua aplicação, ainda que esta forma de abordagem exija uma cuidadosa disciplina em todas as suas etapas.

No sentido de colocar em pauta tais questões, propomos, neste capítulo inicial, uma reflexão sobre o processo de produção do conhecimento científico, com destaque ao âmbito da geografia agrária, assim como a apresentação da trajetória percorrida durante o desenvolvimento do presente trabalho. E, de forma específica, pretendemos compartilhar algumas posturas a respeito do pensamento geográfico e de suas conexões com a questão agrária, desvelando, ao mesmo tempo, a travessia acadêmica e militante que tem como resultado material a tese de doutoramento aqui apresentada.

1.1 Pressupostos subjetivos do pesquisador

Na textura final de cada trabalho acadêmico, estão impressas as diversas dimensões que compõem o conhecimento científico. A primeira destas dimensões, entendemos, é constituída pela compreensão de mundo do pesquisador. Sua vivência pessoal, familiar, social, assim como suas concepções político-ideológicas serão elementos inseparáveis do resultado de sua pesquisa. Assim, no processo de planejamento do trabalho investigativo em ciências humanas, o pesquisador deve, em primeiro lugar, refletir seus *pré-conceitos* concernentes à problemática e ao contexto sócio-espacial que pretende pesquisar.

Qual o significado do tema da pesquisa? Qual o significado subjetivo para o pesquisador da área pesquisada? Qual a sua relação ideológica com os sujeitos de sua investigação? Essas são questões que, caso sejam parcial ou totalmente respondidas, podem ajudar sobremaneira no entendimento do processo e resultado do trabalho desenvolvido. É com esse intuito que consideramos importante revelar o trajeto pessoal que nos conecta ao tema, ao espaço e aos sujeitos da pesquisa proposta, pois a postura de um cientista está permeada pelas memórias e pelo ambiente familiar, social e político onde elas foram produzidas e consolidadas.

Neste caso em particular, muitas dessas memórias, que compõem de nosso entendimento de mundo, tem raiz no processo de migração familiar para a fronteira amazônica, mais exatamente para o território rondoniense. Outras referem-se aos anos de vivência militante no âmbito da Animação Pastoral e Social no Meio Rural (APR), na Mesorregião do Triângulo Mineiro/Alto Paranaíba, em Minas Gerais. Acreditamos que estes dois períodos de vida se complementam em nossa formação pessoal e política. E foi a partir do encontro simbólico destes dois momentos que esta pesquisa surgiu como projeto e, agora, toma forma de trabalho científico.

No primeiro caso, com relação à vivência na fronteira amazônica, nossa inserção ocorreu no âmbito de uma busca familiar pela terra. O avanço da produção de grãos no Cerrado e o conseqüente aumento no preço das terras, como também a propaganda do governo militar enaltecendo as terras férteis e *livres* do território rondoniense lançaram, nos fins da década de 1970, nosso grupo familiar na estrada. Lá, acessamos, depois de algum tempo, um lote do Projeto de Assentamento Dirigido Burareiro (PAD Burareiro), instituído como incentivo à produção cacaueteira. Nessa terra e na embrionária cidade de Ariquemes, passamos toda a infância, a juventude, e também parte da vida adulta.

Naquele período, desconhecíamos as razões de tantos problemas relacionados à posse da terra e de tantos conflitos, pois, além do sofrimento decorrente da carência de infraestrutura de forma geral, vivenciamos, juntamente com milhares de migrantes, todos os tipos de conflitos encerrados em uma área de fronteira agrícola. Rondônia era área de extração de borracha, de garimpos, de produção agrícola e pecuária, espaço de vida e de morte. Esse contexto de conflito e violência consolidou-se em nossa formação como algo corriqueiro. Assim, em nossa insipiente consciência, naquele momento, o seringueiro era um invasor, não tinha direito à terra. E o garimpeiro não tinha identidade, representava apenas um número. Chegavam mortos em Ariquemes, por diversas causas, dezenas de garimpeiros todos os dias.

Vale lembrar, também, que as terras *livres* não eram tão *livres* assim. Nos lotes *quadradamente* demarcados pelo Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA) já viviam, na maioria dos casos, seringueiros, posseiros, grupos indígenas, entre outros. Dessa forma, não foram poucas as ocasiões em que esses sujeitos sociais e os colonos se exterminaram na disputa por uma mesma área de terra. Nossa família, para recorrermos à memória familiar, desistiu de um lote de terra, porque, no local, já havia um seringueiro vivendo. Recordamo-nos muito bem, ainda, que esta parcela foi repassada para outro colono, que acabou morto pelo seringueiro alguns meses depois. Pior que isso foram as centenas de posseiros assassinados por grileiros, fatos sobre os quais sempre ouvimos notícias.

O contato entre *civilizados* e índios, pontualmente, constitui um capítulo à parte no arcabouço de nossas memórias. Compreendíamos, na época, que os índios eram os principais inimigos. Em Ariquemes, ocorreu no início da década de 1980 o seqüestro e morte do filho de um seringueiro por índios isolados, caso este que teve repercussão internacional, após sua retratação no vídeo *Na trilha dos Uru-eu-wau-wau*¹. Para nós, contudo, o equivocado significado disto era que índios matavam crianças. Muitos anos depois, fomos compreender o sentido real daquela história e de tantas outras parecidas, através, principalmente, da leitura do livro *Fronteira*, de José de Souza Martins, onde o autor relatou este episódio de forma crítica, desvelando as razões deste e de outros conflitos que massacraram índios, seringueiros e colonos em toda a Amazônia.

Estas e outras memórias ficaram marcadas em nossa formação pessoal. Os conflitos diários nos incomodavam, mas, com o tempo, ganharam um ar de cotidianidade. Isso nos faz refletir que a propaganda militar, que enaltecia as terras rondonienses como novo *eldorado*, suplantava, inclusive, a vivência diária sofrida de milhares de famílias migrantes. A partir dessa propaganda, os inimigos passavam a ser não os grileiros capitalistas e o regime militar que tangia toda essa massa camponesa para a Amazônia, mas os índios, os seringueiros, a floresta, a malária, entre vários outros. Isto, certamente, mascarou o conflito diário da fronteira rondoniense. Este contexto é um dos elementos que nos impulsiona na busca por compreender, agora conscientemente, a dinâmica territorial estabelecida em Rondônia, que gerou um ambiente de violência e exclusão, mas, ao mesmo tempo, constituiu um espaço de alteridade.

Afastamo-nos da fronteira rondoniense no início da década de 1990, para estudar na cidade de Goiânia, em meio às intensas transformações causadas pela eleição e crise do

¹ Filme dirigido por Adrian Cowell em co-produção com a Universidade Católica de Goiás (1990), adaptado e distribuído pela *Verbo Filmes* (Rua Verbo Divino, 691 – São Paulo/SP).

Governo Collor. Entre 1992 e 1994, tivemos os primeiros contatos, de forma consciente, com os problemas sociais vivenciados pela classe trabalhadora do país. Esse contato, no entanto, esteve limitado a algumas leituras incentivadas por professores de ensino médio/cursinho que nos revelaram as mazelas políticas brasileiras, assim como os conseqüentes problemas socioeconômicos pungentes na cidade e no campo. Em 1995, nos mudamos para Minas Gerais para cursar Veterinária na Universidade Federal de Uberlândia (UFU). Foi durante este curso, apesar de sua estrutura conservadora, que nos envolvemos com a militância mais direcionada à questão da terra, tendo como espaço de discussão política, destacadamente, a Pastoral da Terra de Uberlândia.

Portanto, nossa consciência sócio-política em torno da questão da terra no país e, por conseqüência, dos conflitos da fronteira amazônica, começou a ser formada no âmbito do trabalho militante com a Pastoral da Terra, na segunda metade dos anos 1990. A partir de então, temos acompanhado a luta pela terra na Mesorregião do Triângulo Mineiro/Alto Paranaíba, não somente em sua dimensão política como também no contexto das condições efetivas de territorialização dos camponeses. A convivência com camponeses sem-terra e assentados, oferecendo apoio técnico e político, nos permitiu uma real proximidade com a luta e com os problemas vivenciados por essa classe social tanto em Minas Gerais quanto em todo o país.

Durante os últimos anos da década de 1990 e os primeiros do século vinte, vivenciamos a construção de políticas públicas que, via de regra, negaram existência ao campesinato como classe social. A modernização do latifúndio no cerrado mineiro assim como o desenvolvimento da concepção político-ideológica de *agricultura familiar*², procuraram sabotar a luta e as conquistas dos movimentos sociais no campo. Mas, dialeticamente, multiplicaram-se os acampamentos e assentamentos em nossa região de atuação. Nesse período, portanto, acompanhamos de perto as conquistas dos movimentos de luta pela terra e, ao mesmo tempo, a negligência do governo Fernando Henrique Cardoso com o campesinato brasileiro.

Vivenciamos, ainda, a esperança de reforma agrária suscitada pela eleição do governo Lula que, no entanto, não provocou uma mudança profunda quanto à postura política em relação aos camponeses. O *Governo do Povo* optou por seguir de perto a proposta anterior,

² Referimo-nos a discussão teórica e política desenvolvida no contexto do governo de Fernando Henrique Cardoso, que passou a apregoar o desaparecimento do campesinato como classe social ou mesmo a sua transmutação em agricultor familiar capitalista. Entre os teóricos que deram suporte a esta perspectiva destacamos Ricardo Abramovay e José Graziano da Silva. Sobre suas idéias e concepções refletimos brevemente no segundo capítulo deste trabalho.

pois as alianças estabelecidas durante a campanha eleitoral impossibilitaram qualquer ação massiva de desapropriação de latifúndios. Analisamos, hoje, que, nesse contexto, os próprios movimentos passaram por um período de inércia, esperando que o Estado resolvesse o problema da terra, o que não aconteceu. E, agora, depois de cumpridos os dois mandatos do governo Lula (2003-2006/2007-2010), o problema da terra ainda não foi resolvido. Para além da inércia política, na Amazônia estão sendo regularizados os “grilos” que simbolizam todos os tipos de violência e injustiças cometidas naquela região durante toda sua história³. E contra essa política, no âmbito dos movimentos sociais, ainda não foi estabelecida uma estratégia concreta e efetiva de luta.

Resumidamente, foi a vivência pessoal e política, juntamente com o desejo de compreender a luta pela terra no Brasil, em Rondônia e, especificamente, na Mesorregião Geográfica do Leste Rondoniense, que nos lançou nesta pesquisa. As marcas deixadas pelo processo de migração para a fronteira rondoniense representam, certamente, os primeiros fatores que nos levaram de volta a Rondônia. E a militância política no âmbito da Pastoral da Terra e dos movimentos sociais nos forneceu a maturidade necessária para a realização deste trabalho, que busca compreender a luta pela terra e a territorialização camponesa nos assentamentos rurais da Mesorregião do Leste Rondoniense.

Essa trajetória é o que nos implica nesta investigação, pois entendemos que “[...] contra o academicismo que leva o conhecimento a servir o capitalismo, a implicação recupera o pesquisador enquanto sujeito vivo, ativo e festivo. Através da implicação, a pesquisa ganha vida, e o pesquisador, prazer ao pesquisar” (BAITZ, 2006, p. 35). Esforçamo-nos, no entanto, para que tal implicação ocorresse com o rigor científico necessário para atingir o entendimento da realidade pesquisada e, a partir daí, fornecer subsídios para a transformação social, sobretudo para os movimentos em seu processo de luta cotidiana pela terra e por uma sociedade mais justa e mais humana, seja no campo ou na cidade.

1.2 Princípios teórico-metodológicos: buscando um método de interpretação

A ciência geográfica foi gerada no contexto histórico de consolidação dos Estados Modernos europeus e do capitalismo como modo de produção, no decorrer do século XIX. Por intermédio da obra dos alemães Karl Ritter e Alexander Von Humboldt, principalmente,

³ As terras da região amazônica passaram a ser alvo, a partir de 2009, do Programa Terra Legal. Este programa de regularização fundiária é resultado direto da Medida Provisória 458/09 e da Lei 11.952/09, que pretende regularizar a posse em, aproximadamente, 69 milhões de hectares das terras amazônicas.

que os saberes geográficos passaram a ser sistematizados, fornecendo as primeiras matrizes à geografia como ciência. A produção científica destes dois estudiosos, de acordo com Andrade (1987, p. 53-54), “[...] respondia ao desafio da sociedade europeia em que viviam, tanto em função da dominação capitalista como para a formação da unidade da Alemanha”.

Um conhecimento mais acurado da paisagem mundial e um melhor entendimento das relações entre a sociedade e a natureza, produtos científicos de Ritter e Humboldt, foram de grande importância para os grupos que aspiravam à unificação política alemã e à disputa pelo domínio do mundo extra-europeu com os grandes impérios em consolidação, com destaque para Inglaterra, França, Rússia e Estados Unidos (ANDRADE, 1987). Dessa forma, a geografia, assim como as demais ciências modernas, constituiu-se em um aparelho de dominação da natureza pelo homem e, particularmente, do homem pelo próprio homem. Portanto, a característica fundante da geografia foi a sua proximidade com o Estado e com as classes dominantes, como produtora de instrumentos de dominação a ser utilizados pelos Estados na disputa pela hegemonia mundial, assim como pela burguesia na luta de classes.

Nas últimas décadas do século XIX, entretanto, é que foram gestados, em nossa compreensão, os dois paradigmas basilares da geografia, embora apenas um deles tenha se firmado como tal, no século seguinte. Referimo-nos à *geografia do poder*, de Friedrich Ratzel e Paul Vidal de La Blache, e à *geografia libertária*,⁴ de Élisée Reclus e Piotr Kropotkin. De acordo com o raciocínio desenvolvido por Andrade (1987), enquanto os primeiros produziram conhecimentos geográficos para a classe dominante, assessorando príncipes e presidentes, Reclus e Kropotkin se postaram contra a estrutura de poder, negaram a validade do Estado, adotaram idéias de reformas sociais radicais e defenderam as classes menos favorecidas.

A geografia positivista matizada pelos trabalhos de Ratzel e La Blache instrumentalizou processos de dominação e exclusão social em todos os cantos do mundo. O determinismo, característica basilar da concepção ratzeliana, constituiu um instrumento poderoso de legitimação dos desígnios expansionistas do Estado alemão recém constituído. O livro *Antropogeografia*, escrito pelo geógrafo alemão em 1882, propôs, entre outras questões, a legitimação do expansionismo bismarckiano, expressando um verdadeiro elogio ao imperialismo (MORAES, 2005).

⁴ Os termos *Geografia do Poder* e *Geografia Libertária* foram emprestados de Andrade (1987). Entendemos como geografia do poder, a ciência positivista desenvolvida por Friedrich Ratzel e Vidal de La Blache durante a segunda metade do século XIX e que definiu em larga proporção as características da geografia instituída no Brasil. Sob o termo geografia libertária congregamos a construção geográfica de Piotr Kropotkin e Élisée Reclus, contemporâneos de Ratzel e La Blache, que propuseram uma geografia de base anarquista.

No que se refere à concepção determinista, central na obra de Friedrich Ratzel, essa bebeu das filosofias da ciência natural e influenciou fortemente geógrafos de várias partes do mundo. Esta concepção teve na teoria da seleção natural de Charles Darwin uma excelente fonte de inspiração, como destaca Manuel Correia de Andrade, referindo-se a Ratzel:

Dedicando-se às ciências naturais, sobretudo à Antropologia, encarou o homem como uma espécie de animal e não como um elemento social, tentando explicar a evolução da humanidade dentro dos postulados de Darwin. A evolução se processaria através da luta entre as várias espécies, vencendo as mais capazes na sua adaptação ao meio natural. Se isto ocorria entre as várias espécies, ocorria também entre as raças humanas e os povos, sendo selecionadas para a sobrevivência e para o mundo as mais capazes de se adaptar e de controlar o meio natural. Daí a idéia da superioridade dos europeus, povos com uma civilização mais dinâmica frente aos coloniais, ditos selvagens bárbaros, e com civilizações estagnadas. Esta concepção levou geógrafos ingleses e americanos, sobretudo, ao determinismo declarado, de vez que para eles o homem era um produto do meio. Os americanos necessitavam justificar a superioridade dos anglo-saxões da América sobre os povos indígenas do oeste e os hispano-americanos do México; Já os ingleses, controlando o maior império colonial existente na época, procuravam justificar o domínio britânico sobre as mais diversas regiões e povos do mundo. (ANDRADE, 1987, p. 55).

É certo que esta analogia, permeada pela proposta da seleção natural, não foi exclusividade de Ratzel, mas, sem dúvida, ele foi o representante da geografia que aprofundou essa idéia de forma mais fundamentada. Na teoria dos *espaços vitais* reforçou a concepção de darwinismo social quando propôs, de acordo com Andrade (1987), que o progresso ou a decadência de um Estado dependeria da capacidade de ampliação do território sob seu domínio ou da diminuição do território dominado. Isso justificaria as guerras de conquista e a dominação dos povos fracos pelos fortes. Concepção esta que, entre outras aplicações ideológicas, influenciou concretamente o colonialismo europeu do final do século XIX e o programa nazista de Hitler em meados do século XX.

Mas, se a postura de Ratzel foi declaradamente ideológica, com respeito a Paul Vidal de La Blache, esta ligação política foi bem mais velada. Esse pensador imprimiu no pensamento geográfico o mito da *ciência asséptica*, propondo uma despolitização aparente da ciência geográfica (MORAES, 2005). Nem por isso suas idéias foram menos importantes para o desenvolvimento de conhecimentos que beneficiassem o Estado e a classe dominante do modo capitalista de produção, especialmente no que se refere às políticas colonialistas européias levadas a cabo em várias partes do mundo.

O ponto central na teoria lablacheana era a idéia de *gênero de vida*, que seria representada pelo acervo de técnicas, hábitos, usos e costumes, frutos da adaptação do homem ao meio que o envolvia, e que lhe permitiriam utilizar os recursos naturais disponíveis. O

gênero de vida exprimiria, na relação entre população e recursos, uma situação de equilíbrio, construída historicamente pelas sociedades. No entanto, alguns fatores poderiam agir quebrando o equilíbrio e impondo mudança no gênero de vida. Entre tais fatores, poderiam ser considerados o esgotamento dos recursos naturais existentes ou o crescimento populacional que, por consequência, poderia levar à migração para novos espaços, tendo como fim um processo de conquista de outras terras e colonização de outros povos (MORAES, 2005).

Vidal de La Blache criticou fortemente a política de expansão germânica, instrumentalizada pelos trabalhos de Ratzel, mas, *assepticamente*, não deixou de apoiar o Estado francês em sua ação colonial. Portanto, em termos práticos, visualizamos a discussão vidalina apenas como um exemplo particular do determinismo ratzeliano. No que se refere ao processo de conquista e colonização de outros povos, La Blache produziu um verdadeiro arsenal teórico para os franceses. Para Santos (2004), o geógrafo francês enalteceu a obra colonizadora, situando-a como a glória de nossa época, propondo, ainda, que o trabalho de transformação da natureza estivesse dentro do poder do homem, justificando, portanto, a *civilização* de outros povos ao redor do mundo.

Seria equivocado negar a contribuição da *geografia do poder*, através das obras de Ratzel e La Blache, para a consolidação da geografia como ciência. Por outro lado, compreendemos que seus conhecimentos, e daqueles que tiveram suas concepções como base, serviram fielmente aos interesses das classes dominantes, não somente de seus países, como também de outras nações imperialistas. E pior, essa foi a geografia que se consolidou e expandiu por vários países do mundo, em especial entre os estudiosos brasileiros, exilando por consequência, a *geografia libertária*.

Considerando, agora, os pensadores da *geografia libertária*, ressaltamos que a primeira contribuição do francês Élisée Reclus e do russo Piotr Kropotkin para a ciência de forma geral refere-se à tentativa de desmascarar a neutralidade científica existente no discurso de geógrafos e cientistas positivistas do período. Esses pensadores da geografia, de acordo com o relato produzido por Bombardi (2007, p. 316), “[...] desvendaram, em seus escritos, a ciência atuando abertamente como ideologia, dando *status científico* ao colonialismo e à divisão da sociedade em classes”.

Além disso, esses geógrafos receberam forte influência da teoria marxiana, inserindo, precocemente, a categoria de classe social no estudo da geografia. No mesmo sentido, escreveram livros e artigos explícitos de propaganda política contra a sociedade estabelecida

(ANDRADE, 1987). Essa postura pode ser constatada, por exemplo, nos princípios segundo os quais Reclus entendia a análise geográfica.

Para Reclus, os geógrafos deveriam fazer uma análise a partir dos seguintes princípios: que a sociedade está dividida em classes sociais, em consequência das formas de apropriação dos meios de produção; que esta diferença de classes provoca a luta entre as classes dominadas que aspiram uma melhor sorte e as classes dominantes que não querem perder o controle do poder e das riquezas; finalmente, que há uma tendência ao aperfeiçoamento individual e à melhoria das estruturas sociais em face do aperfeiçoamento progressivo do homem. (ANDRADE, 1987, p. 57).

No mesmo sentido, Kropotkin desenvolveu suas análises geográficas. Apesar de algumas restrições quanto às posições de Marx, em especial no que se refere ao papel do Estado, inseriu em seus estudos a concepção de classe social, debatendo principalmente o processo de colonização levado a cabo pelos países europeus na Ásia, África e América. Fez também uma crítica profunda à ação da ciência, que propagava a idéia de que as *raças* colonizadas seriam selvagens, portanto, inferiores. Por isso propôs, ao mesmo tempo, que a ciência deveria ser um fator de superação da luta de classes e de construção de um mundo mais justo, como transparece em suas próprias palavras:

Até agora os europeus têm "civilizado os selvagens" com *whisky*, tabaco e seqüestros; os têm inoculado com seus vícios; os têm escravizado. Porém, é chegado o momento em que nos devemos considerar obrigados a oferecer-lhes algo melhor – isto é, o conhecimento das forças da natureza, a ciência moderna, a forma de utilizar o conhecimento científico para construir um mundo melhor. (KROPOTKIN, 1986, não paginado, *grifos do autor*).

A influência da ciência desenvolvida por Reclus e Kropotkin, contudo, foi bastante reduzida no âmbito da geografia mundial e, menor ainda, na geografia instituída no Brasil. Lembramos que a geografia brasileira foi estruturada, historicamente, nas bases dos conhecimentos produzidos pela *geografia do poder*. Aqui foi instituída, como faz referência Bombardi (2003, p. 3), “[...] uma geografia oficial sempre marcada por uma visão colonialista do mundo, em que ao mesmo tempo que forjava um pensamento científico, naturalizando a desigualdade entre os povos, nutria politicamente, com o respaldo científico, a missão civilizadora da Europa”.

Portanto, a produção geográfica de conhecimentos científicos no Brasil seguiu, via de regra, as concepções geradas no âmbito da *geografia do poder*, buscando seus elementos constituintes nas escolas alemã e francesa, principalmente. Ou seja, a ciência geográfica foi instituída em território brasileiro a partir das propostas colonialistas e positivistas com raiz na

Europa, em especial, na geografia de La Blache e Ratzel. Essa foi a perspectiva assumida pelas diferentes subdivisões da geografia brasileira, com destaque para a geografia agrária, o que aqui nos interessa em especial.

Entendemos que a construção da geografia brasileira a partir dessa perspectiva colonialista foi bastante cara para a produção de conhecimento em geografia agrária no país. Pois, a um só tempo, assumimos uma postura positivista de compreensão do campo e deixamos de ter acesso à produção dos geógrafos libertários, solidificada sobre a questão da terra e do campesinato. Assim, no sentido de clarear as concepções da geografia agrária instituída no país e ressaltar a relevância da postura libertária para a análise do campo brasileiro, dispomos algumas pontuações sobre o processo de formação da geografia agrária no Brasil.

A influência das escolas francesa e alemã sobre a geografia agrária brasileira pode ser pensada, em um primeiro momento, a partir da presença, no país, durante o período de institucionalização da ciência geográfica, de Pierre Monbeig e Leo Waibel. Ambos forneceram larga contribuição para o desenvolvimento da geografia agrária no Brasil, mas, ao mesmo tempo, estabeleceram uma concepção historicista e regionalista sobre o campo, negligenciando os conflitos e interesses de classe latentes na estrutura agrária brasileira.

O olhar de Pierre Monbeig, por exemplo, estava centrado no desenvolvimento e na modernização da agricultura. Entendia que a agricultura deveria produzir alimentos para uma indústria nascente e que, para tanto, deveria também se desenvolver em termos tecnológicos, priorizando os produtores que possuíam maior capital. Essa concepção o impediu de fazer uma análise das questões reais que estavam por trás da sociedade em que vivia. Defendendo a idéia de equilíbrio entre homem e natureza, escamoteou os conflitos sociais colocados no campo brasileiro (BOMBARDI, 2007). Monbeig, assim como os demais geógrafos ligados à escola francesa, procurou adaptar ao caso brasileiro a concepção de *gêneros de vida*, herança de La Blache, no sentido de compreender como sobreviviam as sociedades rurais.

O geógrafo alemão Léo Waibel, por sua vez, a partir de uma perspectiva regional, buscou estabelecer as características dos sistemas agrícolas existentes, levando em consideração, principalmente, a produção agrícola (BRAY, 2007). Esta concepção descritiva e instrumental de geografia agrária pode ser identificada nas próprias palavras de Waibel.

Para a geografia [...] a agricultura é um importante fenômeno da superfície da terra e é sua atribuição tentar descrever a sua diferenciação espacial, procurando ao mesmo tempo esclarecer as forças atuantes. Para isto ela parte preferencialmente da fito e da

zoogeografia, uma vez que a geografia agrária não é mais do que a geografia das plantas úteis e dos animais domésticos. (WAIBEL, 1979, p. 30).

A geografia agrária, instituída por Monbeig e Waibel, no Brasil, seguiu uma perspectiva historicista e um método de interpretação por vezes positivista. Considerava-se importante na proposta os sistemas agrícolas, se extensivos, intensivos, primitivos, modernos, com rotação entre terras ou com cereais. E, assim, a geografia que se propunha humana esquecia-se dos conflitos e das classes sociais assentadas na base desse modo de produzir (OLIVEIRA, 1996).

Embora a geografia produzida por Pierre Monbeig e Léo Waibel não tenha avançado quanto ao tratamento crítico dos problemas já então crônicos do campo brasileiro, não podemos negar sua contribuição para o desenvolvimento da geografia agrária no país, assim como para a discussão de temas política e economicamente relevantes para o período de sua presença no Brasil. O mais importante destes temas diz respeito às questões do povoamento e da ocupação efetiva de nosso território.

Waibel, por exemplo, “[...] também se inseriu ao tomar para si a tarefa de, através de suas pesquisas, contribuir na orientação do povoamento do território brasileiro” (ETGES, 2000, p. 124). E também Monbeig colaborou na reflexão sobre como ocorria, ou deveria ocorrer, o processo de ocupação da fronteira brasileira. As concepções desses autores, especialmente aquelas referentes à discussão sobre a fronteira, serão retomadas no terceiro capítulo deste trabalho.

Vale destacar, ao mesmo tempo, que estes autores [Waibel e Monbeig] foram responsáveis pela formação dos primeiros grupos de geógrafos brasileiros a transcender esta concepção conservadora. Entre estes, destacamos Manuel Correia de Andrade e Orlando Valverde, por representarem a vanguarda na construção de uma postura crítica na geografia agrária brasileira.

Dois intelectuais, Manuel Correia de Andrade e Orlando Valverde formaram-se na tradição da geografia historicista, como muitos outros geógrafos brasileiros de sua época, mas avançaram enormemente na incorporação de categorias que permitiram adensar a análise das contradições presentes no campo e na agricultura. (SUZUKI, 2007, p. 27).

Através de uma aproximação com outras áreas do conhecimento, especialmente das ciências sociais, os trabalhos de Orlando Valverde e Manuel Correia de Andrade abriram uma nova perspectiva para a geografia agrária brasileira, aderindo a um método marxista para a interpretação da questão agrária. O primeiro teve uma produção regionalista no início de sua

obra, mas, a partir dos anos 1960, assumiu uma postura crítica com relação às contradições das relações sociais no campo. O próprio Valverde (1964, p. 5), mencionando Léo Waibel, revela esta transição: “Aquilo que fora um compromisso moral com o meu mestre, passou a sê-lo com o povo brasileiro”. Baseado na evolução do pensamento de Orlando Valverde em torno da questão agrária, Oliveira (1996) destaca o livro *Geografia Agrária do Brasil* como um marco político da produção geográfica brasileira.

Manuel Correia de Andrade, por sua vez, estudou profundamente a questão da terra no Nordeste, criticando a estrutura agrária e revelando a luta pela terra das Ligas Camponesas. Já na década de 1980, o autor resgatou resumidamente as idéias libertárias de Élisée Reclus e Piotr Kropotkin, determinando que “[...] a neutralidade da geografia, tão defendida pela escola clássica, é um mito, e que hoje à geografia do poder se vem contrapondo, embora de forma descontínua, uma geografia do povo” (ANDRADE, 1987, p. 62).

Essa geografia do povo, contudo, demorou certo tempo para ganhar um espaço definido no âmbito acadêmico e se consolidar como influência para o método de interpretação da realidade na geografia agrária. Entendemos que apenas nas últimas décadas podem ser visualizados espaços de discussão em que uma postura geográfica libertária para o campo brasileiro vem sendo construída. Identificamos a raiz deste debate nas teorias formuladas por Ariovaldo Umbelino de Oliveira, nas quais busca resgatar a prática dialética radicada nas obras de Reclus e Kropotkin. De acordo com Oliveira (2004), a dialética como corrente filosófica, presente nas teorias destes autores da geografia, havia sido, propositadamente, esquecida.

A partir de uma aproximação com os ideais libertários, Ariovaldo Umbelino de Oliveira, assim como outros estudiosos⁵ da questão agrária brasileira, com idéias convergentes, vêm direcionando seus estudos por um método dialético, que busca entender o campo a partir das contradições geradas internamente ao modo capitalista de produção. Imputam ao camponês a condição de classe social dentro do capitalismo, onde, assim como a burguesia e o proletariado, é sujeito histórico no processo de desenvolvimento.

Por meio de sua construção teórica, Ariovaldo Umbelino de Oliveira nos ensina a investigar as contradições com origem nos conflitos de classe para compreendermos o território em sua dinâmica (PAULINO, 2007). Além de resgatar a dialética presente na concepção marxista como método, refletindo a existência contraditória do campesinato como classe social no mundo capitalista, o autor resgata também o território como categoria central

⁵ Destacamos, entre tantos, Antonio Thomaz Júnior e Bernardo Mançano Fernandes.

de análise geográfica. Estabelece, no âmbito da geografia e, especificamente, da geografia agrária, um método de interpretação marxista e dialético.

Seguindo esta construção teórica, entendemos que a interpretação territorial da questão da terra e do campesinato, no âmbito do método dialético, é bastante sólida em sua capacidade explicativa da realidade. E especificamente, com relação à área de pesquisa deste trabalho, inserida em um processo complexo de formação territorial, essa perspectiva nos permite analisar com maior profundidade a realidade vivida na Mesorregião Geográfica do Leste Rondoniense, repleta de conflitos e contradições. Ao mesmo tempo, é também a partir dessa perspectiva que delimitamos, preliminarmente, a problemática de nossa pesquisa, apresentada no item que segue.

1.3 A problemática da pesquisa: questões para investigação/reflexão

A formulação do problema constitui o ponto de partida objetivo para a pesquisa e deve ser um momento para refletir os diferentes aspectos da realidade, revelando seu caráter contraditório e esclarecendo, de acordo com o método, os limites dentro dos quais se desenvolverão a pesquisa e o raciocínio demonstrativo (SEVERINO, 1986). Ao mesmo tempo, espera-se que a disposição da problemática não seja fator limitante para uma pesquisa abrangente, que forneça as respostas necessárias para a compreensão da luta pela terra e da territorialização dos assentamentos rurais. A partir disto, entendemos que a problematização da realidade, que fornecerá os elementos concretos da pesquisa, deve partir da vivência e visão de mundo do pesquisador, consubstanciados no método de interpretação.

Assim, no sentido de compreender a luta pela terra e a territorialização camponesa nos assentamentos rurais da Mesorregião Geográfica do Leste Rondoniense e tendo como ponto de partida a categoria do campesinato e a construção dialética da fronteira rondoniense, bem como os atuais desafios e perspectivas para o estabelecimento de um território baseado no modo de vida camponês, este trabalho propõe buscar respostas para os seguintes questionamentos:

- a) Anteriormente ao intenso processo de ocupação capitalista, durante a colonização agrícola da década de 1970, o território rondoniense passou por diferentes períodos sócio-econômicos que, por sua vez, produziram formas características de organização

espacial. Entre a coleta das *drogas do sertão*⁶, passando pelo ciclo da borracha, até as atividades garimpeiras, diversos territórios foram constituídos e desconstituídos. Perguntamos, considerando tal contexto histórico, que dinâmica territorial estava estabelecida quando, pelas mãos autoritárias, intensificou-se a ocupação das terras rondonienses, qual a situação das sociedades indígenas, como estavam organizados os seringueiros e a produção de borracha, de que forma desenvolvia-se a atividade mineradora, com que intensidade o movimento de posseiros ocupava o estado, como estavam distribuídas as terras do estado e qual a amplitude dos conflitos gerados a partir desta dinâmica de ocupação territorial.

- b) O golpe militar de 1964 representou uma mudança qualitativa na compreensão do Estado brasileiro sobre a região amazônica. A partir de então, as *terras livres* deveriam ser intensa e rapidamente ocupadas, assegurando a defesa desta fronteira e criando um mercado consumidor para a indústria em consolidação. O território rondoniense, já no início da década de 1970, tornou-se fronteira prioritária desse processo de ocupação. Sem considerar a situação territorial precedente, foram planejados e executados, nesse contexto, projetos de colonização dirigidos a trabalhadores rurais sem-terra expropriados no sul do país. Questionamos sobre todo esse processo, até que ponto os militares deram importância à dinâmica territorial encontrada em Rondônia, em que nível foram incluídas as populações autóctones, quais os impactos sofridos por esses sujeitos e qual sua participação na formação atual da classe camponesa rondoniense, se a colonização foi *dirigida* pelo Estado ou foi *espontânea*. Importante, também, saber sobre processo de colonização, quais foram os sujeitos que chegaram ao estado e quais as características socioeconômicas que traziam consigo, qual foi seu papel na formação territorial do estado e na constituição do campesinato agora existente, além de quais os conflitos gerados pelo processo de colonização agrícola do estado.
- c) O processo de transição democrática, a partir de meados da década de 1980, apresentou uma nova perspectiva para a compreensão dos problemas brasileiros. Os movimentos sociais, até então latentes, passam a se organizar em várias partes do país. Na região amazônica, em especial no estado de Rondônia, primeiro a partir das

⁶ As drogas do sertão constituíram uma larga diversidade de produtos conhecidos e utilizados pelas populações indígenas e posteriormente coletadas e comercializadas, a custa do trabalho indígena, pelos colonizadores europeus. Entre as principais drogas do sertão destacam-se: canela, salsaparrilha, baunilha, pimenta, cravo, urucum, castanha, guaraná, madeira, anil, gergelim e cacau (SOUZA; PESSÔA, 2010).

Comunidades Eclesiais de Base e, depois, com a constituição do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra (MST), a luta pela terra assumiu uma nova lógica. Buscamos, assim, refletir sobre quais as mudanças promovidas pela organização da luta pela terra no território rondoniense, quem são os novos (ou velhos) sujeitos envolvidos no processo e qual a sua importância na estruturação fundiária do estado.

- d) Em resposta à organização da luta pela terra no pós-1985, passaram a ser instalados no estado rondoniense assentamentos rurais que constituíram, gradativamente, territórios camponeses. Tais territórios modificaram a paisagem do campo rondoniense e criaram, ao mesmo tempo, uma nova configuração política no âmbito da questão agrária. Mas, como foram formados, concretamente, os assentamentos rurais nestas últimas décadas? Quais as suas principais características produtivas e organizativas? Qual o seu real papel na constituição do campesinato rondoniense? Que relações têm esses assentamentos construídos com a nova perspectiva política, social, cultural e ambiental do Estado brasileiro? E que estratégias de resistência como classe social os camponeses assentados vêm estruturando nas últimas décadas? Nesse sentido, como estão inseridos os assentamentos rurais e o campesinato no processo de produção do espaço agrário rondoniense? E, por fim, qual a relevância destes assentamentos rurais (territórios camponeses?) para a transformação social rondoniense?

Compreendemos que esses questionamentos compuseram o início de um processo que levou à construção da tese proposta. Por outro lado, o problema de pesquisa deve conter as perguntas que sejam capazes de contemplar os diversos tentáculos assumidos pelo tema apresentado, sem que se perca, entretanto, seu foco. Esperamos, portanto, que as questões aqui dispostas tenham instigado a busca pelas possíveis respostas (mas, também, pelas possíveis dúvidas) necessárias para o desenvolvimento deste trabalho e, conseqüentemente, para colaborar na compreensão e transformação do problema agrário no território rondoniense. Em seguida, apresentamos o recorte espaço-temporal estabelecido para o desenvolvimento desta pesquisa, sendo este visualizado também a partir de uma perspectiva de contradição.

1.4 O espaço e o tempo da pesquisa

O estudo tem como referência espaço-temporal a Mesorregião Geográfica do Leste Rondoniense, considerada no período que se estende entre 1970 e 2010. Esta delimitação geográfica e histórica, no entanto, não é aqui tomada aleatoriamente como um recorte homogêneo para fins exclusivos de abstração científica. Ao contrário, concordando com o que diz Serpa (2006), é a problemática da pesquisa e as características específicas dos fenômenos que se deseja investigar e dar visibilidade que vão justificar, em última instância, o acerto na escolha de um determinado recorte espacial em detrimento de outro. Transpomos essa mesma idéia para o entendimento do recorte temporal, pois este deve estar de acordo com as questões colocadas, inicialmente, na proposta da pesquisa.

Para apresentarmos o recorte estabelecido para esta investigação, divorciaremos, como recurso didático, espaço e tempo. Deixamos claro, contudo, que, na realidade, estes elementos somente podem ser compreendidos se conjugados. Essa perspectiva, como faz referência Santos (1988, p. 9), “[...] é fundamental para podermos interpretar a seqüência das relações entre o homem e a natureza, as formas de sucessão das forças produtivas e das relações de produção ligadas à história de uma determinada área”. Assim, primeiramente, apresentamos o recorte espacial pesquisado e, posteriormente, o corte temporal estabelecido para nossa investigação.

Considerando o recorte espacial, em primeiro lugar, o faremos buscando elementos de um processo macrorregional, passando, posteriormente, ao contexto territorial, onde possam se combinar o geral e o específico. Para isto, propomos partir de uma escala amazônica, passando pela escala estadual e, por fim, chegando à escala proposta à pesquisa, ou seja, a Mesorregião Geográfica do Leste Rondoniense, aqui entendida em uma perspectiva conceitual de território. Essa perspectiva é importante por permitir pensar o espaço não somente sob um viés administrativo, mas também como ambiente relacional, onde se inserem as dimensões socioeconômicas, políticas, culturais e ambientais.

Tal perspectiva é imprescindível para pensarmos a região amazônica, que flutua entre o planejamento estatal e a força histórico-social presente na produção de seu espaço. Isso importa porque, historicamente, a Amazônia foi pensada e planejada como sendo uma grande região homogênea em todos os aspectos. Contraditoriamente, como analisa Porto-Gonçalves (2001), o território amazônico está longe de ser uma região homogênea. É uma região

extremamente complexa e diversificada em todas as suas dimensões, a começar por sua constituição natural e ambiental.

A Amazônia é, sobretudo, diversidade. Em um hectare de floresta existem inúmeras espécies que não se repetem, em sua maior parte, no hectare vizinho. Há a Amazônia da várzea e a da terra firme. Há a Amazônia dos rios de água branca e a dos rios de águas pretas. Há a Amazônia dos terrenos movimentados e serranos do Tumucumaque e do Parima, ao norte, e a da serra do Carajás, no Pará, e há a Amazônia das planícies litorâneas do Pará e do Amapá. Há a Amazônia dos cerrados, a Amazônia dos manguezais e a Amazônia das florestas. (PORTO-GONÇALVES, 2001, p. 9).

Portanto, não é possível pensar a Amazônia apenas como floresta equatorial. Outros sistemas ecológicos, ainda que em menor amplitude, coexistem com a floresta. Extensas áreas de Cerrado podem ser encontradas em Roraima, no médio amazonas e no Amapá. E mesmo a floresta dispõe-se em várias regiões, ora mais fechada, ora mais aberta. Somemos a isso, os manguezais amapaenses, as áreas alagadas da ilha do Marajó e do Vale do Guaporé em Rondônia. Esses diferentes sistemas ecológicos englobam, ao mesmo tempo, uma fauna de grande riqueza, com espécies específicas de cada ambiente.

Essa diversidade ambiental esteve refletida, desde o princípio, também na variedade humana presente na região amazônica. No advento da conquista das terras brasileiras, viviam já na Amazônia uma população indígena de aproximadamente dois milhões de habitantes, divididos em centenas de etnias (RIBEIRO, 1996). Aos sobreviventes desses grupos indígenas se misturaram, contemporaneamente, outros grupos sociais de várias origens. Expedições mineradoras e para coleta de drogas do sertão levaram para a Amazônia escravos negros, parte dos quais acabou por ali, em *liberdade*, se territorializando. Com o ciclo da borracha e depois a batalha da borracha, grande quantidade de nordestinos foi tangida para os vales da miríade de rios amazônicos. Esses também transformaram e foram transformados pelo ambiente regional. Aos grupos anteriores juntaram-se garimpeiros, posseiros e, a partir da década de 1960, uma imensidão de colonos. E, de alguma forma, estes diversos e diferentes grupos convivem e produzem cotidianamente o espaço amazônico.

Há uma Amazônia que convive, que dialoga, onde caboclo e o índio se enriquecem mutuamente, onde o gaúcho, descendente de alemão ou de italiano ou paranaense, descendente de ucraniano, aprende não a derrubar a mata, mas a conviver com ela. E do seringueiro que aprende com o gaúcho, com o catarinense, com o mineiro. (PORTO-GONÇALVES, 2001, p. 10).

Portanto, ao contrário da visão colonialista, que mostra a região de forma simplista e nada aprende com a diversidade, para as pessoas que vivem e convivem no espaço amazônico, muitas das definições não possuem um sentido prático. Isso indica, ainda, que o próprio povo brasileiro continua vendo a Amazônia sob a perspectiva do colonizador, identificando sua importância somente com as riquezas naturais passíveis de serem exploradas. Essa visão, de fora, foi característica dos projetos de planejamento direcionados para esta grande e diversa região, e que tiveram, via de regra, a destruição e a violência como resultados.

No âmbito dos planos propostos, projetos como a construção de grandes rodovias, a barragem de rios e construção de lagos, a exploração vegetal e mineral em larga escala, a produção agrícola e pecuária empresarial, entre outros, foram recorrentes na forma de ocupação da fronteira amazônica na última metade do século XX. Essas intervenções estabeleceram-se, por sua vez, alheias às características intrínsecas de cada sub-região amazônica, assim como, aos conhecimentos acumulados pelas populações que historicamente produziram esses diferentes territórios.

É nessa grande região, conformada por espaços heterogêneos, que está inserido o território rondoniense. O estado de Rondônia reflete muito bem as principais características da região amazônica, em especial, a sua diversidade ambiental, social, econômica e cultural. As terras rondonienses, talvez até mais que outros espaços amazônicos, apresentam uma complexidade territorial extraordinária, o que, ao mesmo tempo, as torna um palco de esperança e de conflitos. Questões referentes à exploração do meio natural, principalmente, persistem como foco de disputas em diferentes amplitudes territoriais.

As características ambientais do estado refletem a sua condição de faixa de transição entre domínios morfoclimáticos. O espaço rondoniense está coberto pela floresta amazônica em associação com áreas de transição para o Cerrado. Estão dispostas na paisagem rondoniense, ainda, formações pioneiras sujeitas a alagamento, campinaranas e umirizais (RONDÔNIA, 2003; AB'SABER, 2005). Essas paisagens estão delimitadas, basicamente, pelas bacias dos rios Guaporé e Madeira, afluente do rio Amazonas. Nas bacias destes rios e de seus afluentes ocorreu um processo de territorialização, desterritorialização e reterritorialização em movimento constante.

No âmbito desta diversidade, o estado de Rondônia acolheu, em diferentes momentos, vários grupos humanos que disputaram (e ainda disputam), de forma desigual, o espaço rondoniense. Sociedades indígenas já viviam nesse espaço antes da chegada dos invasores

europeus. O vale do rio Madeira, em especial, tornou-se um refúgio para diversos grupos indígenas que vinham, já há algum tempo, subindo pelo vale do Amazonas em fuga dos conquistadores. Através de sua arregimentação pelos *empresários* das drogas do sertão, em especial para coleta do cacau, ou por meio das missões jesuíticas, esses grupos foram sendo sedentarizados e exterminados, de fato e/ou culturalmente. Posteriormente, estes grupos indígenas *amansados* foram compelidos a trabalhar na extração da borracha nos principais rios do estado rondoniense. Em todo esse processo, a maioria foi exterminada ora pelas armas ora pelas doenças.

Os grupos indígenas⁷ que sobreviveram misturam-se à sociedade cabocla do estado ou vivem nas reservas indígenas demarcadas, porém alguns grupos ainda lutam pela demarcação de suas terras tradicionais. De acordo com o CIMI (2002), estima-se que, no século XVIII, a população indígena era de 80 mil pessoas. Mas, ao apagar das luzes da primeira década do século XXI, constata-se que a população indígena de Rondônia não atinge sete mil pessoas, divididas em 36 grupos étnicos, entre os quais, 14 ainda sem contato permanente com a *sociedade civilizada*.

O espaço rondoniense foi ocupado também, ainda que em menor amplitude, pelos escravos negros fugidos das minas de ouro mato-grossenses, em especial, da região de Vila Bela da Santíssima Trindade, a partir do século XVIII. Esses grupos formavam quilombos nos rios do Vale do Guaporé, em Rondônia, constituindo territórios camponeses de liberdade e resistência. Trabalharam, principalmente, em atividades extrativas, com destaque para a poaia e a borracha. Os remanescentes reconhecidos como quilombolas somam hoje em torno de 700 pessoas (Diário de Campo, 2009)⁸. Mas é certo que muitos estão inseridos como camponeses ou trabalhadores urbanos em várias partes do estado, destacadamente nos municípios do vale do rio Guaporé.

Ao final do século XIX, durante o ciclo da borracha, foram tangidos para o território rondoniense grande quantidade de nordestinos. Eles foram responsáveis pelo aumento significativo da produção de borracha, que antes contava apenas com o trabalho indígena. E, durante a Segunda Guerra Mundial, em meados do século XX, outra leva de trabalhadores nordestinos foi trazida para Rondônia no sentido de incrementar a produção de borracha para

⁷ Hoje em Rondônia, vivem ainda as seguintes etnias indígenas: Akunsu, Amondawa, Apurinã, Arara, Cabixi, Cinta Larga, Cujubim, Gavião, Juma Karipuna, Karitiana, Kaxarari, Miguelenos, Nambikwara, Oro Wari, Oro Win, Puruborá, Suruí, Uru eu wau wau, Zoró, Aruá, Arikapu, Jaboti, Makurap, Tupari, Wayoro, Aikanã, Canoé, Kampé, Kwaza, Sakyrabiat, Salamã, entre outros povos livres (CIMI, 2002).

⁸ Esse número, 700 pessoas, nos foi repassado por membros da CPT – Comissão Pastoral da Terra e representa uma aproximação levantada em campo.

servir ao exército americano. Do primeiro grupo, muitos voltaram para o nordeste, mas a maioria territorializou-se em áreas urbanas ou rurais do estado. Quanto aos soldados da borracha, por sua vez, alguns foram assentados como colonos, outros estabeleceram posses, enquanto muitos se mudaram para a periferia das principais cidades rondonienses.

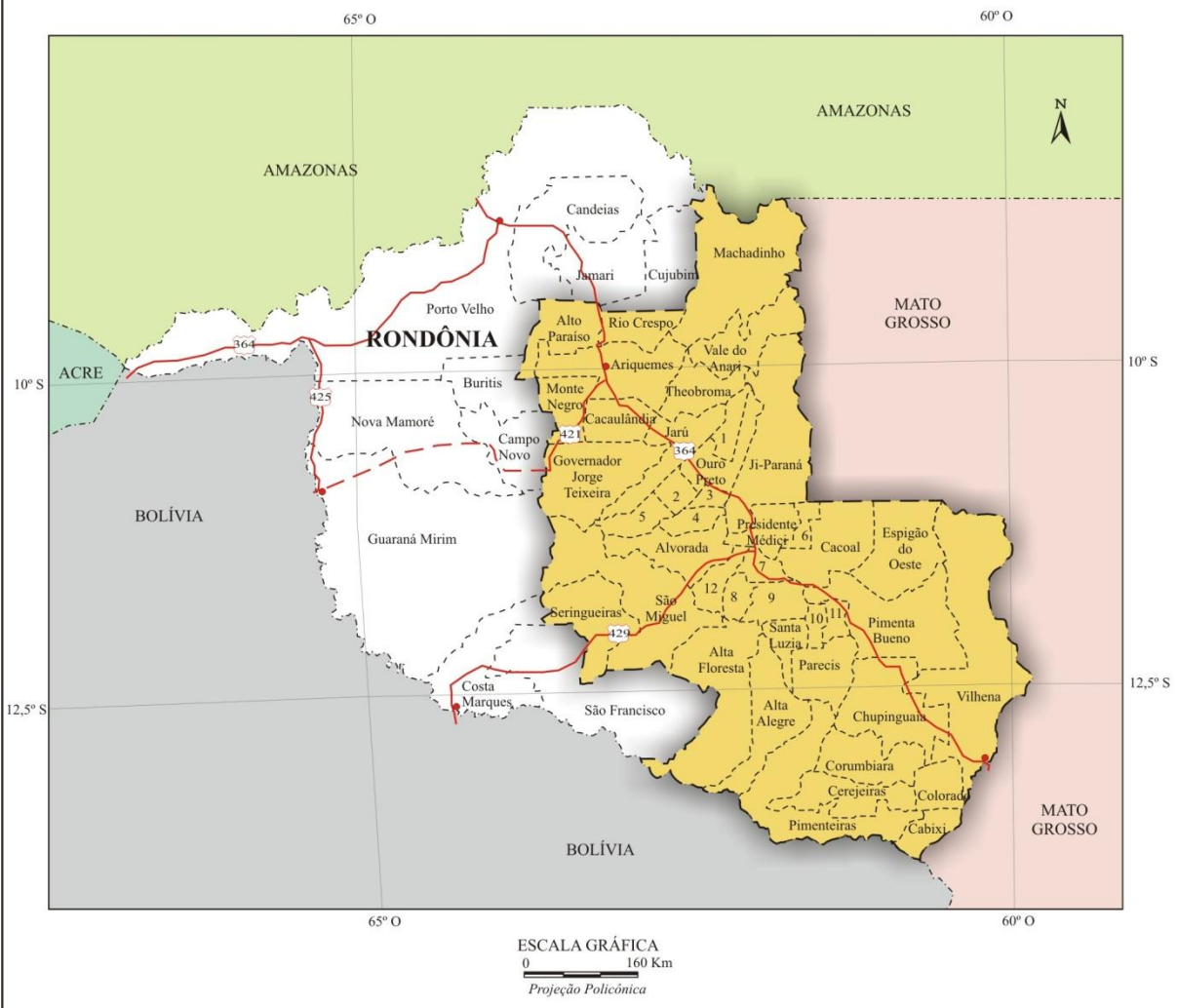
Estes grupos humanos ocuparam esparsamente o território rondoniense até a década de 1970. Os anos anteriores já mostravam um crescimento da população, mas foi a partir deste período que realmente intensificou-se o processo de ocupação capitalista do estado de Rondônia. A propaganda realizada sobre os Projetos de Colonização implantados no estado promoveu uma corrida proveniente de várias regiões brasileiras. O maior afluxo migratório, contudo, partiu dos estados do Centro-Sul, especialmente, do Mato Grosso e Paraná, onde a fronteira se fechava. Principalmente no Paraná, a modernização agrícola havia promovido a concentração fundiária e conseqüente expulsão dos camponeses.

Nesse contexto, a partir das condições ambientais e do processo histórico de ocupação territorial, o espaço rondoniense foi gradativamente produzido. Mas, como esse espaço foi historicamente diferenciado em sub-regiões? E, a partir daí, que características e distinções podem ser delimitadas neste espaço? Ou melhor, como pode ser recortado ou regionalizado tal espaço, considerando-se as diferentes dimensões encerradas em sua formação? Para responder às questões, várias regionalizações foram desenhadas e, por vezes, implementadas. Embora tenhamos ciência da obsolescência desta delimitação regional, optamos por utilizar a classificação do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Utilizamos esta classificação neste trabalho, contudo, em uma perspectiva de análise centrada na questão do território.

A Divisão Regional do Brasil em mesorregiões, partindo de determinações mais amplas a nível conjuntural, buscou identificar áreas individualizadas em cada uma das Unidades Federadas, tomadas como universo de análise e definiu as mesorregiões com base nas seguintes dimensões: o processo social como determinante, o quadro natural como condicionante e a rede de comunicação e de lugares como elemento da articulação espacial. (IBGE, 2010, não paginado).

O IBGE dividiu o estado de Rondônia em duas mesorregiões (Mapa 1), a Mesorregião do Leste Rondoniense e a Mesorregião do Madeira Guaporé. A primeira está, ainda, subdividida em seis microrregiões (Alvorada do Oeste, Ariquemes, Cacoal, Colorado do Oeste, Ji-Paraná e Vilhena), enquanto a segunda congrega duas microrregiões (Porto Velho e Guajará-Mirim) (IBGE, 2010).

MAPA 1 - LOCALIZAÇÃO DA MESORREGIÃO DO LESTE RONDONIENSE - 2010



Fonte:
SEDAM - Secretaria de Desenvolvimento Ambiental, 2009.
Atlas Geográfico Universal. Melhoramentos/ Leme. 50ª ed. São Paulo, 1987. Escala 1: 10.000.000 (Base cartográfica).

Organização:
Murilo Mendonça Oliveira de Souza

Cartografia Digital:
Cláudia Adriana Bueno da Fonseca

LEGENDA

- Sede municipal
- Limite estadual
- Limite municipal
- Limite da mesorregião
- Rodovia pavimentada
- Rodovia não pavimentada
- Prefixo de estrada federal
- Mesorregião do Leste Rondoniense

MUNICÍPIOS:

| | |
|------------------------|-----------------------|
| 1 - Vale do Paraíso | 7 - Castanheiras |
| 2 - Nova União | 8 - Novo Horizonte |
| 3 - Teixeiraópolis | 9 - Rolim de Moura |
| 4 - Urupá | 10 - São Felipe |
| 5 - Mirante da Serra | 11 - Primavera |
| 6 - Ministro Andreazza | 12 - Nova Brasilândia |

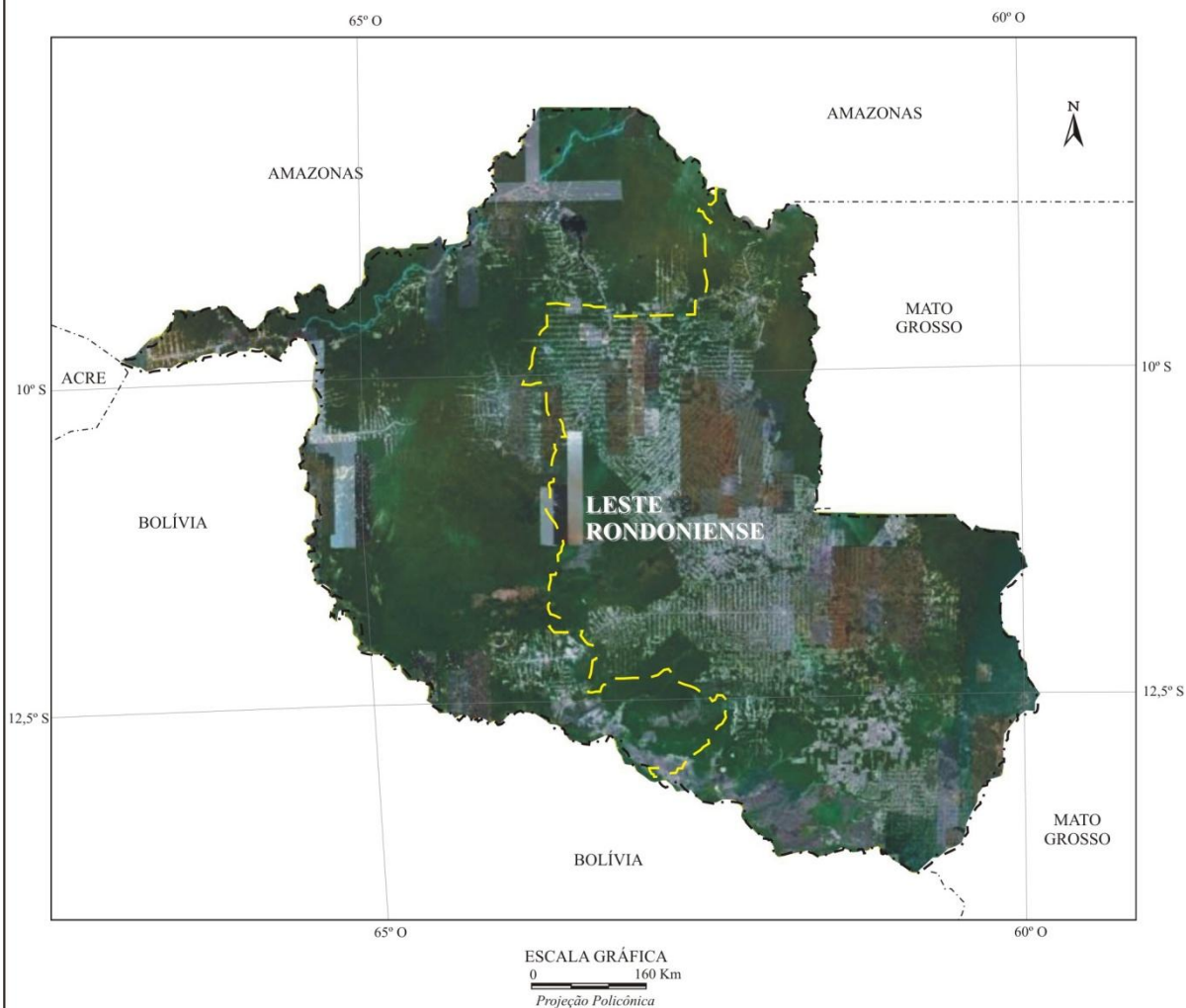
A classificação do IBGE procurou seguir, como dito, as características sociais e naturais do estado, mas teve como ponto de partida a dimensão político-administrativa. É importante, no entanto, focalizar a dinâmica territorial (material e simbólica) que produziu e continua a produzir as especificidades de cada uma dessas mesorregiões geográficas. Portanto, gostaríamos de tratar esta regionalização em uma perspectiva territorial que, além da dimensão político-administrativa, valoriza também as questões simbólicas de produção do espaço geográfico.

Nesse sentido, a Mesorregião Geográfica do Madeira-Guaporé, em termos de ocupação humana, possui uma história mais antiga. Foi por aí que passaram as primeiras bandeiras. A ligação interior entre o Brasil do Sul e o do Norte também foi realizada através desta região. A inexistência de caminhos por terra fez do rio uma estrada possível. Esta Mesorregião pode ser caracterizada, nesse sentido, como o *território lento do rio*. Possui uma população de, aproximadamente, 560.082 habitantes (IBGE, 2010), lembrando que, destes, quase 400 mil vivem na capital do estado, Porto Velho.

Ao contrário, na Mesorregião Geográfica do Leste Rondoniense, estabelecida como área específica de estudo para este trabalho, impera o *território rápido da estrada*. Por aí já havia passado o General Cândido Rondon, construindo sua linha telegráfica e contatando grupos indígenas e seringueiros. Seguindo a trilha que a linha telegráfica desenhou, a BR 364 foi, de fato, o que abriu as portas para o avanço capitalista sobre a região. Assim, foi nesta mesorregião que se concentrou a ocupação massiva promovida pelo governo militar a partir da década de 1970. Essa área possui uma população estimada em 974.012 habitantes (IBGE, 2010), concentrada, principalmente, no eixo da rodovia BR 364.

A Mesorregião Geográfica do Leste Rondoniense está inserida na faixa de transição para o Cerrado, assim como em áreas de Floresta Equatorial (RONDÔNIA, 2003). Passou, da mesma forma, como o restante do estado, por diversas fases no processo de ocupação humana, englobando, ainda, em seus limites, áreas de reserva indígena, regiões extrativistas, antigos seringais e áreas de colonização agrícola. Destaca-se na região, contudo, o intenso processo de colonização pelo qual passou na década de 1970. A maioria dos municípios que compõe a mesorregião desenvolveu-se à margem da rodovia BR-364, que corta o estado. A ocupação da mesorregião estudada, assim, seguiu um intenso processo de antropização, o que pode ser observado no mapa 2, que mostra a amplitude da supressão florestal, refletido nas áreas mais claras da imagem. Nas áreas mais claras do mapa, podemos observar os principais espaços utilizados no processo de ocupação da fronteira rondoniense.

MAPA 2 - PROCESSO DE ANTROPIZAÇÃO NA MESORREGIÃO DO LESTE RONDONIENSE - 2010



Fonte:

Imagem Google Earth 2010. Escala 1:18.000.000. Disponível em: <http://www.googleearth.com/imagem>. Acesso em 12/07/2010.

Atlas Geográfico Universal. Melhoramentos/ Leme. 50ª ed. São Paulo, 1987. Escala 1: 10.000.000 (Base cartográfica).

Organização:

Muriilo Mendonça Oliveira de Souza

Cartografia Digital:

Cláudia Adriana Bueno da Fonseca

LEGENDA

- Área preservada
- Área antropizada
- Limite estadual
- Limite da mesorregião

Foram instalados na mesorregião estudada, nos anos 1970, quatro projetos de colonização, assentando mais de 16 mil famílias em dois milhões de hectares. Também na Mesorregião do Leste Rondoniense, devido ao intenso fluxo migratório espontâneo, foram implementados, a partir de 1980, diversos Projetos de Assentamento Rápido (PAR). A implantação do PAR teve como objetivo principal minimizar os conflitos pela posse da terra na região. A partir da década de 1980, os conflitos pela terra persistiram, assim como a exclusão dos trabalhadores sem-terra. No sentido de amenizar tais conflitos, o Estado implantou, como fruto da luta dos trabalhadores rurais sem terra, mais 80 Projetos de Assentamento (PA), assentando, aproximadamente, 23.684 famílias nos diversos municípios da mesorregião a ser estudada (INCRA, 2009).

No entanto, a luta pela terra e as dificuldades de sobrevivência nos assentamentos já consolidados continuam. O desenvolvimento dos assentamentos promoveu considerável transformação socioambiental na área de estudo, mas foram privilegiados, frequentemente, os grandes empreendimentos agropecuários, em detrimento da reforma agrária e do apoio aos produtores camponeses. Nesse contexto, convivem na mesorregião produtores camponeses tradicionais, comunidades indígenas, assentados rurais, latifundiários e os empreendimentos agropecuários capitalistas. Isso faz da área de estudo um ambiente de constante conflito pela posse da terra, tendo como intermediário o Estado, que, normalmente, está atrelado aos empreendimentos capitalistas.

O espaço natural da região foi fortemente modificado, sobretudo a partir da década de 1970, com o reflexo da colonização dirigida e dos grandes empreendimentos empresariais. Mas, foi nesta mesorregião que se territorializou, em diferentes momentos, uma larga população camponesa. E, nesse contexto, os conflitos pela terra atingiram níveis mais altos, o que fez dessa região também o foco de ação dos movimentos de luta pela terra no estado de Rondônia, e por isso a importância em estudá-la.

Com relação ao recorte temporal estabelecido para essa pesquisa, ressaltamos, inicialmente, que o pensamos mais como um processo em conexão com o espaço do que linearmente, na forma como destaca Manuel Correia de Andrade:

O tempo vem sendo analisado como se fosse uma sucessão linear que se divide em três etapas: passado, presente e futuro. Essas etapas são apenas cronológicas, de vez que as instituições e as ligações existentes no passado permanecem e atuam no presente e se projetam no futuro. Assim, a um só tempo, a sociedade e a natureza vivem no presente também o passado, através dos resquícios outrora dominantes, e as projeções no futuro. (ANDRADE, 1997, p. 20-21).

Para atender aos nossos objetivos de pesquisa, delimitamos um corte temporal que se inicia em 1970 e termina em 2010. Embora entendamos que as transformações na fronteira rondoniense passam a ser ideologicamente planejadas já com o golpe de 1964, é com o primeiro Projeto Integrado de Colonização (PIC Ouro Preto), em 1970, que o processo migratório inicia-se de forma intensa. Embora já houvesse planos estabelecidos para a ocupação da fronteira rondoniense, é com o PIN (Plano de Integração Nacional) que tais planos foram materializados. E, especificamente para o caso de Rondônia, tem importância também a abertura da BR 364 para o tráfego apenas ao final de 1968.

A partir daí, as terras rondonienses passaram por um processo efetivo de apropriação econômica. Já existiam planos para a ocupação do território desde sua criação, em 1943, por Getúlio Vargas, mas foi após a tomada de poder pelos militares que a frente pioneira avançou efetivamente sobre suas terras. O tratamento militar dispensado à questão agrária das atuais terras rondonienses transformou esta área na resposta para os conflitos agrários que afetavam diversas outras regiões brasileiras, com destaque para o estado do Paraná, onde a fronteira oeste havia sido fechada.

A partir daí, foram implantados projetos de colonização dirigidos pelo Estado, além de diversos outros, dirigidos pelo capital privado. Muitos desses projetos foram implantados em territórios indígenas ou em áreas de posse de seringueiros, o que ocasionou grande número de conflitos pela terra. Foram desterritorializados, nesse contexto, índios, seringueiros, posseiros e camponeses de diversas regiões. Portanto, para uma análise da territorialização dos assentamentos rurais e da luta pela terra no estado de Rondônia e na Mesorregião Geográfica do Leste Rondoniense, é imprescindível um recorte temporal que tenha como ponto de partida a década de 1970.

Estendemos este período de estudo, entretanto, até o ano de 2010, por entender que estão em processo acontecimentos que redefinem a situação dos assentamentos rurais e a luta pela terra no país de forma geral e, destacadamente, no estado de Rondônia. Passamos por um momento de indefinição quanto às estratégias dos movimentos de luta pela terra, particularmente, na região amazônica, onde o Programa Terra Legal completou, em 2010, um ano de execução, regularizando áreas historicamente griladas por grupos de latifundiários nacionais e estrangeiros, torna-se necessária uma reflexão que inclua este momento.

Este corte temporal, pensado especificamente em sua amplitude significativa para a Mesorregião Geográfica do Leste Rondoniense, nos permite englobar dimensões que se complementam para explicar a luta pela terra e a territorialização camponesa nos

assentamentos rurais estudados. E, por isso, entendemos ser esta delimitação espaço-temporal adequada para o estudo da área de pesquisa e de seus sujeitos, que buscamos definir no item que segue.

1.5 Os sujeitos da pesquisa: quem são estas pessoas?

No contexto do recorte espaço-temporal apresentado no item anterior, estão inseridos os sujeitos, os homens e mulheres, de nossa investigação. Mas quem são estas pessoas, que se territorializaram no estado de Rondônia e, especificamente, na Mesorregião Geográfica do Leste Rondoniense, a partir da década de 1970? Qual a dinâmica socioeconômica e os conflitos presentes no cotidiano destes grupos sociais? Respondendo previamente a estas questões, em uma palavra, diríamos que são camponeses, com ou sem terra, lutando por melhores condições de sobrevivência e reprodução como classe social.

Lembramos previamente que o acesso à terra foi historicamente negado à grande maioria do povo brasileiro por uma estrutura latifundiária persistente. As diversas sociedades indígenas autóctones foram as primeiras a perder suas terras. Os escravos, que já haviam perdido o direito à terra além-mar, em território brasileiro perderam também a liberdade. A esses grupos principais juntaram-se, com o tempo, mestiços, imigrantes europeus, entre outros. Poucas foram as oportunidades nas quais esses grupos camponeses conseguiram penetrar e permanecer autonomamente no campo, constituindo territórios camponeses. Isto somente ocorreu por meio de sua luta e resistência.

Nesse contexto de desenraizamento, de conflito e de luta pela terra, estão inseridos, primordialmente, os sujeitos da pesquisa. São basicamente sujeitos de fronteira. Expulsos das terras do Centro-Sul, principalmente, pela modernização conservadora no campo, estes lavradores colocaram-se em movimento em busca de terras para produzir sua existência. Muitos, quando chegaram a Rondônia, trouxeram uma história de gerações de migrantes, tendo alguns já passado por mais de três estados diferentes, em busca de terra.

A propaganda realizada em torno dos Projetos de Colonização implantados no estado, a partir de 1970, atraiu os camponeses desenraizados, provenientes de várias regiões brasileiras, para o território rondoniense. O maior processo migratório partiu dos estados do Centro-Sul, em especial do Paraná e Mato Grosso, onde a fronteira se fechava. Principalmente no Paraná, a modernização agrícola havia promovido a concentração fundiária e conseqüente

expulsão dos camponeses. Contudo, a cada migrante que acessava um lote de terra em Rondônia, pelo menos quatro não conseguiam uma parcela.

Esses grupos camponeses migraram na esperança de territorializarem-se no estado, mas as terras oferecidas não foram, nem de longe, suficientes para assentar o contingente de migrantes. De acordo com dados organizados por Lopes (1983), até 1982 foram criadas 61 mil vagas em lotes de colonização. Mas, segundo dados do IBGE (2010), somente na década de 1970, a população do estado saltou de 111.064 para 491.069, motivada pela maioria de terra. Ou seja, os lotes não foram suficientes, o que aumentou a luta pela terra no estado.

Em meados da década de 1980, no entanto, inicia-se a organização de grupos sem-terra no estado, a partir principalmente da intervenção das Comunidades Eclesiais de Base (CEB's). O mesmo vinha ocorrendo em todo o país, lembrando a fundação do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra (MST), em 1984, no Paraná. Os próprios migrantes vindos desse estado e do Mato Grosso já traziam consigo uma história de luta pela terra. E, por meio de reuniões nas comunidades rurais, algumas lideranças foram organizando os trabalhadores rurais sem-terra que, até então, viviam na periferia das cidades ou como agregados em fazendas de todo o estado.

Entre 1985 e 1989, foi gestado o MST no estado de Rondônia. E, nesse período, uma imensa quantidade de camponeses que havia migrado para a fronteira rondoniense foi congregada em uma luta consciente pela terra. O nosso sujeito é, portanto, o camponês desenraizado que perambula em busca de um território de vida por todo o país e que migrou para Rondônia na esperança de ter acesso à terra. Como isto, na maioria dos casos, não aconteceu, esse camponês se organizou para lutar coletivamente pela terra de trabalho. Assim, o sujeito camponês transforma-se no sujeito sem-terra e, depois, em sujeito assentado.

Majoritariamente, portanto, nosso sujeito é o sujeito camponês, que migrou para a fronteira rondoniense em busca de terra, viveu como agregado, ou nas pequenas cidades, mas nunca deixou de sonhar com a terra de trabalho. Com o processo de organização da luta pela terra, muitos conseguiram ser assentados, mas muitos outros continuam acampados, na luta por um pedaço de terra para produzir e viver. Considerando a importância do conceito de campesinato para a estruturação de nosso trabalho, no capítulo dois, abordamos, com maior profundidade, a questão camponesa, numa perspectiva histórica, adaptando-a ao contexto de formação do território brasileiro.

1.6 A organização das informações

1.6.1 A coleta de dados em fontes secundárias

Como complemento às leituras e ao trabalho de campo, acessamos, constantemente, informações a partir de fontes secundárias. Parte das fontes foi acessada antes mesmo da imersão em campo, servindo como material de estruturação e organização desta parte do trabalho de doutoramento. Nesse momento, anterior ao trabalho de campo, as fontes acessadas por meio da Internet foram majoritárias. Embora entendamos os possíveis riscos da utilização de informações provenientes dessa rede de informação, decorrente em especial da banalização de seu uso, consideramos importante esse instrumento de acesso complementar às informações sobre a área de pesquisa.

“Se os sites utilizados e disponibilizados forem de fonte reconhecida no meio acadêmico” (ALVES; CUSTÓDIO, 2005, p. 203), assim como no meio social, em nosso caso, nos movimentos sociais, este recurso, sem dúvida, pode contribuir com a análise científica. Nesse sentido, acessamos, inicialmente, assim como em todo o período do doutorado, os sites oficiais do IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística), do INCRA (Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária) e da FUNAI (Fundação Nacional do Índio). O primeiro dispõe de dados atuais e históricos sobre a população nacional e o território rondoniense. O segundo, por sua vez, é central para o acesso aos dados da questão fundiária e agrária do país, apresentando não somente informações globais para o território brasileiro como também dados específicos relacionados ao estado rondoniense. O terceiro representou importante fonte sobre as questões indígenas do território rondoniense, pois disponibiliza informações específicas relacionadas à demarcação de reservas e situação fundiária das terras indígenas.

Para além dos sites oficiais, utilizamos também informações provenientes de Jornais Online, como: Agência Amazônica de Notícias, Resistência Camponesa e Notícias da Terra (CPT/Rondônia). Os sites dos jornais representam fontes importantes de informação, pois disponibilizam dados provenientes diretamente das áreas de conflito, apresentando a realidade antes de uma *filtragem ideológica*, realizada pelas mídias não-independentes. Também destacamos o Relatório DATALUTA, produzido pelo Núcleo de Estudos, Pesquisas e Projetos de Reforma Agrária (NERA), na Universidade Estadual de São Paulo/Campus de

Presidente Prudente (UNESP/Presidente Prudente), sob a coordenação do Professor Bernardo Mançano Fernandes.

Durante o trabalho de campo, por outro lado, tivemos a oportunidade de acessar, em diferentes espaços, grande quantidade de informações sobre a questão da terra em Rondônia. Os arquivos do INCRA de Rondônia são valiosos, pois, antes de se tornar estado, o território rondoniense era, em larga medida, governado pelos presidentes desse instituto. Portanto, boa parcela da história da terra no estado está ali arquivada. Tivemos acesso às bases cartográficas dos projetos de colonização e dos assentamentos rurais do estado, assim como às informações sobre as políticas públicas direcionadas aos camponeses. Por outro lado, os dados jurídicos relacionados à questão agrária nos foram restringidos, o que reforça a suposição de que muitas irregularidades foram levadas a cabo no processo de colonização e regularização fundiária.

Os arquivos do CIMI/Rondônia (Conselho Indigenista Missionário/Rondônia) e CPT/Regional Rondônia (Comissão Pastoral da Terra/Regional Rondônia), por outro lado, nos foram completamente abertos. Estas organizações possuem um amplo acervo de informações sobre a questão da terra. A primeira delas tem seu arquivo focado na questão indígena rondoniense, onde é possível encontrar dados relevantes quanto à situação histórica e atual das comunidades indígenas do estado. Tais dados foram importantes para ilustrar a disputa territorial de diversas etnias com grandes latifundiários. O arquivo da CPT é amplo com relação à questão agrária rondoniense. Recortes de jornais antigos e cópias de documentos oficiais compõem uma história concreta da luta pela terra e dos territórios camponeses constituídos, sobretudo a partir da década de 1970.

Foram também relevantes os dados acessados no Museu Rondon, em Ariquemes/RO, e no Centro de Documentação Histórica, em Porto Velho/RO. No Museu Rondon, além de amplo acervo de peças do período da construção da linha telegráfica de Rondon e dos ciclos da borracha, estão arquivadas várias edições do extinto jornal *O Parceleiro*. Esse informativo revela importantes passagens da colonização agrícola e da luta pela terra, entre fins da década de 1970 e a década de 1980, período fértil no que se refere aos conflitos agrários em Rondônia. No Centro de Documentação Histórica, existe, também, um amplo acervo de documentos históricos e edições antigas de jornais, especialmente do *Alto Madeira* e de *O Guaporé*. Informações apresentadas nestes jornais, ainda que não necessariamente citadas em nosso trabalho, foram importantes para adquirirmos uma compreensão histórica de formação territorial do estado.

Com relação ao jornal *Alto Madeira*, estivemos também em contato com seu editor e com um dos colunistas. Isto nos permitiu entender, de forma mais aprofundada, o caráter ideológico desse informativo. Aí conversamos informalmente, também, com seu proprietário, Sr. Euro Tourinho, antigo seringalista. O diálogo foi esclarecedor com relação ao processo de produção gomífera durante a Segunda Guerra Mundial, assim como no sentido de compreendermos a leitura feita pelos seringalistas do período de produção da borracha. Também contatamos um dos colunistas do jornal *O Parceleiro*, Montezuma Cruz. Esse jornalista, que hoje trabalha em Brasília, vivenciou os momentos mais violentos da colonização agrícola em Rondônia e nos ofereceu uma boa reflexão sobre esse período.

Outras fontes secundárias foram acessadas em diferentes espaços como, por exemplo, na Secretaria Estadual do MST, em Ouro Preto do Oeste/RO e no Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Espigão do Oeste, em Espigão do Oeste/RO, onde obtivemos edições dos jornais *Folha Pimentense* (Pimenta Bueno/RO) e *Tribuna Popular* (Cacoal/RO). Para além das informações coletadas nestes espaços, foram relevantes para a pesquisa os documentos, relatos e fotos apresentados por acampados e assentados nas áreas pesquisadas. Como exemplo específico deste tipo de fonte, podemos citar o diário mantido por uma camponesa assentada no Projeto de Assentamento Padre Ezequiel que engloba todo o período acampamento, incluindo momentos de conflitos, despejos, entre outros.

De forma geral, todas estas fontes secundárias foram importantes para a construção da pesquisa. Embora não tenhamos recorrido às metodologias de análise do discurso ou da análise de conteúdo, entendemos ter sido relevante a utilização de tais fontes, particularmente dos recortes de jornais que revelam momentos importantes do processo de formação do território rondoniense, incluídos, ali, conflitos agrários, relatos de massacres de tribos indígenas, propaganda dos projetos de colonização, entre outros. Assim, entendemos que, em geral, tais dados foram complementares para a construção do trabalho, fornecendo elementos que instrumentalizaram, também, nossa compreensão da área de estudo, quando em campo, discussão que buscamos fortalecer a seguir.

1.6.2 Entre a proposta de investigação e o trabalho de campo: algumas considerações

As ciências humanas criaram, historicamente, um largo arcabouço metodológico que se consubstanciou em diferentes procedimentos para analisar a realidade e alcançar a *verdade* científica. Esses procedimentos, no entanto, camuflados por uma suposta neutralidade

científica e por uma postura filosófica positivista, alijaram do processo de investigação seus sujeitos. Eles que foram, por vezes, visualizados como objetos de pesquisa, deveriam ser dissecados para serem, enfim, compreendidos. Também no âmbito da geografia e, mais exatamente, da geografia agrária, o sujeito foi estudado como um objeto a mais do ambiente pesquisado. Tal postura certamente não possibilitou uma análise dialética das contradições presentes no campo ou na cidade, dando margem a interpretações enviesadas da realidade territorial.

A partir da década de 1970, no entanto, em contraposição aos históricos procedimentos positivistas e *neutros* da ciência, foi desenvolvida uma nova forma de pensar e agir na investigação científica, buscando a participação ativa de seus sujeitos, valorizando sua palavra e a compreensão do mundo em que vivem e convivem (CARVALHO; SOUZA, 2009). Esse movimento de renovação dos procedimentos da pesquisa foi consubstanciado na proposta da Pesquisa Participante (PP), que, no Brasil, passou a contar com maior visibilidade a partir da publicação, em 1981, do livro também intitulado *Pesquisa Participante*, organizado por Carlos Rodrigues Brandão.

O eixo central da proposta participante de investigação pressupõe valorizar o fator educativo, colocando pesquisador e pesquisado como sujeitos de um mesmo processo, ainda que desenvolvam tarefas diferentes, pois pretendem ser um instrumento compartilhado de transformação social. Assim, a pesquisa participante está caracterizada, de acordo com Oliveira e Oliveira (1999), pela produção de conhecimentos que aumentam a consciência e a capacidade de iniciativa transformadora dos grupos com quem trabalhamos, onde o estudo da realidade vivida é matéria-prima e ponto de partida.

Na geografia agrária e na pesquisa sobre as contradições dialéticas do campo brasileiro, os pressupostos da pesquisa participante têm sido recorrentemente utilizados. Em especial, nos estudos geográficos que têm como base de análise o problema agrário, o procedimento participante tem permitido uma compreensão mais apurada da dinâmica vivida por cada grupo social no campo. Destacadamente nos trabalhos de geógrafos que têm assumido o campesinato como categoria de análise, a postura participativa ganhou espaço considerável, pois o papel dialético do camponês no âmbito do modo capitalista de produção somente pode ser compreendido a partir de uma perspectiva participante. As considerações elaboradas a respeito do trabalho de campo por Paulino (2006) revelam o tipo de inserção da qual falamos.

Durante cinco meses perambulei quase diariamente pela área de estudo, sem que das 292 famílias visitadas, uma sequer tivesse fechado suas portas. Pude acompanhar a lida na lavoura, os cuidados com as criações; em suas casas, fiz as refeições e frutos de seu trabalho me foram doados em profusão. Seu modo de vida, suas atitudes, seus sonhos e suas lutas me proporcionaram um novo encontro com a utopia. (PAULINO, 2006, p. 26).

O resgate dessa utopia é permitido apenas pela participação do pesquisador no cotidiano do pesquisado e do pesquisado na investigação do pesquisador. A partir dessa idéia, a pesquisa participante possibilita, como destacaram Carvalho e Souza (2009), que o pesquisador participe, como cientista, na discussão sobre a luta pela terra, das relações capitalistas de produção no campo e de todas as contradições encerradas no território estudado. Buscamos, aqui, transpor o caráter participativo para o trabalho de campo, pois entendemos que é no campo, principalmente, que o procedimento participante revela seu maior valor.

Kayser (2006, p. 94) nos diz o seguinte: “Qualquer um que deseje conhecer um fenômeno só poderá ter sucesso se entrar em contato com ele, ou seja, vivê-lo (praticá-lo) dentro do próprio meio deste fenômeno”. Essa idéia expressa muito bem a importância do trabalho de campo para a realização científica e, principalmente, para a investigação geográfica. Mais que isso, em geografia humana, a pesquisa participante nos convoca a uma reavaliação de nossa postura frente à realidade territorial pesquisada, frente aos homens e mulheres *objetos*, quando não *vítimas*, do trabalho acadêmico.

O pesquisador, por vezes, realiza o trabalho de campo como quem vai ao dentista, ou seja, quanto mais rápido e com menor sofrimento terminar, melhor. Essa postura não responde à imersão participante que o trabalho científico em geografia humana exige. Na realidade, os problemas, para os quais buscamos respostas, são essencialmente complexos. O território é resultado de contradições histórico-sociais que precisam ser desvendadas e, por isso, a inserção do pesquisador no campo deve levar em conta, também, tais contradições. Na linha deste raciocínio, Suetergaray (2002) resume bem o significado que o trabalho de campo deve assumir para o geógrafo.

A pesquisa de campo constitui para o geógrafo um ato de observação da realidade do outro, interpretada pela lente do sujeito na relação com o outro sujeito. Esta interpretação resulta de seu engajamento no próprio objeto de investigação. Sua construção geográfica resulta de suas práticas sociais. Neste caso, o conhecimento não é produzido para subsidiar outros processos. Ele alimenta o processo, na medida em que desvenda as contradições, na medida em que as revela e, portanto, cria nova consciência do mundo. Trata-se de um movimento da geografia engajada nos movimentos, sejam eles sociais agrários ou urbanos. Enfim, movimentos de

territorialização, desterritorialização e reterritorialização. (SUETERGARAY, 2002, p. 66).

Logo, o trabalho de campo deve ser considerado, acima de tudo, um processo, e não como uma simples busca por informações e dados sobre a realidade que se deseja investigar. Pois, as contradições encerradas em cada território não serão prontamente reveladas nas respostas e nos dados coletados. Tais contradições serão reveladas apenas através de uma aproximação com a complexidade territorial. O que requer uma vivência partilhada com os sujeitos da pesquisa, em seu próprio terreno.

Esta foi a forma segundo a qual procuramos nos inserir no território investigado. Trazendo conosco os fatores subjetivos de nossa formação pessoal e política, como também a base teórica que direciona a pesquisa, buscamos imergir no contraditório espaço rondoniense. E, assim, além da vivência no contexto social, político e produtivo das áreas de assentamentos pesquisadas, participamos de encontros dos movimentos sociais e das entidades de apoio à luta pela terra, escrevemos para jornais informativos, participamos de debates em programas locais de rádio, colaboramos em cursos de formação política e técnica e, mais que tudo, aprendemos, a todo o momento, com a partilha da luta cotidiana dos camponeses rondonienses.

1.6.3 Pesquisa participante exploratória: desvendando o território

A primeira das intervenções em campo, que denominamos *pesquisa participante exploratória*, pautou-se na necessidade de compreensão mais ampla do movimento territorial do estado de Rondônia e também na importância de se acessar informações secundárias sobre a dinâmica territorial. Por isso, realizamos, em verdade, uma travessia pelo estado. Nessa travessia, estivemos em diversos lugares e dialogamos com homens e mulheres que produzem, cotidianamente, o espaço agrário rondoniense. Antigos soldados da borracha, garimpeiros, madeireiros, quilombolas, colonos, ribeirinhos, assentados e acampados, entre outros, nos revelaram uma primeira versão do território rondoniense. Foi também no âmbito desta inserção que coletamos informações e dados secundários de interesse para a pesquisa.

Para esclarecermos essa intervenção, em primeiro lugar, é importante destacarmos nosso entendimento sobre a pesquisa exploratória, a pesquisa participante e o porquê da junção destes termos. Assim, quanto à pesquisa exploratória, buscamos nos aproximar da definição estabelecida por Gil (1999, p. 43):

As pesquisas exploratórias têm como principal finalidade desenvolver, esclarecer e modificar conceitos e idéias, tendo em vista, a formulação de problemas mais precisos ou hipóteses pesquisáveis para estudos posteriores. De todos os tipos de pesquisa, estas são as que apresentam menor rigidez no planejamento. Habitualmente envolvem levantamento bibliográfico e documental, entrevistas não padronizadas e estudos de caso. Pesquisas exploratórias são desenvolvidas com o objetivo de proporcionar visão geral, de tipo aproximativo, acerca de determinado fato. Muitas vezes as pesquisas exploratórias constituem a primeira etapa de uma investigação mais ampla e [...] o produto final deste processo passa a ser um problema mais esclarecido, passível de investigação mediante procedimentos mais sistematizados.

Foi exatamente no sentido de desenvolver mais solidamente nossas questões de pesquisa que buscamos apoio em uma investigação exploratória a princípio. Por outro lado, denominamo-la *exploratória participante* em decorrência do tipo de intervenção investigativa sobre a realidade que consideramos mais acertada no caso particular da elaboração desta tese, ou seja, como um instrumento compartilhado de transformação social, como já sinalizamos no item anterior.

Nesse sentido, a postura do pesquisador deve assumir uma espécie de consciência de *funcionário da sociedade*. Entendendo que este está ali como aliado do povo, armado de conhecimentos científicos e querendo uni-los ao posicionamento mais prático e social possível. Enxergando pesquisador e pesquisados como sujeitos de um mesmo trabalho comum, mesmo que desenvolvendo situações e tarefas diferentes, pretendendo ser um instrumento a somar de reconquista popular (BRANDÃO, 1999).

De forma geral, o que buscamos fazer nesta *pesquisa participante exploratória* foi, parafraseando Kayser (2006), passear tranquilamente, nos impregnar da atmosfera social, procurando distinguir, em conversações informais, as contradições que encerram cada realidade territorial. Esses momentos foram relevantes para que pudéssemos captar, no espaço e no tempo, a dinâmica social, econômica e política do estado. Com relação à organização do espaço agrário, colecionamos informações variadas que, posteriormente, nos foram bastante relevantes para compreender a luta pela terra e a territorialização dos assentamentos rurais na Mesorregião Geográfica do Leste Rondoniense.

Na impossibilidade de relatarmos integralmente essa imersão exploratória em campo, selecionamos algumas experiências entendidas como mais relevantes na produção de elementos para nossa pesquisa, basicamente em função de representarem um encontro com as diferentes camadas da terra, ou seja, com os diferenciados grupos camponeses historicamente territorializados em Rondônia. São elas: visita à Reserva Indígena Rio Branco; participação em audiência pública com grupos remanescentes de quilombo; viagem às margens da Estrada

de Ferro Madeira-Mamoré; e, por fim, colaboração em curso sobre agroecologia no Projeto de Assentamento Flor do Amazonas. Destas experiências, apresentamos, a seguir, alguns fatos e as reflexões por eles desencadeadas.

A visita à Reserva Indígena Rio Branco, em outubro de 2009, nos colocou em contato com uma realidade sobre a qual não tínhamos, até então, um conhecimento concreto. Por isso, esta experiência representou um momento de *estranhamento*, mas, certamente, foi bastante enriquecedora para o processo de compreensão da situação indígena do território rondoniense. De acordo com levantamento da FUNAI (2008), essa reserva, homologada em 1986, abrange uma área de 236 mil hectares, onde vive uma população aproximada de 680 pessoas. A maior parte dos moradores da reserva está composta por representantes dos povos Tupari e Makurap. Com esses grupos, partilhamos, em companhia de agentes da Pastoral Fluvial, duas semanas, divididas entre diferentes aldeias.

Nossa primeira observação refere-se à noção de tempo nessas comunidades. À primeira vista, pressupõe-se que o ritmo de vida é comandado pelo *tempo do rio*, muito diferente do *tempo da estrada*, com o qual estamos acostumados. No entanto, não demoramos a perceber que no espaço da reserva, o tempo da estrada já alcançou o tempo do rio e que, gradativamente, um está transformando o outro. É certo, contudo, que as práticas *civilizadas* do *homem branco* afetam em maior amplitude o modo de vida indígena.

A organização política, social e produtiva desses povos está baseada em graus de parentesco e na lógica da reciprocidade. Estão organizados em pequenas aldeias onde vivem, em média, de três a cinco famílias. Cada grupo familiar escolhe uma área, invariavelmente às margens de algum rio, e nela produz sua existência durante algum tempo. A terra está ligada à necessidade de sobrevivência do grupo. Nesse ambiente, assim como na reserva de forma ampla, a agricultura é guiada pela produção coletiva de alimentos para auto-consumo, conectada à comercialização esporádica de farinha e alguns produtos extrativos. Em algumas exceções, contudo, observamos a criação de gado de corte, ainda que em pequena quantidade e utilizada para o consumo.

Foi interessante, também, fazer um exercício comparativo entre o modo de vida desses grupos indígenas com o característico das comunidades camponesas tradicionais. Muitos elementos sociais e produtivos podem ser equiparados. A organização com base no parentesco e na reciprocidade é característica de sociedades camponesas em várias partes do mundo, inclusive no Brasil. Na agricultura, é fácil visualizar as aproximações, não somente com relação aos produtos como também no que se refere às técnicas agrícolas. O campesinato

territorializado em Rondônia, mesmo aquele vindo do Sul, adotou progressivamente, elementos da agricultura indígena.

Outra questão que aproxima (mas, às vezes distancia) índios e camponeses refere-se à pressão de grileiros. Em diálogos com lideranças indígenas, entendemos a amplitude histórica do avanço capitalista sobre as áreas de sua reserva no estado. Além da ação dos madeireiros, as terras dessa reserva foram recorrentemente invadidas por latifundiários. E, muitas vezes, grandes grileiros reúnem camponeses sem-terra desmobilizados para que seu grilo seja socialmente legitimado, permitindo, posteriormente, a negociação da área invadida com o Estado. Esta é uma realidade histórica, mas que ainda persiste, pois, enquanto estávamos realizando o trabalho de campo, ocorreram, pelo menos, duas invasões de reservas indígenas no estado de Rondônia.

Em uma segunda experiência de campo, encontramos com outros grupos camponeses que resistiram ao histórico processo de expropriação das terras e povos rondonienses, a saber, os remanescentes de quilombo. No contexto desse momento de campo, participamos de reuniões de preparação e de uma audiência pública com seis comunidades quilombolas que vivem em diferentes regiões do Vale do rio Guaporé. Essa audiência, que ocorreu na cidade de Costa Marques, entre os dias primeiro e dois de outubro de 2009, teve como objetivo principal ouvir e debater as dificuldades enfrentadas pelos remanescentes de quilombo. Participamos dessa reunião como ouvintes, mas foi possível, em alguns momentos, dialogar com lideranças das comunidades presentes e entender um pouco melhor seu processo de territorialização em terras rondonienses e sua situação atual.

As seis comunidades (Santa Fé, Forte Príncipe da Beira, Santo Antônio, Pedras Negras, Comunidade de Jesus e Laranjeiras) representadas, atualmente, por uma população de aproximadamente 700 pessoas, são remanescentes de grupos camponeses que se territorializaram no Vale do Guaporé a partir do século XVIII. Sua origem está principalmente em quilombos estabelecidos no entorno de Vila Bela da Santíssima Trindade, em Mato Grosso, ainda que alguns grupos tenham sido constituídos por escravos fugidos do canteiro de obras do Real Forte Príncipe da Beira⁹.

Estas comunidades construíram seu modo de vida em liberdade com base em uma agricultura para auto-consumo aliada à extração de borracha e poaia, comercializadas com intermediários que desciam e subiam os rios do Vale do Guaporé. Durante muito tempo, conseguiram se reproduzir socialmente, mas, a partir da década de 1970, com o avanço da

⁹ Para estudo sobre os quilombolas de Rondônia consultar Teixeira (2004) e Amaral (2008).

fronteira agrícola, suas terras e seu modo de vida passaram a ser ameaçados. Como nos contou uma agricultora quilombola da Comunidade de Jesus, suas terras foram sendo gradativamente griladas por fazendeiros sulistas, que derrubavam a mata e plantavam pastagem, cercando-os por todos os lados.

A Comunidade de Jesus foi, em outubro de 2009, o primeiro grupo remanescente de quilombo rondoniense a ter seu território reconhecido. Sua população, de 60 pessoas, vive da agricultura camponesa com venda de excedentes. Produz mandioca, arroz, feijão e criam pequenos animais para a própria alimentação. O processo de demarcação, contudo, foi bastante conturbado, visto que os fazendeiros que historicamente grilaram suas terras organizaram um movimento contra o reconhecimento da posse quilombola.

O processo de demarcação, conforme relatado na audiência, constitui-se no principal obstáculo para o reconhecimento dos direitos quilombolas. As outras cinco comunidades presentes na reunião cobraram do Ministério Público Federal a aceleração nos estudos antropológicos e fundiários que determinam suas áreas tradicionais. No entanto, tal processo envolve o embate com grileiros e políticos, o que, em alguns casos, torna a demarcação uma ação quase impossível. Enquanto isto, as terras tradicionalmente ocupadas pelos camponeses quilombolas de Rondônia continuam sendo invadidas.

Nossa terceira experiência refere-se a uma viagem pela história da Estrada de Ferro Madeira Mamoré (EFMM). Durante uma semana, em fevereiro de 2009, acompanhamos de carro os antigos trilhos e estações da ferrovia, observando as transformações da paisagem e dialogando informalmente com antigos e novos moradores das vilas constituídas ao redor das estações. Partimos de Porto Velho, onde a antiga estação está em processo de revitalização, e seguimos para Guajará-Mirim. Além destes pontos de partida e chegada, passamos por três das antigas estações da ferrovia, Jaci-Paraná, Mutum-Paraná e IATA. Cada um destes locais assumiu, com o fim da ferrovia, características específicas.

No distrito de Jaci-Paraná, distante 75 km de Porto Velho, passamos apenas algumas horas. O vale do rio Jaci-Paraná, como dizem os antigos moradores, foi um dos principais produtores de borracha do estado de Rondônia. Especialmente no período da Segunda Grande Guerra, o distrito (e estação) passou por períodos bastante movimentados. A produção proveniente de diversas colocações do vale do Jaci-Paraná chegava de tempos em tempos para ser enviada pela ferrovia para Porto Velho. Com o esfriamento da produção de látex e o fim da ferrovia, as pessoas que permaneceram no distrito passaram a viver do garimpo, da pesca artesanal e de atividades camponesas.

Em Mutum-Paraná, passamos um dia todo observando e conversando com moradores. Esse distrito, com uma população de não mais que 600 habitantes, viveu basicamente o mesmo processo que o distrito anterior. No vale do rio Mutum-Paraná foi disponibilizado um grande número de colocações para seringueiros provenientes, em sua maioria, dos estados do nordeste brasileiro. Em um dos diálogos, conversamos, em um bar instalado na estrutura de uma antiga ponte da ferrovia, com o filho de um antigo soldado da borracha. Relembrando o passado, ele falou do tempo do trem e do período em que a rodovia foi construída. Da mesma forma como aconteceu com Jaci-Paraná, os moradores da localidade passaram a viver da agricultura camponesa e, principalmente, da pesca e do garimpo. Os dois distritos têm ainda em comum o fato de que, em parte ou totalmente, sua comunidade será *afogada* pelas usinas em construção no vale do rio Madeira. Serão submersos não somente os trilhos da antiga ferrovia do diabo como também a história de luta do povo da região.

Passamos também um dia na antiga Colônia Agrícola do IATA. Antiga estação da EFMM, o IATA representa atualmente um distrito do município de Guajará-Mirim. Ali ainda vivem filhos e netos de colonos cearenses que foram tangidos para lá durante a segunda metade da década de 1940. Os mais velhos lembram, ainda, da alta produção de arroz, farinha e feijão, transportada pela ferrovia até Porto Velho ou Guajará-Mirim. Essa foi uma das colônias agrícolas criadas para garantir a produção de alimentos para as atividades garimpeiras e, principalmente, para garantir o controle sobre as áreas de fronteira. Ainda estão de pé antigas estruturas que deram vida à colônia até 1972, quando a ferrovia interrompeu, definitivamente, sua atividade. A colônia ficou fora da rota por onde passa a estrada que ligou Porto Velho e Guajará-Mirim, o que fez com que as atividades agrícolas diminuíssem consideravelmente.

Do IATA, seguimos para Guajará-Mirim, onde passamos alguns dias. A cidade foi, até a década de 1970, um grande entreposto para mercadorias da floresta, em especial, borracha e castanha. No estado de Rondônia, essa cidade foi o grande centro que congregava a produção seringueira. Em Guajará-Mirim estavam estabelecidas as principais empresas negociadoras da borracha. Esse posto lhe rendeu um intenso processo de desenvolvimento durante certo tempo, mas, atualmente (2009), vive de uma esparsa atividade extrativa e do turismo comercial, por ser área de fronteira com a Bolívia. O município, contudo, é representativo quanto à preservação ambiental, pois tem quase 90% de seu território coberto por floresta nativa. Foram criadas, nesta região, algumas RESEX – Reservas Extrativistas, onde vivem antigos soldados da borracha, seus filhos e netos. Essas famílias representam parte do

campesinato formado no estado. No entanto, as comunidades extrativistas, como nos relatou um antigo soldado da borracha, têm sofrido constantes investidas de grileiros.

Por fim, a quarta e última experiência a ser relatada refere-se à colaboração em um Curso de Agroecologia e Meio Ambiente, realizado no Projeto de Assentamento Flor do Amazonas, no município de Candeias do Jamari/RO. Esse assentamento está instalado em antiga área de exploração florestal, preservando maior parte de sua cobertura natural. Foram assentadas na área, em 2008, mais de 300 famílias. A área está, contudo, em um ambiente onde apenas 20% de cada lote podem ser legalmente desmatados. No entanto, as famílias assentadas são migrantes sulistas, que vieram para o estado em diferentes momentos. Ou seja, foram assentados em uma área onde o lote deve ficar quase totalmente na mata, mas possuem uma cultura camponesa que ainda não aprendeu a dela viver.

Objetivando instrumentalizar o debate sobre alternativas produtivas e organizacionais, juntamente com os agentes da CPT, colaboramos em um curso de Meio Ambiente e Agroecologia para um grupo de 30 famílias assentadas. Em dois dias de curso, um para preparação e outro para aplicação, foi possível dialogar com algumas famílias assentadas e compreender algumas questões práticas que dificultam sua estruturação e permanência na área do assentamento. Os principais problemas levantados referem-se à dificuldade em sobreviver a partir de um ambiente majoritariamente florestal. Muitos já desmataram mais do que o permitido pela legislação para a região, na tentativa de adaptarem o ambiente aos seus conhecimentos produtivos. Outros já pensam em negociar suas parcelas, *pela impossibilidade de sobreviver a partir da mata*, e comprar áreas menores em outras regiões, onde a exigência de reserva legal seja menor. É um conflito que está na ordem do dia em toda a região amazônica. Ou seja, como produzir sem destruir irreversivelmente o ambiente amazônico? As reflexões compartilhadas com esses camponeses nos forneceram, ao mesmo tempo, alguns outros questionamentos e elementos para pensar a luta pela terra e a territorialização dos assentamentos rurais na área de estudo.

Não somente as experiências, aqui relatadas, como todo o período vivenciado em campo, foram bastante importantes para o desenvolvimento do trabalho aqui apresentado. Assim, apresentamos, no quadro 1, didaticamente, um resumo dos períodos e das atividades desenvolvidas durante o que denominamos *Pesquisa Exploratória Participante*, incluídos aí também os momentos vivenciados durante a pesquisa direta nos acampamentos e assentamentos especificamente investigados.

Quadro 1 – Roteiro/atividades do trabalho de campo, Rondônia – 2008/2009

| Ano | Mês | Local | Atividades |
|------|-------------------|-------------------------------------|---|
| 2008 | Janeiro/Fevereiro | Manaus/AM | Pesquisa em museus sobre a história da região amazônica; |
| | | Santarém/PA | Viagem de barco entre Manaus/AM e Santarém/PA; Visita aos museus de Santarém/PA; |
| | | Monte Alegre/PA | Visita a Projeto de Colonização Agrícola criado na década de 1970; Entrevistas dialogadas informais com antigos “Balateiros”; |
| | Dezembro | Ariquemes/RO | Visita Museu Rondon – Pesquisa em jornais antigos (O Parceleiro); Entrevista com Sr. Anésio (Antigo Soldado da Borracha); Pesquisa na biblioteca municipal da cidade; |
| | | Porto Velho/RO | Contato inicial com o INCRA e professores da UNIR e UFAC; |
| 2009 | Janeiro | Porto Velho/RO | Pesquisa em jornais no Centro de Documentação Histórica de Porto Velho; Pesquisa em jornais na edição do Jornal Alto Madeira e diálogo com ex-seringalista; |
| | Fevereiro | Porto Velho/RO | Visita à antiga estrutura da Estrada de Ferro Madeira Mamoré (EFMM); |
| | | Guajará-Mirim/RO | Viagem às margens dos antigos trilhos da EFMM, com parada e diálogo com moradores nas antigas estações; Entrevista com Sr. José Maria (Líder Seringueiro); |
| | | Vila Bela da Santíssima Trindade/MT | Visita a Vila Bela da Santíssima Trindade, com realização de diálogos informais com antigos quilombolas e coletores de poaia; |
| | Agosto | Brasília/DF | Entrevista com gerente do programa Terra Legal (Carlos Guedes); Visita ao Acampamento Nacional do MST; Entrevista com jornalista do antigo jornal O Parceleiro; |
| | | Cujubim/RO | Visita, com técnicos da SEDAM (Secretaria de Desenvolvimento Ambiental/Rondônia) à área de Manejo Florestal e de desmatamento irregular; |
| | Setembro | Porto Velho/RO | Pesquisa documental no arquivo da CPT; Pesquisa documental no arquivo do INCRA; Participação em encontro de entidades parceiras da CPT e CIMI; |
| | | Candeias do Jamari/RO | Participação/colaboração em curso de Agroecologia e Meio Ambiente no PA Flor do Amazonas, no município de Candeias do Jamari/RO; |

(Cont.)

(Cont.)

| | | | |
|--|----------|----------------------------|--|
| | Outubro | Ouro Preto do Oeste/RO | Entrevista com lideranças do MST; Conversa com representantes do MPA (Movimento dos Pequenos Agricultores); Visita a Acampamento do MST (Experiência em Agroecologia); |
| | | Costa Marques/RO | Reunião com grupos quilombolas e participação em audiência pública; |
| | | Alta Floresta/RO | Viagem pela a reserva indígena Rio Branco; |
| | | Alvorada do Oeste/RO | Trabalho de campo no Acampamento Silvio Rodrigues; |
| | | Alto Alegre dos Parecis/RO | Trabalho de campo no Acampamento Che Guevara; |
| | Novembro | Espigão do Oeste/RO | Trabalho de campo do Projeto de Assentamento 25 de Julho; Entrevista com lideranças sindicais; |
| | | Mirante da Serra/RO | Trabalho de campo no Projeto de Assentamento Padre Ezequiel; |
| | | Ariquemes/RO | Trabalho de campo no Projeto de Assentamento 14 de Agosto II. |

Org.: Murilo M. O. Souza, 2011.

A experiência exploratória no campo, realizada no estado de Rondônia, contribuiu para amadurecer nossa compreensão também da área específica de estudo. As informações orais, os documentos e dados acessados foram imprescindíveis para que pudéssemos construir uma imagem generalizante sobre a questão da terra no estado. Ao mesmo tempo, nos aproximamos um pouco mais da luta cotidiana de camponeses inseridos nas mais diversas perspectivas do território rondoniense. Isso nos permitiu, sem dúvida, realizar um exercício comparativo importante para a análise da luta pela terra e territorialização dos assentamentos rurais na Mesorregião Geográfica do Leste Rondoniense.

1.6.4 Analisando o território com o recurso da entrevista: a pesquisa direta em acampamentos e assentamentos

A partir da atividade exploratória, congregando também as informações levantadas e as reflexões teóricas precedentes, estabelecemos as principais diretrizes para o levantamento de dados, realizado diretamente nos assentamentos e acampamentos da Mesorregião Geográfica do Leste Rondoniense. É preciso ressaltar, entretanto, como diz Kayser (2006, p. 96), que “[...] se esse levantamento deseja atingir o cerne da realidade para coletar elementos necessários à análise e à explicação, ele deverá penetrar nas forças e nas relações de produção,

explorar os níveis ideológicos, político e cultural da dinâmica social”. Essa foi, de forma geral, a postura construída durante o período de investigação direta nas áreas pesquisadas.

Entendemos, assim, que a compreensão da luta pela terra e da territorialização dos assentamentos rurais, após o processo de redemocratização do país, necessitava de uma imersão mais focalizada e profunda, o que foi possibilitado pela realização de entrevistas semi-estruturadas, entrevistas com informantes-chave¹⁰ e história oral¹¹. De acordo com as exigências da investigação proposta, esses três instrumentos metodológicos se complementaram em uma busca pela dinâmica social, política, econômica, cultural e ambiental dos acampamentos e assentamentos pesquisados.

De acordo com Gil (1999), a utilização da entrevista possibilita vantagens como: obtenção de dados referentes aos mais diversos aspectos da vida social, os dados obtidos são susceptíveis de classificação e quantificação, oferece flexibilidade quanto à compreensão das perguntas pelo entrevistado, possibilita captar a expressão corporal do entrevistado, bem como a tonalidade da voz e a ênfase nas respostas.

Alguns cuidados foram tomados para que a entrevista representasse, de fato, um instrumento útil para a pesquisa proposta. O primeiro dos cuidados foi a gravação das entrevistas, fator que permitiu alcançar uma maior qualidade tanto do processo quanto do resultado. As entrevistas com informantes-chave e as histórias orais foram todas gravadas e as entrevistas semi-estruturadas foram parcialmente. Em alguns casos específicos, não foi possível utilizar o gravador, sendo às vezes pela recusa do entrevistado e, outras vezes, pela incompatibilidade do gravador com o ambiente. Mas, de forma geral, o processo de gravação possibilitou o acesso a uma larga quantidade de informações, muitas delas presentes nas entrelinhas dos diálogos.

Outros cuidados foram dispensados à forma de condução da entrevista. Optamos por não controlar rigidamente a fala do entrevistado a partir da estrutura pré-estabelecida do roteiro. Algumas entrevistas foram realizadas em movimento, enquanto observávamos o terreno, a plantação ou os animais do entrevistado. Em outros momentos, as entrevistas foram realizadas após reuniões de cooperativas, associações ou grupos produtivos. Destacamos,

¹⁰ Consideramos aqui como informantes-chave: Coordenadores estaduais do MST, Coordenadores de Acampamentos e Assentamentos, Líderes de cooperativas, grupos coletivos, associações, etc., assim como, lideranças, atuais ou fora de atividade, que participaram de momentos relevantes da luta pela terra no estado de Rondônia.

¹¹ As entrevistas realizadas para este trabalho foram, em vários casos, gravadas e sua utilização autorizada pelos camponeses e lideranças entrevistados.

ainda, que algumas das entrevistas com informantes-chave foram realizadas de forma coletiva, com grupos e não com indivíduos.

Além das entrevistas com informantes-chave e semi-estruturadas, utilizamos, também, em algumas ocasiões, a história oral, no sentido de captar significados mais amplos da luta pela terra e da territorialização camponesa na mesorregião estudada. No que se refere à história oral, entendemos, acompanhando a colocação de Freitas (2002, p. 15), que “[...] existem ainda dificuldades no sentido de circunscrever, mais precisamente, os liames e particularidades dessa metodologia de trabalho”. Nesse sentido, diversas têm sido as conceituações dispensadas à metodologia e, por isso, requer uma maior atenção em sua utilização.

Freitas (2002, p. 18), por exemplo, conceitua essa metodologia da seguinte forma: “História Oral é um método de pesquisa que utiliza a técnica da entrevista e outros procedimentos articulados entre si, no registro de narrativas da experiência humana”. Esta autora subdivide, ainda, a história oral em três gêneros distintos, a saber, a tradição oral, a história de vida e a história temática. A tradição oral seria o testemunho transmitido verbalmente entre gerações. Na história de vida seria feita a reconstituição do passado pelo próprio indivíduo, sobre o próprio indivíduo, podendo abranger a totalidade existencial do informante. A história oral temática, por sua vez, tem caráter de depoimento, não abrangendo necessariamente a existência total do entrevistado (FREITAS, 2002).

Também no sentido de esclarecer as diferentes interpretações que encerra a história oral, Meihy (2005) destaca algumas definições desta metodologia. De forma geral, o autor ressalta que: “História Oral é um processo sistêmico de uso de depoimentos gravados, vertidos do oral para o escrito, com o fim de promover o registro e o uso de entrevistas” (MEIHY, 2005, p. 18). O autor procura, ao mesmo tempo, diferenciar a história oral de outras metodologias/técnicas, como a oralidade, que seriam manifestações espontâneas, sem intenção de registro; e a fonte oral que representaria somente “fonte” por ter sido registrada mecanicamente.

Nesse contexto, entendemos que a história oral compreende uma metodologia mais ampla que, em seu arcabouço engloba diferentes técnicas de pesquisa. Seu uso permite não somente o registro mecânico da história, mas sim, a realização de entrevistas qualificadas com informantes importantes para a investigação pretendida. A utilização da história oral fornece um novo caráter para a construção dos trabalhos acadêmicos, pois valoriza o depoimento dos sujeitos da investigação.

A presença do passado no presente imediato das pessoas é a razão de ser da história oral. Nessa medida, a história oral não só oferece uma mudança do conceito de história, mas, mais do que isso, garante sentido social à vida de depoentes e leitores, que passam a entender a sequência histórica e se sentir parte do contexto em que vivem. (MEIHY, 2005, p. 19).

Entendemos a história oral como uma metodologia de apreensão ampla do passado, tendo este uma continuidade na atualidade. As entrevistas realizadas não estiveram restritas à vida da pessoa, mas representariam o contexto sócio-histórico de convivência. A partir desta concepção utilizamos a história oral com dois acampados e três assentados, assim como, com três informantes importantes para a compreensão da questão agrária, sendo estes uma das lideranças do acampamento onde ocorreu o Massacre de Corumbiara, Sr. Cícero¹², o ex-coordenador da Associação dos Seringueiros de Rondônia (Sr. José Maria) e um ex-seringueiro de Ariquemes/RO (Sr. Anésio). Destacamos que, no caso específico de nossa investigação, a metodologia foi utilizada para acessar informações que consolidassem e/ou confirmassem o contexto geral visualizado a partir da pesquisa, sendo que foram realizadas, no total, oito entrevistas enquadradas nos preceitos metodológicos da história oral.

O objetivo principal com o trabalho de campo nos acampamentos e assentamentos, por meio das diferentes formas de entrevista, foi o de buscar elementos empíricos da experiência dos sujeitos da pesquisa com relação ao atual processo de luta, pela terra e na terra, na Mesorregião Geográfica do Leste Rondoniense, em especial, aquela organizada pelo MST. As áreas pesquisadas foram dois acampamentos e três assentamentos ligados ao Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra (MST), compondo, conjuntamente, um universo de 870 famílias camponesas, sendo 364 acampadas e 506 assentadas. As áreas são as seguintes: Acampamento Silvio Rodrigues (180 famílias), Acampamento Che (184 famílias), PA 25 de Julho (280 famílias), PA Padre Ezequiel (200 famílias) e PA 14 de Agosto II (26 famílias). A localização das áreas pode ser observada no mapa 3.

Inicialmente, quanto aos acampamentos selecionados para nossa investigação, destacamos que são eles as únicas áreas atualmente ocupadas pelo Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra (MST) no estado de Rondônia. Os demais acampamentos foram desfeitos e as famílias transferidas para estas duas áreas. Nas áreas de acampamento, foram realizadas apenas entrevistas com informantes-chave e história oral, sem uma preocupação com o estabelecimento de um perfil numérico determinado.

¹² Cícero Pereira nos concedeu uma entrevista com três horas de duração. Este camponês foi uma liderança histórica da luta pela terra no estado de Rondônia. Foi um dos fundadores e coordenador do MST até o início da década de 1990. Posteriormente, participou na organização do acampamento da Fazenda Santa Elina, onde ocorreu, em 1995, o Massacre de Corumbiara.

MAPA 3 - LOCALIZAÇÃO DOS PROJETOS DE ASSENTAMENTOS E ACAMPAMENTOS ESTUDADOS - 2010



ESCALA GRÁFICA
0 160 Km
Projeção Policônica

LEGENDA

- Acampamento Che
- Acampamento Silvio Rodrigues
- ▲ Projeto de Assentamento 25 de Julho
- ▲ Projeto de Assentamento Padre Ezequiel
- ▲ Projeto de Assentamento 14 de Agosto II
- Mesorregião do Leste Rondoniense

OUTRAS CONVENÇÕES

- Sede municipal
- Limite estadual
- Limite municipal
- Limite da mesorregião
- Rodovia pavimentada
- Rodovia não pavimentada
- Prefixo de estrada federal

MUNICÍPIOS:

- | | |
|------------------------|-----------------------|
| 1 - Vale do Paraíso | 7 - Castanheiras |
| 2 - Nova União | 8 - Novo Horizonte |
| 3 - Teixeiraópolis | 9 - Rolim de Moura |
| 4 - Urupá | 10 - São Felipe |
| 5 - Mirante da Serra | 11 - Primavera |
| 6 - Ministro Andreazza | 12 - Nova Brasilândia |



Fonte:

SEDAM - Secretaria de Desenvolvimento Ambiental, 2009.
Atlas Geográfico Universal. Melhoramentos/ Leme. 50ª ed. São Paulo, 1987. Escala 1: 10.000.000 (Base cartográfica).

Organização:

Murilo Mendonça Oliveira de Souza

Cartografia Digital:

Cláudia Adriana Bueno da Fonseca

No *Acampamento Silvio Rodrigues*, no município de Alvorada do Oeste/RO, entrevistamos oito pessoas, entre camponeses acampados, integrantes de equipes organizacionais internas e coordenadores do acampamento. Desses ouvimos histórias e, principalmente, relatos sobre a situação da luta pela terra das famílias acampadas. Focamos as informações sobre a caminhada das famílias que integram o acampamento. Ou seja, queríamos entender que processo de vida contribuiu na formação do acampamento. Também buscamos informações e reflexões sobre a organização atual e as perspectivas para o assentamento das famílias.

No *Acampamento Che*, localizado no município de Alto Alegre dos Parecis/RO, onde estão acampadas 184 famílias, realizamos dois tipos de entrevistas. Considerando que o acampamento é resultado da união de outros três grupos de acampados, optamos por realizar entrevistas com informantes-chave de cada um dos acampamentos, que hoje compõem o Acampamento Che. Assim, foram quatro entrevistas-chave com grupos compostos por três a oito pessoas. Cada grupo relatou o processo de formação do acampamento de origem, assim como sua história de luta pela terra. Além das entrevistas coletivas, realizamos também entrevistas com mais dez produtores acampados, com os quais buscamos dialogar sobre sua trajetória de vida e sua inserção no MST e no processo de luta pela terra.

Quanto aos três *Projetos de Assentamento* (PA) selecionados para a pesquisa, sua escolha seguiu uma perspectiva, ao mesmo tempo, espacial e temporal. Procuramos determinar assentamentos que representassem, espacialmente, diferentes dinâmicas de inserção regional e local, o que fortalece a discussão sobre a territorialização camponesa na mesorregião estudada, desde que estão localizados em regiões onde a luta contra o latifúndio ocorreu em seu espaço privilegiado, como observamos no mapa 3. E, temporalmente, selecionamos assentamentos implantados com diferença de, aproximadamente, uma década. Isto, certamente, nos passou um retrato da luta pela terra e da territorialização dos assentamentos em cada momento histórico englobado pela pesquisa.

O primeiro assentamento onde realizamos a pesquisa foi o *Projeto de Assentamento 25 de Julho*, localizado no município de Espigão do Oeste/RO, com 302 parcelas, porém somente 280 famílias assentadas atualmente. Esse assentamento, instalado em 1990, representa a consolidação da luta do MST no estado, pois foi a conquista inicial do movimento. Entrevistamos 35 pessoas nessa área, focalizando nas questões organizativas e produtivas. Entrevistamos, ainda, no assentamento, algumas lideranças que participaram da formação do MST rondoniense, como o atual presidente do Sindicato dos Trabalhadores

Rurais de Espigão do Oeste, que participou da conquista do assentamento desde a primeira ocupação. Além das entrevistas semi-estruturadas, destacamos que foram relevantes também as informações acessadas em momentos informais, como reuniões, festas, atividades produtivas, entre outros momentos.

No *Projeto de Assentamento Padre Ezequiel*, criado em 2001, estão assentadas 200 famílias. Aí entrevistamos 33 pessoas. Esse assentamento, implantado durante o Governo FHC, está situado no município de Mirante da Serra/RO, sendo fruto de um processo de luta bastante intenso. A organização espacial desta área valoriza a comunidade local, pois cada gleba [conjunto regional de parcelas] está voltada para uma área social, onde escolas, postos de saúde, cooperativas, Igrejas, entre outras estruturas comunitárias, estão, normalmente, situadas. Nesse sentido, buscamos organizar as entrevistas a partir de cada gleba do assentamento, valorizando esta forma de distribuição político-espacial.

No *Projeto de Assentamento 14 de Agosto II*, criado no município de Ariquemes/RO, no ano de 2009, ocorreu um processo diferenciado de parcelamento. Entre as 26 famílias acampadas no período da criação do assentamento, algumas optaram pela organização coletiva, enquanto outras, pela parcela individual. Assim, 20 famílias estão em uma área única, utilizada de forma coletiva e os outros seis em lotes individuais. Por isso, entrevistamos famílias que optaram pelas duas diferentes formas de organização territorial. Foram três entrevistas com aquelas famílias que foram assentadas em lotes individuais e oito com aqueles inseridos na proposta coletiva de parcelamento.

Foram realizadas, nos acampamentos, 22 entrevistas e, nas três áreas de assentamento, realizamos 79 entrevistas, num total de 101 entrevistas. Nos assentamentos, de forma específica, a população total congrega 506 famílias assentadas, das quais entrevistamos um perfil de 15,6%, considerado representativo para os elementos que objetivamos estudar. Lembramos que exploramos esses dados, principalmente, de forma qualitativa. As informações coletadas por meio dos roteiros de entrevista semi-estruturados foram organizadas e utilizadas de acordo com as exigências do trabalho. As entrevistas de história oral e/ou com informantes-chave foram transcritas e utilizadas na composição do texto da tese. Com essas informações, esperamos ter alcançado a compreensão necessária sobre a área investigada para relacionar as discussões teóricas estudadas. No quadro 2, podemos observar com mais objetividade a quantidade e os tipos de entrevistas realizadas nos acampamentos e assentamentos objetos de estudo na pesquisa, como também aquelas entrevistas realizadas com outros informantes importantes para a investigação.

Quadro 2 - Número e especificação das entrevistas realizadas durante trabalho de campo em áreas de acampamentos e assentamentos, Rondônia – 2009.

| Local | Número total de acampados/assentados | Número de Entrevistados | Técnica Utilizada |
|------------------------------|--------------------------------------|-------------------------|--|
| Acampamento Silvio Rodrigues | 180 | 8 | Entrevista-chave História Oral |
| Acampamento Che | 184 | 14* | Entrevista-Chave com Grupos História Oral |
| PA 25 de Julho | 280 | 35 | Entrevista Semi- estruturada Entrevista-Chave |
| PA Padre Ezequiel | 200 | 33 | Entrevista Semi- estruturada Entrevista-Chave História Oral |
| PA 14 de Agosto II | 26 | 11 | Entrevista Semi- estruturada Entrevista-Chave História Oral |
| Outros informantes | - | 5 | Entrevista-Chave História Oral |
| Total | 870 | 106 | - |

Org.: Murilo M. O. Souza, 2011.

*Neste caso específico, 10 entrevistas foram realizadas individualmente, com acampados; e 4 entrevistas foram realizadas com grupos de acampados, lideranças dos diferentes acampamentos que compuseram o atual Acampamento Che. Portanto, estas quatro entrevistas referem-se ao número de entrevistas e não de entrevistados.

1.6.5 O diário de campo e o uso da fotografia: imagens, anotações e reflexões

As percepções e observações do pesquisador durante o período em que está no campo são extremamente relevantes para a instrumentalização de sua investigação. Juntamente com estas percepções, uma grande quantidade de informações, que poderiam apoiar a construção do trabalho acadêmico, são, não raramente, perdidas pela simples falta de anotação. Daí a importância da utilização de um diário de campo. Exatamente no sentido de potencializarmos as informações obtidas em campo, procuramos manter um diário com anotações e reflexões sobre as experiências vivenciadas durante a imersão na realidade de camponeses acampados e assentados no território rondoniense.

Os relatos de um diário de campo refletem a forma pela qual o pesquisador recorta o real. E isto não se refere apenas à questão do tema em pauta. Atua aí, além da questão teórico-metodológica, a subjetividade do pesquisador. Tal como um

fotógrafo enquadra a cena a partir de sua visão de mundo, assim o pesquisador capta do real, aquilo que seus esquemas mentais assimilam. (LOPES et al., 2002, p. 132).

A utilização de um diário de campo, no entanto, deve estar pautada na disciplina e no rigor das anotações. O ideal é que as anotações sejam realizadas, de fato, diariamente. Pois, a cada dia que passa, perdemos a exatidão dos fatos narrados, de acontecimentos ou de idéias/percepções surgidas durante as atividades de campo. Por outro lado, entendemos que, em vários casos, esse rigor torna-se impraticável. Nesse sentido, é importante que as informações sejam relatadas no diário o quanto antes. Durante o dia de atividade em campo, sempre que possível, devemos anotar, ainda que em forma de pequenas frases ou tópicos, as idéias e percepções momentâneas, desde que isto não prejudique o processo de comunicação estabelecido com os sujeitos da pesquisa.

No caso deste trabalho, utilizamos o diário de campo durante a pesquisa realizada nos dois acampamentos e nos três assentamentos que compuseram o objeto desta investigação científica. Procuramos, a partir desse recurso, tecer anotações mais objetivas, assim como percepções e reflexões a respeito de cada momento vivido em campo e compartilhado com os sujeitos da investigação. Na maioria dos casos, conseguimos anotar algumas questões mais importantes no decorrer do dia e consolidá-las no período da noite. No diário, foram anotados relatos de camponeses sem-terra ou assentados, resultantes de diálogos informais, realizados em vários momentos do dia, tanto aqueles delimitados pelo trabalho investigativo como os que foram fruto de conversas cientificamente despreziosas.

A partir destas anotações, no diário de campo, inúmeras histórias relevantes para a compreensão da luta pela terra e da territorialização camponesa no território rondoniense foram colecionadas. Alguns relatos são únicos, realizados em momentos específicos, por isso, também, a necessidade de registrá-los. Em vários casos, os sujeitos da pesquisa sentem-se mais à vontade em momentos informais de diálogo, troca de informações ou conversas pessoais. Nesses momentos, grande quantidade de informações é disponibilizada, sendo, muitas vezes, mais relevantes que aquelas acessadas durante o processo de investigação *strictu senso*.

Embora compartilhemos com Venturi (2005, p. 225) a posição de que “[...] cada observador é sujeito com experiências, valores, interesses e conhecimentos diferenciados, o que torna cada observação singular”, o que pode tornar a transcrição do relato, muitas vezes, subjetiva, entendemos, da mesma forma, que o simples fato de registrarmos tais momentos, relatos, histórias, já é por si só relevante para a construção do trabalho científico. Pois a

simples presença do pesquisador no ambiente investigado já causa estranhamentos que fornecem subjetividade ao processo de pesquisa.

Da mesma forma, entendemos a importância da utilização de fotografias e outras imagens na composição do trabalho acadêmico. “[...] a imagem ilustra e documenta eventos naturais e sociais que ocorrem num determinado tempo e lugar e deve ser acompanhada de outras informações, como localização geográfica, registro de hora e data e relato do fato observado” (JUSTINIANO, 2005, p. 187). Por outro lado, é também importante ressaltar que a utilização da fotografia ou de outras imagens não deve ser tomada apenas como o registro de determinados eventos. Sua utilização deve seguir uma perspectiva de comunicação visual. Ou seja, esse recurso não pode ser banalizado. E por isso, sua inserção no trabalho acadêmico deve ter relevância para a consolidação da idéia ou do fato tratado textualmente.

A partir da compreensão a respeito da utilização de fotos e imagens, destacamos que as utilizamos no presente trabalho apenas na medida necessária para o fortalecimento de uma questão tratada textualmente ou para revelar, por meio desse recurso, elementos não passíveis de serem totalmente percebidos apenas através do texto. Portanto, esperamos que tais fotografias possam cumprir função esclarecedora e complementar na explicação das concepções desenvolvidas neste trabalho científico. Devido à importância da fotografia, além daquelas apresentadas no correr do texto, inserimos também um apêndice, com imagens e algumas poesias que, acreditamos, revelam a luta pela terra e a territorialização dos camponeses nos assentamentos rurais sob outra perspectiva.

Todos os recursos apresentados têm como objetivo central revelar a luta pela terra e o processo de territorialização camponesa na Mesorregião Geográfica do Leste Rondoniense. Para que isto seja possível, no entanto, é imprescindível uma compreensão da concepção aqui assumida sobre o campesinato e a agricultura camponesa. Por isto, no segundo capítulo, buscamos revisitar algumas teorias sobre esta categoria de análise, assim como relacioná-la à constituição específica do campesinato brasileiro e rondoniense.

2 QUESTÃO CAMPONESA: revisitando conceitos sobre o campesinato

A exclusão do camponês do pacto político é o fato que cercará o entendimento da sua ação política. Mas essa exclusão não é, como às vezes tem sido entendida, mera exclusão política. Por isso, é necessário entender a história dessa exclusão, seus mecanismos econômicos, sociais, políticos. Essa exclusão define justamente o lugar do camponês no processo histórico. A ausência de um conceito, de uma categoria, que o localize socialmente e o defina de modo completo e uniforme constitui exatamente a clara expressão da forma como tem se dado a sua participação nesse processo – alguém que participa como se não fosse essencial, como se não estivesse participando. O escamoteamento conceitual é o produto necessário, a forma necessária e eloqüente da definição do modo como o camponês tem tomado parte no processo histórico brasileiro – como um excluído, um inferior, um ausente que ele realmente é: ausente na apropriação dos resultados objetivos do seu trabalho, que aparece como se fosse desnecessário, de um lado, e alheio, de outro lado. (MARTINS, 1983, p. 25).

O debate em torno do conceito e da realidade camponesa mobilizou, historicamente, estudiosos e políticos de diversos países. Desde a consolidação do modo capitalista de produção, especula-se sobre o destino camponês, situado normalmente como um resquício dos modos de produção anteriores, especialmente o feudalismo. No entanto, ao passo que alguns previram seu rápido desaparecimento no contexto capitalista, outros visualizaram elementos que permitiriam a sua resistência e reprodução no âmbito desse modo de produção. Além de discussões acaloradas nos ambientes acadêmicos, esse embate gerou, ao mesmo tempo, políticas públicas que, via de regra, se direcionaram na contramão das necessidades camponesas de produção e reprodução social.

No Brasil, também foram divergentes as interpretações sobre o campesinato e o avanço das relações capitalistas de produção no campo. Desde autores que consideraram a persistência de relações feudais até aqueles que ponderaram a possibilidade de resistência camponesa no território brasileiro (ainda que, como uma classe social excluída do pacto político, como revelado nas palavras de José de Souza Martins na citação acima), várias foram as interpretações sobre nossa agricultura. Tais interpretações também influenciaram, sobremaneira, a formulação de políticas públicas direcionadas para o campo. Especialmente nas últimas décadas, a corrente teórica que prevê o desaparecimento ou, na melhor das hipóteses, a transmutação do camponês em agricultor familiar, tem colaborado no

direcionamento de políticas que negam o camponês como sujeito histórico, negando, por consequência, também a necessidade da realização de reforma agrária.

Nesse contexto, entendemos a importância de revisitarmos os conceitos sobre o campesinato e sobre suas adaptações para a realidade brasileira, desde que tais conceituações influem diretamente na conformação dos territórios camponeses brasileiros e, de forma específica, na configuração agrária do estado rondoniense. No âmbito destas transformações, estão localizados os acampamentos e assentamentos da Mesorregião Geográfica do Leste Rondoniense, estudados neste trabalho.

2.1 Campesinato: raízes conceituais

O camponês é um *gato de sete vidas*, pois, em cada modo de produção, ele renasce com novas características, adaptando-se histórica e socialmente. Nas sociedades escravocratas, feudais ou socialistas, o campesinato encerrou particularidades específicas, construindo sua existência a partir das condições presentes. Assim, como nos diz Santos (1978), o camponês não é a personificação de um processo de trabalho especificamente capitalista. Pois, da mesma forma que, no contexto capitalista, o campesinato agrega elementos próprios, determinados espacial e temporalmente, nos modos de produção anteriores também assumiu características intrínsecas, mantendo, contudo, sua base na unidade de produção familiar.

[...] a história acrescenta sua dimensão da diversidade, pois inclusive “o mesmo” [*o camponês*] poderia não ser o mesmo em diferentes anos, décadas e séculos. Uma conceituação mais estrita do contexto social salientará tudo isso e ainda mais, pois, tomando alguns exemplos, significados semelhantes podem ser atribuídos, a um camponês em diferentes períodos e sociedades, seja na Borgonha feudal, no cerrado devastado e queimado da Tanzânia, no Punjab mercantilizado de hoje ou na Gezira produtora de algodão para a indústria. (SHANIN, 2005, p. 2, *grifos nossos*).

Portanto, é através de um processo histórico de adaptação que a classe camponesa deve ser, em primeiro lugar, compreendida. Da mesma forma, é preciso que a busca de compreensão desse processo adaptativo, dentro do modo de produção capitalista, esteja inserida em uma perspectiva de interpretação dialética, como refletem as palavras de Margarida Maria Moura:

[...] o camponês adaptou-se e foi adaptado, transformou-se e foi transformado, diferenciou-se internamente, mas permaneceu identificável como tal. Teve suas formas de produção e organização de vida redefinidas e, em larga medida, postas a

serviço de uma realidade estrutural mais poderosa: a engrenagem de reprodução do capital. (MOURA, 1986, p. 18-19).

Essa dialética adaptativa do camponês a diferentes modos de produção e, especificamente, ao capitalismo, não foi, contudo, a perspectiva mais considerada entre as diversas interpretações que buscaram analisar o campesinato em sua trajetória histórica. Desde o século XIX, teóricos e políticos, burgueses e marxistas, debruçam-se sobre questões do desenvolvimento capitalista no campo, tentando prever o destino da agricultura familiar camponesa. Majoritariamente, tais previsões indicaram o desaparecimento do campesinato como modo de produzir e viver, admitindo-o como um resquício feudal que deveria ceder lugar às formas capitalistas de produção.

Os estudiosos e, principalmente, os políticos conservadores foram unânimes em prever o desaparecimento da pequena produção camponesa. Em primeiro lugar, porque, ideologicamente, as ciências modernas, entre elas as sociais, construíram uma relação umbilical com a classe dominante burguesa e, por isso, professaram o pleno desenvolvimento das relações capitalistas de produção, seja na cidade ou no campo. E, em segundo lugar, porque, partindo do exemplo europeu ocidental, onde o campesinato foi expropriado em pouco tempo, durante o processo de transição entre feudalismo e capitalismo, seria *natural* que o mesmo ocorresse em outras partes da Europa e do mundo.

No contexto interpretativo marxista, contudo, o debate em torno do campesinato não ocorreu de forma tão homogênea como o foi entre os burgueses. Isto decorre, em boa medida, do fato de Marx não ter deixado uma construção teórica específica sobre a situação camponesa, abrindo margem para interpretações divergentes e, por vezes, decorrentes da ortodoxia das análises, equivocadas. Assim, enquanto alguns teóricos marxistas visualizaram na agricultura camponesa um entrave para o amplo desenvolvimento do capitalismo no campo e, conseqüentemente, para preparar as condições materiais do socialismo, outros identificaram elementos progressistas que permitiriam a contraditória sobrevivência camponesa no mundo capitalista.

Essas divergências marxistas quanto ao desenvolvimento do capitalismo no campo e o futuro do campesinato assumiram muitas nuances. Porém, propomos enquadrá-las em dois grupos principais de pensadores, aqueles que pregavam o *fim do campesinato* e os que defendiam a *resistência camponesa* no sistema capitalista. No primeiro grupo, incluímos, basicamente, os social-democratas, destacando entre seus principais representantes o alemão Karl Kautsky e o russo Vladimir Lênin. No segundo grupo, por outro lado, situamos teóricos

que divergiram das correntes dominantes do pensamento marxista. Mas que, exatamente por isso, foram resgatar elementos dialéticos, na própria teoria marxiana, que pudessem embasar sua proposta, na qual o campesinato representava uma alternativa de resistência dentro do capitalismo. Inserimos neste grupo os populistas russos (*narodniks*), os geógrafos anarquistas agrários e a escola para análise da organização e produção camponesa¹³, representada basicamente pelo russo Alexander Chayanov. Acrescentamos, a esse grupo de teóricos, Teodor Shanin, que, a partir de meados do século XX, contribuiu sobremaneira para a consolidação de uma teoria da resistência camponesa no âmbito do capitalismo.

Desde meados do século XIX, quando a análise do capitalismo agrário passou a ser desenvolvida, até os dias atuais, os estudos que têm buscado compreender os avanços e retrocessos, teóricos e práticos, da agricultura camponesa no contexto capitalista, polarizam-se entre as extremidades conceituais representadas, principalmente, pelas obras de Kautsky e Chayanov. E, mais recentemente, outras propostas, como a dos geógrafos anarquistas Piotr Kropotkin e Élisée Reclus, vêm sendo timidamente resgatadas e inseridas no debate sobre a questão agrária brasileira. Sendo assim, consideramos importante entender os pressupostos dessas correntes de interpretação, para, então, alcançarmos seus reflexos na construção atual sobre o problema agrário e a territorialização do campesinato em terras brasileiras.

Iniciando, então, pelo grupo teórico que pregava o *fim do campesinato*, destacamos a obra *A Questão Agrária* de Kautsky, publicada em 1899, que procurou mostrar a superioridade da grande produção capitalista sobre a pequena, considerando o campesinato como uma anomalia em vias de liquidação. O autor, em sua análise, entendeu que a adaptação camponesa, ocorrida nos modos de produção precedentes, não surtiria efeito no contexto econômico avassalador do capitalismo. A lógica industrial ligada ao capital seria expandida rapidamente ao campo, transformando as terras em meios de produção capitalista e os camponeses em força de trabalho para a atividade industrial. Esse debate, com origem no partido social-democrata alemão, previa o controle da produção nas mãos de alguns poucos capitalistas, reduzindo, assim, as possibilidades de evolução da agricultura à concentração da propriedade da terra.

A social-democracia formula a lei deste desenvolvimento em termos simples: a concorrência deve eliminar progressivamente os camponeses, em favor dos grandes capitalistas agrários que disponham de capitais necessários à utilização da mecanização; a concentração da propriedade do solo é a tendência deste

¹³ Tradução livre do espanhol. Texto original: “Escuela para el análisis de la organización e producción campesinas” (ARCHETTI in CHAYANOV, 1974).

desenvolvimento, como o é a da propriedade do capital. (AMIN; VERGOPOULOS, 1977, p. 25).

A partir do processo de concentração da terra por produtores capitalistas é que, na concepção de Kautsky (1986), o modo de vida camponês (segundo o autor, um resquício indesejável do feudalismo) seria rapidamente transformado e, conseqüentemente, eliminado. Visualizou na estrutura camponesa de organização social e produtiva um entrave ao pleno desenvolvimento do capitalismo, o que ocasionaria também um obstáculo à criação de condições para a instalação do modo de produção socialista. Assim, para ele, a substituição do campesinato por grandes explorações mecanizadas, a exemplo da indústria, era não somente inevitável como também desejável para que o materialismo histórico se encarregasse de direcionar a conflagração do socialismo.

A expropriação do pequeno produtor e a sua transformação em trabalhador assalariado seria, portanto, não apenas um processo inevitável – decorrência necessária do desenvolvimento do capitalismo no campo – como também positivo. Em comparação com a miséria em que viviam os pequenos produtores, Kautsky afirmava que operários bem nutridos e bem remunerados, trabalhando em grandes empresas, era a condição indispensável para uma exploração racional da agricultura. (ARAÚJO, 2002, p. 66).

Na mesma linha, estabelecida por Kautsky, seguiram as previsões de Vladimir Lênin a respeito do campesinato. Como destacaram Amin e Vergopoulos (1977), Lênin partiu de posições teóricas dogmáticas por influência direta de Plekanov¹⁴ e do próprio Kautsky. Construindo sua proposta teórica em contraposição à concepção dos populistas russos (narodniks)¹⁵, que consideravam que o princípio comunitário do campesinato impediria o açambarcamento da produção agrícola pelo capital, Lênin previa a rápida inserção da agricultura aos moldes capitalistas da indústria. Referindo-se à agricultura russa, ele procurou demonstrar que o capitalismo já estava, em fins do século XIX, trilhando um caminho sem volta, ao promover um intenso enquadramento das atividades agrícolas ao padrão industrial de produção.

¹⁴ Plekanov foi integrante do grupo populista russo (narodniks) e do partido social revolucionário, mas, posteriormente, adotou uma postura mais centralizada, a exemplo de Kautsky, configurando-se como figura importante do partido social-democrata russo.

¹⁵ Os populistas russos (narodniks) defendiam a possibilidade de que, com base na consistência do campesinato comunitário, seria possível saltar diretamente das bases camponesas (resquícios feudais) para o socialismo, sem que fosse necessário esperar o desenvolvimento material provido pelo capitalismo. Inicialmente, Lênin construiu suas propostas em contraposição a esta idéia, mas, após a Revolução Russa, mudou sua postura quanto ao papel dos camponeses, se rendendo a alguns pressupostos populistas. Para maior aprofundamento consultar Velho (1979) e Guzmán; Molina (2005).

O capitalismo agrário sacudiu pela primeira vez a estagnação secular da nossa agricultura, deu um imenso impulso à transformação da sua técnica, ao desenvolvimento das forças produtivas do trabalho social. Aqui, uns poucos decênios de “rompimento” capitalista fizeram mais do que séculos inteiros da história precedente. A uniformidade da economia natural rotineira foi substituída pela diversidade de formas da agricultura comercial; os instrumentos agrícolas primitivos começam a ceder lugar a instrumentos e máquinas aperfeiçoadas; o imobilismo dos antigos sistemas de cultura foi minado por procedimentos modernos. [...] o capitalismo destruiu o espírito estreito e provinciano; substituiu as pequenas divisões medievais dos agricultores por apenas uma grande divisão, que incide sobre o conjunto da nação. (LÊNIN, 1982, p. 204-205).

Essa concepção revela, portanto, a proximidade do pensamento de Lênin com o kautskyano quanto à inadaptabilidade do campesinato ao modo capitalista de produção. Ambos fizeram, no âmbito da social-democracia, uma leitura ortodoxa da concepção materialista-histórica desenvolvida por Karl Marx, deixando em segundo plano a perspectiva dialética. Tanto Kautsky como Lênin transpuseram mecanicamente a construção marxiana, com base no desenvolvimento do capitalismo ocidental, em especial no território inglês. E aí o campesinato não constituía mais do que uma classe colocada fora de seu tempo. Deveria, por isso, ceder lugar ao novo. E o novo, de acordo com estes autores, era a agricultura mecanizada, espelhada nas técnicas industriais e urbanas de produção.

Ao contrário de Kautsky, contudo, Lênin viria a reconsiderar algumas de suas posições a respeito da função do camponês no capitalismo, em especial, depois da revolução de 1905. Foi, por isso, acusado de populista pela social-democracia. Reconheceu politicamente, de acordo com Araújo (2002), que o apoio dos camponeses havia sido fundamental para a vitória na Revolução Russa. Dizia, então, que as palavras de ordem *paz, pão e terra* não poderiam ser descartadas após a tomada do poder. E, de fato, após a conquista do poder, Lênin manteve temporariamente, ao lado da propriedade socialista da terra, a propriedade privada camponesa. Mas, no entanto, essa sua mudança parcial de postura foi muito mais política do que propriamente teórica, não tocando profundamente na essência de sua concepção quanto às possibilidades de sobrevivência do campesinato no capitalismo.

No âmbito do grupo que considerava a possibilidade de uma *resistência camponesa*, por outro lado, elementos marxistas para uma teoria contraposta de fato à profecia do fim do campesinato vinham sendo reunidos desde meados do século XIX. Os narodniks buscavam, desde então, situar o campesinato como força revolucionária, enxergando na comuna russa, como mostra Velho (1979, p. 77), “[...] uma espécie primitiva de socialismo que poderia constituir o embrião de uma forma mais elevada de socialismo”. Concretamente, a questão

colocada pelos narodniks, organizados então no Partido Social-Revolucionário, com respeito ao papel do campesinato no avanço para o socialismo, era a seguinte:

[...] que papel poderia desempenhar o campesinato neste processo [na Revolução Socialista]? E na Rússia esta questão era ainda mais angustiante porque o estágio futuro pelo qual lutavam os revolucionários era o socialista e a comuna rural já vivia e praticava um tipo de igualitarismo bastante eficiente e fincado nas tradições populares da Rússia rural. Para que então destruir estas relações igualitárias, firme e profundamente ancoradas no campesinato e, por decorrência, em todo o povo russo, se o passo atual era lutar contra a desigualdade capitalista, se o socialismo já estava na ordem do dia? (MALAGODI, 2005, p. 107).

Esse questionamento tornou-se tão significativo entre os populistas que, em 1881, em nome de Vera Sassulitch, os narodniks escreveram a Marx interrogando-o sobre alguns pontos de sua obra, em especial, *O Capital*, traduzido para o russo, em 1873, e já bastante difundido entre os políticos e estudiosos do país. Questionavam, principalmente, a decretação do fim do campesinato supostamente identificada na teoria marxiana. Sassulitch *apud* Malagodi (2005, p. 107), defendendo uma possível função do campesinato como classe revolucionária, direcionou-se a Marx, ironicamente, da seguinte forma:

Se, porém, ao contrário, a comuna [camponesa] está destinada a perecer não resta ao socialista, como tal, senão começar a fazer cálculos, mais ou menos mal fundados, para saber em quantos decênios a terra do camponês passará de suas mãos para as da burguesia, em quantos séculos, talvez, o capitalismo chegará na Rússia a um desenvolvimento semelhante àquele da Europa ocidental.

Aconteceu que, após a leitura da obra de Marx, os narodniks, que vinham já há algum tempo trabalhando com a possibilidade de saltar a etapa capitalista em direção ao socialismo, colocaram em cheque sua própria proposta. Estudavam, então, qual seria a consequência política e prática decorrente da situação do campesinato na proposta revolucionária. Seria o campesinato uma força revolucionária ou um empecilho à revolução socialista? Que função, de fato, poderia e deveria o camponês assumir no contexto de transformação para uma sociedade mais igualitária?

Porém, Karl Marx respondeu à carta do grupo, alertando, em primeiro lugar, para o fato de que sua teoria havia sido construída a partir da perspectiva inglesa, sendo que, para compreender o caso russo, seria importante considerar os elementos próprios do desenvolvimento do campesinato naquele país. Explicou, também, que se apropriando dos resultados positivos produzidos pelo capitalismo, a Rússia poderia ser capaz de desenvolver e transformar a forma arcaica de sua comunidade aldeã, ou seja, do campesinato comunal, ao

invés de destruí-la. Em sua carta-resposta, Marx procurou demonstrar, ainda, que ao campesinato russo correspondiam características vantajosas em relação ao campesinato da Europa ocidental. Entre elas, o fato do campesinato russo ter se mantido em escala nacional e ser contemporâneo do capitalismo ocidental, o que lhe permitiria apropriar-se dos frutos capitalistas sem se submeter a seu *modus operandi* (MARX, 2005).

Portanto, especificamente nesta carta, Marx não nega a possibilidade de sobrevivência e adaptação do camponês ao modo capitalista de produção. Pelo contrário, reafirma a dialética inerente às possibilidades camponesas. É importante ter em mente, ao mesmo tempo, como nos diz Shanin (2005, p. 6), que o “[...] insight e a inspiração de Marx, no que se refere aos camponeses são, em grande parte, os de um europeu da Europa Central (com conhecimento das línguas e a tradição da Europa Oriental), situado no meio inglês de um capitalismo *descamponesado*.

A dialética demonstrada por Marx, no entanto, não foi suficiente para promover uma reflexão especificamente russa quanto aos rumos do campesinato. Pois, contraditoriamente, alguns anos depois da comunicação com Marx, grande parte dos populistas russos, com destaque para Plekanov, constituíram o Partido Social-Democrata, assumindo uma concepção marxista ortodoxa. Nessa concepção, o campesinato deixava de ser uma classe potencialmente revolucionária para representar, na melhor das hipóteses, o papel de coadjuvante no processo revolucionário russo.

As proposições iniciais dos narodniks eram compartilhadas, parcialmente, por outros grupos teóricos. Importa, nesse momento, no entanto, lembrar a contribuição do *anarquismo agrário*, no âmbito do qual situamos os geógrafos Piotr Kropotkin e Élisée Reclus. O anarquismo agrário cultivou, como concepção central, o potencial revolucionário do campesinato a partir da comuna rural. De acordo com os anarquistas, a comuna rural poderia apenas padecer devido à opressão representada pelo Estado, seja ele capitalista ou socialista. Nas palavras de Kropotkin:

[...] as teorias correntes dos economistas burgueses e de alguns socialistas afirmam que a comuna morreu na Europa Ocidental de morte natural, já que se encontrou que a posse comunal da terra era incompatível com as exigências contemporâneas do cultivo da terra. Mas a verdade é que em nenhuma parte desapareceu a comuna aldeana por própria vontade, ao invés, em todas as partes, as classes dirigentes precisam de vários séculos de medidas estatais persistentes para desarraigar a comuna e confiscar as terras comunais. [...] para abreviar, o que se dizia a respeito da morte natural das comunas aldeanas, em virtude das leis econômicas, constitui uma brincadeira tão pesada como se falássemos da morte natural dos soldados caídos no campo de batalha. (KROPOTKIN, 2006, p. 111-113).

É oportuno lembrar que Marx, em sua já citada carta-resposta a Vera Sassulitch, aproximou-se bastante da idéia defendida por Kropotkin na citação acima. Não como fundamento, mas na perspectiva conjuntural, Marx também ressaltou a expropriação sofrida pelo campesinato russo a partir das políticas estatais. Dizia ele que: “Desde a assim chamada emancipação dos camponeses, a comuna russa foi colocada pelo Estado em condições econômicas anormais, e, depois deste tempo, não parou de oprimi-la com as forças sociais concentradas em suas mãos” (MARX, 2005, p. 115). Karl Marx caracterizou o processo como uma ação estatal contra as comunas camponesas, consubstanciado em uma conspiração de forças e interesses poderosos.

Outro elemento bastante valorizado por Kropotkin, em sua defesa do campesinato, foi o *apoio mútuo*, apresentado por ele como importante categoria de análise da questão agrária européia. Esse elemento de resistência estava, de acordo com ele, na base da organização da comuna rural. Nesse sentido, por meio do apoio mútuo, o campesinato comunitário organizava-se em defesa contra inimigos externos, articulava a participação democrática nos assuntos comuns e desenrolava o progresso econômico, intelectual e moral da época. Logo, a comuna rural uniu os homens, deu-lhes a possibilidade de desenvolver as instituições sociais, permitindo-lhes atravessar os períodos difíceis da história humana (GUZMÁN; MOLINA, 2005). Essa mesma categoria, o apoio mútuo, faria então o campesinato buscar sua adaptação ao modo capitalista de produção.

Na mesma linha traçada por Kropotkin, seguiram as teorias de Élisée Reclus. Em seus estudos, muitos deles compartilhados com o geógrafo russo, condenou o latifúndio como sendo responsável pela pobreza em todas as partes do mundo, como mostra na citação que segue. Ao mesmo tempo, defendeu a consistência do desenvolvimento camponês que, de acordo com ele, não estava estagnado, mas, ao contrário, em franco processo de evolução e aprendizagem. Ressaltou que, enquanto a produção capitalista desenvolvida nos países ocidentais europeus e americanos já entrava em crise no fim do século XIX, a produção camponesa coletiva construía gradativa e dialeticamente seu lugar no capitalismo.

[...] é preciso não esquecer de que o latifúndio, em sua essência, comporta fatalmente a privação da terra para um grande número: se alguns têm muito, é porque a maioria não tem nada. Alguns grandes proprietários, atraídos pela paixão da terra, podem também ter a ambição de ser admirados como benfeitores locais; mas o fato de que a grande propriedade devora a terra ao seu redor é um desastre apenas menor que a devastação e o incêndio; ela termina, aliás, por chegar ao mesmo resultado, isto é, à ruína das populações e muitas vezes à própria ruína da terra. (RECLUS, 1985, p. 90).

[...] na pequena propriedade a *iniciativa* conseguiu prosperar até entre os horticultores e pequenos cultivadores do mesmo modo que entre os ricos agrônomos, embora com menos fausto e menos publicidade. O pobre é sem dúvida rotineiro e não arrisca seus poucos centavos sonogados ao fisco e à usura senão com grande prudência, mas mesmo assim os arrisca; alguns sabem observar, experimentar, aprender: as gerações, os séculos não passam para elas sem que tenham realizado experiências duráveis. (RECLUS, 1985, p. 91, *grifos nossos*).

Reclus revela, ao mesmo tempo, o poder destrutivo do latifúndio e a capacidade de resistência do campesinato. Essa compreensão foi possível, como destacou Bombardi (2007), porque Reclus e Kropotkin captaram, no âmbito da geografia, a luta de classes, a ação política camponesa e o significado da apropriação privada da terra no período em que viveram. Nesse sentido, construíram uma proposta que situou o campesinato como grupo destacado no processo de mudança social, capaz de evoluir tanto social como tecnicamente.

Elementos presentes nas teorias de Kropotkin e Reclus, como a ajuda mútua e o poder evolutivo cadenciado do camponês, podem ser identificados, de forma bastante atual, na prática cotidiana da agricultura camponesa brasileira. Em uma perspectiva teórica, contudo, a produção dos geógrafos anarquistas foi exilada, especialmente, no território brasileiro. Apenas recentemente essa geografia libertária vem sendo resgatada, em especial, por alguns estudiosos da geografia agrária, dos quais analisaremos algumas concepções um pouco mais adiante neste mesmo capítulo.

Tratando ainda daqueles que visualizaram a possibilidade de resistência camponesa no mundo capitalista, cabe uma referência à importante contribuição de Alexander Chayanov. Desde os primeiros anos do século XX, no contexto da *escola para análise da organização e produção camponesa*, este autor buscou polemizar com populistas e marxistas ortodoxos sobre a questão agrária. Essa polêmica materializou-se, contanto, apenas em 1925, com a publicação de *La Organización de La Unidad Económica Campesina* (CHAYANOV, 1974). A obra é resultado de observações realizadas por Chayanov em território russo, nas primeiras décadas do século XX, quando procurou desvelar as contradições do campesinato no âmbito do avanço capitalista sobre o campo. Samir Amin e Kostas Vergopoulos (1977) resumiram bem os pressupostos primordiais que impulsionaram a construção da teoria sobre o campesinato de Chayanov.

Chayanov parte da análise de um modo de produção camponês, não capitalista, cujas unidades elementares são constituídas por famílias de camponeses trabalhadores, proprietários do solo, e cujo produto é destinado, principalmente à auto-subsistência da família, estando comercializada apenas uma fração deste (para fazer face ao imposto e porque existe uma demanda urbana que, em contrapartida, pode oferecer bens manufaturados competitivos como os do artesanato rural). A unidade elementar

é, ao mesmo tempo, unidade de produção e de consumo, as trocas mercantes são apenas marginais: os ruralistas sabem perfeitamente que a vida camponesa não é apenas organizada em torno da produção, como o é a empresa industrial; sabem que ela tanto é um modo de existência, de vida, quanto um modo de produzir. Nessas condições, Chayanov introduz a idéia de que a organização da produção (quantidades de diferentes produtos, métodos mais ou menos intensivos etc.) resultará do equilíbrio entre a satisfação das necessidades e as dificuldades do trabalho. (AMIN; VERGOPOULOS, 1977, p. 27).

Analisando o desenvolvimento capitalista na agricultura russa, Chayanov observou a enorme capacidade de resistência da economia camponesa à concorrência capitalista, desde que produzia não para o mercado, mas para a sua reprodução como grupo social. O camponês estaria enquadrado, na teoria de Marx, como produtor simples de mercadoria. Ou seja, o dinheiro estaria presente apenas como mediação entre dois valores de uso qualitativos para o camponês, ou como meio de subsistência ou de produção. Assim, o movimento de circulação apresentaria diferença fundamental entre a produção camponesa e a capitalista *stricto sensu*.

Na produção capitalista temos para definir seu movimento a fórmula D-M-D [Dinheiro-Mercadoria-Dinheiro] na sua versão simples e D-M-D' [Dinheiro-Mercadoria-Mais Dinheiro] na sua versão normal, ampliada portanto. Enquanto na produção camponesa estamos diante do movimento expresso na fórmula M-D-M [Mercadoria-Dinheiro-Mercadoria]. Por conseguinte, a lógica da produção camponesa está assentada na forma simples de circulação das mercadorias, onde se tem a conversão da mercadoria em dinheiro e a conversão do dinheiro em mercadoria, ou seja, vender para comprar. (OLIVEIRA, 1996, p. 52).

A partir dessa idéia central, Chayanov entendeu que o camponês poderia aceitar remunerações tão baixas que fariam a agricultura capitalista perder todo seu poder competitivo (AMIN; VERGOPOULOS, 1977). A contradição do campesinato em sua inserção no contexto capitalista, assim como sua facilidade em se adaptar às regras do capital, seriam os elementos responsáveis por permitir a persistência do camponês no novo sistema, ainda que de forma subordinada.

Trata-se, simplesmente, de apreender o processo de reconstituição do campesinato como movimento contraditório: de um lado, o MPC [*Modo de Produção Capitalista*] transforma a agricultura a seu modo, isto é, de forma diferente em relação à indústria e, de outro lado, o camponês persiste em apegar-se a seu pequeno pedaço de terra e, sobretudo, ao seu modo de vida. Os dois movimentos coexistem, na tendência geral, em favor da manutenção da exploração agrícola familiar. (AMIN; VERGOPOULOS, 1977, p. 137, *grifos nossos*).

Nesse sentido, em primeiro lugar, entendemos que Chayanov conseguiu captar, da teoria marxiana, elementos que a leitura ortodoxa realizada por Kautsky e Lênin negligenciou. Enquanto que para estes, de acordo com Amin e Vergopoulos (1977), o materialismo

funcionava de maneira unívoca, onde a consciência de classe seria um simples produto das condições materiais de existência, aquele entendeu que para Marx a ideologia depois de penetrar as massas torna-se, também, uma força material. Isto quer dizer, primordialmente, que Chayanov construiu, a partir da dialética marxista, uma proposta para estudar a inserção não-capitalista do camponês no modo capitalista de produção.

Assim, parte do mérito de Chayanov foi o de garimpar na teoria marxiana, assim como fizeram nas últimas décadas do século XIX os narodniks (populistas russos), elementos que demonstrassem a sobrevivência e reprodução do camponês, ainda que subordinada ao capitalismo. Visualizou na condição camponesa uma adaptação às regras deste modo de produção. Ou melhor, buscou analisar o campesinato a partir de sua inserção no sistema capitalista. E assim, ao contrário de Kautsky, não professou o desaparecimento do campesinato, mas sua reprodução contraditória em um ambiente de dominação capitalista.

Sequencialmente às proposições de Chayanov, tiveram importância central na construção de uma teoria que admite a possibilidade de persistência camponesa no contexto histórico capitalista, os trabalhos de Teodor Shanin. Este autor, a exemplo de Chayanov, foi buscar na base dos escritos de Karl Marx os elementos para a discussão do campesinato, contestando as teorias de Kautsky e Lênin. Inicialmente o autor busca desfazer a ligação indissolúvel proposta por aqueles autores entre o campesinato e o modo feudal de produção, como vemos em suas palavras.

Os grupos domésticos camponeses como unidades básicas de produção e vida social, os camponeses como um grupo com semelhanças estruturais consideráveis e, mesmo, como uma auto-identidade política estabelecida, podem ser facilmente situados dentro de sistemas sócio-econômicos diretamente estruturados, desde o Asiático (se existe tal “coisa”), passando pelos limites extensivos dos domínios escravistas na antiguidade, pelo florescente capitalismo (primitivo?) da Alemanha, até a NEP [*Nova Política Econômica*] soviética e a Polônia de hoje. (SHANIN, 2005, p. 13, *grifos nossos*).

O modo de vida camponês sobreviveria às diferentes sociedades históricas da humanidade. Assim, Teodor Shanin nega o campesinato como resquício exclusivo do feudalismo, abrindo a discussão sobre as possibilidades de persistência desse modo de vida no contexto capitalista. Com isto, os grupos camponeses não seriam invariavelmente consumidos pelo *modus operandi* do sistema capitalista. Os camponeses não seriam, inevitavelmente, diferenciados em outras classes sociais no âmbito do desenvolvimento capitalista, como previam as diferentes compreensões acadêmicas, marxistas ou liberais, do final do século XIX.

[...] os camponeses não se dissolvem, nem se diferenciam em empresários capitalistas e trabalhadores assalariados, e tampouco são simplesmente pauperizados. Eles persistem, ao mesmo tempo em que se transformam e se vinculam gradualmente à economia capitalista circundante, que pervade suas vidas. Os camponeses continuam a existir, correspondendo a unidades agrícolas diferentes em estrutura e tamanho, do clássico estabelecimento rural camponês [...]. (SHANIN, 2005, p. 9).

De forma mais clara, Shanin (2005, p. 14) explica que “[...] os camponeses representam uma especificidade de características sócio-econômicas, que se refletirão em qualquer sistema societário em que operem”. Ou seja, permanecerão camponeses, como uma classe social ou como um modo de vida. Para sustentar a hipótese, o autor se apóia na discussão sobre o conceito de modo de produção, inicialmente, e de classe social, posteriormente. O debate do conceito de modo de produção cumpriu importante papel na estruturação de sua teoria, pois Teodor Shanin propõe que o campesinato poderia ser considerado um modo de vida que perpassaria os diferentes modos de produção.

[...] os camponeses podem ser vistos como entidades transferíveis “intermodos” ou tal noção é absurda? [...] aceitar a existência e a possível transferência dos camponeses “intermodos” é chegar mais perto da riqueza e das contradições da realidade. Dizer isso não é afirmar que os camponeses sob o capitalismo são iguais aos camponeses sob o feudalismo, porque isso não está em questão (pressupõe-se, obviamente, o contrário). [...] Em poucas palavras, significa que uma formação social dominada pelo capital, que abarque camponeses, difere daquelas em que não existem camponeses. (SHANIN, 2005, p. 14).

E, ao mesmo tempo, é com base na importância dispensada ao campesinato para a estruturação de cada modo de produção que Shanin buscou também situá-lo como classe social específica dentro do capitalismo. Imerge, para isto, na teoria marxiana das concepções de classe *em si* e classe *para si*.

Os camponeses entraram na discussão marxista como a pré-história analítica do capitalismo, como sua forragem passiva dentro da *acumulação primitiva*, mas, em particular, como classes históricas *para si* com, por assim dizer, baixo *caráter de classe*, explicável, por sua vez, dentro dos termos da especificidade camponesa. (SHANIN, 2005, p. 15).

Como vemos, o autor eleva o campesinato ao status de classe social, mas o limita, dizendo que é uma *classe com baixo caráter de classe*. Logo, em sua concepção, a utilização e a ênfase dispensadas ao campesinato como classe social diferem no tempo e no contexto (SHANIN, 2005). Ou seja, em algumas situações conjunturais de determinada sociedade, o campesinato poderia ser enquadrado como classe social, enquanto, em outras, seu caráter de

classe estaria reduzido. É importante destacar que Shanin assume uma postura de compreensão dialética frente ao enquadramento ou não do campesinato como classe social definida. Em seu livro clássico, *La Clase Incómoda*, Teodor Shanin ressalta o papel de classe social exercida pelo campesinato dentro do sistema capitalista, especialmente, em sua contraposição aos grandes proprietários de terra deste modo de produção.

A lo largo de la historia, el campesinado ha actuado políticamente muchas veces como una entidad social de clase. Además, dentro de las sociedades industriales, ha demostrado poseer cohesión en su acción política, y no sólo en su enfrentamiento con los terratenientes tradicionales en combates transnochados de tipo precapitalista; los intereses comunes compartidos por los campesinos los han impulsado también a sostener conflictos políticos con los grandes terratenientes capitalistas [...]. (SHANIN, 1983, p. 289).

Por outro lado, o caráter de classe do camponês poderia, na concepção de Teodor Shanin, ser até mesmo inexistente, como revelou o autor em conferência realizada durante o IV Simpósio Nacional de Geografia Agrária/III Simpósio Internacional de Geografia Agrária, em 2007, em Londrina no Paraná.

[...] os camponeses russos de 1905 a 1907 pegaram em armas, lutaram e se tornaram uma classe. Sob opressão pesada, desistiram, mas, em 1917, lutaram de novo e ficaram na luta até 1922 e definitivamente formaram uma classe. E na atualidade, o campesinato russo é um classe? Provavelmente não. Por quê? Não por sua definição analítica, mas pela realidade da inexistência da luta de classes hoje em dia. (SHANIN, 2008, p. 36).

Portanto, Teodor Shanin constrói sua discussão teórica com base no caráter de classe social do campesinato, mas, ao mesmo tempo, propõe um caráter baixo de classe para o grupo, ressaltando a importância de uma análise aprofundada e dialética da realidade para que sejam elaboradas teorias específicas para cada contexto histórico e cada sociedade. Essa questão é relevante para pensarmos o campesinato brasileiro. Ele poderia ser entendido como uma classe social específica do sistema capitalista? Alguns autores das ciências sociais brasileiras, com destaque para Martins (1983), já responderam afirmativamente a esta questão, ressaltando o contraponto histórico representado pelo latifúndio ao campesinato brasileiro, o que revelaria a luta de classes no campo.

Voltaremos a esta discussão nos itens que seguem. Pretendemos, no momento, somente ressaltar o embate entre aqueles teóricos que defendem a persistência do camponês no capitalismo e os que já o enterraram como sujeito histórico. Da mesma forma como o camponês, contrariando todas as previsões, persiste se reproduzindo contraditoriamente no

capitalismo, também o embate entre aqueles que pregam o *fim do campesinato* e os que continuam a acreditar na *resistência camponesa* está mais vivo que nunca. Esta contraposição, ao contrário de se esgotar, cria a cada dia novos elementos. No entanto, para uma análise atualizada do campesinato, parafraseando Marx (2005), ressaltamos que é preciso descer da teoria pura para a realidade e, no caso, especificamente para a realidade brasileira. Sendo assim, buscamos agora situar a influência dos grupos teóricos, especialmente os marxistas, no processo de construção da teoria do campesinato no território brasileiro.

2.2 A teoria do campesinato no território brasileiro

A partir da discussão clássica sobre a questão agrária e o campesinato europeu, revisitada no item anterior, foram desenvolvidas diferentes correntes de interpretação sobre o desenvolvimento do capitalismo no campo brasileiro e, conseqüentemente, sobre as formas camponesas de produção. Essas correntes teóricas buscaram (e ainda buscam), em suas divergências, entender as relações produtivas constituídas no processo de consolidação capitalista na agricultura do país. Cabe evidenciar, contudo, com base em Oliveira (2004), as três principais vertentes firmadas no estudo sobre o campo e suas considerações em torno da questão agrária e do campesinato, sendo elas: a que defende o ponto de vista de que no Brasil houve feudalismo (ou relações semifeudais de produção); a que entende que o campo está se desenvolvendo sob domínio do capitalismo e que o campesinato é um resíduo social em vias de desaparecimento; e, por fim, aquela que enxerga a resistência e um lugar histórico para os camponeses no futuro do território brasileiro.

A *primeira vertente*, como dito, entende que persistem no Brasil relações feudais ou semifeudais de produção. Contraditoriamente, esse grupo interpretativo do campo brasileiro inclui tanto teóricos burgueses como marxistas. De forma geral, esses estudiosos pregam que no território brasileiro foi instalado um modo de produção baseado em relações feudais, que teria sido transplantado do continente europeu para as novas terras conquistadas. No que se refere à perspectiva burguesa, a interpretação feudal do campo brasileiro foi fundada, em larga medida, na tese da *sociedade dualista*, bastante difundida pela obra de Jacques Lambert, *Os dois Brasis*. De acordo com esta concepção, as cidades brasileiras representariam o avanço, enquanto o campo (especialmente, o camponês) padeceria de um atraso secular. A imagem do *Jeca Tatu*, criada por Monteiro Lobato, é um bom exemplo do dualismo que separa o moderno do atrasado. E assim como para o *Jeca Tatu* o remédio era o *Biotônico*

*Fontoura*¹⁶, para o atraso do campo brasileiro o remédio seria adotar as mesmas medidas utilizadas na agricultura dos países desenvolvidos e, se possível, sob sua orientação.

Os teóricos marxistas que enxergaram um Brasil feudal, por sua vez, propunham que, para o campo se desenvolver e dar margem a qualquer transformação social, seria necessário acabar com as relações feudais ou semifeudais e ampliar o trabalho assalariado no campo. O grupo entendia, ainda, que a luta entre camponeses e latifundiários faria avançar o capitalismo no campo (OLIVEIRA, 2004). A tese feudal não foi homogênea, desde que, enquanto alguns autores deduziam que o feudalismo havia antecedido o capitalismo, outros propunham que as características feudais conviviam com o modo capitalista. De forma geral, no entanto, entre os principais representantes do grupo, destacaram-se as construções teóricas de Nelson Werneck Sodré e Alberto Passos Guimarães.

Nelson Werneck Sodré realizou uma transposição ortodoxa da proposta marxista para a análise da realidade do campo brasileiro. Em sua compreensão, da mesma forma como Marx observou que o mercantilismo não bastava para originar o capitalismo na Europa, tendo sido necessária a implantação da indústria, o autor brasileiro argumenta que o mercantilismo não poderia produzir no território brasileiro o modo capitalista de produção. Portanto, para o autor, havia uma confusão entre o que significava o capital comercial, característico da fase mercantil, e o capitalismo de fato (FRANK, 2005).

Segundo a perspectiva do sistema escravista, o território brasileiro teria passado a um regime caracterizado pela servidão ou semi-servidão, o que teria sido possível pela disponibilidade de terras. Essa disponibilidade, contudo, seria relativa, pois havia espaços vazios, mas não propriedades a conquistar, sendo que elas estariam sob domínio de *Senhores Feudais*. Portanto, os camponeses (negros libertos, mestiços, imigrantes europeus, etc.) estariam sujeitos a um sistema de relações com características fundamentalmente feudais, tendo como única alternativa a proletarianização (SODRÉ, 1990). É importante destacar, no entanto, que as discussões apresentadas por este autor foram muito relevantes para que se visualizasse a centralidade do latifúndio na estrutura agrária brasileira, estrutura esta que tem sido, historicamente, o principal entrave para a democratização do acesso à terra no território brasileiro e, conseqüentemente, para a consolidação do território camponês no país.

Quem também direcionou suas análises para a questão do latifúndio foi Alberto Passos Guimarães. O autor, por sua vez, vislumbrou a conquista e a colonização portuguesa nas

¹⁶ Durante vários anos foi distribuída a cartilha do Jeca Tatuzinho (escrito por Monteiro Lobato) no sentido de promover a venda do Biotônico Fontoura. Este material situava o homem do campo, especialmente o camponês, como um ser atrasado e doente que seria, por sua vez, salvo pela medicina moderna, pela utilização do Biotônico Fontoura.

Américas como uma oportunidade para a manutenção das relações feudais de produção, já em gradativo processo de transformação na metrópole. Em suas palavras:

A grande ventura, para os fidalgos sem fortuna, seria reviver aqui os tempos áureos do feudalismo clássico, reintegrar-se no domínio absoluto de latifúndios intermináveis como nunca houvera, com vassalos e servos a produzirem, com suas mãos e seus próprios instrumentos de trabalho, tudo que ao senhor proporcionasse riqueza e poderio. (GUIMARÃES, 1989, p. 23).

Guimarães (1989) visualiza uma reedição do modo feudal de produção português em terras brasileiras, desde que a ordem feudal na metrópole estava baseada no monopólio da terra e no domínio extra-econômico dos *Senhores da Terra*. O mesmo sistema teria sido instalado na ocupação brasileira, construindo relações arcaicas de produção no campo. O camponês, nesse contexto, estaria sujeito a um regime de servidão, vivendo nos grandes domínios territoriais controlados pelos colonizadores. A partir dessa raiz, com o desenvolvimento do capitalismo, o campesinato não conseguiria se adaptar aos novos parâmetros de produção, sendo fatalmente proletarizado, no campo ou na cidade. Todo o problema agrário brasileiro seria, seguindo tal concepção, decorrência das relações feudais estabelecidas em nossas terras desde o início do processo de colonização.

É relevante pontuar, ainda, no que se refere à corrente feudal de interpretação do campo brasileiro que, de uma forma geral, seus teóricos propuseram que o capitalismo estaria penetrando, gradativamente, o caráter feudal então dominante nas relações produtivas da agricultura no país. Essa transformação, por sua vez, propiciaria o desenvolvimento técnico, cedendo lugar a um processo produtivo *moderno*, do qual não faria parte o camponês, resíduo do feudalismo. A reforma agrária teria um papel modernizador para o campo, transformando a arcaica estrutura agrária brasileira, de base patrimonial; e o camponês daria lugar a produtores capitalizados e tecnicamente preparados. Portanto, como nos indica Frank (2005), esta vertente teórica, seja na figura dos burgueses ou pela representação marxista, propõe a mesma solução para resolver o problema agrário do país, ou seja, acelerar e completar a capitalização da agricultura.

A *segunda vertente* de interpretação entende que o Brasil foi colonizado já em um contexto dominado pelo capital (comercial) e que o campo brasileiro já estaria se desenvolvendo do ponto de vista capitalista desde a conquista. E, em decorrência deste processo, os camponeses inevitavelmente iriam desaparecer, pois seriam resíduo social que o progresso capitalista extinguiria. Na tentativa de produzirem para o mercado, os camponeses acabariam indo à falência e perdendo suas terras, tornando-se, assim, proletários (OLIVEIRA,

2004). O grupo de pensadores tem como base as idéias marxistas ortodoxas desenvolvidas por Kautsky e Lênin, principalmente. Podem ser destacados, entre eles, Caio Prado Júnior e, mais recentemente, Ricardo Abramovay e José Graziano da Silva.

Caio Prado Júnior foi, em primeira instância, um crítico da vertente feudal de interpretação do campo brasileiro, defendendo a idéia de que, desde o princípio, o território brasileiro está inserido em um contexto estritamente capitalista. Para o autor (PRADO JR., 1974), o fato de se considerarem as características feudais inseridas na conquista do território brasileiro, por si só, não permite que se fale em um modo de produção feudal no Brasil, o que somente poderia ocorrer como figura de retórica. A agricultura brasileira estaria imersa, desde o início, nas relações capitalistas de produção, sendo incompatível à constituição de uma economia e classe camponesas, o que apenas poderia ocorrer em restritos setores de importância secundária.

[...] o que tivemos foi uma estrutura de grandes unidades produtoras de mercadorias de exportação trabalhadas pela mão-de-obra escrava. Situação essa que no economicamente fundamental se conservou até hoje. Manteve-se praticamente intacta a grande exploração agrária, operando nela, com a abolição da escravidão, a substituição do trabalho escravo pelo trabalho livre, sem afetar com isso a natureza estrutural da grande exploração. (PRADO JR., 1987, p. 79).

Caio Prado Jr. admite a persistência do latifúndio e do campesinato na base da sociedade brasileira, mas, ao mesmo tempo que prega a modernização do latifúndio, prevê o desaparecimento do camponês. Seguindo ortodoxamente a teoria marxista, o autor visualiza a sociedade capitalista dividida entre burguesia e proletariado, imputando ao campesinato apenas papel transitório e residual no contexto capitalista. O desenvolvimento das forças produtivas no campo transformaria, invariavelmente, o camponês em proletário. Essa concepção foi bastante prestigiada, sobretudo entre os economistas, servindo como base principal para as políticas agrárias e agrícolas para o campo brasileiro. E permanece, ainda hoje, como base para as teorias que negam a possibilidade de sobrevivência e reprodução camponesa.

O economista Ricardo Abramovay foi quem estruturou, mais solidamente, uma teoria da suplantação do campesinato, tanto teoricamente como na realidade capitalista. Assim, propagou, especialmente a partir da década de 1990, a existência de um novo sujeito, o *agricultor familiar*. E a esse novo sujeito teriam restado dois caminhos principais de diferenciação. Ou se capitalizava, conformando-se à imagem do modo de produção vigente (uma pequena minoria), ou seria expropriado pelo sistema dominante, proletarizando-se (a

grande maioria). Portanto, em sua concepção, alinhada às propostas ortodoxas marxistas, não haveria espaço no futuro para um sujeito camponês e, menos ainda, para uma sociedade camponesa, como revela o próprio autor.

As sociedades camponesas são incompatíveis com o ambiente econômico onde imperam relações claramente mercantis. Tão logo os mecanismos de preços adquiram a função de arbitrar as decisões referentes à produção, de funcionar como princípio alocativo do trabalho social, a reciprocidade e a personalização dos laços sociais perderão inteiramente o lugar, levando consigo o próprio caráter camponês da organização social. (ABRAMOVAY, 1998, p. 117).

Assim, para o autor, ao modo capitalista de produção não seria compatível uma estrutura não essencialmente capitalista como o campesinato. O próprio mercado se encarregaria de eliminar os parâmetros camponeses de sobrevivência e reprodução social. Ou seja, com o desenvolvimento do capitalismo no campo, o eixo chayanovista de interpretação da produção familiar perderia seu poder explicativo da realidade. O que existiria agora seria um agricultor familiar capitalizado, historicamente diferente do camponês tradicional. Esse novo sujeito, ao contrário do camponês, passou a ter possibilidades de sobrevivência, ainda que remotas, no âmbito do desenvolvimento capitalista no campo. Para tanto, contudo, teria que se profissionalizar e alinhar-se aos parâmetros estabelecidos pelo capital para o desenvolvimento da agricultura.

Para José Graziano da Silva, da mesma forma, seria impossível a existência da classe camponesa na sociedade capitalista. Esse grupo social teria se tornado, de acordo com a concepção do *novo rural brasileiro*, defendida pelo autor, dispensável para a ordem capitalista (OLIVEIRA, 2004). A idéia de uma nova configuração do campo brasileiro, proposta por Graziano da Silva et al. (2002), foi construída com base nos seguintes pressupostos: consolidação de uma agropecuária moderna ligada à agroindústria; surgimento, na área rural, de atividades não-agrícolas ligadas a atividades industriais e de serviços; e, revalorização econômica de atividades agropecuárias específicas, impulsionadas por nichos especiais de mercado.

Com relação ao primeiro pressuposto, o autor situa a agropecuária moderna, moldada à imagem da indústria, como uma força avassaladora que conformaria à sua maneira todas as formas produtivas no campo, inclusive os camponeses. Mas, apenas uma pequena minoria mais capacitada para as exigências da agricultura familiar moderna. Os demais desapareceriam. No segundo pressuposto, defende a idéia de que um *continuum* urbano-rural estaria colocando fim à dicotomia entre cidade e campo, aproximando atividades agrícolas e

industriais. Aí estaria colocado o conceito, importado por Graziano da Silva (1999), de *part-time farmer*. Estaria se formando no Brasil um agricultor em tempo parcial, ligado tanto às atividades rurais como àquelas caracteristicamente urbanas. E, por fim, no terceiro pressuposto, o autor propõe que estariam sendo revalorizadas, economicamente, atividades agropecuárias com nichos de mercado específicos, a serem assumidas por agricultores familiares profissionais e capitalizados.

É importante ressaltar que tal compreensão sobre o campo brasileiro está inserida em uma ampla estratégia política e econômica para o *desenvolvimento* do mesmo. Estas formulações tiveram (e continuam tendo) impacto considerável na elaboração de políticas públicas direcionadas para o campo no país. Ainda que, como mostra Alentejano (2000), a concepção do *Novo Rural Brasileiro* tenha se revelado, na prática, excludente e expropriadora da classe camponesa. Essa proposta visualiza a transformação do pequeno agricultor familiar em um *negócio familiar rural*, o que demonstra, pelo menos, uma negligência em relação à realidade do campo brasileiro.

[...] falar em negócio rural como proposta para o conjunto da agricultura familiar brasileira é no mínimo um contra-senso, uma vez que tal formulação exclui uma ampla gama de pequenos produtores, pois ao contrário do que afirma o documento, a *realidade atual do campo* é muito mais a da miséria e da penúria dos agricultores familiares e da especulação dos grandes proprietários, do que a *modernidade* do *negócio rural*. Ignorar o alto grau de diversidade presente no campo brasileiro, a crise social e econômica que se abateu sobre este nos últimos anos e a enorme importância do segmento dos produtores familiares de subsistência pode ser considerado uma aberração. (ALENTEJANO, 2000, p. 93, *grifos do autor*).

Portanto a questão central é que no *novo rural brasileiro* não há espaço para a produção familiar camponesa. Essas novas atividades, rurais ou urbanas, seriam ocupadas por uma minoria de produtores familiares profissionalizados. O camponês é transformado, teórica e ideologicamente, em agricultor familiar. O campesinato perde, assim, sua história e, ao mesmo tempo, deixa de ser um sujeito político e inserido na discussão do processo de desenvolvimento do campo no país. Estaria superada, ao mesmo tempo, a necessidade de construir políticas para promover a reforma agrária.

O fato é que para essas duas primeiras vertentes de interpretação, uma que defende a existência do feudalismo no território brasileiro e outra que visualiza o domínio capitalista sobre o campo como processo unívoco e sem volta, na sociedade capitalista avançada, não há lugar histórico para os camponeses. Isso ocorre, de acordo com a reflexão de Oliveira (2004), porque a sociedade capitalista é pensada por esses autores como sendo composta por apenas

duas classes sociais: a burguesia (os capitalistas) e o proletariado (os trabalhadores assalariados). E é por isso que muitos autores e mesmo partidos políticos não assumem a defesa dos camponeses. Por não os considerarem uma classe social de fato, alegando muitas vezes que a luta travada diariamente por posseiros ou movimentos organizados seria um erro histórico na condução do processo de transformação social do país.

Em contraposição às duas primeiras, uma *terceira vertente*, oposta à tese do desaparecimento do camponês, foi gradativamente sendo consolidada. Essa corrente de análise busca interpretar a questão agrária e as relações de produção no campo, propondo que o estudo da agricultura deve ser feito levando-se em consideração que o processo de desenvolvimento capitalista de produção no território brasileiro é contraditório e combinado. Resumidamente, isso quer dizer, de acordo com Oliveira (2004, p. 36), que,

[...] ao mesmo tempo em que esse desenvolvimento avança reproduzindo relações especificamente capitalistas (implantando o trabalho assalariado através da presença no campo do bóia-fria), o capitalismo produz, também, igual e contraditoriamente, relações camponesas de produção (através da presença e do aumento do trabalho familiar no campo).

Entre os autores que congregam essa vertente teórica sobre o campo brasileiro, é importante destacar José de Souza Martins, José Vicente Tavares dos Santos e Ariovaldo Umbelino de Oliveira¹⁷. Esses estudiosos, assim como fizeram Teodor Shanin, Samir Amin e Kostas Vergopoulos, em outros países, buscaram resgatar as concepções de resistência camponesa no âmbito do modo capitalista de produção. A obra de Chayanov constituiu, entre outras, a base para estes teóricos contraporem a sentença de desaparecimento do campesinato, situando-o como classe social.

A construção teórica de José de Souza Martins foi, sem dúvida, fundadora desta perspectiva de interpretação sobre o campo brasileiro. Realizando uma crítica, ao mesmo tempo, da concepção de que existiam no país resquícios feudais e daquela que previa a proletarianização integral dos camponeses sob o avanço capitalista, o autor inaugurou uma nova lógica para a compreensão das relações sociais no campo. Partiu, para isto, do estudo da própria teoria marxiana, estabelecendo a hipótese de que o capitalismo, em seu processo de expansão, “[...] não só redefine antigas relações, subordinando-as à reprodução do capital,

¹⁷ Apesar de destacar estes autores não nos esquecemos de vários outros que construíram sua discussão em torno da resistência camponesa, entre eles: Margarida Maria Moura, Carlos Walter Porto Gonçalves, Carlos Rodrigues Brandão, Iraci G. de V. Palheta, Alfredo Wagner e Bernardo Mançano Fernandes.

mas também engendra relações não-capitalistas igual e contraditoriamente necessárias a essa reprodução” (MARTINS, 1996, p. 19-20).

A produção capitalista de relações não-capitalistas de produção expressa não apenas uma forma de reprodução ampliada do capital, mas também a reprodução ampliada das contradições do capitalismo – o movimento contraditório não só de subordinação de relações pré-capitalistas, mas também de criação de relações antagônicas e subordinadas não-capitalistas. (MARTINS, 1996, p. 21).

A partir daí, o autor colocou o campesinato como classe social contraditoriamente inserida no modo capitalista de produção, negando, portanto, o seu desaparecimento iminente. Ao contrário dos marxistas ortodoxos, que dividem a sociedade capitalista em burgueses e proletários, o sociólogo resgatou da teoria de Marx a importância da classe dos proprietários de terra, entre eles o campesinato. Martins (1983) demonstra as características intrínsecas do campesinato brasileiro, destacando sua resistência ao processo de expropriação promovido, historicamente, pelo Estado e pelo capital, como foram os casos dos Cabanos, de Canudos, do Contestado e, mais recentemente, Corumbiara e Eldorado dos Carajás. Portanto, é um campesinato que quer entrar na terra e que, ao ser expulso, com frequência à terra retorna.

O nosso campesinato é constituído com a expansão capitalista, como produto das contradições dessa expansão. Por isso, todas as ações e lutas camponesas recebem do capital, de imediato, reações de classe [...]. O direito de propriedade que, afinal de contas, o camponês invoca judicialmente para resistir às tentativas de expropriação é o mesmo direito que o capitalista invoca para expropriar o camponês (e não um direito institucionalmente diferente, como o da propriedade comunal). É das contradições desse direito, que serve a duas formas de propriedade privada – a familiar e a capitalista – que nascem as interpretações distintas sobre a terra camponesa e a terra capitalista, terra de trabalho e terra de negócio. [...] o camponês não é uma figura do passado, mas uma figura do presente da história capitalista do país. (MARTINS, 1983, p. 16).

A partir dessa construção teórica, Martins (1983) faz uma crítica àqueles que defendem a proletarianização como único destino para o campesinato, para quem o que vai decidir o processo histórico de transformação da sociedade é fundamentalmente o crescimento da classe operária no campo e na cidade. E para quem, ao mesmo tempo, entende que é da completa expropriação do trabalhador e de sua conversão em trabalhador assalariado que surgirá tal possibilidade de transformação (MARTINS, 1983), o autor apresenta as contradições inerentes à persistência do camponês no capitalismo, que caracterizam a sua existência contra todas as previsões.

José Vicente Tavares dos Santos segue, basicamente, os mesmos parâmetros interpretativos desenvolvidos por José de Souza Martins. Mas, enquanto este estudou o

campesinato constituído nos campos de café paulista, aquele estabeleceu sua análise sobre os colonos do vinho, revelando fortes elementos estruturais do campesinato gaúcho. Resgatando as concepções chayanovianas, Santos (1978) estabelece como principais elementos estruturais do campesinato, os seguintes: a força de trabalho familiar, as práticas de ajuda mútua, o trabalho acessório camponês, a força de trabalho assalariada, a socialização do camponês, a posse/propriedade da terra, a propriedade dos meios de produção e a jornada de trabalho. O autor considerou esses elementos para um contexto específico, no caso, para os colonos do vinho no Rio Grande do Sul, em fins da década de 1970. Mas, sem muitas adaptações, entendemos que eles podem ser generalizados para os demais camponeses brasileiros e, por isso, os destacamos abaixo.

- *A força de trabalho familiar* assume, em torno da unidade produtiva camponesa, um caráter de trabalho coletivo. Cada membro da família camponesa desempenha um trabalho útil e concreto, de acordo com o momento e a necessidade. Assim, “[...] estrutura-se no interior da família uma divisão técnica do trabalho, articulada pelo processo de cooperação, resultando numa jornada de trabalho combinada dos vários membros da família” (SANTOS, 1978, p. 34).

- *As práticas de ajuda - mútua*, embora diminuídas em algumas regiões do país, continuam representando um elemento caracterizador da classe camponesa. As trocas de dia de serviço e os mutirões, principalmente, têm, ainda, sido práticas de uso corriqueiro em territórios camponeses, espalhados por diferentes regiões brasileiras. No território rondoniense, por exemplo, são comuns as práticas de ajuda – mútua, especialmente, nas áreas de assentamento consolidadas nas últimas décadas.

- *Através do trabalho acessório camponês*, esse passa a ser um assalariado temporário de outro camponês, cuja família não basta para o desempenho das tarefas agrícolas. Isso, de acordo com Santos (1978, p. 39), “[...] significa uma combinação técnica e econômica de otimização do uso da força de trabalho familiar, a qual ficaria parcialmente ociosa caso não ocorresse o trabalho acessório”. Prática também muito comum em várias regiões do país, desde que muitos territórios camponeses estão baseados no parentesco, o que fortalece esse tipo de característica.

- A *força de trabalho assalariada* está personificada, basicamente, na contratação pelo grupo camponês de trabalhadores temporários, durante períodos que exigem um maior contingente de braços. Em especial, durante o período de colheita, confecção de silagem, entre outros, o camponês recorre à contratação de trabalhadores externos ao grupo familiar. Normalmente, são contratados outros camponeses que vivem na mesma comunidade.

- A *socialização do camponês* refere-se, de forma geral, ao processo educativo para a reprodução do campesinato como modo de vida e trabalho. Consiste em socializar as crianças e os jovens na lida do campo desde cedo. Esse processo garantiria a sua permanência no núcleo, representando o contrário da educação formal, de viés urbanizador, que prepararia a criança e o jovem para o trabalho assalariado na cidade. É visível a luta atual das comunidades camponesas para adaptar a educação à realidade vivida no campo. Processo que também vem, nos últimos anos, tomando corpo nos espaços acadêmicos.

- A *posse/propriedade da terra* é essencial para a sobrevivência e reprodução do grupo camponês. Com relação a esse elemento do campesinato, Oliveira (1996) considera três situações possíveis de obter o acesso à terra: ser camponês-proprietário, camponês-rendeiro ou camponês-posseiro. Em qualquer um dos casos, a posse assume um caráter de *terra de trabalho*, sendo sua função prover a sobrevivência do grupo familiar e não a exploração capitalista de sua renda.

- A *propriedade dos meios de produção* é também fator essencial para a resistência camponesa. Os meios de produção, em sua maioria, são adquiridos como mercadoria. E, como consumidor de mercadorias, o camponês se vê subordinado ao capital, que lhe vende produtos caros e lhe paga preço baixo por seus produtos agropecuários (OLIVEIRA, 1996). Alguns meios de produção, como tratores, são passíveis de serem adquiridos somente em grupos coletivos, o que muitas vezes os torna inacessíveis. Por outro lado, em algumas comunidades camponesas tradicionais ou assentamentos, o cooperativismo tem possibilitado a instrumentalização do processo produtivo.

- A duração da *jornada de trabalho* do camponês varia conforme a época do ano. Logo, o tempo do trabalho camponês é diferenciado. Ao contrário do trabalho assalariado, que tem hora para começar e terminar, o trabalho camponês estende-se de acordo com a necessidade

da atividade. A atividade a ser realizada não é adaptada ao tempo disponível, mas, ao contrário, o tempo se adapta à atividade a ser cumprida. Relativamente, este é o fator que forneceria ao camponês um *limite de segurança* na relação com o capitalismo, ao contrário daquele que vende sua força de trabalho e, portanto, vive o tempo do capital.

Conjuntamente, esses elementos estruturais, caracterizadores da classe camponesa, fornecem conteúdo ao camponês brasileiro, situando-o como produtor simples de mercadoria, pois não vende diretamente seu trabalho, mas o produto dele. Nas palavras de Santos (1978):

Esta combinação de elementos faz com que o camponês se apresente no mercado como vendedor dos produtos do seu trabalho, como produtor direto de mercadorias. Como produtor, venderá seus produtos para adquirir outros, qualitativamente diferentes, que possam satisfazer suas necessidades de consumo individual e produtivo. Assim, a produção camponesa realiza o ciclo mercadoria-dinheiro-mercadoria, ou seja, o processo de vender e comprar, culminando o ciclo na obtenção de valores de uso. (SANTOS, 1978, p. 69).

Ou seja, lembrando a circulação simples de mercadoria explicada por Marx (1985), seu objetivo final não é o lucro capitalista, mas a satisfação das necessidades de consumo sua e do grupo familiar. Nesse sentido é que ressaltamos que nosso camponês está inserido contraditoriamente no modo capitalista de produção. O que indica, por conseguinte, que “[...] o camponês em questão não é um empresário capitalista, não procura maximizar o lucro de seu capital e acumular, mas antes viver na terra que é sua em virtude de uma organização social camponesa” (AMIN; VERGOPOULOS, 1977, p. 27).

Essa mesma concepção adotou Oliveira (1996). O autor alinhou-se com as teorias desenvolvidas por José de Souza Martins e José Vicente Tavares dos Santos, defendendo a existência contraditória do campesinato no modo capitalista de produção, assim como sua luta de resistência nesse contexto. Oliveira (1996) buscou, também, na teoria marxiana, elementos para descaracterizar a construção que prevê o desaparecimento do camponês. Além disso, inseriu na discussão sobre o campo brasileiro a categoria do território em suas relações com o capital. A partir dessa concepção, o autor foi responsável pelo nascimento, no âmbito da geografia agrária, de uma nova corrente de interpretação da realidade vivida no campo, sobre a qual apresentaremos no item que segue uma reflexão específica.

2.3 A geografia agrária e o campesinato

A geografia brasileira seguiu, constitutivamente, uma perspectiva positivista de interpretação da realidade territorial do país. Como já sinalizamos no primeiro capítulo, a geografia brasileira foi instrumentalizada pela proposta determinista da *geografia do poder*, baseada nas concepções de Friedrich Ratzel e Paul Vidal de La Blache. Não conseguimos nos libertar totalmente da visão colonialista que dominou o nascimento da ciência em território brasileiro. Essa geografia foi, em primeiro lugar, aparelho disponível ao Estado em seu projeto de consolidação nacional e ao capital internacional no seu incessante avanço espoliativo sobre as riquezas e o povo brasileiro.

Nessa conjuntura, importante parcela da produção geográfica se fez a partir dos interesses oficiais de planejamento; dito de outra forma, parte importante da produção geográfica esteve atrelada às conveniências da acumulação capitalista, portanto, em desacordo com as principais demandas socioambientais. (PAULINO, 2006, p. 62).

E na geografia agrária, especificamente, os parâmetros que guiaram a construção do conhecimento sobre o campo brasileiro não se desviaram muito da lógica positivista. Essa proposta esteve calcada, basicamente, na análise do desenvolvimento da agricultura do país, preocupando-se muito pouco com os conflitos históricos, persistentes no campo. Nas primeiras décadas da geografia agrária no Brasil, o foco de análise foi a distribuição espacial dos cultivos, as técnicas agrícolas utilizadas, entre outras questões burocráticas. O livro *Geografía Agraria*, de Daniel Faucher, referência principal nos primeiros anos da geografia agrária no país, reflete bem as características assumidas por esta disciplina no Brasil. Daniel Faucher estabeleceu o objeto da geografia agrária como o estudo da “[...] naturaleza de los productos, las condiciones económicas de su obtención, el modo de vida de los cultivadores, los caracteres y las transformaciones del paisaje rural” (FAUCHER, 1975, p. 11-12).

A geografia agrária deveria apresentar um papel descritivo das formas e dos meios da atividade agrícola, caracterizando o desenvolvimento da agricultura sob diferentes condições paisagísticas. E, de fato, Daniel Faucher realizou um exaustivo levantamento das formas agrícolas desenvolvidas em várias partes do mundo, descrevendo desde a agricultura itinerante dos países *primitivos* até as *plantas revolucionárias* fruto da agricultura científica desenvolvida nos países europeus. O autor pondera, ao mesmo tempo, as relações conectivas da agricultura e da atividade industrial, ressaltando a importância da produção da borracha,

entre outros produtos direcionados para o desenvolvimento industrial nos países do velho continente.

A lógica descritiva e positivista foi, por bom tempo, a linha seguida pela geografia agrária instituída em território brasileiro. De acordo com a análise de Ferreira (2001), o geógrafo agrário estaria preocupado, então, com o estudo da atividade agrícola evidenciada na paisagem e distribuída distintamente pela superfície da terra, em função dos condicionamentos naturais, dos sistemas econômicos e da população.

O alemão Léo Waibel e o francês Pierre Monbeig, dois geógrafos fundadores da geografia agrária no país, seguiram de perto essa perspectiva interpretativa do campo e da agricultura. Não podemos negar a relevância da obra destes geógrafos para a consolidação desta disciplina no Brasil, pois, produziram conhecimentos relevantes em torno do território brasileiro. Esses autores caracterizaram, especialmente, o avanço sobre a fronteira, discutindo a forma como se estabelecia a zona pioneira nas terras do oeste. Por outro lado, pautaram-se em um método positivista de análise, deixando de lado o estudo dos problemas concretos que afetavam o campo no país. A concentração fundiária, os conflitos agrários ou mesmo a condição camponesa não figuraram em seus estudos.

Somente com os trabalhos de Orlando Valverde e Manuel Correia de Andrade, em especial a partir da década de 1960, que uma pequena parcela dos estudos agrários de geografia começou a apresentar um viés um pouco mais crítico. Com relação ao próprio processo de colonização rondoniense, ainda que de forma bastante cadenciada, Valverde (1979) questiona as reais possibilidades sócio-ambientais do assentamento de camponeses sulistas no estado, visto que o mesmo processo estava em crise nas margens da rodovia transamazônica. E Andrade (1998), por sua vez, realizou, já na década de 1960, um importante estudo sobre as Ligas Camponesas do Nordeste, caracterizando os contrastes socioeconômicos persistentes naquela região que, por sua vez, tinham como resultado a migração *forçada* dos camponeses expropriados para outras regiões, especialmente a região amazônica.

Por outro lado, devemos entender que essa postura crítica não foi, pelo menos até a década de 1990, traduzida em uma sólida corrente teórica em favor da resistência camponesa no âmbito capitalista. Lembramos que, entre meados dos anos 1960 e a segunda metade da década de 1970, predominaram, no contexto autoritário do Estado brasileiro, os estudos de base quantitativa na geografia agrária, com a utilização prioritária de modelos estatísticos e matemáticos. Exceção feita a alguns trabalhos que se alinharam à perspectiva marxista (como

os trabalhos dos já citados Valverde e Andrade), discutida entre estudiosos de outras áreas das ciências sociais, muito pouco foi produzido na geografia agrária brasileira fora de um parâmetro quantitativista.

É a partir da década de 1980 que o método de interpretação marxista, já bastante difundido entre cientistas sociais brasileiros, passou a ser inserido na construção de uma postura crítica da geografia agrária com relação aos problemas sociais da realidade do campo no país. Temas como os conflitos no campo, o avanço do capitalismo sobre a região amazônica, entre outros, antes negligenciados, passaram a compor uma geografia mais ligada com a ação política do país. E quem, concretamente, iniciou o desenvolvimento de uma discussão que incluía o campesinato foi Ariovaldo Umbelino de Oliveira, como introduzimos no item anterior.

O autor buscou resgatar a dialética esquecida da obra de Karl Marx, tendo também como base os trabalhos de Rosa Luxemburgo. Da mesma forma, resgatou as concepções dos geógrafos libertários Élisée Reclus e Piotr Kropotkin, que precocemente defenderam a persistência camponesa no contexto capitalista de produção. A partir desses estudos, estabeleceu uma alternativa à discussão ortodoxa que propunha a divisão da sociedade capitalista unicamente entre burgueses e proletários, e o conseqüente desaparecimento do campesinato, discussão esta que já vinha sendo realizada por Teodor Shanin, como vimos no item anterior. Para compreender este processo no contexto brasileiro partiu basicamente das contradições intrínsecas ao modo capitalista de produção, como sustenta abaixo.

O desenvolvimento capitalista se faz movido pelas suas contradições. Ele é, portanto, em si, contraditório e desigual. Isto significa que para seu desenvolvimento ser possível, ele tem que desenvolver aqueles aspectos aparentemente contraditórios a si mesmo. [Por isso] vamos encontrar no campo brasileiro, junto com o processo geral de desenvolvimento capitalista que se caracteriza pela implantação das relações de trabalho assalariado (os bóias-frias, por exemplo), a presença das relações de trabalho não capitalistas como, por exemplo, a parceria, o trabalho familiar camponês, etc. (OLIVEIRA, 1996, p. 18).

Essa linha de pensamento para a compreensão do campo, com base na condição contraditória de classe social do campesinato, foi construída em proximidade com as concepções desenvolvidas por José de Souza Martins, já apresentadas. O geógrafo acrescentou, no entanto, além da dialética marxista, a noção de território como categoria de análise das relações capitalistas de produção no campo. Por meio de sua construção teórica, Ariovaldo Umbelino de Oliveira nos revela as contradições inerentes aos conflitos de classe para compreendermos o território em sua dinâmica. Assim, além de resgatar a dialética como

método, refletindo a existência contraditória do campesinato no mundo capitalista, o autor resgatou, também, o território como categoria central de análise geográfica.

Parto, portanto, da concepção de que o território deve ser apreendido como síntese contraditória, como totalidade concreta do modo de produção/distribuição/circulação/consumo e suas articulações e mediações supra-estruturais (políticas, ideológicas, simbólicas etc.), em que o Estado desempenha a função de regulação. O território é, assim, efeito material da luta de classes travada pela sociedade na produção de sua existência. Sociedade capitalista que está assentada em três classes sociais fundamentais: proletariado, burguesia e proprietários de terra. (OLIVEIRA, 2004, p. 40).

É no sentido de explicar esse processo, no qual o campesinato se apresenta como classe social do capitalismo e o território ganha destaque como espaço de conflito, que esse teórico cunhou dois conceitos fundamentais na Geografia: a territorialização do capital e a monopolização do território pelo capital, o que, em outras palavras, reinsere na agenda da geografia uma de suas categorias fundamentais, que é o território (PAULINO, 2007). Isso consolida, ao mesmo tempo, a idéia de resistência contraditória do campesinato no âmbito da ação do modo capitalista de produção, seja monopolizando o território ou se territorializando. Os exemplos reproduzidos, nas palavras do autor (OLIVEIRA, 2004), delimitam bem a compreensão de tal processo a partir do território como categoria.

Um exemplo desse contraditório desenvolvimento ocorre com as usinas ou destilarias de açúcar e álcool, onde atualmente indústria e agricultura são partes ou etapas de um mesmo processo. Capitalista da indústria, proprietário de terra e capitalista da agricultura têm um só nome, são uma só pessoa ou uma só empresa. Para produzir, utilizam o trabalho assalariado dos bóias-frias que moram/vivem nas cidades. O outro exemplo se dá com os plantadores de fumo no sul do Brasil, que entregam sua colheita às multinacionais do cigarro. Nesse caso, o capitalista industrial é uma empresa industrial, enquanto que o proprietário da terra e o trabalhador são uma única pessoa, os camponeses. Já nos casos em que os camponeses arrendam terra para plantar o fumo com o trabalho de suas famílias, temos como personagens sociais: o capitalista industrial, o proprietário da terra-rentista (que vive da renda em dinheiro recebida pelo aluguel da terra) e o camponês-rendeiro, que com a família trabalha a terra. O que esse contraditório desenvolvimento capitalista no campo revela é que, no primeiro caso, o capital se territorializa. Trata-se, portanto, da *territorialização do capital monopolista* na agricultura. No segundo caso, esse processo contraditório revela que o capital monopoliza o território sem, entretanto, se territorializar. Trata-se, pois, da *monopolização do território* pelo capital monopolista. No primeiro mecanismo, no qual o capital se territorializa, ele varre do campo os trabalhadores, concentrando-os nas cidades [...]. Já no segundo mecanismo, quando monopoliza o território, o capital cria, recria, redefine relações camponesas de produção familiar. (OLIVEIRA, 2004, p. 42, *grifos do autor*).

Em um primeiro momento, esta “[...] elaboração teórico-metodológica se constitui em contraponto ímpar ao paradigma da modernização do campo que, renascida sob as bases

filosóficas da Geografia Quantitativa, privilegiará as condicionantes técnicas da produção agrícola” (PAULINO, 2006, p. 64). Em um segundo momento, busca estabelecer uma alternativa à discussão que propõe o desaparecimento do campesinato ou, na melhor das hipóteses, a sua transformação em agricultor familiar capitalista, consolidando-se, então, em instrumento de explicação geográfica para as transformações no campo.

Ao advertir que os capitalistas estão permanentemente envolvidos em dois processos distintos, porém interdependentes, que são a reprodução do capital, via trabalho assalariado, e a produção do capital, via sujeição da renda camponesa da terra, Ariovaldo inaugura as bases de uma Geografia Agrária que expõe a fragilidade teórico-metodológica da sentença de desaparecimento do campesinato. (PAULINO, 2007, p. 344).

Esta construção teórica, inaugurada por Ariovaldo Umbelino de Oliveira na geografia agrária, instituiu uma corrente de pensamento que congregou, nas duas últimas décadas, um relativo número de estudiosos. Esse grupo tem colaborado com a consolidação de uma proposta alternativa de apoio ao projeto de resistência camponesa, apoiando diretamente a luta dos movimentos pela reforma agrária e pela territorialização de seu modo de viver e produzir. Apesar de estarmos certos do crescimento dessa corrente de interpretação nos últimos anos, limitamos nossa análise às construções teóricas dos geógrafos agrários Antônio Thomaz Júnior e Bernardo Mançano Fernandes¹⁸.

Antônio Thomaz Júnior, em particular, centrou sua contribuição na análise da questão do trabalho, especialmente, do trabalho no campo. A partir daí, tem construído uma base teórica e política em defesa do campesinato e da luta pela reforma agrária. A resistência camponesa, com base em sua característica de trabalhador relativamente autônomo, permeia seus estudos sobre as relações capitalistas na agricultura. O autor coloca em questão o avanço capitalista em seu processo de homogeneização de todos os objetos e de todos os sujeitos, buscando, a qualquer custo, descaracterizar as formas autônomas de produção e reprodução, entre elas, o campesinato, apresentado pelo autor como patrimônio cultural.

Esse patrimônio cultural está sendo duramente atacado e dilapidado pelas ações orquestradas do grande capital, dos setores da burguesia, dos Estados nacionais comprometidos com o desmonte das experiências comunitárias e autônomas, em nome do projeto único de modelo de sociedade, baseado na mercadorização de tudo

¹⁸ Além destes estudiosos, vários outros têm seguido a corrente que visualiza a resistência contraditória do campesinato no contexto capitalista de produção. Como indica Oliveira (2004), trabalhos como os de Helena Angélica de Mesquita, Eliane Tomiasi Paulino, Marco Antônio Metidiero Jr., Larissa Bombardi, Jacob Binsztok, Silvio Simione da Silva, Rosemeire Aparecida de Almeida, Valéria de Marcos, Marta Inês M. Medeiros, entre vários outros, seguem de perto as concepções desenvolvidas em torno da condição camponesa de classe social.

e de todos, e na autonomia do capital em guiar os desejos e os valores para toda a sociedade. (THOMAZ JÚNIOR, 2009, p. 222).

O autor contrapõe a este processo de homogeneização gerada pelo capital no campo, a heterogeneidade camponesa, calcada em práticas de policultura, na auto-ajuda, etc. E situa, nessa base familiar de trabalho, culturalmente produzida, a possibilidade de resistência e reprodução camponesa. De acordo com Thomaz Júnior (2009), as experiências familiares camponesas, a partir da diversidade de ecossistemas, permitem que sejam utilizadas múltiplas tecnologias e práticas agrícolas tradicionais na preparação das sementes crioulas, na produção agroflorestal, agropastoril, entre outras. Os conhecimentos e as experiências camponesas, por sua vez, renovam elementos intrínsecos de suas comunidades, em contraposição à racionalidade capitalista de produção.

Thomaz Júnior (2008) entra, também, no debate sobre o fim do campesinato, por meio do qual muitos estudiosos apregoam a incapacidade do camponês de manter seu modo de vida com o avanço das relações capitalistas no campo. De acordo com o autor, estamos diante de uma “[...] orquestração ideológica por parte dos segmentos hegemônicos e do Estado, para despolitizar o debate em torno da questão agrária, da luta pela terra, da Reforma Agrária” (2008, p. 290). E complementa, dizendo que a

Agricultura familiar é muito mais do que uma denominação desprezível ou uma nomenclatura substituta de um termo que para alguns não soa bem. Mais do que pretender apresentar-se como alternativa à agricultura camponesa ou ao modo camponês de vida e de trabalho, fundado na família e na terra individual, há outros interesses que se somam a esses e dão sustentação às estratégias da política agrária do governo brasileiro. Dessa forma, retira da compreensão dos agricultores a sujeição da renda da terra ao capital e, portanto, os aspectos econômicos da dominação de classe, esvaziando politicamente a necessidade de Reforma Agrária, alijando qualquer vínculo dos trabalhadores sem terra à essa lógica. (THOMAZ JÚNIOR, 2008, p. 291, grifos nossos).

Em sua construção teórica, estabelece, portanto, um contraponto à concepção do desaparecimento do campesinato como sujeito social, baseada nas obras já apresentadas de Ricardo Abramovay e José Graziano da Silva. Concepção que nega as características camponesas de grande parcela dos agricultores brasileiros e que tem sido base para a formulação das políticas públicas para o setor agropecuário do país. Tais políticas, por sua vez, negam a necessidade de reforma agrária e de fortalecimento do modo camponês de produção e vida, em termos não estritamente capitalistas.

Seguindo a mesma linha de contraposição à proposta do *fim do campesinato*, têm seguido os estudos e análises de Bernardo Mançano Fernandes. De forma *participante*, o

geógrafo tem buscado contribuir com a luta pela terra e a territorialização camponesa nos assentamentos rurais. Situou sua construção teórica em torno da noção de território, território este configurado dialeticamente pelas relações sociais de produção e por um processo contraditório de desenvolvimento das forças produtivas. Em contraposição aos paradigmas do fim do campesinato e da metamorfose da produção camponesa em agricultura familiar, Fernandes (2008) constrói uma defesa da persistência e da recriação camponesa como classe social. Propõe que o campesinato se recria, dialeticamente, pelo arrendamento, pela compra da terra e pela ocupação da terra, estabelecendo um constante processo de territorialização, desterritorialização e reterritorialização da agricultura camponesa. A luta pela terra, em especial, através da ocupação, constituiria, na concepção do autor, a principal forma de recriação do modo de vida camponês.

A ocupação e a conquista do latifúndio, de uma fração do território capitalista, significam a destruição – naquele território – da relação social capitalista e da criação e ou recriação da relação social familiar ou camponesa. Este é o seu ponto forte, que gera a possibilidade da formação camponesa, da sua própria existência, fora da lógica da reprodução ampliada das contradições do capitalismo. (FERNANDES, 2008, p. 179).

É também defendendo essa recriação do campesinato através da ação dos movimentos sócio-territoriais, que o autor alerta para o retrocesso histórico, ideologicamente orientado, representado pela proposta teórica da metamorfose do camponês em agricultor familiar, bastante fortalecida na última década.

Esse processo de transformação do sujeito camponês em sujeito agricultor familiar sugere também uma mudança ideológica. O camponês metamorfoseado em agricultor familiar perde a sua história de resistência, fruto da sua pertinácia, e se torna um sujeito conformado com o processo de diferenciação que passa a ser um processo natural do capitalismo. (FERNANDES, 2005, p. 25).

O paradigma do desaparecimento ou metamorfose do sujeito camponês tem representado não apenas um conceito ideologicamente construído. Seu significado para a dinâmica territorial é extremamente sólida, pois tem guiado as políticas públicas direcionadas para o campo, pelo menos, nos últimos quinze anos. Assim como aconteceu na Rússia revolucionária, estão se negligenciando elementos de uma classe para a qual deveriam ser estabelecidas políticas públicas caracterizadas por uma relação não estritamente capitalista. Daí a importância da contraproposta oferecida por Ariovaldo Umbelino de Oliveira, Antônio

Thomaz Júnior, Bernardo Mançano Fernandes e tantos outros geógrafos que têm seguido este caminho alinhado à resistência, recriação e reprodução camponesa.

Resistindo da mesma forma que o agricultor camponês às contradições do capitalismo, a corrente interpretativa da geografia agrária brasileira busca produzir conhecimentos que colaborem, de fato, com a luta pela terra de milhares de camponeses brasileiros e com sua resistência e reprodução como classe social definida. E muito tem sido produzido nos últimos anos, na tentativa de manter a utopia de uma geografia libertária viva. Um bom exemplo desse processo pode ser representado pelo SINGA (Simpósio Internacional/Nacional de Geografia Agrária), realizado por esse grupo de teóricos há aproximadamente uma década. Este evento tem congregado a resistência acadêmica em defesa do campesinato e em contraposição ao latifúndio no país.

Ao mesmo tempo, entendemos que é imprescindível que essa utopia mantenha seus pés na estrada, garimpando, constantemente, elementos da realidade camponesa em todas as partes do país. Nesse sentido, procuramos, a seguir, refletir sobre o processo de formação do campesinato brasileiro e seus impactos na configuração dos grupos camponeses rondonienses.

2.4 A estrada como destino: a formação desenraizada do campesinato brasileiro e o camponês rondoniense

Entendemos o campesinato, seguindo as concepções apresentadas nos itens anteriores, como uma classe social inserida contraditoriamente no contexto capitalista, congregando, no caso brasileiro, elementos ontológicos e características consubstanciadas no processo de formação territorial do país. Sendo assim, o camponês brasileiro somente pode ser compreendido quando situado na esteira do modo capitalista de produção, no contexto de sua construção espacial e temporal em nosso território.

Quando falamos de um camponês brasileiro, entretanto, estamos nos referindo a uma ampla classe social, constituída por diferentes grupos, com modos de vida estabelecidos por trajetórias histórico-espaciais características. Os grupos estão unidos, contanto, por elementos que os inserem, contraditoriamente, no âmbito das relações capitalistas no campo brasileiro. E o elemento central, nesse contexto, tem sido a negação da terra de trabalho ou a sua expropriação, fato que imprime um caráter desenraizado às formas camponesas de produção constituídas em território nacional. Tal caráter fez de nosso camponês um sujeito itinerante,

sempre em luta pela posse da terra, em busca de um espaço para territorializar seu modo de produção e vida.

O nosso camponês não é um enraizado. Ao contrário, o camponês brasileiro é desenraizado, é migrante, é itinerante. A história dos camponeses-posseiros é uma história de perambulação. A história dos camponeses-proprietários do sul é uma história de migrações. Há cem anos, foram trazidos da Europa para o Rio Grande do Sul, Santa Catarina, Paraná, São Paulo, Espírito Santo. Há pouco mais de trinta anos deslocaram-se para as regiões novas do Paraná. Hoje, muitos estão migrando para Rondônia e Mato Grosso. Tanto o deslocamento do posseiro quanto o deslocamento do pequeno proprietário são determinados fundamentalmente pelo avanço do capital sobre a terra. (MARTINS, 1983, p. 17).

Portanto, é um camponês em movimento, em busca de obter a posse da terra e nela produzir e reproduzir sua existência enquanto classe social. Essa perambulação revela outra dimensão da luta camponesa, que é a resistência na busca de construção de um território de vida. A constante expropriação do camponês pelo avanço das relações capitalistas de produção sobre o campo é o motivo pelo qual esse sujeito, ou construiu uma resistência na luta pela terra nos espaços de origem ou, na maioria dos casos revelados pela história brasileira, migrou em busca de possuir a terra de trabalho e se territorializar *pacificamente* em terras muitas vezes milhares de quilômetros adiante. A busca histórica camponesa é, sem dúvida, pela possibilidade de constituição de um território familiar.

Uma das dimensões mais importantes das lutas dos camponeses brasileiros está centrada no esforço para constituir um território familiar, um lugar de vida e de trabalho, capaz de guardar a memória da família e de reproduzi-la para as gerações posteriores. Paradoxalmente, a perseguição deste objetivo supõe muito freqüentemente a extrema mobilidade do agricultor, que se submete a longos, constantes e sucessivos deslocamentos espaciais. (WANDERLEY, 2005, p. 40).

Essa característica do movimento espacial camponês é reforçada por Santos (1993), quando analisa a migração camponesa para as áreas de colonização agrícola do estado do Mato Grosso, a partir de meados do século XX. Para o autor, os lavradores partem, em seu processo migratório, na busca de construir um projeto de autonomia camponesa, onde possam estabelecer seu modo de vida e onde seja possível alcançar o sonho do acesso à terra.

[...] partem porque acreditam firmemente nas possibilidades de reprodução social. Sua motivação profunda é seu sonho de terra, mas esse sonho só se tornará realidade se sua condição camponesa se reproduzir: eles, com sua mulher e seus filhos, querem encontrar em outros territórios um lote de terra onde possam viver e produzir como camponeses. Podemos, portanto, afirmar que a busca de terras é o eixo em torno do qual giram quase todas as motivações dos colonos, quando decidem partir para um centro de colonização. (SANTOS, 1993, p. 245).

Esse movimento incessante de busca pela posse da terra, esse intenso processo migratório camponês é gerado, por sua vez, pela ação do capitalismo no território, monopolizando-o com consequente sujeição da renda camponesa ou territorializando-se, expropriando o camponês de sua terra e de seus meios de trabalho. Assim, sem a possibilidade de acessar a terra na região onde está estabelecido, esse camponês se colocou historicamente na estrada, em busca de uma nova oportunidade de construir seu território. E, assim, constituiu, também, suas estratégias de resistência, ainda que nunca em pé de igualdade com o poder do latifúndio e do capitalismo. Foi, portanto, também nesse processo incessante de perambulação rumo às terras pretensamente livres, que o camponês brasileiro estabeleceu suas estratégias, individuais ou coletivas, de luta pela terra.

Ao mesmo tempo em que aumenta a concentração das terras nas mãos dos latifundiários, aumenta o número de camponeses em luta pela recuperação das terras expropriadas. Nem que para isso eles tenham que continuar seu devir histórico: ter a estrada como caminho. O que vale dizer: a migração como necessidade da sua reprodução, a luta pela fração do território distante como alternativa para continuar camponês. Espaço e tempo unem-se dialeticamente na explicação desse processo. (OLIVEIRA, 1996, p. 26).

Nesse contexto, o camponês em busca de terra perambulou pelo território brasileiro por diversos tempos e espaços. Algumas vezes espontaneamente, mas, majoritariamente, empurrado pela expropriação capitalista. Foram vários os processos migratórios de camponeses em busca de terra em diversas direções. E, insistimos, esse processo sofreu alterações apenas em sua intensidade, pois essa foi durante todo o processo de formação do território brasileiro uma dinâmica constante.

Para usarmos exemplos embrionários da dinâmica, lembramos as sociedades indígenas que se acostumaram, desde a invasão européia e durante todo o período colonial, a deixar precocemente seus territórios em função da violência do processo de colonização, buscando constantemente novas terras para reproduzir seu modo de vida. Da mesma forma, escravos em busca de liberdade alcançavam as mais longínquas terras para efetivar seu território. E os mestiços e brancos desprovidos de bens que lhes garantisse o acesso ao sistema de sesmarias, seguiam também o mesmo caminho.

Portanto, o camponês brasileiro diverge em sua origem étnica, mas, por outro lado, converge em seu devir histórico, ou seja, em seu constante processo de desterritorialização pelas ações do capitalismo no campo. Ainda no período colonial, durante o domínio do latifúndio monocultor de cana-de-açúcar, sociedades indígenas, escravos ou pequenos produtores livres foram colocados na estrada, em busca de terras livres para produzir sua

subsistência. A diversa população autóctone foi, recorrentemente, empurrada para as terras do oeste pela violência com que o processo colonizador avançou sobre seus territórios. Um exemplo deste processo foi o avanço da produção canavieira e pastoril que seguiu no sentido do sertão, especialmente no nordeste, negando a possibilidade de desenvolvimento das comunidades indígenas que praticavam uma agricultura já bastante avançada para o período.

A sociedade aldeã tupi-guarani foi a mais elevada e maciça experiência protocamponesa americana praticada nos atuais territórios do Brasil. Ela foi destruída pela escravização e absorção dos produtores nativos, quando da expansão da fronteira agrícola colonial, processo impulsionado pelo avanço do latifúndio agrícola e pastoril colonial escravista. (MAESTRI, 2005, p. 230).

As populações indígenas foram recorrentemente empurradas para oeste, em um constante processo de territorialização, desterritorialização e reterritorialização. Em alguns períodos, em especial na região amazônica, jesuítas e outras ordens religiosas tentaram um adestramento dos grupos indígenas buscando sua equiparação aos moldes camponeses europeus. Essa tentativa não foi, contudo, menos nociva ao modo de vida e produção das diferentes etnias atingidas. As missões acabaram por formar uma população índia destribalizada que passou a servir aos colonizadores na coleta das drogas do sertão, principalmente da borracha. Os grupos indígenas construíram sua forma de resistência a partir da fuga para regiões mais distantes ou transmutando-se em uma população cabocla que se equilibra ainda hoje entre a convivência com a floresta e o avanço do capital.

Também no período colonial, a população escrava africana procurou, constantemente, migrar em busca de terras livres. No caso, estava em jogo a constituição de um território no qual fosse possível imperar a liberdade de fato. Assim foram estabelecidos vários quilombos em diferentes regiões do país. O Quilombo de Palmares constituiu, certamente, o grande símbolo deste processo, mas as áreas livres quilombolas espalharam-se por diversos cantos brasileiros. Nas áreas de cerrado, durante o ciclo do ouro, foram vários os quilombos estabelecidos em busca de liberdade e da possibilidade de constituição de territórios próprios, assim como o foram nas regiões da monocultura canavieira no nordeste ou partindo dos cafezais paulista.

O vale do rio Guaporé nos estados de Mato Grosso e Rondônia, da mesma forma, foi espaço para conformação de vários territórios quilombolas. Fugindo do trabalho escravo nas minas de ouro, especialmente da região de Vila Bela da Santíssima Trindade no Mato Grosso, grupos escravos foram subindo a calha daquele rio e constituindo seus territórios libertos. Durante todo o período colonial, essas comunidades constituíram-se nas bases características

de uma agricultura de auto-consumo e, invariavelmente, foram caçadas e empurradas para terras sempre mais distantes. Assim, nas bases da violência e expropriação territorial, desenrolou-se o período colonial para larga quantidade de índios, negros e brancos não-proprietários. Ou seja, foi estruturado, embrionariamente, o sistema de poder com base no latifúndio e na exploração das riquezas naturais e das populações pobres.

A primeira metade do século XIX representou, por sua vez, a ratificação do modelo latifundiário estabelecido no país durante o período colonial. Esse novo momento apresentou também diferentes estratégias de controle sobre o território e sobre as terras brasileiras. O ano de 1822, especificamente, marcou a extinção do sistema sesmarial, quando a ocupação livre passou a representar a única forma de obtenção de terras do país. Essa nova forma de regulação da propriedade agrária que, a princípio, poderia significar a democratização precoce do acesso à terra pela população camponesa pobre em seus locais de origem, não promoveu uma mudança qualitativa nesse sentido, como avaliou Silva (2008).

E, de fato, o período mostrou que não havia motivo para preocupação dos grandes proprietários. Houve, em verdade, um avanço das grandes posses em várias regiões brasileiras, com destaque para as áreas onde dominava a produção de café. Esse produto, que não tinha sido importante no período colonial, tornou-se, no século XIX, o mais importante produto da economia brasileira, suplantando o açúcar (COSTA, 1999). Ainda assim, alguns pequenos posseiros conseguiram, até meados do século XIX, ocupar terras marginais e manter suas posses que, contudo, seriam, posteriormente, com a transformação da terra em mercadoria, novamente expropriadas.

Isso ocorreu com a instituição, em 18 de setembro de 1850 da Lei de Terras. Suas características fundamentais estavam consubstanciadas na união de dois problemas, a imigração e a regulamentação da propriedade da terra. A regulamentação da propriedade, a partir deste instrumento legal, beneficiou, como já era esperado, os grandes proprietários de terra. Pois, quando da libertação dos escravos, em 1888, todo o aparato para garantir a posse da terra e a disponibilidade de força de trabalho estava consolidado. Os escravos, portanto, lotaram os centros urbanos em desenvolvimento ou, uma menor parte, colocou-se na estrada em busca de acessar alguma posse de terra, desejo que raramente foi alcançado.

O mesmo aconteceu com os imigrantes europeus que aportavam em grandes levadas, já a partir das últimas décadas do século XIX, para substituir o trabalho escravo nos cafezais paulistas. As informações organizadas por Tavares et al. (1972) revelam que, entre os anos de 1824 e 1969, entraram no país, por incentivo de políticas imigratórias, 5.269.123 colonos

estrangeiros, com destaque para italianos e alemães. Grande parte desses imigrantes, presa ao *cativeiro da terra* no sistema de colonato, ficou impossibilitada de buscar sua própria terra. E, quando isso aconteceu, poucos conseguiam acessar terras mais centralizadas, tendo que buscar seu espaço em regiões mais distantes. A fronteira, sempre a ser aberta, colocou-se como alternativa para a maioria da população imigrante e para seus descendentes. E, assim que estivesse fechada uma fronteira, o capital direcionava a população camponesa para a abertura de uma nova região.

A longo prazo não adiantava, portanto, ao pequeno posseiro, a pouca vigilância que se exercia sobre as terras públicas. Sua permanência nas terras era temporária e instável; durava apenas até que forças mais poderosas os viesse expulsar. Assim, eles eram empurrados cada vez mais para longe dos centros econômicos beneficiados pelos melhoramentos materiais (SILVA, 2008). As grandes extensões de terra passíveis de serem ocupadas acabavam representando um dado relativo, como destaca Silva (2008, p. 360), sobre o período que sucede a proclamação da República.

A ausência de uma política de apoio ao desenvolvimento da pequena propriedade e as condições sociais imperantes no campo contribuíram para que, na prática, o Estado republicano excluísse da propriedade da terra uma parcela importante da população e assegurasse mão de obra barata e abundante para outra parcela da população. Essa constatação reforça a idéia de que a abundância de terras era um dado relativo e socialmente determinado.

A abundância de terras, pelo menos na teoria, foi muitas vezes visualizada na imagem da região amazônica. Em recorrentes ocasiões, esse espaço foi pensado e utilizado como válvula de escape para resolver o problema da terra no país. Entre 1870 e 1910, em especial, a Amazônia recebeu entre 300 e 500 mil migrantes nordestinos para serem alocados nas colocações dos seringais em vários estados amazônicos. Essa massa de trabalhadores migrou em decorrência dos problemas causados pelos sucessivos períodos de seca no nordeste, mas, ao mesmo tempo, devido ao excludente sistema latifundiário consolidado na região.

Lembramos, no caso, que, a partir de 1891, as terras devolutas passam ao controle dos estados, fator que fortaleceu sobremaneira o poder dos grupos latifundiários hegemônicos em diversas partes do país. No nordeste esse processo foi ainda mais violento, pois, como asseverou Silva (2008, p. 358), “[...] controlando a vida municipal por meios que iam do paternalismo à violência, os coronéis, fiéis às oligarquias que dominavam a política estadual, representaram um papel central no modo pelo qual as terras devolutas se incorporaram ao

patrimônio privado [...]”. A possibilidade de acesso à terra pela população nordestina tornou-se, então, carta fora do baralho.

De forma geral, o camponês sertanejo nordestino representou sempre uma possibilidade de suprir com força de trabalho outras regiões brasileiras. Esses camponeses migrariam, espontaneamente ou de forma dirigida, em vários outros momentos. Durante a Marcha para Oeste, consubstanciada no Governo Vargas, a partir da década de 1930, o sertanejo foi direcionado para colônias agrícolas criadas em diversos pontos do país. Em território rondoniense, por exemplo, os cearenses compuseram a colônia agrícola do IATA, na década de 1940. No mesmo período, em decorrência da segunda grande guerra, milhares de camponeses nordestinos foram enviados aos seringais amazônicos. Somente em Rondônia, chegaram mais de cinco mil soldados da borracha, entre 1942 e 1945. Muitos sertanejos migraram também de forma *espontânea* para a região amazônica, em longos processos de busca pela constituição do território, como mostra Martins (1981, p. 121).

Geralmente os migrantes saíram do Piauí, do Ceará. Foram parando por aí, pelo Maranhão, por Goiás. Eram moradores das fazendas, vaqueiros ou até mesmo pequenos proprietários. Saíram em busca dos “gerais”, das terras livres, no rumo dos rios Araguaia e Tocantins. As histórias dessas migrações são histórias épicas. São histórias de expulsão da terra, da chegada das grandes fazendas, da necessidade de ir adiante procurar um novo espaço, fazer um novo rancho, derrubar a mata, queimar e coivarar o terreno, fazer a roça e esperar a chuva, a colheita, o grileiro, o jagunço, o oficial de justiça, o soldado, a expulsão para mais adiante, para começar de novo.

Outra região receptora de migrantes entre as décadas de 1940 e 1960 foi o estado do Paraná. O território paranaense recebeu migrantes não somente do nordeste, como também de Minas Gerais, São Paulo, Espírito Santo e Rio Grande do Sul. O estado do Paraná constituiu uma área atrativa para a migração camponesa. As décadas de 1940 e 1950, principalmente, atraíram larga quantidade de migrantes vindos de várias partes do país. Como demonstra Navarro Swain (1988), nesse período, a população do estado aumenta 71%. E entre 1950 e 1960, época do maior afluxo de migrantes, o crescimento demográfico foi de 105%. Essa migração era proveniente, basicamente, dos estados de Minas Gerais, Espírito Santo e da região nordeste.

Com isto, estruturou-se no Paraná um modo produtivo com características fortemente camponesas, com bases fincadas especialmente na produção do café. Contudo, no contexto de modernização do campo, a diminuição da lavoura cafeeira e aumento crescente da plantação de soja, o campesinato foi novamente colocado na estrada. E no sentido de garantir o desenvolvimento desigual da agricultura de larga escala e evitar os conflitos pela terra que

começavam a tomar vulto, o governo militar direciona os excluídos da terra para a *terra sem homens* da região amazônica e do, então, Território Federal de Rondônia.

Dentre as 390 mil pessoas que formam a primeira corrente migratória da década de 1970 para as terras rondonienses, 30% têm sua origem no Paraná (NAVARRO SWAIN, 1988). Vale ressaltar que, ao mesmo tempo, a migração camponesa direcionada anteriormente ao estado paranaense, proveniente de Minas Gerais e Espírito Santo, passa também a se direcionar para Rondônia. A esses grupos somam-se camponeses que não conseguiram garantir sua territorialização nas terras mato-grossenses e acabaram intensificando o processo migratório para o estado rondoniense. Martins (1983) procura explicar os motivos deste processo migratório que teve como destino, especialmente, o estado de Rondônia.

No Paraná, a causa da emigração é a concentração da propriedade para as culturas de trigo e soja. Como o trabalho é feito hoje através de máquinas combinadas que poupam muita mão-de-obra, já não há emprego na área nem para os trabalhadores nem para os pequenos lavradores. Em Minas Gerais e no Espírito Santo, os migrantes procedem de antigas regiões de café. Ali estavam cafezais que tinham a mais baixa produtividade do país. Foram erradicados e em seu lugar plantadas pastagens. Já não há trabalho para lavradores. As migrações dessa área dirigem-se principalmente para os projetos oficiais de Rondônia. (MARTINS, 1983, p. 120).

É relevante destacar, ainda, o processo migratório com origem no Rio Grande do Sul, pois, embora tenha tido um significado não muito expressivo em termos de movimento populacional, em parte esse é o grupo que constituiu uma agricultura moderna e, muitas vezes, excludente nas terras mato-grossenses e, nos últimos anos, também em território rondoniense. Esses colonos deixaram o estado gaúcho migrando para as terras mato-grossenses a partir da década de 1960. Como ressalta Martins (1981), esses antigos colonos gaúchos começaram a negociar suas terras no Rio Grande do Sul e comprar terras em Mato Grosso.

Como o preço da terra no sul é muito alto, podem, com o mesmo dinheiro, comprar muito mais terra na Amazônia. Os colonos de Tenente Portela, que possuíam de 7 a 15 ha, conseguiram comprar 400 ha em Canarana com o dinheiro da venda dos seus lotes. Esperam por esse meio garantir a terra de trabalho para os filhos. (MARTINS, 1981, p. 120).

Especialmente na última década, muitos agricultores gaúchos, já territorializados no Mato Grosso, passaram a ocupar o território rondoniense para a produção de soja e outros produtos ligados ao mercado de grãos. O sul do estado de Rondônia, especificamente, tem

sido alvo do avanço produtivo da agricultura capitalista, intensificando os conflitos fundiários e dificultando a territorialização camponesa.

O campesinato rondoniense formou-se por sucessivos fluxos migratórios que buscam a terra de trabalho. A migração dirigida (espontânea) que é consubstanciada a partir da década de 1970 para Rondônia é que faz aumentar, de fato, a pressão sobre as terras do estado. As terras, no entanto, das quais já haviam sido expropriados índios e seringueiros, comportaram apenas uma partes dos camponeses que chegaram, estabelecendo uma pequena parcela de proprietários, mas, ao mesmo tempo, criando uma demanda real triplicada pela terra. Os migrantes não atendidos pelos projetos de colonização é que, de forma geral, participaram na formação dos movimentos sociais, que, desde meados da década de 1980, organizam-se na luta pela terra em várias partes do estado.

Essa luta e o resultado dela ocorreram, no entanto, em um contexto específico. Esse contexto é representado pelo signo da fronteira. O espaço rondoniense foi tido, desde os anos 1970, como *espaço vazio* a ser ocupado produtivamente. Assim, a luta camponesa e sua territorialização em Rondônia se deram em uma perspectiva de extrema violência, tanto do Estado como do capital, que avançou sempre com maior voracidade sobre a região. Também um território camponês, ou mesmo diversos territórios camponeses, foram constituídos a partir do contexto da fronteira. É no sentido de compreendermos esse processo, ou seja, o processo de constituição de territórios camponeses, em contraposição ao território do capital, que apresentamos no capítulo 3 uma discussão mais detalhada da questão geral da fronteira, destacando a colonização agrícola que teve no território rondoniense seu espaço por excelência a partir da década de 1970.

3 FRONTEIRA, COLONIZAÇÃO AGRÍCOLA E TERRITÓRIO EM RONDÔNIA

*Por onde passei,
Plantei
A cerca farpada,
Plantei a
Queimada
Por onde passei,
Plantei
A morte matada
Por onde passei,
Matei
A tribo calada,
A roça suada,
A terra esperada...
Por onde passei,
Tendo tudo em lei,
Eu plantei o nada.*

*Confissões do Latifúndio
D. Pedro Casaldáliga*

O campesinato brasileiro, conforme analisamos no capítulo anterior, consubstanciou-se nas bases da negação ou expropriação da terra de trabalho. Sua formação ocorreu no âmbito do movimento constante, em busca da construção de um território de trabalho e vida. Recorrentemente, contudo, o camponês brasileiro foi expropriado pelo avanço das relações capitalistas, muitas vezes subsidiadas pelas políticas estatais e consolidadoras do latifúndio. Desta forma, na desigual disputa com o latifúndio, o campesinato teve a *estrada* como destino. E nesse contexto, a fronteira representou, historicamente, uma nova chance para os grupos camponeses expropriados, em busca da terra de trabalho e da constituição de um novo território. Mas, representou, também, a continuação do embate com uma estrutura agrária excludente, com uma alta concentração de terras e poder.

A fronteira amazônica, especificamente, compôs, a partir da década de 1970, o espaço a ser ocupado pela colonização agrícola dirigida. Camponeses expropriados pelo poder de latifundiários e por políticas públicas excludentes em outras regiões do país, especialmente no Centro-Sul, rumaram para o território rondoniense em busca de terra para trabalhar e territorializar seu modo de vida. Esse processo migratório intenso, aliado ao avanço conjunto do capital, gerou conflitos de diferentes origens e amplitudes. Comunidades indígenas foram exterminadas ou expulsas de suas terras, camponeses posseiros foram também expropriados

de suas posses e o espaço foi, em larga proporção, transformado. Essa transformação teve, no capitalismo agrário, revelado na figura do latifúndio seu principal representante. Portanto, todo o processo de exclusão dos camponeses na fronteira rondoniense teve o latifúndio como executor e o Estado/capital instrumentalizador.

O processo, representado pelo signo da fronteira, estendeu-se por mais de duas décadas, a partir dos anos 1970, promovendo conflitos insolúveis. O Estado, em sua aliança com o capital, nacional e internacional, não resolveu o problema da terra. Pelo contrário, agravou o problema agrário, pois, enquanto assentava alguns colonos, desalojava índios, posseiros, entre outros camponeses que já viviam na região. A fronteira rondoniense, portanto, foi lócus privilegiado da contra-reforma agrária levada a cabo pelas políticas estatais militares na região amazônica de forma geral, deixando uma demanda pela terra maior do que aquela que existia anteriormente. Por isso, ainda hoje, persistem em luta pela terra no estado milhares de famílias de trabalhadores rurais sem-terra.

É no sentido de compreender o processo conflituoso representado pela fronteira e pelo processo de colonização agrícola no estado de Rondônia, assim como a inserção do camponês nesse contexto, que situamos este capítulo. Buscamos, através desse debate, garimpar elementos e apresentar fatores da gênese do intenso conflito pela terra, intensificado a partir de meados da década de 1980. Entendemos que vários resquícios deixados pela *colonização excludente* do território rondoniense, como a consolidação do latifúndio como base principal de ocupação do estado, influem na persistência da luta pela terra no estado. Portanto, é de suma importância o estudo e a análise da questão da fronteira e da colonização para compreensão do problema da terra em Rondônia.

3.1 A fronteira e a colonização agrícola: notas teórico-conceituais

A base para a discussão da fronteira levada a cabo no Brasil está situada nas teses de Frederick Jackson Turner (Turner Thesis). Ele buscou explicar o desenvolvimento estadunidense a partir do avanço sobre as áreas de fronteira agrícola, principalmente sobre as terras do oeste americano, que comporiam um grande vazio demográfico e econômico (TURNER, 1991). O *espaço vazio*, na opinião do autor, representaria o palco de encontro entre os civilizados colonizadores europeus (humano) e a barbárie, consubstanciada na figura do indígena (não-humano). Com o avanço da fronteira para oeste, tais espaços seriam

gradativamente ocupados e desenvolvidos por pioneiros que, por sua vez, promoveriam o desenvolvimento geral do país.

Um dos principais argumentos propostos por Turner, nesse contexto, é de que “[...] a existência de uma área de terras livres, o seu recuo contínuo e o avanço do povoamento americano em direção ao oeste explicam o desenvolvimento americano” (VELHO, 1979, p. 16). Tal processo não somente explicaria o desenvolvimento econômico dos Estados Unidos como também teria fornecido os elementos centrais da democracia americana. Assim, a democracia estadunidense seria resultado direto do pacto firmado entre os pioneiros em sua luta contra os grupos indígenas norte-americanos.

A construção teórica de Turner e, especificamente, a idéia da existência de uma *área de terras livres a oeste*, influenciou a discussão brasileira sobre a fronteira, em especial, a amazônica, espaço que deveria ser ocupado e explorado. O primeiro autor brasileiro a falar da fronteira, a partir destas concepções, foi Cassiano Ricardo em seu livro *Marcha para Oeste*. Ricardo (1942) partiu, basicamente, de uma análise do *espírito bandeirante* formador do povo brasileiro, propondo, aos moldes do historiador americano, uma espécie de mito fundador para a nação brasileira que, como sugere o autor, deveria ser resgatado para a ocupação e desenvolvimento da porção oeste do país.

A bandeira transpõe o domínio da história e confunde-se com o mitológico. Para explicar os seus heróis, um sábio como Saint'Hilaire não se vê obrigado a classificá-los como uma ‘raça de gigantes’? Só gigantes, no seu modo de pensar, podiam ter, a pé, conquistado um continente. O mundo mecânico de hoje, assentimental e anti-humano, agrava, em nós, a tendência para colocar a bandeira no mundo mitológico. Com isto ela adquire uma nova força em nosso dinamismo coletivo. (RICARDO, 1942, p. 28).

Nesse sentido, a *bandeira* para além de suas *realizações* na colonização inicial das terras brasileiras teria deixado um legado para a ocupação do oeste do país, *vazio demográfico* persistente ainda no século XX. Ao contrário de Turner, entretanto, para quem a fronteira era lócus do desenvolvimento da democracia americana, para Cassiano Ricardo, a experiência da fronteira levaria ao desenvolvimento do autoritarismo brasileiro. Por outro lado, em ambos os casos, a fronteira teria sido utilizada como matéria-prima para a criação de mitos de origem (VELHO, 1979).

Essa hipótese se justifica, desde que, no caso brasileiro, a sublimação da figura do bandeirante e do mito do pioneirismo formou as bases para o processo de colonização proposta durante o Estado Novo, entre 1937 e 1945, durante o governo de Getúlio Vargas. Era a *Marcha para Oeste* com os trabalhadores brasileiros. A criação de Colônias Agrícolas no

Centro-Oeste e na Amazônia, assim como a própria propaganda daquele governo para levar nordestinos para os seringais amazônicos durante a segunda grande guerra, os Soldados da Borracha, exemplificam essa estratégia de ocupação das *terras livres* do país. Essa mesma elevação ideológica do espírito pioneiro do brasileiro foi novamente utilizada durante a colonização dirigida da década de 1970, estruturada e organizada pelo governo militar, instituído com o golpe de 1964.

Conformou-se, assim, a imagem abstrata de um *ser de fronteira*, pioneiro que desbravaria o sertão oeste brasileiro. Figura que estaria calcada na persistência do espírito bandeirante do brasileiro, que continuaria vivo no decorrer do século XX, porém, agora, com um *espírito bandeirante estatal*, para usar o termo empregado por Velho (1979). Na quarta edição do livro *Marcha para Oeste*, Ricardo (1942) enfatiza, como marcos do avanço pioneiro sobre a fronteira, a construção de Brasília, da Rodovia Belém-Brasília e da Rodovia Transamazônica. Neste caso, além de tentar engrandecer o pioneirismo do povo brasileiro, procura identificar este pioneiro com um pequeno agricultor, um camponês em busca da construção de uma *nova terra*, um novo país.

Não muito distante da concepção consolidada por Ricardo (1942), seguindo a tradição americana para o debate da fronteira, construída nas bases da tese de Turner, posicionaram-se, também, dois fundadores da ciência geográfica no país, a saber, Leo Waibel e Pierre Monbeig, sobre os quais já tecemos algumas considerações nos capítulos anteriores. A contribuição dos autores para o debate sobre a fronteira brasileira foi extenso, influenciando a produção teórica não somente no âmbito da geografia como das ciências sociais de forma geral e, mais que isso, influenciando o desenvolvimento de políticas públicas. Seus trabalhos abrangeram, com maior ou menor ênfase, desde a fronteira paranaense e paulista até a grande fronteira amazônica.

Partindo das teorias formuladas por Turner, Waibel (1979) buscou diferenciar o caso brasileiro do americano. Segundo o autor, nos Estados Unidos, a fronteira poderia ser considerada única, a oeste, para onde os americanos do leste se dirigiam promovendo o desenvolvimento socioeconômico. No caso do Brasil, por outro lado, deveriam ser distinguidas pelo menos duas fronteiras, a demográfica e a econômica. Para estabelecer essa distinção, o autor elencou a existência de três fatores: uma região economicamente desenvolvida no sul, o sertão a leste e a mata virgem a oeste. A fronteira demográfica limitaria o sertão com a mata virgem a oeste, enquanto a fronteira econômica separaria o sertão, a leste, da região economicamente desenvolvida ao sul.

Seguindo essa perspectiva, Leo Waibel desenvolveu o conceito de *zona pioneira*, abandonando, assim, uma compreensão pontual no que se refere ao avanço migratório sobre as novas terras do oeste. Como destacou Silva (2007, p. 80), “Waibel considera que uma zona pioneira surge quando são criadas condições de produção agrícola e de povoamento que induzem não só a imigração, mas o conseqüente crescimento econômico e urbano de uma região”. Portanto, pensou a fronteira no âmbito do desenvolvimento técnico da sociedade brasileira, por onde avançariam, ao mesmo tempo, produtores despossuídos e produtores capitalistas, que, junto com o apoio do Estado, promoveriam a ocupação e o desenvolvimento da nova região.

Nas bases dessa concepção, entretanto, poucas regiões de avanço da fronteira brasileira poderiam ser consideradas zonas pioneiras. Na Amazônia, o estado de Rondônia não se encaixou nessa teoria, por exemplo. O desenvolvimento de uma agricultura de auto-consumo praticada na região amazônica não caracterizaria uma fronteira na perspectiva de Leo Waibel. Para o autor, na fronteira, deveria haver o avanço da agricultura comercial, onde o cultivo da terra ocorreria por métodos intensivos, o que se contrapunha ao padrão brasileiro, que expandia o povoamento de forma dispersa (WAIBEL, 1979; SILVA, 2007). Expansão, de acordo com Silva (2007, p. 80), “[...] fundamentada nos grandes latifúndios improdutivos e no domínio dos especuladores de terra”, característica claramente aplicável à ocupação rondoniense a partir da segunda metade da década de 1960.

Leo Waibel procura, portanto, situar o camponês no espaço de fronteira, considerando o cultivo da terra como fundamento econômico das zonas pioneiras. Como analisou Machado (1995), no entanto, o autor se referia ao *verdadeiro camponês*, para o qual o cultivo da terra deveria ocorrer por métodos agrícolas intensivos, ao contrário do padrão brasileiro de avanço espontâneo do povoamento camponês.

O camponês proposto por Waibel não vive em uma economia fechada, primitiva. Além de técnicas modernas, necessita de um produto comercial com boa aceitação no mercado nacional ou internacional. Criticou a idéia de que fosse possível uma colonização no interior distante, a partir da fundação de cidades que formariam o mercado para os colonos que, por sua vez, receberiam das cidades os produtos manufaturados. Em algum momento desta economia fechada teria que ser produzido um produto agrícola ou industrial que pudesse ser colocado em mercados mais afastados para obter lucro. (MACHADO, 1995, p. 189).

A concepção formulada por Waibel para representar a fronteira não explicaria, satisfatoriamente, a ocupação militar do território rondoniense, a partir da década de 1970. Pois, embora os militares planejassem a conexão da Amazônia no processo de

desenvolvimento do Centro-Sul, o fator que direcionou a ocupação do território rondoniense foi, em verdade, a apropriação latifundiária das terras do estado. Desta forma, muito mais que uma fronteira econômica ou demográfica, Rondônia, assim como a região amazônica de forma geral, representaram uma fronteira geopolítica.

Pierre Monbeig (1984), por sua vez, não se afastou muito da linha teórica estabelecida por Leo Waibel. Em seu estudo sobre a fronteira no estado São Paulo, analisou as características apresentadas pela marcha pioneira no Brasil, considerando também a discussão de zona pioneira. Este, porém, acentua que as características apresentadas pelo avanço sobre a fronteira no território brasileiro estariam dispostas mais como uma *franja pioneira*, conceito emprestado de Isaiah Bowman¹⁹ pelo autor.

[...] os pioneiros são como exércitos que partem para o assalto e as derrubadas são campos de batalha. Uma zona pioneira, como uma zona de guerra, conhece problemas de abastecimento, tem seus serviços de intendência e sua retaguarda e, nesse combate pacífico, o dinheiro é também o nervo da guerra. Entretanto, todo combate supõe uma estratégia e estrategistas que, providos de mapas, possam localizar as posições ocupadas pelas tropas, acompanhar sua marcha e modificá-la, se necessário. [...] o avanço (simples) do povoamento está longe de ter o aspecto de um *front* contínuo que se pudesse balizar cuidadosa e regularmente. Trata-se mais de incursões de grupos numerosos, difíceis de localizar. É, portanto, melhor falar, como Isaiah Bowman, em *franja pioneira*, expressão um tanto vaga, mas que convém melhor a esta região instável e incerta, onde manchas de floresta subsistem às vezes por muito tempo, envolvidas por culturas ou pastagens, mesmo quando já bem mais distante o solo abriga os primeiros cultivos. É uma fronteira que progride irregularmente e em direções confusas. (MONBEIG, 1984, p. 165).

O que discute Pierre Monbeig acima caracteriza, de certa forma, o processo de colonização *espontânea* ocorrida na Amazônia. E aí, destacou também a questão da propriedade da terra. De acordo com a análise de Machado (1995), Monbeig destacou o processo de transformação da terra em propriedade privada, nas áreas de *franja pioneira*, a partir do desmatamento de espaços florestados e sua utilização em atividades agrícolas. No caso de Rondônia, a especulação fundiária a partir do início da colonização ganhou vulto muito maior que o próprio processo de ocupação produtiva das terras pela agricultura e pecuária.

De forma geral, contudo, a construção teórica de Monbeig esteve centrada mais no avanço objetivo sobre a fronteira, não considerando os conflitos que encerraram tal processo em todo o território brasileiro, ou especificamente na região amazônica. Não considerou como problema central de análise a dinâmica de violência consubstanciada nas áreas de fronteira, no

¹⁹ BOWMAN, I. **The Pioneer Fringe**. New York: Books for Libraries Press, 1971.

extermínio de comunidades indígenas ou na exclusão de larga quantidade de produtores camponeses em outras regiões do país, tudo isto como resultado do controle latifundiário sobre a maior parte das terras do país.

No âmbito dessa mesma perspectiva de interpretação da fronteira, podemos situar grande parte dos autores que seguiram a tradição americana para análise da ocupação de *terras livres*. Além de Cassiano Ricardo, Leo Waibel e Pierre Monbeig, vários outros autores e políticos pensaram a fronteira a partir de parâmetros positivistas e mecânicos, com raízes nas teses de Turner. Alguns enaltecendo os feitos dos pioneiros desbravadores das novas áreas, outros levantando o desenvolvimento econômico das áreas de fronteira, porém todos fechando as lentes da ciência para os conflitos intensos ocorridos em larga medida nas áreas enquadradas no contexto de fronteira agrícola no país.

A esta tradição interpretativa, começaram a surgir contrapontos, na década de 1970, desde que o avanço sobre a fronteira amazônica, comandado pelos militares, assumiu níveis de exclusão social e violência extremos que foram, muitas vezes, maquiados pela propaganda estatal do *pioneirismo do povo brasileiro*. Tais contrapontos foram construídos, inicialmente, como denúncias veladas da violência em processo na região amazônica. Posteriormente, passaram a ser organizadas teoricamente nas bases da Sociologia e de outras Ciências Sociais. Entre antropólogos e sociólogos, principalmente, foram consubstanciadas concepções com relação aos conflitos gerados no processo de ocupação demográfica e econômica do espaço amazônico brasileiro. E, mais importante, situaram o camponês como personagem central no debate sobre a fronteira, assim como o latifúndio capitalista como principal entrave para a democratização do acesso à terra nas áreas de fronteira e para a constituição de um território baseado no modo de vida camponês.

José de Souza Martins (1975; 1993; 1997) foi, certamente, quem construiu uma teoria crítica mais sólida sobre a questão da fronteira no Brasil. Suas análises situaram a fronteira como lugar de alteridade, como locus de conflito e violência. Destacamos, em sua análise, o tratamento da fronteira em toda a sua amplitude considerando, de forma especial, as questões indígena e camponesa, postando estas sociedades como grupos excluídos e violentados em sua relação com o Estado autoritário e com o modo capitalista de produção, representado na fronteira principalmente pelo latifúndio. Além de espaço de exclusão e violência, o autor situa a fronteira, também, como espaço de esperança, de busca de uma nova vida, como está refletido nos trechos abaixo.

[...] a fronteira de modo algum se reduz e se resume à fronteira geográfica. Ela é fronteira de muitas e diferentes coisas: fronteira da civilização (demarcada pela barbárie que nela se oculta), fronteira espacial, fronteira de culturas e visões de mundo, fronteira de etnias, fronteira da história e da historicidade do homem. E, sobretudo, fronteira do humano. Nesse sentido, a fronteira tem um caráter litúrgico e sacrificial, porque nela o outro é degradado para, desse modo, viabilizar a existência de quem o domina, subjuga e explora. (MARTINS, 1997, p. 13).

A fronteira é, sobretudo, no que se refere aos diferentes grupos chamados civilizados que se situam ‘do lado de cá’, um cenário de intolerância, ambição e morte. É, também, lugar da elaboração de uma residual concepção de esperança, atravessada pelo milenarismo da espera no advento do tempo novo, um tempo de redenção, justiça, alegria e fartura. (MARTINS, 1997, p. 11).

A partir desta interpretação da fronteira brasileira, construída especialmente em relação à fronteira amazônica, foram consolidadas as noções de *frente de expansão* e *frente pioneira*. A primeira foi utilizada, principalmente, por antropólogos na análise dos contatos da população *civilizada* com as sociedades indígenas. E a idéia de frente pioneira relacionou-se, em maior amplitude, à análise do avanço demográfico e econômico massivo sobre a fronteira. Por isso, também, encontrou maior aceitação entre os estudiosos que seguiram as idéias do historiador americano Frederick Jackson Turner.

Para alguns autores, que estudaram não somente os contatos com os povos indígenas como também as populações camponesas, a frente de expansão antecederia a frente pioneira, sendo esta última responsável, muitas vezes, pela expropriação do trabalhador que avançou pela primeira, que mantém a presença com base na posse informal da terra. Na frente de expansão, o produtor camponês conseguiria manter a posse da terra até a chegada da frente pioneira, quando o capital o expropriaria de forma mais rápida. A compreensão de seqüência temporal entre esses dois momentos da fronteira, a frente de expansão e a frente pioneira, não foi unânime entre os teóricos das diferentes áreas que se debruçaram sobre o problema da fronteira brasileira.

Para Martins (1975), a frente de expansão constitui uma economia do excedente, na qual o camponês dedica-se principalmente à própria subsistência e, secundariamente, à troca do produto que pode ser obtido com os fatores que excedem às suas necessidades. De acordo com o mesmo autor, esta frente se subordina de forma peculiar à economia de mercado.

[...] a frente de expansão se integra na economia de mercado de dois modos: pela absorção do excedente demográfico que não pode ser contido dentro da fronteira econômica e pela produção de excedentes que se realizam como mercadoria na economia de mercado. Desse modo, a frente de expansão está integrada na formação capitalista. (MARTINS, 1975, p. 46).

É importante focalizar que, para Martins (1975), as relações fundamentais da frente de expansão não são determinadas pela produção de mercadorias, desde que a apropriação da terra não é feita como empreendimento econômico. Ou seja, o que a caracteriza é exatamente o uso privado de terras devolutas, onde tais terras não assumem a equivalência de mercadoria. Ao mesmo tempo, para o autor, o excedente produzido também não assume um caráter de mercadoria.

O caráter de excedente do produto da frente de expansão se combina com essa forma peculiar de posse da terra em decorrência da satelitização das relações de troca, isto é, da presença do colonialismo como elemento de estruturação dessas relações. O excedente é, assim, artigo que adquire valor de troca porque há condições econômicas para sua comercialização e não porque tenha entrado nas relações de troca como resultado da divisão do trabalho. Na frente de expansão, as condições de vida são reguladas pelo grau de fartura e não pelo grau de riqueza. (MARTINS, 1975, p. 46).

Na frente de expansão, seriam reproduzidas, assim, formas não-capitalistas de produção na agricultura que seriam, por sua vez, funcionais ao capital na medida em que o supririam de alimentos e força de trabalho barata (BECKER, 1988). Entendida assim, a frente de expansão tem importância fundamental para a compreensão do processo de ocupação do espaço na região amazônica e, em especial, no estado de Rondônia, ao passo que é responsável pelo conflito inicial pela terra e, conseqüentemente, pela formação dos latifúndios e de uma massa de camponeses sem-terra que ainda hoje lutam pela terra de trabalho. Esse tipo de frente prevaleceu em outras regiões do país, como no oeste de São Paulo e na região do rio Tocantins, mas, na Amazônia, cumpre todo o seu processo de constituição e subordinação pela frente pioneira. Na região amazônica ela se caracteriza, para Martins (1975), como um estado de ‘insuficiência econômica’, onde houve um incremento demográfico, sem a correspondente expansão dos meios de ganhar a vida.

Por outro lado, a frente pioneira é responsável por um movimento social que tem como resultado imediato a incorporação de novas áreas para a economia de mercado, ou seja, constrói uma fronteira econômica.

A característica imediata desta última [frente pioneira] é a de que se instaura como empreendimento econômico: empresas imobiliárias, ferroviárias, comerciais, bancárias, etc., loteiam terras, transportam mercadorias, compram e vendem, financiam a produção e o comércio. Passa-se, assim, da produção do excedente para a produção da mercadoria. A frente pioneira surge não como conseqüência ‘rebarbativa’ da sociedade capitalista, mas como resultado direto da necessidade de reprodução desta. (MARTINS, 1975, p. 47).

Para a implantação da frente pioneira, a propriedade privada da terra é fator chave. Ou seja, na frente pioneira, a terra não é ocupada, ela é comprada. “A frente pioneira formula o seu antagonismo com a frente de expansão em torno de um valor: a propriedade privada da terra, isto é, a renda capitalizada” (MARTINS, 1975, p. 47). E é certo que, nesse processo de avanço da frente pioneira, a violência e a expropriação de camponeses e índios sofrem um acréscimo considerável, pois aí são expropriados pelo grande capital.

Por meio de uma relação dialética de constituição da fronteira agrícola, frente de expansão e frente pioneira participaram, em maior ou menor escala, do processo de acumulação capitalista no campo. Como destacou Ianni (1979), no desenvolvimento da fronteira, o que ocorre de fato é a acumulação primitiva, como processo estrutural. O mesmo autor propõe, ainda, que com o movimento da fronteira, o primeiro a ser expropriado é o índio; e o segundo é o camponês posseiro. Por outro lado, Martins (1981) procura ressaltar que, na ocupação da fronteira amazônica, muitas vezes, índios e posseiros foram expropriados a um só tempo.

Essa dinâmica da fronteira cumpriu seu devir no processo de ocupação da região amazônica. Desde meados do século XX, este espaço foi ocupado, tanto pelo avanço da frente de expansão quanto da frente pioneira e, recorrentemente, com as duas avançando concomitantemente. O processo foi intensificado, de fato, a partir do golpe de 1964, quando a Amazônia tornou-se, na visão dos militares, *uma terra sem homens para homens sem terra*. Essa conjuntura representaria, de acordo com alguns autores, como Oliveira (1988) e Becker (1988), uma fronteira ideológica, uma fronteira geopolítica, pois interesses amplos de apropriação das terras e riquezas amazônicas estariam em jogo.

Após a instauração do regime autoritário, em 1964, a ocupação da Amazônia torna-se meta prioritária, e o Estado viabiliza e subsidia a ocupação de terras à frente de expansão pioneira. As ideologias da *marcha para oeste* e a desenvolvimentista fundem-se no Programa de *Integração Nacional* (PIN, 1970) indicado como aquele capaz de assegurar simultaneamente o *milagre brasileiro*, o acesso à terra aos pequenos produtores pobres do Nordeste e a segurança nacional, contra ameaças externas e internas. (BECKER, 1988, p. 69).

Portanto, a fronteira já não é mais exclusivamente demográfica e econômica, ela é uma fronteira geopolítica. Por isso, o Estado passa a criar condições favoráveis para a reprodução do capital, garantindo a apropriação das terras, seja para sua utilização ou para garantia de ganhos futuros aos capitalistas. Bertha Becker reforça a lógica geopolítica assumida pela fronteira amazônica, de diferentes formas, nas décadas de 1970 e 1980.

Em face do seu projeto de rápida estruturação e controle de tão extenso território, o Estado cria condições para a apropriação privada das terras devolutas por segmentos da sociedade que detêm o capital e a capacidade de organização; na década de 1970, incentivos fiscais e créditos especiais a baixos juros são mecanismos seletivos que subsidiam a implantação dominante da empresa agropecuária capitalista vinculada a firmas nacionais e multinacionais sediadas no Sudeste do país. Na década de 1980, grandes projetos de exploração mineral apropriam-se de vastos territórios e recursos regionais. (BECKER, 1988, p. 70).

É certo que ideologicamente buscava-se passar a idéia de que estava em processo a ocupação do território nacional com um amplo programa reformista, com assentamento de milhares de famílias camponesas sem terra. Esse processo de ocupação da fronteira ocorreu, basicamente, no âmbito dos projetos dirigidos de colonização que, sob a falsa idéia de distribuição de terra aos camponeses, garantiram a apropriação do território amazônico para os grandes empresários e latifundiários do país.

Assim, na ocupação da região amazônica de forma geral, o processo de construção da fronteira se deu pelo processo de colonização agrícola, que tomou impulso especial, a partir do estabelecimento da ditadura militar em 1964. É a partir desse período, com destaque para a disposição Estatuto da Terra²⁰, que o Estado entrou diretamente na questão da propriedade privada da terra, dando apoio econômico às grandes empresas que quisessem se instalar no campo e, conseqüentemente, servindo de esteio para a acumulação capitalista na agricultura. O Estatuto, assim, mantém e consolida a estrutura agrária desigual, estabelecida desde o período colonial, com base na propriedade latifundiária. O Estado passou a prestar serviços ao capital e a garantir a posse do latifúndio.

Além da forma dirigida, implementada governamentalmente, a colonização ocorreu também através de um movimento *espontâneo* camponês. Para Ianni (1984), a colonização dirigida estabeleceu fortes laços entre os trabalhadores agrícolas – colonos, cooperados e assalariados permanentes e temporários – com a produção de mercadorias. De acordo com o autor, esse processo implica o mercado, o sistema bancário e as agências governamentais. Por outro lado, o mesmo autor entende que a colonização da região amazônica se deu baseada mais em um movimento espontâneo do que de forma dirigida pelo Estado. E o Estado participaria sim, como expropriador do trabalhador, apoiando a grande empresa capitalista na sua busca pela acumulação. Nessa perspectiva, entende que o processo espontâneo de migração camponesa para a fronteira se caracterizaria como uma *reforma agrária espontânea*,

²⁰ O Estatuto da Terra (Lei nº 4.504, de 30 de novembro de 1964), primeira lei de reforma agrária do país, propunha regular os direitos e obrigações concernentes aos bens imóveis rurais, para fins de execução da Reforma Agrária e promoção da Política Agrícola (STÉDILE, 2005).

enquanto a colonização dirigida seria o processo estatal para impedir que esta reforma agrária de fato ocorresse.

Isso significa que, na prática, as migrações de trabalhadores para a Amazônia, ou o processo de colonização espontânea, configuraram uma reforma agrária realizada por esses mesmos trabalhadores e os seus familiares. Estava em curso uma reforma agrária espontânea, ou de fato, sem a interferência de governantes, burocratas ou técnicos. (IANNI, 1979, p. 132).

Becker (1982) concorda que houve um movimento espontâneo, mas entende que ele representou apenas uma pequena parte das famílias que migraram para a Amazônia a partir da década de 1960. Para a autora, esse movimento “[...] representa uma migração de força de trabalho, tendo apenas contribuído para a abertura das matas a serem adquiridas pelos grandes proprietários” (BECKER, 1982, p. 79). Becker (1982) e Ianni (1984), em perspectivas diferentes, entendem que esse movimento espontâneo ocorreu de forma livre, onde as decisões eram totalmente tomadas pelos trabalhadores em movimento. No entanto, na opinião de Hébette e Marin (1979, p. 144), com os quais concordamos, “[...] a colonização dita espontânea não é menos condicionada pelas políticas governamentais que a dirigida, embora o seja de forma diversa”. Hébette e Marin definem os movimentos de colonização dirigida e espontânea da seguinte forma:

[...] a colonização é dita ‘dirigida’ quando há interferência direta e orientação formal na fase inicial do processo e na própria implantação, ou seja, quando há iniciativa externa aos colonos nesta fase primordial (momento). É o caso da Transamazônica. Essa iniciativa geralmente é voltada para a abertura de uma região, a escolha da área de colonização, a localização, o tamanho, a forma, a demarcação ou a distribuição dos lotes, a seleção dos indivíduos ou dos grupos que vão ser assentados, o local das moradias, o tipo de exploração econômica, etc. São múltiplos os campos possíveis da interferência, como são diversas as suas formas e seu grau (intensidade).

A colonização é ‘espontânea’ quando as decisões iniciais relativas a esses diversos aspectos não sofrem imposição sistemática ou orientação positiva, mas são deixadas ao critério dos indivíduos ou grupos colonizadores; a interferência organizada de um poder externo se faz de modo progressivo e por passos (momento) e de maneira formalmente menos impositiva (intensidade). (HÉBETTE; MARIN, 1979, p. 144).

O fato é que o processo de colonização da Amazônia, a partir da década de 1960, estabeleceu-se a reboque da necessidade de acumulação capitalista. Na concepção de Oliveira (1988), esse processo sustentou-se em uma aliança formada por grupos capitalistas nacionais, grupos internacionais e empresas estatais, o chamado ‘tripé econômico social’. O autor entende, também, que esta aliança teve como objetivo entregar as riquezas do país ao capital internacional, ao contrário do que dizia o *slogan* da colonização: “integrar para não entregar”.

Estava se consubstanciando, na opinião deste autor uma nova fronteira internacional, a ‘fronteira ideológica’. E, na constituição desta nova fronteira, tanto o Estado como a iniciativa privada tinham papéis específicos a cumprir.

A concentração da ação governamental nas tarefas de planejamento, pesquisas de recursos naturais, implantação e expansão da infra-estrutura econômica e social, reservando à iniciativa privada as atividades industriais, agrícolas, pecuárias, comerciais e de serviços básicos rentáveis. Papel singular foi traçado para a iniciativa privada que deveria atuar em todos os setores rentáveis das atividades econômicas, ficando para o Estado aquelas atividades deficitárias [...] [...] uma espécie de ‘socialização dos prejuízos’, comum nos Estados capitalistas. (OLIVEIRA, 1988, p. 31).

Nessa estratégia, teve importante papel a geopolítica de integração nacional²¹, que preconizava o desenvolvimento integrado das três grandes regiões brasileiras. No centro-sul, o processo de industrialização deveria ser solidificado e sua agricultura modernizada, o nordeste deveria ser industrializado e a Amazônia ocupada efetivamente.

Por um lado, principalmente nas atividades agrícolas localizadas no Centro-Sul, o Estado foi levado a favorecer o desenvolvimento intensivo do capitalismo. Por outro lado, como nas terras-do-sem-fim, devolutas, tribais ou ocupadas na Amazônia, o Estado foi levado a favorecer o desenvolvimento extensivo do capitalismo. Nos dois casos, isto é, nos dois extremos, a atuação do poder estatal desempenhou-se e desempenha-se de modo particularmente agressivo e repressivo, em termos econômicos e políticos. (IANNI, 1986, p. 16).

Portanto, nesse contexto geral, a fronteira e a colonização agrícola representaram para a região amazônica e para Rondônia, de forma específica, o avanço das relações capitalistas, com a expropriação de índios, posseiros, etc. O camponês migrante, nesse processo, não teve melhor sorte, pois muitos já haviam sido excluídos no centro-sul pela modernização da agricultura. E, como migrante, na fronteira rondoniense, continuou excluído, desde que a maioria dos que migraram não obtiveram o acesso à terra de trabalho, engrossando, hoje, as fileiras dos movimentos sociais de luta pela terra.

No item seguinte, para compreendermos a fronteira rondoniense em suas especificidades, procuramos resgatar a dinâmica do processo de ocupação humana que antecedeu a colonização agrícola dirigida pelo governo militar a partir da década de 1970.

²¹ Pouco depois do início da discussão sobre integração nacional foi estabelecido o PIN (Programa de Integração Nacional) – Decreto-Lei nº 1,106 de 16 de junho de 1970. Juntamente com o PIN foi estabelecido o PND I e II (Plano Nacional de Desenvolvimento) que organizou todo o processo de colonização em Rondônia entre os anos de 1970 e 1979.

3.2 A fronteira antes da fronteira: o que antecedeu a ocupação dirigida no território rondoniense?

No momento em que o território rondoniense foi efetivado como fronteira de ocupação prioritária, a partir de 1970, as *terras livres* limitadas pelos rios Guaporé/Mamoré e Madeira não estavam, de fato, tão livres assim. Em verdade, desde o período colonial, essa região já era habitada por uma diversidade de sociedades indígenas, entre as quais algumas estavam compostas por etnias autóctones e outros por grupos desterritorializados pela violência colonizadora nas áreas mais próximas do litoral. De acordo com as estimativas do CIMI (2002), no início do século XIX, os indígenas presentes nestas terras compunham uma população total de 80 mil pessoas.

Para além da ocupação indígena, a região passou a ser percorrida por colonizadores apenas em meados do século XVII, quando bandeirantes paulistas avançaram na prospecção de minas de ouro e missões religiosas se instalaram às margens dos rios Guaporé e Madeira. Os bandeirantes, além de buscarem a identificação de áreas ricas em metais preciosos, cumpriram a função de delimitar a posse portuguesa nas Américas, como foi o caso da Bandeira de Antônio Raposo Tavares, iniciada em 1647. Os missionários, por sua vez, procuraram construir territórios para a transformação dos *selvagens* em camponeses cristãos. Essas comunidades²², como relatou Hugo (1959), ocuparam-se da extração artesanal de borracha e de outras drogas do sertão, com destaque para o cacau. Sua área de abrangência, contudo, se limitava às margens imediatas dos rios Guaporé/Mamoré e Madeira, e ao baixo curso de seus afluentes.

Essa ocupação rarefeita durou até meados do século XIX, quando ocorreu o primeiro avanço efetivo da economia capitalista, durante o primeiro ciclo da borracha, que, na região, foi mais intenso entre os anos de 1870 e 1920. Nesse período, teve início a apropriação das terras e dos recursos naturais rondonienses, assim como o massacre de seus povos indígenas. O alto valor atingido pela borracha no mercado internacional promoveu a criação de centenas de áreas de exploração gomífera nos rios do estado, assim como vinha acontecendo em todo o vale amazônico. Empresas de capital nacional e estrangeiro, normalmente ligadas aos mesmos

²² No vale do Guaporé já estavam constituídas, no século XVIII, as comunidades missionárias espanholas Exaltação, Santo Inácio, São Xavier, Santíssima Trindade, Loreto, São Murtinho, Santa Maria Madalena, Nossa Senhora da Conceição, São Nicolau, São Gabriel, São Borges, São Simão, São Miguel, e Santa Rosa. Os portugueses fundaram, no século XVIII, apenas a missão de Casa Redonda, localizada na foz do rio Corumbiara (LIMA, 1997).

grupos que já exploravam o produto em terras bolivianas, conseguiram do Estado brasileiro concessões de extensas áreas, abrangendo regiões com grande ocorrência de seringueiras.

Algumas destas concessões foram apropriadas na forma de títulos definitivos ou provisórios, com documentos expedidos pelos estados do Amazonas e Mato Grosso²³ que até 1943, quando foi criado o Território Federal do Guaporé, congregavam as terras do atual estado rondoniense. Destacadamente, a partir do início do século XX, a emissão dos títulos alienou uma imensa parcela do território. Essas terras foram vendidas ou cedidas *aleatoriamente* a preços irrisórios. Como exemplifica Meireles (1983), somente no segundo semestre do ano de 1917, o governo do estado do Mato Grosso vendeu, a valores simbólicos, 612.000 hectares de terra, localizadas no atual estado rondoniense. Na tabela 1, podemos observar a amplitude que assumiu a venda indiscriminada das terras do atual estado de Rondônia, durante toda a primeira metade do século XX.

Tabela 1 - Títulos definitivos ou provisórios de seringais, obtidos a partir de compra ou concessão, entre os anos de 1900 e 1943

| Empresa/Proprietário | Local/Região | Área (Hectares) |
|---------------------------------|---------------------------|------------------------|
| João Nepobuceno Ceballo | Foz do rio Parecis | 3.391 |
| Afonso José dos Santos | Vale do rio Jaru | 11.980 |
| Júlio Pantoja | Vale do rio Jaru | 12.000 |
| Stofen, Sechenack, Muler & Cia. | Vale do Guaporé e Mequéns | 12.552 |
| Matos Levy & Cia. | Vale do rio Jaci-Paraná | 21.600 |
| Ricardo Catanhede | Vale do rio Jamari e Jaru | 22.924 |
| Jovino Fernandes de Lemos | Vale do rio Jamari | 31.500 |
| V. Arruda & Cia. | Vale do rio Guaporé | 43.200 |
| GAINSA | Vale do rio Guaporé | 275.000 |
| Santos & Cia. | Vale do rio Guaporé | 600.000 |
| Ramon Chaves | Vale do rio Guaporé | 724.000 |
| Assenci & Cia. | Vale do rio Machado | 1.084.627* |
| Total | | 2.842.774 |

Fonte: Neves; Lopes (1979); Meireles (1983); Perdigão; Bassegio (1993); Lima (2001).

Org.: Murilo M. O. Souza, 2010.

* Esta é a área declarada pelos requerentes, em 1964, no IBRA (Instituto Brasileiro de Reforma Agrária). O INCRA não reconheceu toda essa extensão como sendo de posse da Colonizadora CALAMA S.A., que se apresenta como sucessora da Assenci & Cia.

Essas são apenas as áreas cedidas ou vendidas, nas primeiras décadas do século XX, com títulos legais de ocupação, definitivos ou provisórios. Teixeira (1996) ressalta, no

²³ Lembramos que em 1891, com a primeira constituinte republicana, o controle das terras devolutas passou ao controle dos estados. Para uma análise mais aprofundada ver Silva (2008).

entanto, que a grande maioria dos seringais foi constituída a partir do apossamento de terras devolutas, pois a imensidão de terras supostamente livres possibilitou aos seringalistas se estabelecerem sem qualquer preocupação de ordem fundiária. O autor ressalta, ainda, que as terras devolutas situadas entre dois seringais titulados eram, normalmente, apossadas pelos proprietários confrontantes. Por isso, a partir dos anos 1960, muitas empresas reivindicavam extensões de terra bastante superiores àquelas para as quais detinham títulos legais.

Para ocupar produtivamente os latifúndios, que congregavam os seringais, migraram para as terras rondonienses, assim como para os seringais amazônicos de forma geral, milhares de sertanejos desterritorializados no nordeste. Como foi destacado historicamente, nos discursos acadêmicos e políticos, esses camponeses fugiam das recorrentes secas que assolaram vários estados daquela grande região. Por outro lado, é necessário destacar que fugiam também de uma estrutura agrária oligárquica excludente, que negava o direito à terra aos povos sertanejos. Basta para confirmar esta lógica que nos lembremos do massacre dos camponeses de Canudos entre 1896 e 1897.

De acordo com Perdigão e Bassegio (1992), durante o primeiro ciclo produtivo da borracha, entraram nos seringais amazônicos entre 300 e 500 mil migrantes provenientes dos estados nordestinos. Essa população espalhou-se nos vales dos rios amazônicos de uma forma geral. Parte destes migrantes, principalmente após passarem por outros estados amazônicos, territorializou-se no estado de Rondônia.

Não existem dados exatos sobre a quantidade de seringueiros que chegaram às terras rondonienses durante o primeiro ciclo da borracha, mas os dados do censo de 1920 acusam uma população total de 36.044 habitantes na região compreendida pelo espaço do atual estado, incluída a região de Humaitá, distribuídos principalmente ao longo dos rios Madeira (entre Humaitá e Abunã), Ji-Paraná ou Machado (entre Calama e Tabajara) e Jamari (entre sua foz no rio Madeira e Ariquemes). Sendo as áreas compreendidas, basicamente, por seringais, supõe-se que grande parte desta população estivesse composta por seringueiros migrados nas décadas anteriores (MESQUITA; EGLER, 1979).

Essa massa sertaneja, imersa nos rios da Amazônia rondoniense, representou a frente de expansão que *estranhou*, inicialmente, a população indígena territorializada no estado. Foram esses camponeses sertanejos, e não os proprietários seringalistas, que mataram e morreram na disputa por territórios com os índios. “Pela primeira vez, em Rondônia, os grandes colocaram o pequeno contra o pequeno, ou seja, migrante contra índio” (PERDIGÃO; BASSEGIO, 1992, p. 152), estratégia que se tornou regra durante todo o ciclo

da fronteira rondoniense. Para além do embate com as populações indígenas, o seringueiro foi privado de sua liberdade pelo sistema do barracão, onde foi feito escravo de suas dívidas, *construídas* pelo próprio seringalista durante os períodos chuvosos.

A partir de 1912, quando coincidentemente foi finalizada a construção da Estrada de Ferro Madeira-Mamoré, ligando Porto Velho a Guajará-Mirim, inaugurou-se também a derrocada da economia gomífera na região amazônica. Mas a crise se aprofundou, de fato, depois de 1920, tanto que, como indicam Mesquita e Egler (1979), o censo de 1940 revela uma população total de 32.591 habitantes. Ou seja, uma baixa populacional de 9,6% relativa ao censo de 1920. Isso indica, principalmente, uma evasão de seringueiros, entre os quais muitos retornaram para seus estados de origem ou migraram para regiões onde a produção de borracha ainda apresentava um relativo espaço para receber seringueiros, como o estado acreano, por exemplo.

A crise econômica da borracha foi amenizada no período entre 1943 e 1945, durante o governo Getúlio Vargas. A partir da assinatura dos *Acordos de Washington*, em 1942, o Brasil criou o Batalhão da Borracha e a CAETA (Comissão Administrativa de Encaminhamento de Trabalhadores para a Amazônia), que arregimentou, basicamente, camponeses excluídos no Nordeste para produzirem borracha para o exército americano (PERDIGÃO; BASSEGIO, 1992). Somente para Rondônia foram enviados mais de cinco mil sertanejos para retomar a produção gomífera. Esse surto de apoio governamental e produção de borracha, no entanto, durou pouco tempo. Com o fim da guerra, o fornecimento de borracha se normalizou e os soldados da borracha foram esquecidos nas matas rondonienses.

Ao contrário dos seringueiros do primeiro ciclo produtivo, os Soldados da Borracha não retornaram aos seus estados de origem. Uma parte permaneceu nas matas, extraindo borracha em pequenas quantidades e praticando uma agricultura de subsistência. Como nos explicou o ex-presidente da Associação dos Seringueiros de Rondônia²⁴, isso ocorria através do pagamento de renda da produção ao *proprietário* das terras. Com a crise produtiva, os seringalistas perderam o interesse em explorar suas *lavouras* de seringueira, realizando assim essa forma de arrendamento aos antigos seringueiros. Muitos seringueiros, contudo, passaram a viver como posseiros em seringais abandonados.

Outra parte dos Soldados da Borracha, após uma longa luta de entidades representativas de apoio aos seringueiros, recebeu lotes em assentamentos especificamente criados para estes grupos, já na década de 1980. Porém, como nos relatou um antigo

²⁴ Sr. José Maria: Entrevista realizada em Guajará-Mirim, em 15 de fevereiro de 2009.

seringueiro²⁵, que hoje vive na periferia de Ariquemes, onde antigamente funcionava uma sede de seringal, às margens do rio Jamari, muitos daqueles que receberam lotes em áreas de assentamento venderam seus títulos, alguns por já estarem muito velhos, outros por não se adaptarem ao trabalho fora da lógica do seringal e alguns, ainda, pelo fato de suas terras não possuírem uma localização exata, dificultando o acesso. Essa venda levou a um processo de reconcentração de terra em algumas regiões. No atual município de Cujubim/RO, por exemplo, apenas um latifundiário/madeireiro, de acordo com informações da CPT, tem a posse de 120 lotes em um projeto de assentamento de Soldados da Borracha.

Com o fim da guerra, a diminuição da demanda pela borracha rondoniense e, consequentemente, a crise econômica no território, entre as décadas de 1940 e 1950 houve, ainda, uma tentativa do Governo Vargas, no âmbito da *Marcha para Oeste*, de criar colônias agrícolas com trabalhadores vindos de outras regiões do país, especialmente dos estados nordestinos. Esse foi o caso da colônia do Iata, criada em 1948, no município de Guajará-Mirim, com o assentamento de aproximadamente quatro mil camponeses cearenses. De forma geral, os colonos plantavam mandioca para fabricação de farinha, arroz, milho e feijão. Além do Iata, foram criadas no período as colônias de Candeias (1948), Treze de Setembro (1954) e Paulo Leal (1959), tendo surgido espontaneamente, ainda, a colônia do Beiradão, localizada entre Porto Velho e o distrito de Calama (MESQUITA; EGLER, 1979).

O desenvolvimento dos assentamentos não ocorreu como o governo esperava, especialmente em decorrência da pequena extensão dos lotes, de 25 hectares, instalados em áreas com solos de baixa fertilidade. Os motivos do fracasso das colônias, no entanto, como destacaram Perdigão e Bassegio (1992), ocorreu principalmente devido à falta de uma política agrícola mais ampla, que oferecesse aos colonos os recursos necessários para cultivar a terra, transportar e comercializar a produção. Somente a colônia Treze de Setembro, composta por imigrantes japoneses, tendo apoio de seu consulado, conseguiu atingir um relativo desenvolvimento econômico e social.

A criação das colônias promoveu um leve crescimento da população na região, juntamente com uma migração mato-grossense incipiente que entrava pela picada aberta pelo Marechal Rondon durante os trabalhos de instalação da linha telegráfica, no trajeto da qual já estavam formados alguns núcleos de povoamento nos antigos postos telegráficos, como Vilhena e Pimenta Bueno. Nesse contexto, durante a década de 1940, com a chegada dos soldados da borracha, os agricultores das colônias agrícolas e a migração pela picada de

²⁵ Sr. Anésio: Entrevista realizada em Ariquemes, em 23 de janeiro de 2009.

Rondon, especialmente para trabalhar em pequenas lavras de minério, o censo de 1950 apontou uma população total no território de 49.725 habitantes.

É nesta década, contudo, em 1950, que a região sofrerá um aumento mais significativo de sua população, principalmente devido à descoberta das lavras de diamante e cassiterita em diferentes pontos do estado. A principal lavra de diamante estava localizada no rio Pimenta Bueno, ao sul do território. Teixeira (1996) ressalta que a população do local, entre 1951 e 1952, passou de, aproximadamente, 200 pessoas para mais de 1000 habitantes, a grande maioria envolvida com a mineração de diamantes.

No que se refere à exploração da cassiterita, de acordo com Mesquita e Egler (1979), nas regiões onde a produção era maior, como nos vales dos rios Jacundá, Preto, Machadinho, Massangana e Jamari, a população praticamente duplicou durante a década de 1950. Somente aí, o contingente populacional saltou de 10 mil habitantes, aproximadamente, para mais de 18 mil pessoas. Assim, o censo de 1960 já indicava uma população total de 85.504 habitantes, entre os quais, 23.658 eram migrantes, em sua maioria, provenientes da própria região amazônica e com destino às lavras de cassiterita.

A atividade mineradora, destacadamente a extração de cassiterita, cresceu durante toda a década de 1960. Somente o então distrito de Ariquemes, de acordo com Teixeira (1996), congregou uma população de 10 mil garimpeiros nesse período. A chegada de garimpeiros de outros estados amazônicos já era constante e, com a abertura da BR 364, que, em meados desta década, foi aberta ao tráfego, intensificou-se o fluxo proveniente do território mato-grossense. No mesmo sentido, já entravam, no mesmo período, algumas levas de camponeses, promovendo uma rarefeita colonização espontânea.

Entre outras questões, a valorização do território pelas lavras de cassiterita e, principalmente, a abertura da BR 364, deu início a uma corrida especulatória com relação às terras do território rondoniense. Como constatou Brasil (2002), a década de 1960 assinalou o início da especulação imobiliária nas terras rondonienses. Até então os títulos definitivos e concessões estavam engavetados, pois, o que tinha valor eram as seringueiras e não a terra em si. Dessa forma, após o golpe de 1964 e a abertura da rodovia, uma grande quantidade de empresas e particulares procurou garantir suas posses com base nos documentos obtidos no período produtivo da borracha, cobrando efetivamente seu direito sobre a posse das áreas.

Esse processo gerou, entre outros problemas, uma intensa ação de grilagem, com a recorrente invasão de terras tradicionalmente indígenas. Muitos títulos definitivos ou provisórios adquiridos nas décadas anteriores foram vendidos ou assumidos por empresas

colonizadoras que buscaram, já a partir de 1964, tornar estas áreas *maiores* do que realmente eram. Uma das empresas particulares ao iniciar um processo de colonização no estado, como mostra Neves e Lopes (1979), foi a Colonizadora Calama S.A., que se dizia sucessora da Assenci & Cia. Esta empresa tinha o título, outorgado em 1910, que lhe garantia a posse da Gleba Pirineus que, segundo declaração feita pela proprietária ao Instituto Brasileiro de Reforma Agrária (IBRA), teria área total de 1.084.627 hectares.

Em 1964 esta firma iniciou a colonização da Gleba, com base em anteprojeto de loteamento, abrindo lotes e picadas de penetração. Até abril de 1967 havia efetuado promessas de venda a terceiros de cerca de 1.400 lotes, entre 25 e 200 hectares. Os primeiros colonos que ela levou para Vila Rondônia, provenientes do Paraná, não receberam da firma qualquer tipo de apoio; tanto no aspecto sanitário, quanto no econômico. Sem qualquer assistência, essas famílias viram-se impossibilitadas de ocupar seus lotes, por falta de acesso aos mesmos; tampouco dispunham de recursos financeiros para retornar aos municípios de origem. (NEVES; LOPES, 1979, p. 97).

Outro caso semelhante foi protagonizado pela Colonizadora Itaporanga, que se apropriou de uma extensa área na região de Pimenta Bueno, onde pretendia assentar famílias de colonos provenientes do centro-sul. A empresa não somente se apossou de terras devolutas de forma ilegal, como também realizou o assentamento de colonos em áreas já destinadas à reserva indígena, como mostra o relatório da Comissão Parlamentar de Inquérito que analisou a questão da terra no estado rondoniense.

Os primeiros migrantes viram-se atraídos pelos planos e promessas dessas colonizadoras não oficiais. Exemplo dessa situação foi o da empresa colonizadora Itaporanga que apropriou-se de 1.300.000 ha de terras indígenas e se propôs a revendê-las em lotes de 50 ha, o que redundou na diminuição do Parque Aripuanã e, posteriormente, na fundação de um vilarejo, hoje a cidade de Espigão do Oeste. (BRASIL, 2002, p. 409).

Como vemos, considerando que o estado de Rondônia tem uma área de, aproximadamente, 24 milhões de hectares, apenas duas empresas estavam com a posse de quase 10% das terras rondonienses. E, certamente, não foram as únicas empresas a se apropriarem de terras de forma ilícita durante a década de 1960. Apenas em 1967, o governo criou um órgão para discriminar e regularizar as terras com títulos definitivos ou provisórios, fato que, por sua vez, não conseguiu disciplinar o processo de apossamento ilegal de terras, pois persistem ainda no século XXI.

Esse tipo de ação, a grilagem de terras, gerou uma pressão intensa sobre a população indígena e sobre os posseiros territorializados em todo o estado, indicando, antecipadamente, um prenúncio do que seria a colonização oficial a partir da década de 1970. As populações

indígenas sofreram diretamente o peso do avanço sobre as terras do estado rondoniense. Durante a elaboração do relatório da CPI da terra, em 2002, foram levantados alguns dos crimes praticados contra as sociedades indígenas por grileiros de terra. Foi representativo, nesse contexto, o ataque contra os índios Cinta-Larga no Parque Indígena do Aripuanã.

Um caso histórico foi protagonizado pela firma de borracha Arruda e Cia. A área ao longo do Parque Aripuanã era o habitat tradicional dos Cinta-Larga. Esses índios, em 1963, foram literalmente massacrados pelos funcionários da Cia. O incidente ficou conhecido como o massacre do *Paralelo Onze*. Um avião foi alugado para atacar as aldeias dos índios. Foram jogados pacotes de açúcar nos pátios e em seguida o avião deu vários rasantes dinamitando suas casas. Não se sabe exatamente quantos índios morreram. (BRASIL, 2001, p. 410).

Certamente não foi um caso isolado. Etnias inteiras desapareceram durante a década de 1960. Os índios Jarú, por exemplo, que habitavam a região central do estado, vivendo no vale do rio Machado, foram completamente exterminados pelo avanço da apropriação de terras, não havendo notícia de sobreviventes desse grupo (LEONEL, 1995). Conforme avançava a grilagem de terras, outras etnias foram empurradas para as regiões localizadas mais a oeste no estado, tendo que reconstruir constantemente seus territórios.

O mesmo ocorreu com posseiros, seringueiros que ainda viviam nas matas, entre vários outros grupos sociais amazônicos. Portanto, quando se iniciou, em 1970, a colonização dirigida no estado, o processo de apropriação privada das terras do território e os conflitos já haviam sido deflagrados. Assim, resumidamente, o substrato encontrado pelos militares em Rondônia em nada fazia jus ao que imaginavam, ou seja, um espaço vazio a ser ocupado produtivamente pela colonização. As terras do território rondoniense já acumulavam várias camadas, onde estavam sepultados índios, seringueiros, quilombolas, garimpeiros, posseiros, entre vários outros, que já viviam nesse espaço ou avançaram em busca de um espaço para se viver. É certo, porém, que os militares conseguiram deixar o quadro ainda mais violento e excludente, como veremos seqüencialmente.

3.3 A militarização da questão da terra em Rondônia

Em 1964, quando ocorre o golpe militar, estratégias para a ocupação da fronteira amazônica já estavam traçadas e relativamente em andamento. Cabia aos militares efetivar a ocupação econômica de toda a região. A intenção era, enfim, tirar algum proveito econômico da floresta amazônica. Antes disso, contudo, nos dois primeiros anos do regime militar, debateu-se a questão agrária e definiram-se as bases sobre as quais se daria o avanço sobre a

fronteira amazônica. Foram implementadas, por exemplo, algumas mudanças no Estatuto da Terra, para que a posse da terra por empresas capitalistas e pelo Estado fosse garantida. O objetivo primordial era a abertura da Amazônia para os investimentos do capital nacional e internacional, com a parceria do Estado. O ponto de partida para esse empreendimento foi dado em reunião realizada no rio Amazonas, já em 1966.

As intenções desenvolvimentistas dos governos militares com relação à Amazônia foram iniciadas com a primeira *Reunião de Investidores da Amazônia*, realizada através de um *cruzeiro* a bordo do navio Rosa da Fonseca, em nove dias de viagem pelo rio Amazonas (dezembro de 1966). Nesta reunião, definiram-se os interesses dos empresários do Centro-Sul e os objetivos da adesão empresarial ao projeto governamental: só investir se o lucro fosse certo. (OLIVEIRA, 1988, p. 32, *grifos do autor*).

Mesmo antes dessa reunião, as bases para a ocupação capitalista da Amazônia já haviam sido preparadas. Os militares criaram uma série de instrumentos econômicos que definiriam a incorporação amazônica à economia brasileira. No início de 1965, foram estendidos para a região amazônica os incentivos fiscais e creditícios concedidos ao nordeste. No mês de setembro de 1966, autorizaram-se os incentivos fiscais para as empresas florestais e foi criado o Banco da Amazônia S.A. (BASA). Um mês depois, foi criada a grande região da *Amazônia Legal* e, completando a estrutura de ocupação econômica, em 27 de outubro de 1966, foi criada a Superintendência de Desenvolvimento da Amazônia (SUDAM), em substituição à Superintendência do Plano de Valorização Econômica da Amazônia (SPVEA), já em processo de decadência (SANTOS, 1993).

A estratégia para a ocupação produtiva e econômica da região amazônica, baseada nesse conjunto de ações, ficou conhecida como Operação Amazônia, que estabeleceu uma nova orientação política para o desenvolvimento da região norte, assim como o papel do Estado em todo este processo.

[...] a futura política regional seria orientada para: estabelecer pólos de desenvolvimento e grupos de população estáveis e auto-suficientes (especialmente nas áreas de fronteira); estimular a imigração; proporcionar incentivos ao capital privado; desenvolver a infra-estrutura; e pesquisar o potencial de recursos naturais. [...] o papel do setor público seria o de atrair capital à região por meio de mecanismos monetários e fiscais apropriados, e também estabelecer a infra-estrutura necessária aos investimentos. (MAHAR, 1978, p. 22).

Para além do apoio ao desenvolvimento do capital, no entanto, ideologicamente, tinha-se o objetivo de amenizar os conflitos sociais, especialmente a luta pela terra, que vinham ocorrendo em outras regiões brasileiras. Os conflitos pela terra em território paranaense,

iniciados na década de 1950 e ainda sem uma solução definitiva, cresciam em todo o estado. E, com relação à questão nordestina da terra, camponeses subempregados no campo e explorados pela oligarquia agrária procuravam manter sua organização em torno das Ligas Camponesas. Sem interesse em solucionar o problema por meio da realização de uma efetiva reforma agrária nestas regiões, o governo militar visualizou a Amazônia como *válvula de escape* para, ideologicamente, enterrar a questão.

Assim, para resolver um problema latente (a tensão social gerada pela questão agrária) e promover, ao mesmo tempo, o desenvolvimento econômico do país, o governo autoritário centrou-se no lema *integrar para não entregar*, lançado no âmbito da Operação Amazônia, em 1966. A partir daí, a ocupação da fronteira amazônica amenizaria os conflitos de luta pela terra no nordeste e aqueles promovidos pelo processo de modernização agrícola no centro-sul, pavimentando, ao mesmo tempo, o caminho para o desenvolvimento capitalista no espaço territorial amazônico.

O ponto culminante da Operação Amazônia foi, contudo, a aprovação de legislação específica que proporcionava incentivos tributários especiais às empresas privadas que se estabelecessem nos estados da Amazônia Ocidental (Amazonas, Acre, Rondônia e Roraima) (MAHAR, 1978), pois, até então, os recursos destinados à região amazônica estavam sendo direcionados, basicamente, ao desenvolvimento do Pará, no contexto da ocupação em torno da rodovia Belém-Brasília. Essa opção política e ideológica situa o oeste amazônico e, especificamente o estado de Rondônia, no contexto de desenvolvimento integrado do país. Com isso, o Estado também reconheceu que a região não era uma área deprimida como o nordeste, mas uma *fronteira de recursos*.

Nesse contexto, o Estado assumiu a iniciativa de um novo e ordenado ciclo de ocupação da região amazônica, consubstanciado em um amplo projeto geopolítico para a modernização acelerada da sociedade e do território nacional (BECKER, 2006). Finalmente, o Estado brasileiro havia visualizado a possibilidade de tirar algum proveito econômico da Amazônia. Essa nova perspectiva de ocupação se deu, claramente, inserida em um contexto no qual a agricultura passava a se submeter fortemente às relações capitalistas de produção e a conseqüente mecanização do campo excluía grande quantidade de pequenos agricultores e trabalhadores rurais no sul e nordeste do país.

[...] tratava-se de tirar proveito econômico da utilização do espaço brasileiro, associado à disponibilidade de recursos humanos, com a aplicação de recursos do capital já assegurado às novas regiões. Proveito para apoiar a manutenção do

crescimento acelerado e para a abertura de novas frentes na conquista de mercados externos. (CALVENTE, 1980, p.10).

Todo esse processo se desenvolveu no âmbito do Programa de Integração Nacional (PIN) e do PROTERRA²⁶ (Programa de Redistribuição de Terras), que teve como objetivos principais: facilitar a aquisição de terras, melhorar as condições de trabalho no campo e promover o desenvolvimento de agroindústrias na Amazônia e no nordeste. Com recursos do programa foi estabelecida uma linha de crédito, como ressaltou Sousa Filho (1996), para formação de projetos de colonização ao longo das rodovias-tronco, no norte dos estados do Mato Grosso e de Rondônia, ação política que potencializou o processo de grilagem nestas regiões, especialmente, no território rondoniense. O Programa de Integração Nacional, por sua vez, teve como primeira proposta a construção da rodovia Transamazônica.

A construção de uma rodovia leste-oeste, argumentava-se, daria solução a curto prazo a esse problema [*a seca nordestina*], por proporcionar imediatas oportunidades de emprego aos trabalhadores desempregados. Além disso, a médio e longo prazos, os assentamentos planejados e espontâneos ao longo da Transamazônica tenderiam tanto a aliviar as pressões populacionais e tensões sociais no Nordeste quanto, ao mesmo tempo, a promover a ocupação da Amazônia. (MAHAR, 1978, p. 31-32, *grifos nossos*).

Sequencialmente, na esfera do PIN, foram desenvolvidos o primeiro e segundo Plano Nacional de Desenvolvimento (PND I – 1972/1974 e PND II - 1975/1979). Buscava-se com esses planos a integração de todas as regiões do país. Juntamente com os programas desenvolvidos nas áreas de cerrado, visualizava-se a região amazônica, a partir desse período, como área estratégica para a definitiva integração do país ao mercado externo. O I PND continuou destacando, na concepção apresentada por Mahar (1978), as supostas complementaridades socioeconômicas entre Amazônia e Nordeste. E, por isso, sua estratégia inicial foi a colonização das rodovias Transamazônica e Cuiabá-Santarém por migrantes nordestinos. No entanto, a ação não resultou na amplitude esperada quanto ao assentamento de camponeses provenientes do Nordeste.

[...] parece que apenas pouco mais de 6.000 famílias (aproximadamente 42.000 pessoas) foram de fato assentadas ao longo da Transamazônica até o fim de 1974. Esse total representou menos de 10% do número de colonos projetado no Plano de Desenvolvimento da Amazônia e menos de 2% do *excesso* de população rural do Nordeste estimado para 1970. (MAHAR, 1978, p. 38, *grifos do autor*).

²⁶ Criado pelo Decreto-Lei número 1.179, de 6 de julho de 1971.

Entre os problemas que provocaram o insucesso da colonização ao longo da rodovia Transamazônica, tiveram maior destaque o alto custo com o transporte de parceiros do nordeste para sua instalação nos lotes (alguns colonos haviam sido transportados até de avião para os assentamentos) e o longo trecho sem infra-estrutura urbana, o que teria deixado os colonos totalmente sem assistência social e técnica (especialmente no trecho entre Marabá e Itaituba, no sul do Pará) (VALVERDE, 1979).

A questão é que os problemas ocorridos no processo de colonização às margens da rodovia Transamazônica direcionaram, definitivamente, as atenções do governo e o fluxo migratório para o estado de Rondônia, já a partir dos primeiros anos da década de 1970. Para tanto, as próprias políticas do PROTERRA e PIN já vinham agindo no estado, pois, como mostramos no item anterior, os problemas fundiários do território rondoniense, na segunda metade da década de 1960, haviam assumido amplitudes consideráveis, o que preconizava uma profunda ação organizativa da estrutura agrária.

A partir de 1970, quando o Estado inicia o processo de colonização agrícola em Rondônia, as empresas privadas já estavam incentivando a migração do centro-sul para Rondônia e os assentando em áreas legalmente irregulares. Terras indígenas vinham sendo ocupadas e, com títulos definitivos ou provisórios, empresários colonizadores se apropriavam de extensões de terra bem maiores do que o descrito nos documentos, como os casos das colonizadoras Calama S.A. e Itaporanga, mostrados anteriormente. Para que grandes empresas sediadas no centro-sul pudessem, de fato, se estabelecer no estado, era necessário resolver a questão fundiária.

Isso foi feito a partir da criação de quatro grandes Projetos Fundiários que englobaram todas as terras do território rondoniense. Portanto, esses projetos tinham como objetivo resguardar a posse da terra sob o domínio do Estado nacional e, ao mesmo tempo, disponibilizá-la para a ação das empresas capitalistas que almejavam investir no estado. Nas palavras de Neves e Lopes (1979, p. 82-83, *grifos nossos*), os principais objetivos dos Projetos Fundiários eram os seguintes:

[...] promover a discriminação de terras devolutas; providenciar a incorporação ao patrimônio público das *áreas desocupadas* e das ilegalmente ocupadas, administrando-as enquanto não tiverem outra destinação legal; providenciar a titulação das *posses legítimas* ou passíveis de regularização, de acordo com a legislação em vigor; propor o reconhecimento dos títulos de domínio existentes, desde que provada sua legitimidade; executar os desmembramentos ou parcelamentos das *áreas devolutas desocupadas*.

As grandes áreas constituídas pelos Projetos Fundiários no estado de Rondônia visavam a estruturá-lo para o avanço da fronteira econômica e para a ação do capital, consolidando, ao mesmo tempo, a fronteira geopolítica. As terras de cada projeto foram reservadas para diferentes fins. Os fins para os quais foram direcionadas as terras dos projetos fundiários foram: Regularização Fundiária, Concorrência Pública e Colonização. Na tabela 2, podemos observar a quantidade de terras discriminadas até o início da década de 1980, o que nos fornece uma idéia da rapidez com que ocorreu o processo de apropriação das terras rondonienses pelo Estado/capital.

Tabela 2 - Projetos Fundiários em Rondônia, 1970-1980

| Projetos | Áreas Discriminadas (ha) | Áreas a Discriminar (ha) |
|-------------------|---------------------------------|---------------------------------|
| Alto Madeira | 3.090.210 | 2.479.790 |
| Corumbiara | 5.859.000 | 131.500 |
| Guajará-Mirim | 5.835.464 | 1.209.536 |
| Jarú – Ouro Preto | 3.730.442 | 1.968.458 |
| Total | 18.515.116 | 5.789.284 |

Fonte: INCRA-CETR/CDA, 1981 apud Lopes, 1985.

Portanto, aos Projetos Fundiários coube, em primeiro lugar, a discriminação de terras devolutas e a incorporação ao patrimônio público de áreas *desocupadas* e daquelas que estavam sendo ilegalmente ocupadas para disponibilizá-las para utilização (ou, mais comumente, a sua não-utilização) por grandes empresas agropecuárias. Esses projetos deveriam, também, promover a titulação das posses legítimas ou passíveis de regularização, propondo o reconhecimento dos títulos de domínio previamente existentes (LOPES, 1983).

Quando iniciado o processo de regularização das terras rondonienses, em 1970, estavam registrados 152 títulos pelo estado do Amazonas (880.287 ha) e 245 pelo estado do Mato Grosso (1.677.119 ha), além de 758 Licenças de Ocupação (646.746 ha) e 227 Cartas de Aforamento (187.580 ha), fornecidas pelo governo do Território Federal de Rondônia, após sua criação em 1943 (BRASIL, 2002). Em sua maioria, tais documentos foram fornecidos a áreas destinadas à exploração de borracha, as quais já estavam originariamente ocupadas por diversas etnias indígenas ou, após a crise da borracha, passaram a ser ocupadas por seringueiros e posseiros. No entanto, o processo de regularização beneficiou apenas os detentores de títulos, ou seja, os seringalistas, entre os quais muitos possuíam apenas

documentos provisórios. Enquanto isso, a população posseira foi totalmente desconsiderada no processo de regularização fundiária.

Através desses Projetos Fundiários, foi assegurada aos seringalistas a possibilidade de regularização de áreas para membros do conjunto familiar de até 2.000 ha na faixa de fronteira e de até 3.000 ha fora dela; aos seringueiros, desde que comprovem a posse efetiva da área que ocupam, caracterizada por residência no local e exploração agropecuária efetiva, dentro dos limites previstos na lei (LOPES, 1983, p. 26).

Assim, os detentores de títulos conseguiram regularizar uma larga parcela do território rondoniense, desde que, ainda que o limite a ser regularizado não ultrapassasse mais que 3.000 ha, utilizando o nome de familiares era possível garantir a posse de grandes latifúndios. Por outro lado, aos seringueiros foi oferecida a possibilidade de regularização de áreas entre 100 e 500 ha, caso comprovassem sua posse. No entanto, as posses coincidiam com as áreas requeridas pelos seringalistas, fato que tornou rara a titulação de algum seringueiro no estado de Rondônia durante a colonização agrícola.

Com as terras não ocupadas, arrecadadas durante o processo de regularização fundiária, foram estabelecidas, primeiramente, áreas de Concorrência Pública. As áreas constituídas nos processos de licitação pública foram destinadas a projetos de desenvolvimento econômico, ligados ao grande capital. As áreas de licitação variavam de 200 a 3.000 hectares, abrangendo uma área total de 1.500.000 hectares de terras destinadas aos processos licitatórios. São exemplos: Gleba Corumbiara (produção pecuária de corte), Gleba Burareiro (produção de cacau) e a Gleba Garças, Baixo Candeias e Igarapé Três Casas (produção pecuária de leite e corte), (LOPES, 1983; CUNHA, 1985). Sem muitas alterações, essas áreas foram acessadas por grandes grupos capitalistas.

Os processos licitatórios realizados em Rondônia, a partir daí, ocorreram sob três diferentes formas, a saber: Contratos de Alienação de Terras Públicas (CATP's), Contratos de Concessão de Terras Públicas (CCDTP's) e Contratos de Promessa de Compra e Venda (CPCV's). Como escreveu Machado (2008), os dois primeiros foram instrumentos de domínio expedidos pelo INCRA direcionados para áreas alienadas através de licitação pública sem preferência de compra. Os CPCVs, por sua vez, foram expedidos para áreas licitadas com preferência para quem detinha a posse. Todos esses contratos de alienação de terra pública, por meio de processo licitatório, incluíam condições resolutivas que, caso não cumpridas, determinavam o retorno da posse da terra para o patrimônio da União.

A grande maioria das terras licitadas a partir dos três instrumentos foi utilizada para especulação fundiária. As empresas ou indivíduos que adquiriram tais áreas não cumpriram as resoluções estabelecidas para a garantia de propriedade. No entanto, considerando a morosidade dos processos que analisavam os casos, somente agora (a partir de 2010) é que esses contratos estão, de fato, sendo revistos pelo novo processo de regularização fundiária em curso na região amazônica (Diário de Campo, 2009)²⁷ e, certamente, serão regularizados. Assim, as terras resultantes de licitação ocorrida durante a década de 1970, formam alguns dos principais latifúndios persistentes no território rondoniense atualmente.

Juntas, as terras que foram objeto de Regularização Fundiária e de Concorrência Pública abrangeram uma área de 9.504.320 hectares, área que representa aproximadamente 40% do estado de Rondônia. Enquanto isso, as áreas reservadas aos Projetos de Colonização compuseram apenas 4.128.636 hectares (LOPES, 1983). Aprofundando um pouco mais, entende-se que o Estado militar fazia um discurso de que promoveria a colonização com base em pequenas propriedades, mas, na prática, o que acontecia era a distribuição de grandes áreas para capitalistas nacionais e internacionais. Em resumo, o controle sobre a terra era fator primordial para a execução dos planos de desenvolvimento do governo militar.

3.4 A contra-reforma agrária dos militares: os projetos dirigidos de colonização

Com a delimitação dos projetos fundiários e a arrecadação de terras para o processo de colonização agrícola, os militares deram início, juntamente com as licitações e os processos de regularização fundiária, à implantação de Projetos Dirigidos de Colonização. No discurso do governo militar esses projetos tinham como objetivo promover a ocupação dos *espaços vazios* de Rondônia com pequenos agricultores provenientes do Centro-Sul do país, especialmente, do Paraná, onde os conflitos agrários se acumulavam desde os anos 1950. Estes projetos constituiriam uma forma alternativa para a criação de novos postos de trabalho e para a fixação do homem à terra. Com este objetivo central eles foram instalados, entre 1970 e 1978, sob dois modelos estruturais principais: os PIC (Projetos Integrados de Colonização) e os PAD (Projetos de Assentamento Dirigido).

PIC – Os Projetos Integrados de Colonização se destinam à faixa de população de baixa renda, especificamente a agricultores sem terra, e de preferência àqueles que possuem maior força de trabalho familiar. Nas áreas desses Projetos, o INCRA

²⁷ Estas informações foram obtidas a partir de levantamentos e diálogos informais com lideranças do MST/Rondônia e CPT/Rondônia que, por sua vez, foram transcritas em nosso diário de campo.

identifica e seleciona os beneficiários, localiza-os nas parcelas por ele delimitadas, fornece a infra-estrutura básica, e, através dos órgãos responsáveis, a nível nacional, regional, estadual, e/ou municipal, implementa as atividades relativas à assistência técnica creditícia, à comercialização, saúde, educação, ao mesmo tempo em que deve montar o sistema cooperativo, para facilitar a organização sócio-econômica dos parceiros.

PAD – Os chamados Projetos de Assentamento Dirigido se destinam a agricultores com maior nível de capacitação profissional, experiência quanto à obtenção de crédito bancário e um mínimo de recursos financeiros. Nas áreas desses Projetos o INCRA é responsável pela seleção e assentamento dos beneficiários, pela implantação da infra-estrutura física, loteamento e titulação. As atividades referentes à assistência técnica, comercialização, saúde e educação não estão afetas ao INCRA, mas a outros órgãos diretamente responsáveis, seja ao plano federal, regional, estadual ou municipal. (NEVES; LOPES, 1979, p. 87).

A criação dos PICs e PADs ocorreu, basicamente, durante os primeiros oito anos da colonização dirigida no território rondoniense. Neste período foram criados sete projetos, sendo cinco Projetos Integrados de Colonização e dois Projetos de Assentamento Dirigido, abrangendo uma área total de 2.585.546 hectares e assentando 23.721 famílias (Tabela 3). O processo de assentamento dos colonos foi, no entanto, moroso, em decorrência de problemas fundiários ou mesmo devido à incapacidade do INCRA de atender a imensa quantidade de famílias que chegavam constantemente ao estado em busca de terra. A burocracia para o acesso dos colonos aos lotes, especialmente o processo seletivo, fez com que durante longos períodos houvesse grande quantidade de lotes não ocupados nos projetos de colonização ao mesmo tempo em que milhares de camponeses continuavam sem terra.

Tabela 3 - Projetos da Colonização Dirigida em Rondônia, 1970-1978

| Projetos | Ano de Criação | Área Total (ha) | Famílias Assentadas |
|----------------------|-----------------------|------------------------|----------------------------|
| PIC Ouro Preto | 1970 | 512.585 | 5.164 |
| PIC Sidney Girão | 1971 | 69.749 | 686 |
| PIC Gy-Paraná | 1972 | 486.137 | 4.756 |
| PAD Burareiro | 1974 | 314.962 | 1.556 |
| PIC Pe. Adolpho Rohl | 1975 | 407.219 | 3.786 |
| PAD Marechal Dutra | 1975 | 501.314 | 4.667 |
| Total | - | 2.585.546 | 23.721 |

Fonte: INCRA/SR-17, 2009.

Os Projetos Integrados de Colonização (PIC) foram, em verdade, uma reedição daqueles pensados e implantados no corredor da rodovia transamazônica. A infra-estrutura estabelecida para sua organização buscou englobar amplamente os serviços socioeconômicos para atender os camponeses migrantes que chegavam ao território rondoniense. Isso, devido à

necessidade de atender a um público composto por grupos sociais já extremamente fragilizados, provenientes de décadas de exclusão e migrações forçadas em busca de terra. Tendo em consideração que esse modelo de projeto visava constituir um exército de trabalhadores para atender às empresas agropecuárias estabelecidas na fronteira rondoniense, eles deveriam ter acesso aos serviços sociais básicos para sua manutenção. E, também por isso, para serem assentados nos projetos, foram selecionadas famílias com grande número de membros, pois assim não haveria deficiência de trabalhadores para o desenvolvimento dos grandes empreendimentos planejados e já em execução no estado.

De fato, o INCRA investiu grande quantidade de recursos na criação de infra-estrutura para as famílias assentadas nesses modelos de projetos. A criação dos NUAR (Núcleos Urbanos de Apoio Rural), com estruturas para armazenagem da produção, educação, saúde, etc., visava ao amplo atendimento das necessidades sócio-econômicas dos migrantes assentados nos projetos dirigidos. No entanto, na prática cotidiana, com uma migração intensa de colonos do centro-sul, os serviços disponibilizados acabaram não sendo suficientes para atender os camponeses assentados. A maior parte da estrutura de organização dos projetos de colonização acabou sendo ocupada com o processo de demarcação das áreas.

No âmbito da instalação dos PICs, o primeiro projeto a ser estruturado, já a partir do primeiro ano da década de 1970, foi o PIC Outro Preto. A instalação do projeto visava, em primeiro lugar, à consolidação do assentamento de 300 colonos que haviam sido precariamente alocados em um projeto de colonização particular da Calama S.A. e que estavam vivendo em condições precárias. Como analisamos anteriormente, esta colonizadora assentou grande número de famílias em terras griladas, muitas delas localizadas em áreas indígenas. Por isso, a primeira ação do PIC Ouro Preto direcionou-se para a resolução destes problemas fundiários que geravam, então, um largo conflito com morte de colonos e indígenas.

Sequencialmente, o INCRA assentou nesse projeto números variáveis de colonos a cada ano, conforme conseguia demarcar as áreas, chegando aos 5.164 lotes demarcados e famílias de agricultores assentados já em meados da década de 1970. Os serviços planejados pelo governo para as famílias assentadas foram mais concretamente estabelecidos para as primeiras famílias, sendo que, posteriormente, sua estrutura já não comportava atender a todos os parceiros. Com isto, uma diversidade de problemas passou a dificultar a fixação dos colonos nas áreas estabelecidas pelo projeto.

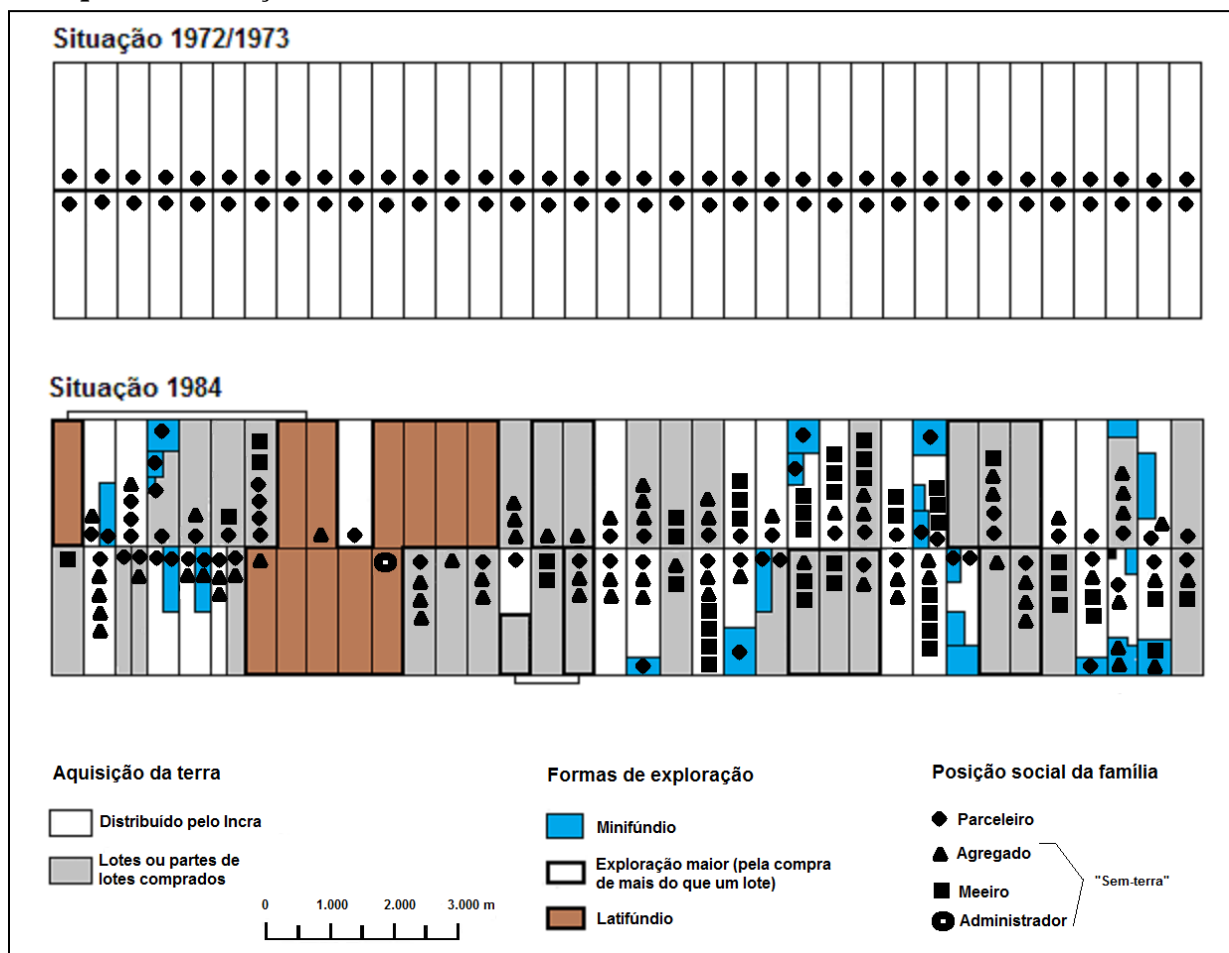
No início da década de 1980, Coy (1985) identificou, no PIC Ouro Preto, três categorias de problemas socioeconômicos predominantes que, por sua vez, levaram ao abandono ou venda dos lotes. Na primeira categoria, destacou a ocorrência da malária e outras doenças amazônicas; e restrições geográficas, como a situação topográfica, hidrográfica, distribuição dos solos, etc. Na segunda categoria, destacou a insuficiência de infra-estrutura. Tratava-se, no caso, da insuficiência da rede rodoviária, da impraticabilidade de muitas estradas de penetração durante a estação das chuvas, que dura de sete a oito meses, e, conseqüentemente, do isolamento de muitos camponeses, além da falta de entrepostos para a produção agrícola, falta de escolas rurais, e assistência médica. Na terceira categoria, foram situados os problemas de comercialização e de financiamento da produção agrícola. Tais problemas são fortemente influenciados pela política econômica enquanto expressão do modelo brasileiro de desenvolvimento, no qual os problemas dos pequenos camponeses não são representados senão de forma insuficiente.

Em decorrência dessas dificuldades, estabeleceu-se uma dinâmica territorial com diferenciadas características. Como ressaltamos, muitos colonos venderam suas parcelas, retornando para seus estados de origem ou se estabelecendo nos núcleos urbanos dos projetos. Em outros casos, os parceleiros passaram a receber outros camponeses migrantes como agregados ou arrendatários em partes de seus lotes, aumentando, assim, a força de trabalho para enfrentar as dificuldades produtivas. Essa dinâmica resultou, por um lado, com a venda de parcelas, em um processo de reconcentração de terras nestes projetos. E, por outro lado, com a chegada de agregados, ocorreu o início da constituição de minifúndios nas áreas dos projetos integrados de colonização. Essas mudanças podem ser claramente observadas no esquema apresentado por Coy (1985), a partir de seu estudo em uma das linhas de lotes do PIC Ouro Preto, em 1984 (Croqui 1).

É importante destacar que a grande quantidade de agregados e meeiros estabelecidos em lotes de outros parceleiros constituiu, a partir de meados da década de 1980, o principal público sem-terra do estado que, posteriormente, engrossou as fileiras dos movimentos de luta pela terra no território rondoniense. O processo reproduziu, portanto, grupos sociais com características estritamente camponesas. Na década de 1970, esses grupos foram responsáveis por uma produção agrícola, com produtos característicos de uma agricultura de excedentes, sempre crescente no estado. De acordo com os dados apresentados por Neves e Lopes (1979), já na primeira safra (1970/1971) do PIC Ouro Preto, foram cultivados 670 hectares de arroz, 670 hectares de milho e 340 hectares de feijão. Cinco anos depois, na safra 1975/1976, já

estavam sendo cultivados 26.000 hectares de arroz, 11.600 hectares de milho, 5.200 hectares de feijão, além de 6.500 hectares de mandioca, 15.000 hectares de banana, 1.134 hectares de cacau e 3.341 hectares de café.

Croqui 1 - Mudanças territoriais ocorridas no PIC Ouro Preto entre 1972 e 1984



Fonte: Coy, 1985.

Obs.: O tamanho das parcelas do PIC Ouro Preto era de 100 hectares/família.

Apesar dos entraves, muitos camponeses conseguiram produzir nas terras do PIC Ouro Preto. Na safra inicial (1970/1971), foram produzidas, em todo o projeto, 670 ha de arroz, 670 ha de milho e 340 ha de feijão. No segundo ano agrícola (1971/1972), essa produção saltou para 3.000 hectares de arroz, 2.400 de milho e 1.000 ha de feijão. Alguns já haviam iniciado lavouras de cacau, com 13 ha de cacau. Quatro anos depois (1975/1976), a produção já havia crescido consideravelmente, com 26.000 ha de arroz, 11.600 ha de milho, 5.200 de feijão e cacau com 1134 ha. Surgiu ainda a mandioca com 6.500 há e o café com 3.341 ha.

Os Projetos Integrados de Colonização (PIC) criados posteriormente seguiram, basicamente, a mesma lógica de estruturação estabelecida no âmbito do PIC Ouro Preto. O

que os diferenciou foi a recorrente diminuição do apoio socioeconômico às famílias assentadas nas parcelas. O PIC Gy-Paraná, instalado em 1972 também na mesorregião do leste rondoniense, foi estabelecido em uma região tradicionalmente produtora de borracha em Rondônia, no vale do rio Machado, sendo que sua área integrava grande quantidade de antigos seringais. O objetivo dos militares para esse projeto era, assim como no PIC Ouro Preto, a instalação de pequenos agricultores camponeses para a produção de culturas alimentares. Tanto que, segundo as informações organizadas por Neves e Lopes (1979), já na safra 1973/1974, estavam sendo cultivados 2.250 hectares de arroz, 1.950 hectares de milho e 406 hectares de feijão. Na safra seguinte, iniciaram a produção de Banana (1.500 ha) e café (3.891 ha). A região onde foi instalado o projeto (microrregião de Cacoal) constitui, atualmente, a principal produtora de café e leite do estado de Rondônia.

As mesmas dificuldades encontradas pelos camponeses assentados no PIC Ouro Preto repetiram-se para os que se inseriram no PIC Gy-Paraná. Problemas relacionados, em especial, com o acesso aos lotes demarcados. Repetiram-se, também, problemas ligados à disponibilização de assistência técnica, educação, saúde, etc. O fato é que os serviços eram disponibilizados aos primeiros colonos assentados e com a chegada espontânea, ou seja, não planejada pelo Estado, os serviços de infra-estrutura eram reduzidos, como reflete a análise apresentada a seguir, sobre a alocação de camponeses no PIC Gy-Paraná.

Inicialmente, em 1973, previu-se o assentamento de 1.000 famílias para o primeiro setor; já em 1974, em face do excedente de pretendentes à terra que se acumulavam na área, estenderam-se as linhas do primeiro setor e criou-se um novo, ao sul, onde o assentamento foi feito através do mutirão (ajuda mútua) entre os colonos sob a supervisão do Incra e adotando o modelo oficial. Em 1976, em face da intensa ocupação espontânea, criou-se um novo setor onde a ação estatal se reduziu à abertura do eixo viário central e à demarcação dos lotes. (BECKER, 1988, p. 85).

Como vemos, até o limite considerado conveniente para o Estado, os camponeses eram assentados com maior infra-estrutura, mas, a partir do momento em que o fluxo excedesse o planejado, realizava-se apenas o essencial. Isto levou ao abandono/venda de parte dos lotes e ao conseqüente processo de reconcentração fundiária. Ocorreu, também, nesse projeto, com a chegada incessante de colonos na década de 1970 ao estado, a inserção de vários camponeses como agregados e arrendatários nos lotes já distribuídos pelo INCRA. A região central foi, conseqüentemente, local onde foi gestada a luta organizada pela terra no estado de Rondônia.

Também na região central do estado foi instalado o PIC Padre Adolpho Rohl, em 1975. O projeto foi estabelecido em terras requeridas anteriormente pela Colonizadora

Calama S.A. Seu objetivo foi, também, assentar famílias de camponeses pobres provenientes do centro-sul do país. Assentados em parcelas de 100 hectares, já na primeira safra (1974/1975), os colonos cultivaram um área de 6.220 hectares de arroz, 2.616 hectares de milho, 1.200 hectares de feijão e 430 hectares de mandioca. Na safra seguinte, foram inseridas ainda plantações de banana (1.890 ha), café (989 ha) e cacau (397 ha). O projeto, contudo, se ressentiu da falta de sistemas eficientes de armazenagem, transporte e comercialização da produção (NEVES; LOPES, 1979).

Assim como nos outros projetos, no PIC Padre Adolpho Rohl ocorreu um relativo processo de reconcentração das parcelas acessadas pelos colonos sem terra. Aí ocorreu, ao mesmo tempo, um intenso processo de agregação de novos colonos em áreas já demarcadas, gestando um público potencial para a reforma agrária durante toda a segunda metade da década de 1970. E é exatamente a partir dos grupos territorializados no espaço desses três Projetos Integrados de Colonização (Ouro Preto, Gy-Paraná e Padre Adolpho Rohl), situados na região central do estado, que será iniciada a luta do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra no território rondoniense.

Na região sul do estado, foi instituído, em 1973, o PIC Paulo de Assis Ribeiro. Distante da área prioritária de colonização do território, a instalação do projeto teve como objetivo central ocupar a região sul do estado, atendendo a uma massa de colonos que chegava a Vilhena durante toda a década de 1970. Como nos demais PICs, foram estabelecidos lotes de 100 hectares direcionados à produção de culturas brancas, café, banana e, no caso, também de seringueiras. O projeto recebeu migrantes provenientes principalmente do Paraná e de regiões do Mato-Grosso. Muitos lotes do projeto demoraram a ser ocupados em decorrência da existência de grupos posseiros, o que gerou grande quantidade de conflitos. Partes do projeto foram, posteriormente, regularizadas para tais camponeses.

O sul do estado, onde o PIC Paulo de Assis Ribeiro foi estabelecido, tornou-se, a partir da década de 1990, em especial, uma das regiões mais tensas em termos de conflitos pela terra, pois aí também foram constituídos alguns dos maiores latifúndios de Rondônia. Isso gerou e tem ainda promovido um ambiente extremamente conflituoso no que se refere à questão agrária. Foi nessa região, como veremos adiante, que ocorreu o Massacre de Corumbiara. No PIC Paulo de Assis Ribeiro, também ocorreu um processo de reconcentração da terra por parte de alguns poucos produtores, fator que intensificou o problema da terra posteriormente.

O único Projeto Integrado de Colonização (PIC) constituído fora da mesorregião do leste rondoniense, nossa área de estudo, foi o PIC Sidney Girão, criado em 1971. E, por isso, foi também o único que fugiu um pouco das características estabelecidas para os demais. Situado no corredor da Estrada de Ferro Madeira Mamoré, esse projeto teve como objetivo recuperar uma região onde já havia, na década de 1940, sido implantada a Colônia Agrícola do IATA. O projeto buscou, assim, em primeiro lugar, regularizar a posse de um grande número de produtores, majoritariamente nordestinos, que havia deixado a Colônia Agrícola a procura de terras mais produtivas e mais extensas, ocupando terras devolutas. Aí foi constituída uma população camponesa um pouco diferenciada daquela territorializada em outros projetos no estado, pois estes passaram a conviver de forma mais harmônica com o ambiente amazônico. Muitos dos problemas enfrentados pelos demais projetos, contudo, se repetiram também no PIC Sidney Girão. Problemas de infra-estrutura para comercialização, doenças, entre outros, levaram, ainda que em menor proporção, a processos de reconcentração fundiária no espaço de abrangência do projeto.

Os Projetos de Assentamento Dirigido (PAD), por sua vez, foram pensados para atender, especialmente, a produtores mais capitalizados e com maior nível de instrução formal. O Estado apenas investia na locação e abertura de estradas, desde que os assentados, supostamente, tinham uma melhor situação econômica e os lotes recebidos eram maiores (250 hectares). Tais projetos contemplavam agricultores com maior experiência agrícola e capacidade de acesso a recursos financeiros no sistema bancário. A responsabilidade do INCRA se restringia à seleção dos beneficiários e titulação dos lotes.

O PAD Burareiro, criado em 1974, teve como objetivo inicial, como referiram Neves e Lopes (1979), atender a pequenos produtores de cacau do sul da Bahia, que procuravam expandir sua produção, o que no estado de origem não era possível devido à valorização das terras. Ele foi instalado em uma região onde havia grande quantidade de seringais, no vale do rio Jamari. Por isso, durante todo o processo de assentamentos dos parceleiros, ocorreram conflitos de colonos com posseiros ou, em vários casos, com grupos indígenas tradicionais da região. Esse foi o projeto onde ocorreu, relativamente, o processo mais intenso de reconcentração fundiária. Problemas produtivos e de comercialização do cacau levaram muitos assentados a venderem suas parcelas. Grande parte dos lotes passou a ser utilizada, já a partir de fins da década de 1970, para a produção de gado de corte. A pecuária, necessitando de grandes extensões para plantação de pastagens, intensificou o processo.

Durante o mesmo processo de constituição do PAD Burareiro, foi estabelecido o projeto Burareiro Licitação, para o estabelecimento de empreendimentos agropecuários para produção de cacau em larga escala, borracha, guaraná e, principalmente, pecuária de corte. As áreas variaram entre lotes de 500 e 1000 hectares, ainda que, recorrentemente, um mesmo licitante acessasse vários lotes. Os lotes licitados pelo Burareiro Licitação tornaram-se, em sua maioria, áreas destinadas à especulação fundiária na região central do estado de Rondônia. Posteriormente, a partir da década de 1990, a região passou a ser palco de intensa ação dos movimentos de luta pela terra, especialmente, do MST. Foi em um dos lotes licitados no projeto que se consolidou o Projeto de Assentamento 14 de agosto II, uma das áreas objeto de estudo em nossa pesquisa.

O outro Projeto de Assentamento Dirigido (PAD), estabelecido na mesorregião do leste rondoniense, foi o PAD Marechal Dutra, em 1975. O projeto foi desenvolvido a partir do estabelecimento de lotes de 100 hectares, para atender colonos provenientes do centro-sul que vinham migrando para a região desde o início da década de 1970. A abertura do projeto provocou um intenso processo de expropriação de seringueiros e grupos indígenas, pois, nessa região, no vale do rio Jamari, haviam sido instalados nas décadas anteriores vários seringais. Com o fim da produção de borracha, muitos seringueiros continuaram nas matas extraindo borracha e cultivando alguns produtos para consumo próprio. Foi em choque com esses posseiros que muitos colonos, ao serem assentados, entraram. Muitos dos lotes do PAD Marechal Dutra, a exemplo do que aconteceu com o Burareiro, foram reconcentrados para a produção pecuária. Especificamente ao longo da BR 421, rodovia que liga Ariquemes a Guajará-Mirim, o processo foi bastante intenso e expropriatório.

Resumidamente, é possível destacar que, considerando os projetos de assentamento dirigido, criados em Rondônia durante a década de 1970, sejam os PICs ou os PADs, sem exceção, foram estabelecidos em territórios já ocupados por grupos indígenas ou grupos de posseiros ligados à produção de borracha em períodos anteriores. Portanto, a princípio, esses projetos já preconizaram a expropriação de outros grupos camponeses anteriormente territorializados nas áreas onde foram instalados.

Para além dos camponeses expropriados a priori, esses projetos tiveram como resultado a valorização do espaço agrário rondoniense para o avanço do capital. “Em Rondônia, a face da colonização dirigida revelou uma forma de aumentar a acumulação, e o papel do migrante, posseiro ou colono, acabou sendo de valorizar a terra e assim, a tornar cada vez mais inacessível a eles mesmos” (MESQUITA, 2001, p. 74). A reconcentração das

parcelas distribuídas pelo INCRA, com o posterior desenvolvimento de atividades agropecuárias ligadas ao grande capital, demonstra claramente a dinâmica.

Somamos a isto, também, o intenso fluxo migratório que entrou no estado de Rondônia durante toda a década de 1970 e início da década de 1980. Os projetos estabelecidos não foram suficientes para atender aos colonos que chegavam em massa ao território rondoniense. Esses camponeses foram para os núcleos urbanos ou, na maioria dos casos, tornaram-se agregados em lotes de colonos migrados anteriormente. Todos eles, no entanto, aguardavam a oportunidade de acessarem à terra nos projetos do governo militar. Tal dinâmica foi, gradativamente, gerando o aumento dos conflitos fundiários e formando um grande grupo de camponeses sem-terra, entre os quais, muitos passaram a buscar posses em diferentes regiões do estado.

Em uma palavra, os PICs e os PADs não foram suficientes para assentar a massa de migrantes que chagava ininterruptamente ao estado de Rondônia. A chegada espontânea de grande quantidade de migrantes nesse período obrigou o INCRA a legitimar a posse de grande quantidade de famílias nos PAR (Projeto de Assentamento Rápido). Os conflitos pela terra aumentaram de forma muito rápida durante a década de 1970, mas, somente a partir de 1980, o Estado passa a implementar os PAR. O objetivo dos militares não era, contudo, somente o de resolver os conflitos agrários em Rondônia, mas, também, de implantar novas estruturas para o desenvolvimento do capitalismo. Concomitantemente aos assentamentos rápidos, foram assentados, emergencialmente, vários colonos em projetos inseridos no POLONOROESTE (Programa Integrado de Desenvolvimento do Noroeste do Brasil). Os assentamentos representaram a iniciativa dos militares para conter os conflitos que já se tornavam, ao final dos anos 1980, insustentáveis em território rondoniense.

3.5 Entre os Projetos de Assentamento Rápido e o POLONOROESTE: uma reforma agrária espontânea?

A estratégia de ocupação rápida do território rondoniense, com base nos projetos dirigidos de colonização, foi bem sucedida. Isso pode ser constatado pelo intenso crescimento populacional que ocorreu no estado entre 1970 e 1980, saltando de, aproximadamente, 116.620 para 503.125 habitantes. De acordo com Becker (1988, p. 85), no entanto, a partir de meados da década de 1980, passou a ocorrer o que a autora chamou de *efeito boomerang*,

pois “[...] o afluxo populacional excedeu de muito a capacidade de controle estatal, verificando as invasões de terras públicas e particulares com fortes conflitos”.

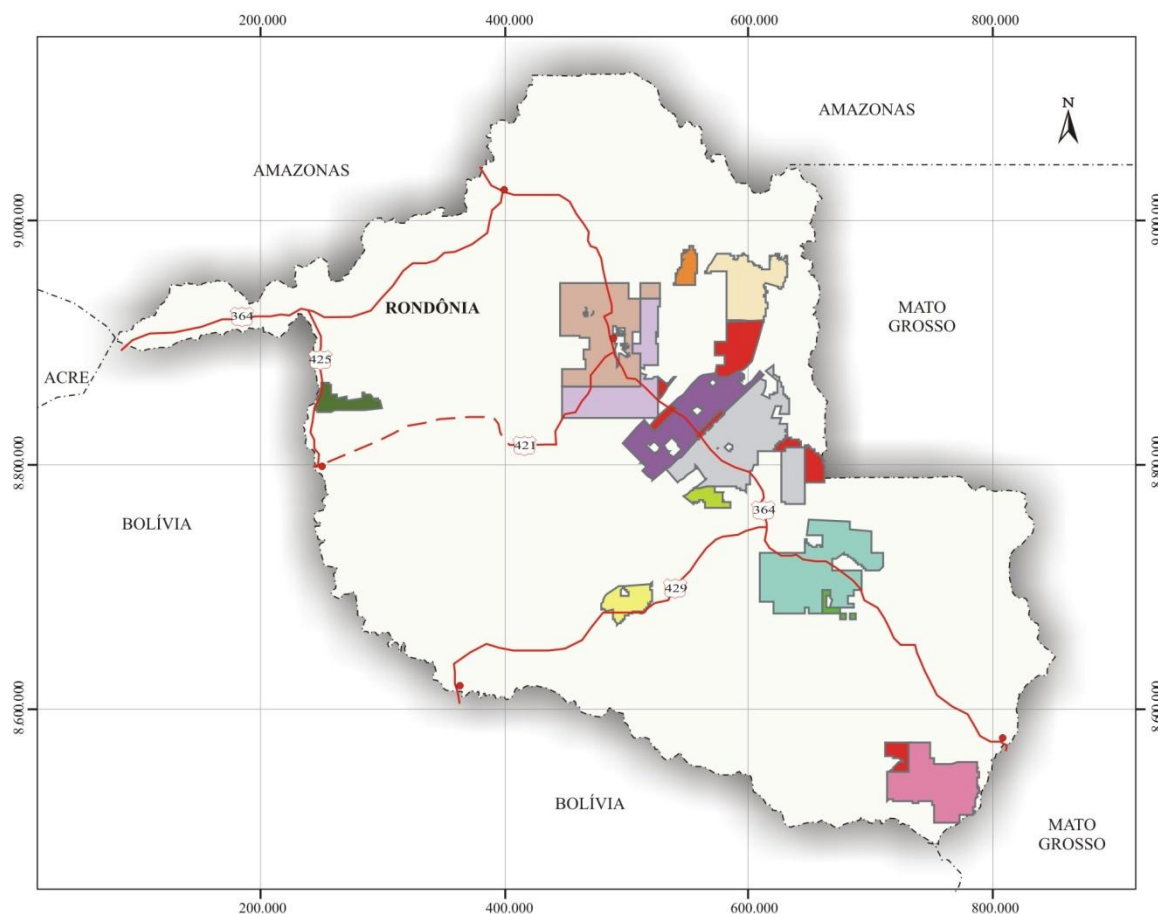
Esse processo foi iniciado em decorrência do fato de que, ainda que se dispusesse de uma grande quantidade de lotes para o assentamento de camponeses, os projetos de colonização implantados, entre 1970 e 1978, trabalharam na contramão da democratização do acesso à terra. Em primeiro lugar, porque se estava transferindo um problema a ser resolvido em outras regiões do país. E, em segundo, porque o elevado fluxo migratório direcionado para a fronteira rondoniense e a proposta conservadora do governo militar ocasionaram uma intensa desestruturação na posse da terra, expropriando índios, seringueiros, garimpeiros e posseiros já territorializados no estado.

Neste processo, a opção governamental por privilegiar o estabelecimento da grande empresa agropecuária nas terras devolutas arrecadadas pelo Estado fazia com que os lotes disponibilizados para os colonos não fossem suficientes para atender uma demanda que cresceu rapidamente, o que gerou um número crescente de conflitos pela posse da terra, envolvendo uma diversidade de personagens, como o camponês migrante, grupos indígenas, seringueiros, grileiros, garimpeiros, entre vários outros. Para solucionar esses conflitos gerados em torno da posse da terra que já se tornavam, ao final da década de 1970, insustentáveis, prejudicando a *paz do latifúndio*, o INCRA iniciou um processo de regularização da posse de 13.700 famílias nos Projetos de Assentamento Rápido (PAR), como apresentamos anteriormente e podemos observar na tabela 4.

Os Projetos de Assentamento Rápido foram, em verdade, uma ação emergencial do Estado para conter os conflitos gerados pela pressão de grande quantidade de áreas ocupadas por camponeses posseiros. Em sua maioria, os projetos do PAR representaram processos de regularização de posses em regiões limítrofes com projetos dirigidos de colonização, onde posseiros haviam sido excluídos, fato que pode ser observado no mapa 4.

É possível entender, assim, que o que estava ocorrendo era uma reforma agrária espontânea promovida pelos camponeses posseiros que chegavam ininterruptamente à fronteira rondoniense. E o Estado, por sua vez, se viu obrigado a regularizar as ocupações irregulares, tendo como objetivo principal evitar os conflitos com o latifúndio e a grande empresa agropecuária. Além disso, os custos com esse tipo de projeto foram muito menores que aqueles necessários para promover uma reforma agrária de fato, atendendo a toda demanda por terra no estado.

MAPA 4 - PROJETOS DE COLONIZAÇÃO IMPLEMENTADOS EM RONDÔNIA, 1970 - 1985



ESCALA GRÁFICA
100.000 0 100.000 200.000 Km

Projeção Universal Transversa de Mercator
Fuso 20 - Hemisfério Sul/ Meridiano 63°

Fonte:

Ministério da Agricultura. Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária. Secretaria de Desenvolvimento Ambiental, 2009.

Organização:

Murilo Mendonça Oliveira de Souza

Cartografia digital:

Cláudia Adriana Bueno da Fonseca



LEGENDA

PAR - Projeto Assentamento Rápido

POLONOROESTE

PA Cujubim

PA Machadinho

Pa Urupá

FINSOCIAL

PA Bom Princípio

PA São Felipe

PROJETO DE ASSENTAMENTO DIRIGIDO

PAD Burareiro

PAD Marechal Dutra

PROJETO INTEGRADO DE COLONIZAÇÃO

PIC Gy-Paraná

PIC Ouro Preto

PIC Padre Adolpho Rohl

PIC Paulo De Assis Ribeiro

PIC Sidney Girão

OUTRAS CONVENÇÕES

• Sede municipal

— Rodovia pavimentada

- - - Rodovia não pavimentada

Prefixo de estrada federal

Limites estaduais

Os projetos (PAR) foram criados sem um mínimo de infra-estrutura, pois o INCRA realizou somente a demarcação da área, que variou entre 25 e 50 hectares. Portanto, podemos constatar que, além da carência de infra-estrutura, a extensão das parcelas também foi diminuída em comparação com os projetos anteriores. Isso indica, entre outras questões, que o Estado/Capital já havia atingido sua necessidade quanto ao número de colonos assentados e, portanto, sua obrigação era agora apenas manter a estrutura fundiária controlada pelos latifundiários e empresas agropecuárias.

O Projeto de Assentamento Rápido foi criado, em 1980, como meio de solucionar o excedente de 23 mil famílias localizadas em lotes de outros ou núcleos urbanos, e tiveram uma diferença marcante: Reduziram pela metade a área dos lotes, que passou a ser de 50 hectares, e não possuem linhas que possibilitem seu acesso. (CUNHA, 1985, p. 62).

Em decorrência do tamanho dos lotes, assim como da carência em infra-estrutura, quase inexistente, foi nos PAR onde ocorreu o mais intenso processo de evasão dos lotes recebidos. A própria falta de meios de acesso aos lotes tornou-se um problema para o desenvolvimento de atividades produtivas e mesmo para a sobrevivência nas regiões onde foram criados os projetos rápidos. Muitos assentados permaneceram durante os primeiros anos nestas áreas, mas, com a pressão da malária e da ausência de qualquer tipo de assistência técnica e social, acabaram abandonando as regiões e voltando a se instalar como agregados em lotes de parentes, ou mesmo migrando para os centros urbanos em formação.

Também com o propósito de amenizar os conflitos por terra e promover o desenvolvimento econômico da região noroeste do país, em Rondônia e Mato Grosso, em 1981, foi estabelecido o POLONOROESTE²⁸ (Programa Integrado de Desenvolvimento do Noroeste do Brasil). O projeto resultou de um acordo com organizações multilaterais, sendo que dos recursos totais do programa (1,5 bilhões de dólares), 34% eram provenientes do Banco Mundial. Os recursos deveriam ser alocados da seguinte forma (COY, 1988):

- Asfaltamento de 1.400 km da rodovia BR 364, ligando Cuiabá e Porto Velho;
- Estabelecimento de cerca de 20.000 camponeses em novos projetos de colonização, dos quais, 15.000 se estabeleceriam em Rondônia (24% dos meios financeiros do programa);

²⁸ Criado pelo Decreto número 86.029 de 27 de maio de 1981.

- Desenvolvimento rural integrado nas áreas de influência da estrada BR 364 no Mato Grosso e em Rondônia (23%);
- Combate à malária em Rondônia (2%);
- A proteção das populações indígenas na zona de influência da BR 364 (3%);
- A proteção do meio ambiente na região-programa (1%).

Contudo, os objetivos estabelecidos mostraram, posteriormente, um caráter apenas demagógico, desde que, os recursos do programa foram concentrados basicamente no estabelecimento de infra-estrutura produtiva para a região atendida. Somente o projeto de asfaltamento da BR 364 foi responsável pelo consumo de 42% de todos os recursos destinados ao programa nos dois estados (COY, 1988).

Carvalho (2004, p. 44) confirma esse fato, destacando que “[...] o POLONOROESTE tinha como principal objetivo o asfaltamento dos 1.400 km da BR 364 entre Cuiabá e Porto Velho”. Mesmo os recursos que estavam destinados ao fortalecimento de políticas socioambientais foram re-allocados para a criação de infra-estrutura, especialmente, viária. O recurso destinado ao assentamento de famílias colonas em projetos de assentamento não foi totalmente utilizado, pois apenas três projetos (PA Machadinho, PA Urupá e PA Cujubim) foram efetivamente implementados (Tabela 4). Portanto, das 15.000 famílias previstas para serem assentadas no programa, apenas 4.707 foram de fato assentadas.

Tabela 4 - Projetos de assentamento implantados com recursos do POLONOROESTE e FINSOCIAL, em Rondônia, 1980 -1986

| Projeto | Ano de Criação | Área Total (ha) | Famílias Assentadas |
|-----------------------------------|-----------------------|------------------------|----------------------------|
| PA Urupá | 1981 | 60.960 | 1266 |
| PA Machadinho | 1982 | 213.911 | 2934* |
| PA Bom Princípio | 1983 | 85.754 | 1354 |
| PA Cujubim | 1984 | 42.450 | 507 |
| PA São Felipe | 1986 | 21.100 | 463 |
| Assentamento Rápido ²⁹ | 1980/1982 | 794.044 | 13.700 |
| Total | | 1.218.219 | 20.224 |

Fonte: INCRA/SR-17, 2009.

* Este projeto foi estruturado, inicialmente, para o assentamento de 5.520 famílias.

²⁹ Os principais projetos de Assentamento Rápido implantados foram os seguintes: Vale do Rio Anari, Nazaré, Nova Vida, Santa Rosa, Cunha do Marechal, Castro Alves, Vida Nova e D’Jaru-Uaru (BECKER, 1990).

Essa característica do programa possibilitou o aumento das desigualdades sociais e da degradação do meio natural (principalmente, nas margens da BR 364), pois possibilitava o desenvolvimento das grandes propriedades em detrimento do fortalecimento e legitimação de posseiros e colonos. Tal perspectiva agravou ainda mais o quadro agrário no estado de Rondônia. Esse programa foi responsável por intensificar a exclusão de posseiros, índios e camponeses. Na fase de implementação do programa, entretanto, iniciou-se a organização dos movimentos de luta pela terra no estado de Rondônia. Isso ocasionou a aceleração dos projetos de assentamento rápido, já mencionados.

Foram implantados, também na primeira metade da década de 1980, dois projetos de assentamento financiados pelo FINSOCIAL (PA Bom Princípio e PA São Felipe), no sentido de amenizar os conflitos pela terra em regiões específicas do estado. Esses projetos foram responsáveis pelo assentamento de 1.817 famílias, mas, assim como no caso dos PARs, não forneceram infra-estrutura suficiente para o desenvolvimento produtivo dos camponeses assentados. O PA Bom Princípio foi criado em uma região a oeste de onde vinham sendo instalados os projetos de colonização e, por isso, contou com problemas ainda maiores quanto à disponibilização de infra-estrutura social e técnica para os colonos assentados. O PA São Felipe, por sua vez, seguindo a lógica dos Projetos de Assentamento Rápido, foi criado em área conexa ao PIC Gy-Paraná, atendendo famílias que já viviam como posseiros na área ou mesmo como agregados em lotes de parceiros desse projeto de colonização.

A questão é que, durante toda a década de 1970 e, especialmente a primeira metade da década de 1980, a demanda por terra no estado de Rondônia cresceu de forma intensa, assim como cresceram os conflitos agrários em todas as partes do território. Como podemos observar na tabela 5, o crescimento da população do estado foi intensa a partir da década de 1970 e, apenas durante a década de 1970, a população do estado de Rondônia cresceu 331% e, na década de 1980, ainda que o percentual tenha caído, o crescimento foi de 125%. Esse crescimento, é certo, ocorreu por intermédio do processo migratório, sendo que a quase totalidade dos migrantes que chegaram ao território rondoniense o faziam em busca da terra de trabalho, objetivando sua inserção nos projetos de colonização propagandeados pelo governo militar. De acordo com Amaral (2004), no período de 1973 a 1985, 110 mil famílias chegaram a Rondônia para os projetos de colonização desenvolvidos pelo INCRA, mas apenas 30 mil foram assentadas.

Tabela 5 - Crescimento populacional absoluto no estado de Rondônia, 1950 - 2010

| Ano | População | % de crescimento |
|------|-----------|------------------|
| 1950 | 36.935 | - |
| 1960 | 70.783 | 91% |
| 1970 | 116.620 | 65% |
| 1980 | 503.125 | 331% |
| 1991 | 1.130.874 | 125% |
| 2000 | 1.377.792 | 22% |
| 2010 | 1.560.501 | 13% |

Fonte: IBGE, 2010.

Observando a evolução da população urbana e rural de Rondônia, mostrado na tabela 6, podemos constatar que os migrantes que chegavam ao estado tinham como objetivo, de fato, permanecer no campo. Pois vemos que, no ano de 1970, quando inicia o processo migratório mais intenso, a população urbana superava a rural. Uma década depois, em 1980, portanto, após o principal período de crescimento populacional, a população rural passou a superar a população urbana. Destacamos, ainda, que os dados referentes ao censo de 1991 (IBGE, 2010) revelam que 41,8% da população rondoniense ainda permanecia no campo, ao contrário do que ocorria de forma geral em todo o país, onde o percentual de população rural era de apenas 24,5%.

Tabela 6 – População Urbana/Rural, Rondônia - 1950 - 2010

| Ano | Urbana | Rural |
|------|-----------|---------|
| 1950 | 13.816 | 23.119 |
| 1960 | 30.842 | 39.941 |
| 1970 | 60.541 | 56.079 |
| 1980 | 239.436 | 263.689 |
| 1991 | 658.172 | 472.702 |
| 2000 | 883.048 | 494.744 |
| 2010 | 1.149.180 | 413.229 |

Fonte: IBGE, 2010.

Os dados demonstram, entre outras questões, que os camponeses que migraram para o território rondoniense, embora não tenham, em sua maioria, tido acesso à terra, procuravam se manter no campo, como agregados, posseiros, trabalhadores rurais, arrendatários, etc. Somente quando o Estado passou a fechar definitivamente as possibilidades de assentamento de novas famílias, a população camponesa que migrou para Rondônia iniciou uma caminhada

rumo às áreas urbanas. Mas, por outro lado, parte dos camponeses permaneceu em luta pela terra, inseridos nos movimentos sociais.

Nesse contexto, entendemos que os grupos organizados em movimentos de luta pela terra, atualmente, são, de forma geral, “[...] pessoas que sobraram dos projetos de colonização do governo e estão redesenhando o mapa de Rondônia” (MESQUITA, 2001, p. 26). Nessa massa de trabalhadores que lutam pela terra, estão incluídos: indígenas expulsos de suas terras pelas frentes de expansão e pioneira; antigos seringueiros que vieram para o estado nos dois ciclos da borracha; antigos garimpeiros que ficaram na região após a privatização da extração de cassiterita no estado; posseiros de várias origens, que já sobreviviam da terra antes do processo de colonização dirigida; e, majoritariamente, colonos que migraram *espontaneamente* para Rondônia a partir da década de 1970.

Esses camponeses desterritorializados, por sua vez, lutam historicamente para recriar seus territórios de produção e vida. Mas, considerando o contexto de fronteira, perguntamos que territórios são estes? Ou melhor, como pensar a questão do território em um espaço que foi *canteiro de obras de diversos padrões*? E qual o papel do Estado Militar e do capital na configuração ou desconfiguração dos territórios camponeses no estado rondoniense? Para analisarmos a luta pela terra e a territorialização camponesa nos assentamentos rurais da Mesorregião Geográfica do Leste Rondoniense, é necessário que essas questões sejam esclarecidas. Isso é o que buscamos refletir no item que segue.

3.6 Território e fronteira: o poder do Estado/Capital e os territórios de resistência camponesa

A discussão em torno do conceito de território assumiu, nas últimas décadas, uma grande amplitude, causando, na opinião de Souza (2009), uma hipertrofia da capacidade explicativa do conceito, assim como uma fadiga devido ao modismo em sua utilização, o que poderia levar, a longo prazo, a um momento de *ressaca conceitual*. É importante, nesse sentido, que tal conceito seja utilizado com critérios objetivamente definidos, para que seu poder explicativo da realidade investigada forneça resultados relevantes em termos científicos e práticos para os sujeitos da pesquisa.

Para o presente estudo, em específico, o conceito de território é importante. Pois, foi a partir dessa idéia que buscamos compreender o processo de formação e a dinâmica social, econômica e política estabelecidas no estado rondoniense, especificamente no que tange à inserção do campesinato e da agricultura camponesa, constituídos no âmbito da luta pela terra

na Mesorregião Geográfica do Leste Rondoniense. Tendo em vista tal relevância, entendemos ser importante respondermos e elucidarmos algumas questões. Entre elas, destacamos: qual o conceito de território assumido para a compreensão da luta pela terra e da territorialização camponesa nos assentamentos rurais da Mesorregião Geográfica do Leste Rondoniense? De que território (ou territórios) podemos falar em um espaço produzido sob o signo da fronteira agrícola? Qual o território (ou territórios) construído pelos camponeses na área de pesquisa delimitada neste trabalho?

Para, inicialmente, situarmos o conceito de território aqui assumido, ressaltamos que “o que *define* o território é, em primeiríssimo lugar, o poder – e, nesse sentido, a dimensão política é aquela que antes de qualquer outra, lhe define o perfil” (SOUZA, 2009, p. 59). O debate do conceito de território a partir da idéia de poder foi apresentado, de forma mais sólida, por Claude Raffestin. O autor situou o poder, basicamente, manifestado por ocasião da relação. O poder seria, assim, “[...] um processo de troca ou de comunicação quando, na relação que se estabelece, os dois pólos fazem face um ao outro ou se confrontam” (RAFFESTIN, 1993, p. 53). Saquet (2007) esclarece e resume a concepção da seguinte forma:

O poder é inerente às relações sociais, que substantivam o campo de poder. O poder está presente nas ações do Estado, das instituições, das empresas..., enfim, em relações sociais que se efetivam na vida cotidiana, visando ao controle e à dominação sobre os homens e as coisas, ou seja, o que Claude Raffestin denomina de trunfos de poder. É uma abordagem também multidimensional das relações de poder que se traduz numa compreensão múltipla do território e da territorialidade. (SAQUET, 2007, p. 33).

É importante destacar, ainda, que, nessa concepção, a relação de poder se efetivaria a partir de diferentes amplitudes de *energia* e *informação*. Nas palavras de Raffestin (1993, p. 54): “[...] a energia e a informação sempre estão presentes simultaneamente em toda relação”. Assim, cada território seria constituído a partir, principalmente, da correlação entre esses dois elementos (energia e informação). As diferentes sociedades organizariam seu espaço combinando esses elementos e, dessa forma, modelariam seu território, estando cada um desses constituídos por diferentes proporções de energia e informação.

É necessário explicar, também, que o poder ou as relações de poder que, projetadas no espaço, constituem os diferentes territórios, devem ser entendidos em toda sua amplitude de significado e abrangência. Pois o poder se traduz pelas relações políticas estabelecidas por um Estado Nacional e pelas subdivisões deste Estado, mas também está presente nas relações políticas cotidianas dos camponeses de um assentamento rural. Da mesma forma, esse poder

se traduz nas relações econômicas, sejam em nível internacional ou na simples comercialização dos excedentes produtivos de uma comunidade camponesa. A partir daí, das relações de poder, podemos dizer que os territórios são construídos e desconstruídos em uma diversidade de dimensões analíticas e concretas, ocasionando processos históricos de territorialização, desterritorialização e reterritorialização.

A compreensão do território a partir das relações de poder é importante, a princípio, para a análise do processo de ocupação da fronteira rondoniense. Nas áreas de fronteira, os elementos *energia* e *informação*, propostos por Raffestin (1993), são dispostos de maneira mais clara e declarada. A formação do território na fronteira rondoniense teria ocorrido a partir de alto índice de energia, já que esta ocupação foi realizada de forma autoritária e dirigida por um Estado militar, além da violência exercida diretamente pelo latifúndio. Mas, ao mesmo tempo, não podemos negligenciar a carga do elemento informação para a ocupação da fronteira amazônica expressa, por exemplo, na perspectiva do *integrar para não entregar* ou mesmo na idéia de *uma terra sem homens para homens sem terra*. Propagandas essas que foram baseadas em ações, técnicas e conhecimentos construídos sobre a fronteira que, de alguma forma, impulsionaram os camponeses a migrarem em busca de terra.

Assim, no processo de ocupação da fronteira, é importante refletir também sobre os fluxos migratórios que seguiram intensamente para o estado rondoniense, por exemplo. Raffestin (1993) fala sobre a função do processo migratório na conformação de diferentes territórios. Utiliza, para isto, a noção de *mobilidade autônoma*, quando resulta de uma escolha deliberada de quem migra, e *mobilidade heteronômica*, quando resulta de uma coerção. É interessante analisar, a partir destas idéias, a forma como ocorreu a ocupação da fronteira rondoniense. Poderíamos dizer que todo o fluxo migratório para o estado de Rondônia ocorreu por uma mobilidade autônoma, o que indicaria um processo de colonização espontânea, por sua vez.

Por outro lado, o próprio Raffestin (1993) sinaliza que ainda que alguns movimentos migratórios ocorram de forma espontânea, eles resultam verdadeiramente de outros tipos de coerção, o que entendemos aqui como uma *coerção ideológica*. Para o período de ocupação mais efetiva da fronteira amazônica esta lógica teve relevância para os movimentos de migração camponesa. A partir dessa lógica coercitiva, foi constituído, autoritariamente, o território refletido no *xadrez da terra*, durante o processo de colonização agrícola no estado rondoniense, como apresentou Cunha (1985). Em verdade, o processo de avanço sobre a fronteira acabou por se consolidar, a um só tempo, como causa e consequência de um

constante processo de territorialização, desterritorialização e reterritorialização camponesa em todo o país. Esse processo, por sua vez, foi levado a cabo por fatores políticos e, principalmente, pelo poder econômico.

É importante ressaltar que, no avanço sobre a fronteira agrícola, mantém-se também uma correlação de forças (e, principalmente, de acordos) entre o Estado e o Capital que, muitas vezes se confundem em um só elemento. Foi essa correlação que, a cada momento, determinou a construção do território na fronteira rondoniense. Em maior proporção, foi a aliança entre Estado e Capital que proporcionou a possibilidade de ocupação da fronteira de forma geral. Foi a partir dessa aliança que a estrutura física para avanço massivo sobre a fronteira foi possibilitada, com a construção de estradas e criação de infra-estrutura social e produtiva. A relação Estado-Capital se revela de várias formas. Na fronteira, inicialmente, essa relação ocorreu pela apropriação das *terras livres* que, por sua vez, foram disponibilizadas na forma de latifúndios.

É importante destacarmos que o território brasileiro foi historicamente formado nas bases do latifúndio sob controle de uma pequena elite dominante. O território de fronteira, especialmente na Amazônia, tornou-se espaço privilegiado para a consolidação de territórios dominados pelo latifúndio, isso com base nas relações de poder coercitivas. Em Rondônia, a partir da década de 1970, o Estado em sua aliança com o grande capital, teve papel importante na conformação do território, pois, no âmbito do processo de regularização fundiária, desterritorializou indígenas, seringueiros e posseiros para consolidar o território do latifúndio e da grande empresa agropecuária.

Nesse contexto, devemos ressaltar que durante o período de controle militar estatal sobre o estado rondoniense, o território foi construído, basicamente, a partir das necessidades de apropriação do capital legitimadas pelo Estado. O INCRA teve, nesse contexto, papel de destaque, pois sendo Rondônia, legalmente, um Território Federal até 1981, quem de fato governou esse espaço foram os responsáveis pelo planejamento e execução das políticas fundiárias, diretores daquele instituto. Portanto, nas relações de poder estabelecidas na conformação do território rondoniense durante os anos 1970 e parte dos anos 1980, quem deu as cartas foram os militares e quem se privilegiou e territorializou foram os latifúndios e as grandes empresas agropecuárias. Ou seja, territorializou-se o capitalismo pelas mãos do Estado autoritário.

No âmbito deste território controlado e construído pelo Estado/Capital, foram desterritorializados e reterritorializados sujeitos sociais que representaram grupos de

resistência. As próprias sociedades indígenas representaram, historicamente, territórios de resistência ao avanço da apropriação capitalista sobre a fronteira amazônica. É certo também que foram, em sua maioria, violentamente desterritorializadas. Essa dinâmica territorial de controle sobre as terras do estado rondoniense teve como grupo de resistência também a grande quantidade de camponeses posseiros que, já desterritorializados no Sul do país procuraram fazer frente ao território do latifúndio, legitimado pelo Estado militar. É preciso destacar, nesse contexto, que o Estado/Capital estabelece seu território, mas, também os grupos camponeses de resistência disputam e produzem seus territórios. Certo é, contudo, que na constituição dos territórios existe um projeto hegemônico comandado pelos donos do poder, pelos proprietários dos meios de produção.

O capitalismo se estabelece com a consolidação de território capitalista. Dizer que as relações sociais capitalistas produzem relações sociais não capitalistas também é dizer que os territórios capitalistas produzem territórios não capitalistas. Esta produção ocorre de modo desigual e conflitante, gerando disputas territoriais permanentes. As disputas territoriais não se limitam à dimensão econômica. Pelo fato do território ser uma totalidade, multidimensional, as disputas territoriais se desdobram em todas as dimensões; portanto, as disputas ocorrem também no âmbito político, teórico e ideológico, o que nos possibilita compreender os territórios materiais e imateriais. As políticas de dominação e de resistência utilizam o conceito de território para delimitar tanto os espaços geográficos disputados, quanto de demarcar os pleiteados. (FERNANDES, 2009, p. 201).

Paulino (2008) procura entender este território a partir das concepções marxistas de que as configurações deste seriam resultado de forças complexas que, dialeticamente, determinariam os contornos sociais, políticos, econômicos e culturais de cada território. Para isto, a autora considera que tais territórios resultariam de rearranjos constantes.

Há que se considerar, assim, que o território é, ao mesmo tempo, um agente e um receptáculo do processo de produção capitalista, cuja lógica hegemônica inscreve os contornos dos arranjos existentes. Pensar em contorno é, assim, negar a idéia de arranjo acabado, tendo em vista a confluência de embates movidos por interesses divergentes, e que não estão restritos aos conflitos entre as classes, mas também intra-classes e que, ao fim, impedem a delimitação dos espaços de poder a gosto dos seus agentes, traduzindo-se sempre em rearranjos. (PAULINO, 2008, p. 215).

Isso quer dizer que a constituição de cada território está em constante disputa, entre projetos hegemônicos e projetos que procuram rearranjar este mesmo território. Estariam, assim, em constante disputa, diferentes propostas de territórios e territorialidades. Esse processo ocorreria, em conformidade com Fernandes (2009), de acordo com a idéia de conflitualidade. Seriam formadas, permanentemente, nesse contexto, conflitualidades de

disputa pelo território. “O âmago da conflitualidade é a disputa pelos modelos de desenvolvimento em que os territórios são marcados pela exclusão das políticas neoliberais, produtora de desigualdades, ameaçando a consolidação da democracia” (FERNANDES, 2009, p. 203).

No caso da fronteira rondoniense, especialmente até meados da década de 1980, podemos entender que a conflitualidade ocorreu de forma bastante desigual, pois, amplamente, não havia disputa entre diferentes modelos de desenvolvimento. O Estado autoritário em sua aliança com o capital foi bastante eficiente na conformação do território à sua maneira. Somente a partir daquele período, com a redemocratização do país e a gestação de movimentos organizados de luta pela terra, com destaque para o MST, é que foram consolidadas algumas disputas pelo território rondoniense. Isso decorre do fato de, apenas a partir daí, os camponeses terem se organizado como classe social definida, passando a realmente disputar o território. Antes disso, o Estado/Capital abarcava as melhores terras e direcionava o campesinato para áreas mais distantes e com as piores terras.

Não negamos o domínio ainda exercido pelo capital no estado rondoniense, tanto na forma do latifúndio tradicional como da agricultura moderna mais recente neste espaço, mas entendemos que um território com base no modo de vida camponês tem ganhado espaço nas últimas décadas. Esse processo ganhou espaço a partir especialmente da década de 1990, com a ação dos movimentos de luta pela terra e, nos últimos anos, tem demonstrado um maior poder de disputa. Especialmente nas regiões menos urbanizadas, os assentamentos rurais têm representado largo percentual da produção agropecuária, como no caso dos assentamentos investigados neste trabalho. Ou seja, o território representado pelo *xadrez da terra*, passou a ser subvertido pela ação de resistência do campesinato como indicou Mesquita (2001).

Os camponeses do estado começaram, assim, a constituir, a partir da *luta pela terra* e da *luta na terra*, seus territórios de resistência. E, assim, estão inseridos os assentamentos rurais da Mesorregião Geográfica do Leste Rondoniense, aqui estudados. Esses foram conquistados e continuam sendo disputados e, a cada dia, expandidos. Baseado em um movimento difundido nacionalmente, os assentamentos estudados têm buscado, em formas cooperativas de produção e, especialmente, em um processo produtivo agroecológico, as sementes para a consolidação de um território camponês. Nos capítulos 4 e 5, buscamos analisar o processo de constituição desses territórios a partir de seus componentes históricos, assim como das condições atuais de territorialização camponesa nos assentamentos rurais.

4 LUTA PELA TERRA EM RONDÔNIA: enfrentamentos e desafios camponeses

*Yo pregunto a los presentes
Si no se han puesto a pensar
Que esta tierra es de nosotros
Y no del que tenga mas*

*Yo pregunto si en la tierra
Nunca habrá pensado usted
Que si las manos son nuestras
Es nuestro lo que nos den*

*A desalambrar A desalambrar
Que la tierra es nuestra
Tuya y de aquel
De pedro y maria
De juan y jose*

*Si molesto con mi canto
Alguno que vienga a oír
Le aseguro que es un gringo
O un dueño de este país*

*A desalambrar A desalambrar
Que la tierra es nuestra
Tuya y de aquel
De pedro y maria
De juan y jose*

(A Desalambrar/Composição: Daniel Viglieti/Interpretação: Vitor Jara)

A luta pela terra é um capítulo importante do processo de formação do território brasileiro como um todo. Ela não se restringe ao processo estabelecido pelo Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra (MST) a partir de meados dos anos 1980. Assim como o latifúndio e a expropriação capitalista estão na base da constituição da sociedade brasileira, a luta pela terra é um elemento inseparável de nossa história. Desde a invasão européia, no século XVI, os povos autóctones passaram a lutar pela defesa de suas terras. Nessa mesma luta, algumas vezes para defender, outras para conquistar seu território, entraram escravos negros, migrantes europeus, entre vários outros grupos.

O processo de apropriação capitalista do espaço agrário brasileiro, no entanto, cercou a maioria das terras, excluindo, cada vez mais, os camponeses do acesso à terra e de construir seus territórios de produção e vida. E, por isso, dialeticamente, cresceu também a organização social e política dos camponeses sem-terra no embate pelo território, buscando *desalambrar* as cercas do latifúndio, como reflete a letra da canção citada acima sobre o Chile. Essa

organização não é resultado objetivo e positivista de um momento histórico, de um espaço geográfico ou da ação de um único grupo social. É resultado, ao contrário, do acúmulo dialético de forças, entre vitórias e derrotas ocorridas durante todo o processo de formação territorial do país.

Nessa perspectiva, entendemos ser importante para a compreensão da luta pela terra, travada em território rondoniense, resgatarmos, ainda que brevemente, momentos históricos da resistência camponesa no território brasileiro como um todo. Esse processo de resistência, dividido em diferentes momentos históricos e espaços geográficos, está ao mesmo tempo fortemente conectado, pois tiveram como fator unificador a luta contra a expropriação de seus territórios. Portanto, o conflito pela terra na região amazônica e, especificamente, em Rondônia, trazem elementos do problema agrário de outras regiões do país. Assim, sertanejos desterritorializados pelas secas e pelos coronéis no Nordeste, camponeses paranaenses expulsos pelo processo de modernização da agricultura no Sul, entre vários outros, compõem atualmente a luta pela terra no território rondoniense.

4.1 A luta pela terra no território brasileiro: notas históricas sobre a resistência e a organização camponesa

O latifúndio representa uma ferida crônica no processo de formação do território brasileiro. Do momento em que o primeiro invasor europeu aportou por aqui foi estabelecido um regime expropriatório e violento de controle sobre a posse da terra, o que certamente incluiu suas riquezas naturais e sua gente. Os índios foram os primeiros a conhecer os *civilizados* métodos europeus de colonização. Foram insistentemente e recorrentemente desterritorializados: de suas terras, de sua cultura, de sua vida. Em uma disputa desigual por seu território originário, foram quase dizimados. Entraram, também, nesse *moinho*, escravos africanos que, expropriados precocemente de sua liberdade, estiveram sempre muito distantes da constituição de um território próprio. Também aos imigrantes europeus que chegaram como mão-de-obra substitutiva ao trabalho escravo, já a partir de meados do século XIX, foi negada a possibilidade de acesso à terra de trabalho.

Contraditoriamente, no entanto, a excludente dinâmica latifundiária gerou, também, os elementos para a consolidação da classe camponesa brasileira, assim como de suas diversas formas de resistência. Nesse sentido, da mesma forma como a expropriação representada pelo latifúndio tem sido uma constante durante todo o processo de formação do Brasil, também foi

constante a luta de resistência dos grupos sociais violentados no campo. Portanto, a luta pela terra é tão representativa de nosso país como o é o latifúndio. A luta pela terra assumiu, no entanto, perspectivas diferentes em cada região brasileira, assim como em cada momento histórico vivido pelo país.

O momento originário de tal processo foi, sem dúvida, o encontro entre europeus e a população autóctone, já nos primeiros anos da invasão. Os colonizadores, que traziam em sua bagagem a *civilização* e os primeiros pacotes apresentados pelo capitalismo em formação, destruíram a forma de organização pré-estabelecida pela sociedade indígena em terras brasileiras, dizimando, muitas vezes, etnias inteiras. Como bem escreveu Oliveira (2001, p. 11), “[...] o território capitalista brasileiro foi produto da conquista e destruição do território indígena. Espaço e tempo do universo cultural índio foram sendo moldados ao espaço e tempo do capital”.

A invasão européia sobre as terras brasileiras consubstanciou, precocemente, o início da luta desigual pela terra no país. As diversas etnias indígenas passaram, então, a lutar para manter sua histórica relação com a terra e o ambiente, assim como sua forma de produzir e viver.

A luta entre europeus e índios caracterizou a primeira luta entre desiguais no território brasileiro. A luta do capital em processo de expansão, desenvolvimento, em busca de acumulação, ainda que primitiva, e a luta dos *filhos do sol* em busca da manutenção do seu espaço de vida no território invadido. [...] A marca contraditória do país que se desenhava podia ser buscada na luta pelos espaços e tempos distintos e pelos territórios destruídos/construídos. (OLIVEIRA, 2001, p. 11, *grifos do autor*).

No âmbito de sua compreensão de mundo, as sociedades indígenas construíram, também, suas formas de resistência ao avanço do colonizador, buscando, em sua estreita relação com o ambiente, a estratégia para sobrevivência. Se considerada a amplitude da ação colonizadora, no entanto, a resistência indígena em raros momentos representou um real obstáculo aos interesses de ocupação econômica do espaço, pois sua principal estratégia constituiu-se, recorrentemente, na fuga para terras a oeste. Um dos raros momentos em que a resistência indígena esteve mais organizada foi, provavelmente, a luta das populações amazônicas durante a Cabanagem, incluindo aí não somente os índios como uma população mestiça camponesa.

A essência da ação cabana, iniciada em 1835, alicerçava-se em um movimento generalizado, popular e patriótico, contra um poder estatal comumente visto como unívoco e repressor (RICCI, 2008). O movimento foi composto por uma diversificada gama de

sociedades indígenas e por grupos camponeses mestiços que viviam em todo o vale amazônico. Alguns autores sustentam que, em grande parte, os cabanos eram trabalhadores ligados de alguma forma à terra, seja por meio da coleta das drogas do sertão ou por pequenas plantações desenvolvidas às margens dos rios amazônicos.

[...] os cabanos eram trabalhadores ligados à terra ou por meio de plantações e gado, ou como coletores dos mais diversos produtos da mata ou da floresta ou dos rios. Em geral havia uma associação dessas atividades, em um regime econômico que estava muito longe de se assemelhar àquele da monocultura escravista e agroexportadora do Nordeste açucareiro ou do café do Sudeste brasileiro. Tratava-se de uma economia diversificada, em que ganhavam relevo tanto produtos de exportação, como as madeiras, o cacau, a castanha ou o látex, quanto variados produtos que serviam de abastecimento e subsistência em todo o interior da Amazônia e nas grandes cidades. (RICCI, 2008, p. 158).

Embora o foco na discussão sobre o movimento cabano tenha ocorrido em torno da configuração política do Estado brasileiro, situando o processo de resistência como luta contra a independência do Brasil, devemos considerar que a Cabanagem foi o resultado dialético da violência colonizadora na região amazônica. Tal movimento foi gerado, ao mesmo tempo, a partir do desejo de manutenção de práticas e saberes indígenas incrustados não somente nessas sociedades como também em larga parcela da população mestiça territorializada no vale dos diversos rios amazônicos. No mesmo sentido, Silveira (1994) ressalta que a luta cabana foi construída basicamente a partir da disputa dos cabanos do interior pela posse da terra. Portanto, a resistência esteve calcada, em verdade, na luta pela manutenção/construção de um *território cabano ou caboclo*, indígena e mestiço, em contraposição ao modelo *civilizatório* imprimido pelos colonizadores, baseado na violência e na expropriação durante vários séculos.

O fato é que a Cabanagem representou, para a população amazônica, um estilo de resistir, uma maneira de enfrentar a voracidade dos colonizadores e das elites regionais. Depois de 1836, contudo, foram enviados do Rio de Janeiro pelo menos 2.500 homens bem armados para dar início à *pacificação*. Essa repressão prolongou-se até 1839, quando os principais focos da resistência cabana foram destruídos. Uma população indígena e cabocla, que superava 30 mil pessoas, foi exterminada e sua forma de viver e produzir destruída, fato que teve resultados catastróficos para todo o vale amazônico (SOUZA, 1994).

A repressão ao movimento cabano, nas palavras de Souza (1994, p. 124, *grifos do autor*), gerou um silêncio que “[...] matou no nascedouro a cultura solidária, meio portuguesa e meio indígena, que era a civilização *caboca*, e permitiu o surgimento de uma cultura

pragmática e alienada” que, por sua vez, foi construída, de acordo com Silveira (1994), nas bases da expansão e consolidação de um regime latifundiário em toda a região amazônica. Desde então, cresceram, paralela e contraditoriamente, o domínio do latifúndio e a resistência de grupos indígenas e mestiços. A luta pela manutenção ou recuperação dos territórios indígenas tradicionais persiste ainda no século XXI, envolvendo uma rarefeita, porém diversa sociedade indígena.

Para além dos índios, foram também escravizados e expropriados grupos africanos tangidos para o território brasileiro como mercadoria. Desterritorializados precocemente no continente africano e escravizados em terras brasileiras, os negros africanos fizeram da luta pela liberdade também uma luta pela terra e constituição de um território livre. A luta ocorreu por meio da fuga e estabelecimento de Quilombos em diferentes cantos do país e momentos históricos, transcorrendo todo o período de duração do sistema escravista.

A resistência representada pelo *Quilombo dos Palmares* ficou eternizada, mas as áreas de resistência negra espalharam-se por todo o território brasileiro, compondo um elemento importante na configuração cultural e territorial da cidade e do campo brasileiro.

Na Colônia e no Império, de norte a sul, de leste a oeste pulularam os quilombos. Os exemplos dessa realidade são inumeráveis. A toponímia nacional registra vários acidentes geográficos que foram tardiamente ocupados, possivelmente habitados inicialmente por quilombolas. [...] do começo ao fim da escravidão, em todas as partes em que brotava a agricultura e a escravidão, logo apareciam os quilombos enchendo as matas e pondo em alvoroço os senhores de terra. (FIABANI, 2005, p. 264).

As comunidades formadas em torno de áreas libertas aprenderam a conviver com diferentes ambientes, transitando entre a extração de produtos naturais e a produção agrícola para auto-consumo. Mário Maestri e Adelmir Fiabani ressaltam a importância dos *quilombos horticultores*, constituídos em algumas regiões do país. Nessas áreas, compostas por grupos que variavam de dezenas a milhares de famílias, eram constituídas “[...] comunidades de trabalhadores escravizados fugidos aos quais, eventualmente, se juntavam nativos, libertos, homens livres pobres” (MAESTRI; FIABANI, 2008, p. 64), onde se produzia comunitariamente milho, mandioca, entre vários outros gêneros alimentícios. Os autores destacam, ainda, que além da produção para o auto-consumo do grupo, parte da produção, em alguns casos, era comercializada com o mundo escravista. Isso ocorria, especificamente, no sentido de aquisição de objetos não produzidos nos quilombos como, por exemplo, armas, chumbo, pólvora e tecidos.

É certo que as comunidades quilombolas tinham como objetivo primordial a manutenção da liberdade dos escravos fugidos. Por outro lado, é também correto afirmar que no âmbito dos quilombos foram desenvolvidas práticas camponesas de sobrevivência e reprodução social. E foi a partir da forma de organização que esses grupos conseguiram resistir em várias partes do território brasileiro, desde que, recorrentemente foram caçados e atacados pelos jagunços das fazendas escravistas e por contingentes oficiais. Com o fim do sistema escravista, em 1888, “[...] as comunidades remanescentes de quilombos dissolveram-se, metamorfosearam-se e confundiram-se nas populações de *caboclos* e de *posseiros*” (MAESTRI; FIABANI, 2008, p. 66, *grifos dos autores*).

A partir do contexto de resistência nas comunidades quilombolas, muitos grupos territorializaram seu modo de vida e produção. Somente na última década, contudo, tais grupos estão tendo os direitos sobre suas terras tradicionais reconhecidos. No noroeste de Minas Gerais, nos estados do Mato Grosso, Goiás, Maranhão, Pará, entre outros, estudos antropológicos têm legitimado o direito quilombola sobre a terra. No estado de Rondônia, em específico, foi reconhecido e demarcado o território da comunidade quilombola de Jesus, em outubro de 2009. No entanto, existem ainda seis outros grupos reivindicando a demarcação de suas terras. Esses grupos são remanescentes dos quilombos formados no vale do rio Guaporé, sobretudo durante o século XVIII.

Outro momento da luta de resistência pela terra, embora existam controvérsias quanto ao caráter camponês da comunidade constituída em torno de Antônio Conselheiro no sertão baiano, é representado pela Guerra de Canudos. Como relata Martins (1983), após peregrinar por vários estados nordestinos desde a década de setenta do século XIX, Conselheiro estabeleceu-se em uma fazenda abandonada no sertão baiano, próximo ao rio Vaza Barris, chamada Canudos. Aí fundou um povoado, Belo Monte, que chegou a congregar mais de 30 mil moradores, em sua maioria, sertanejos expropriados pelo poder dos grandes coronéis e, muitas vezes, do próprio Estado.

A história de Canudos foi reconstruída a partir da figura messiânica do Beato Conselheiro, tendo seus seguidores assumido características demasiadamente baseadas no fanatismo religioso. Essa vertente de análise foi apoiada também na compreensão de que o grupo constituía um foco de resistência à República recém instituída. E, dessa forma, fatores que comandavam a exclusão de larga parcela da população sertaneja, como a concentração de poder e de terras nas mãos dos coronéis, foram negligenciados. Nas palavras de Lima (2008,

p. 242): “Canudos, ao não se enquadrar na hierarquia clientelística latifundiária, tornou-se uma ameaça de sustentação do regime, o coronelismo”.

Apoiado em informações do período, especialmente aquelas levantadas em campo pelo jornalista e escritor Euclides da Cunha, Martins (1983, p. 53) ressalta, também, sobre o movimento de resistência estabelecido em Belo Monte, que “[...] tudo indicava que era um movimento marcado por critérios de justiça que se contrapunham à justiça parcial e de classe dos coronéis”. Isso indica que esses sertanejos buscavam, independentemente do que os movia, a constituição de um território livre do jugo dos coronéis, onde pudessem construir seu território de produção e vida.

Entre 1896 e 1897, Canudos tornou-se um dos maiores símbolos da resistência camponesa no território brasileiro. Os camponeses que seguiram Antônio Conselheiro suportaram, com base em sua organização estratégica, mais de um ano de ataques constantes por parte do exército. Por fim, a mobilização de metade do exército nacional, além dos jagunços dos coronéis, deixou mais de cinco mil camponeses mortos. Vale ressaltar que, apesar da representatividade do caso, tanto o coronelismo como a resistência camponesa cresceram no Nordeste nos anos posteriores.

Semelhante exemplo ocorreu no caso do Contestado, entre os estados de Santa Catarina e Paraná. Na análise de Martins (1983), foi a maior guerra popular, uma guerra camponesa, da história contemporânea do Brasil. Entre 1912 e 1916, o conflito envolveu 20 mil rebeldes e metade dos efetivos do exército brasileiro, deixando um saldo de pelo menos três mil mortos. A perspectiva sob a qual ocorreu o conflito, de expropriação da classe camponesa, reflete em muito vários outros ocorridos na história brasileira. Entendido pelo Estado, assim como ocorreu com Canudos, como uma ação messiânica apoiada na figura do curandeiro José Maria, a revolta foi, em verdade, um movimento camponês de posseiros em luta pela manutenção de sua terra de trabalho. Sobre o histórico sistema de posse na região do Contestado, Carvalho (2008, p. 283) diz o seguinte:

O apossamento de terras parece ter sido a forma recorrente de apropriação territorial na região. Como o Contestado era uma região de fronteira em expansão, era comum o estabelecimento de posses por pequenos agricultores, antes da chegada dos grandes fazendeiros e da administração pública. [...] diretamente relacionada a este processo de ocupação estava a tentativa de garantir a sobrevivência realizando múltiplas atividades que iam desde a roça cabocla, passando pela coleta de ervamate até o aproveitamento das florestas da região.

Essa conformação camponesa, baseada na posse da terra ou constituída no *direito vivido* e na *economia moral*, passou a ser questionada e os camponeses posseiros

considerados intrusos ou invasores. Isso ocorreu, mais destacadamente, a partir da concessão de larga quantidade de terras, na região, à empresa *Brazil Railway Company*, construtora da ferrovia conhecida como São Paulo - Rio Grande. A mesma empresa constituiu, ainda, uma subsidiária, a *Southern Brazil Lumber and Colonization*, para explorar as terras próximas à ferrovia, explorando a madeira e desenvolvendo projetos de colonização com a venda de terras. Cabe ressaltar que a empresa, além de contar com as terras marginais à ferrovia, havia comprado mais de 230 mil hectares de terra próximo aos municípios de Três Barras e Calmon. E já entre os anos de 1908 e 1912, foi iniciada a demarcação das terras, com a conseqüente expulsão dos camponeses posseiros (CARVALHO, 2008).

Nesse contexto, passaram a ser impostas, portanto, novas formas de relação com a terra e com o ambiente, que atingiam diretamente o modo de viver dos camponeses da região. Isso foi, certamente, o principal estopim para a deflagração da revolta do Contestado. E foi em defesa da manutenção de sua tradicional forma de produzir e viver que os camponeses de toda a região organizaram-se em torno da figura simbólica do *monge* José Maria, tendo como objetivo específico a defesa de seu território.

O início desse processo ocorreu quando posseiros expulsos de suas terras se reuniram em torno de José Maria, em 1912, na localidade de Perdizes Grandes, em Santa Catarina, para discutir os problemas causados pelas empresas colonizadoras. O principal *coronel* desta região, Francisco de Albuquerque, preocupado com as conseqüências deste encontro, denunciou o *monge* ao governador acusando-o de ter proclamado a monarquia nos sertões de Taquaruçu, em Santa Catarina. Com a denúncia, José Maria teria atravessado a fronteira para o estado do Paraná, acampando na localidade de Irani, juntamente com um grupo de posseiros (MARTINS, 1983).

A força militar do estado do Paraná organizou rapidamente um contingente para atacar os camponeses acampados em Irani. Já no primeiro ataque, José Maria foi morto, mas a luta dos camponeses seria recomposta em vários outros *redutos* e duraria quase quatro anos, envolvendo mais de vinte mil posseiros. Por fim, em 1916, os camponeses revoltosos foram destroçados pelo exército brasileiro, que mobilizou quase metade de seu contingente para combater os posseiros. O episódio demonstra não somente o poder dos coronéis apoiados pelo Estado, como também a capacidade de resistência do campesinato.

Até meados do século XX, muitos conflitos com base na resistência camponesa aconteceram pontualmente em todo o país. Contudo, é a partir daí que, de fato, serão iniciadas organizações mais contundentes de defesa dos direitos da classe dos agricultores familiares

camponeses. São exemplos concretos deste processo, a Guerrilha de Porecatu, no Paraná; o conflito de Trombas e Formoso, em Goiás; e o ressurgimento das Ligas Camponesas no nordeste. Todos esses focos de resistência tiveram, em maior ou menor proporção, a influência do Partido Comunista Brasileiro (PCB), que, depois da Ditadura Vargas, em 1945, passou a rearticular a luta operária e camponesa.

A Guerrilha de Porecatu pode ser situada em um contexto mais amplo de conflitos que vinham ocorrendo no estado do Paraná entre os últimos anos da década de 1940 e a primeira metade da década seguinte. Em verdade, o estado foi palco de agressões contra grupos camponeses e, conseqüentemente, tornou-se campo fértil para a organização da luta pela terra. Em Jaguapitã, por exemplo, como relata Martins (1983), 1.500 famílias que ocupavam área de terra devoluta, em 1946, foram violentamente despejadas em favor de grandes fazendeiros da região, fato que ocasionou a formação de grupos armados entre os agricultores camponeses que resistiram durante meses em suas terras ou atacando as grandes fazendas vizinhas. O governo do Paraná, para por fim ao conflito, prometeu dar terras aos posseiros no vale do rio Paranavaí, promessa nunca cumprida.

No caso de Porecatu, o governo estadual anunciou a instalação de um projeto de colonização no norte do Paraná, o que fez com que muitos camponeses expropriados em outras partes do estado abrissem suas posses na região. Clodomir de Moraes resume bem o contexto do conflito.

A guerrilha de Porecatu apareceu em 1950, na margem esquerda do curso médio do rio Paranapanema, que divide São Paulo e Paraná. A área conflitada começa no município de Porecatu (Paraná). Originou-se de um processo de litígios sangrentos entre posseiros e latifundiários, que disputavam vastas áreas de novas fronteiras agrícolas do Norte do Paraná, penetradas por imigrantes gaúchos e nordestinos. [...] Jacinto, um artesão rural e migrante nordestino, que acompanhou de perto os mais importantes conflitos da área, dirigiu o levante armado dos camponeses de Porecatu e organizou um forte movimento de apoio guerrilheiro no outro lado do rio Paranapanema. (MORAIS, 2006, p. 25).

Foi importante no desenrolar do conflito, também, a figura de José Billar, que se tornou um dos principais chefes guerrilheiros no embate de Porecatu. O acesso ao armamento para o conflito foi possibilitado pelas várias regionais, do Paraná e de São Paulo, do Partido Comunista Brasileiro. No entanto, foi também o partido que, já nos primeiros meses de 1951, a partir da constatação de que não havia condições históricas para a deflagração de uma luta armada no país, quem promoveu a dissolução da guerrilha, que se estenderia pontualmente por mais alguns meses.

No mesmo período do conflito paranaense, estava em gestação outro processo de resistência camponesa, no estado de Goiás, que ficou conhecido como Trombas e Formoso.

O território livre de Formoso foi uma área de quase 10 mil quilômetros quadrados em Goiás. Os posseiros dali, sob a liderança do camponês José Porfírio, resistiram aos latifundiários. Em choques armados contra estes e contra as forças policiais que apoiavam os latifundiários, os camponeses de José Porfírio saíram vitoriosos, proclamando território livre a área localizada entre o rio Tocantins e seu afluente, o rio Formoso. Além disso, elegeram as autoridades da área (prefeitos, vereadores e juizes) e se negaram a pagar tributos a Goiás. (MORAIS, 2006, p. 26).

Nesse contexto, os posseiros desenvolveram uma espécie de *autogestão da região libertada*. Foi criado, para isto, um sistema de autofinanciamento, com o atendimento às necessidades médico-hospitalares, promoção de lazer e a defesa da região contra os ataques do Estado. Ao mesmo tempo, a estrutura constituída em torno da *República de Trombas e Formoso* fomentava outras associações vizinhas, com objetivo de fortalecer a luta pela posse da terra de modo mais abrangente (PESSOA, 1999).

Esse processo organizativo foi sustentado durante vários anos, tendo como base os *Conselhos de Córregos*. Até 1964, estiveram constituídos 25 Conselhos, atuando com diferentes graus de organização em três associações. O período foi bastante proveitoso, desde que houve a possibilidade da organização do plantio e colheita. Depois do golpe militar de 1964, contudo, a região foi invadida por tropas policiais. Nomearam um interventor para a prefeitura de Formoso, desarticulando, ao mesmo tempo, as associações e os conselhos de córrego anteriormente instituídos (CUNHA, 2009). A organização dos posseiros continuou de forma clandestina até que, em meados da década de 1970, com o combate à Guerrilha do Araguaia, a região foi ocupada pela polícia militar de forma extremamente violenta, levando à prisão e tortura dezenas de posseiros.

Também sob influência inicial do Partido Comunista Brasileiro foram fundadas as primeiras Ligas Camponesas no nordeste, já a partir de meados da década de 1940. Tendo, no entanto, como representante clássica a Liga Camponesa constituída em 1955 no Engenho Galiléia, em Pernambuco, as ligas se espalharam rapidamente pelo Nordeste.

Elas surgiram e se difundiram principalmente entre foreiros de antigos engenhos que começavam a ser retomados por seus proprietários absenteístas, devido à valorização do açúcar e à expansão dos canaviais. Desde os anos 40 os foreiros vinham sendo expulsos da terra ou então, como vimos, reduzidos a moradores de condição, passo para se tornarem trabalhadores assalariados não-residentes. (MARTINS, 1983, p. 76).

É importante destacar, contanto, que as ligas surgiram em um contexto amplo. Além da expulsão dos foreiros e redução dos roçados de moradores de engenhos, ocorria uma intensa crise regional no nordeste. Havia, então, uma tomada de consciência do subdesenvolvimento da região, onde o problema da miséria dos camponeses e de sua migração para o sul era explicado como resultado do latifúndio subutilizado, que impedia a ocupação da terra por quem dela necessitava (MARTINS, 1983). Por isso, a constituição das Ligas Camponesas adquire uma conotação nacional, e não somente regional. Assim, como analisou Oliveira (2001):

O movimento das Ligas Camponesas tem que ser entendido, não como um movimento local, mas como manifestação nacional de um estado de tensão e injustiças a que estavam submetidos os trabalhadores do campo e as profundas desigualdades nas condições gerais do desenvolvimento capitalista no país. (OLIVEIRA, 2001, p. 23).

O fato é que as Ligas Camponesas, com o apoio inicial do Partido Comunista Brasileiro, se multiplicaram em todo o espaço nordestino. Essas organizações camponesas propunham, no entanto, uma reforma agrária radical, tendo iniciado, inclusive, um processo de organização guerrilheira, para o embate com os latifundiários e coronéis nordestinos. Ao contrário disto, o PCB entendia, então, que a luta camponesa deveria ocorrer por reformas sucessivas e não por uma revolução agrária. Essa divergência levou o partido a articular a fundação, em 1954, sem a participação efetiva das Ligas Camponesas, da ULTAB (União dos Lavradores e Trabalhadores Agrícolas do Brasil).

A ULTAB representou o germe para a fundação, alguns anos mais tarde (1963), da CONTAG (Confederação dos Trabalhadores Rurais na Agricultura). Entre a criação da primeira e a fundação da segunda, foram sendo constituídas várias associações de produtores camponeses em diferentes partes do país. As associações (sindicatos) desenvolviam suas atividades com o apoio fornecido, prioritariamente, pelo PCB e por setores da Igreja Católica, que disputavam em campo seu controle. Dialeticamente, ocorreu, a partir desse período, uma relativa aproximação ideológica entre estes grupos da Igreja e os militantes do Partido Comunista. E é da aproximação, e no âmbito das propostas políticas de João Goulart, que se consolidou o sindicalismo rural dos trabalhadores do campo brasileiro, em dezembro de 1963, com a fundação da CONTAG que, a partir daí, centralizaria a organização sindical rural no país.

A aproximação entre Igreja e PCB foi revelada na composição da primeira diretoria da CONTAG, que deixou de fora lideranças das Ligas Camponesas. Na diretoria eleita

figuravam, como relatou Ricci (1999), quatro membros do PCB e três da Ação Popular (Entidade da Igreja Católica). Porém, três meses após a fundação da CONTAG, ocorreu o Golpe Militar, colocando na ilegalidade o PCB e reprimindo os militantes mais *subversivos* dos setores progressistas da Igreja Católica. O golpe militar deu início, assim, a um novo capítulo na luta pela terra em nosso país, pois interrompeu um processo de organização histórico que vinha sendo construído a vários anos e indicava um momento de transformação radical na estrutura agrária brasileira.

A partir daí, todos os movimentos de resistência camponesa foram, invariavelmente, perseguidos e combatidos, quando não pelo Estado brasileiro, o foram pelo poder paralelo do latifúndio. Durante o governo militar, toda tentativa de organização camponesa no sentido de conquistar a terra de trabalho foi duramente combatida. A violência repressiva do Estado passou a atingir não somente os camponeses, como também todas as pessoas e organizações que se colocassem em seu favor. Em todo o país, foram mortos religiosos, lideranças camponesas e sindicais, entre vários outros apoiadores da luta pela terra. Na região amazônica, especificamente, no âmbito da *colonização contra-reforma agrária* dos militares, além de apoiadores dos sindicatos e da Igreja, foi assassinada uma quantidade de posseiros que, por certo, as estatísticas não registraram.

Esse intenso processo de violência contra os trabalhadores do campo brasileiro foi, contraditoriamente, responsável pela crescente organização dos camponeses em torno da luta pela terra em regiões de fronteira de nosso território. Basicamente a partir da ação das Comunidades Eclesiais de Base (CEBs) e de alguns Sindicatos de Trabalhadores Rurais mais combativos, com o apoio de outras organizações que também lutavam contra o regime militar, foram sendo gestadas novas formas de luta pela terra, das quais já no início do processo de redemocratização do país, em 1984, nasceu o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST). Portanto, o MST é o resultado dialético do processo histórico de expropriação que a população camponesa brasileira sofreu.

Especialmente para a região amazônica, a ação de setores progressistas da Igreja foi bastante relevante para a organização da luta pela terra dos camponeses. Esse apoio ocorreu, destacadamente, a partir da denúncia da violência contra grupos de posseiros expropriados em vários cantos da Amazônia. O processo resulta na constituição, em 1975, da CPT (Comissão Pastoral da Terra) que, a partir daí, foi a principal referência no apoio à luta pela terra na região amazônica e no país de forma geral. A própria Igreja deu apoio, durante o período militar, ao processo de organização de associações de produtores e sindicatos. Assim, durante

a militarização da luta pela terra no Brasil, assumem importante papel os setores progressistas da Igreja e os Sindicatos dos Trabalhadores Rurais, embora muitos destes permanecessem atrelados aos ditames dos militares.

No território rondoniense, em específico, o papel da Igreja foi primordial para a organização camponesa em torno da luta pela terra. Considerando que, no estado, a exemplo da região amazônica de forma geral, a busca pela terra se dava por meio de um movimento espontâneo de camponeses posseiros, o apoio através de uma perspectiva religiosa foi fundamental para a organização da luta. Atuando a partir das Comunidades de Base, em regiões cada vez mais distantes, a Igreja iniciou a organização dos posseiros que, posteriormente, seria a base para a constituição do MST no estado. Antes de analisar a luta dos camponeses posseiros e a participação da Igreja na luta pela terra em território rondoniense, faremos um parêntese para resgatar alguns antecedentes desse processo, ou melhor, para identificar o substrato encontrado no estado quando iniciado o processo de colonização agrícola.

4.2 Antecedentes da luta pela terra em Rondônia

A luta pela terra no estado de Rondônia, a exemplo de outras regiões do país, tem seu início nos primórdios da ocupação do território brasileiro. No caso rondoniense, contudo, os embates entre índios e colonizadores restringiram-se, até meados do século XIX, às margens imediatas dos rios Guaporé/Mamoré e Madeira, que, atualmente, delimitam as terras do estado. Os principais conflitos ocorreram, em especial, no embate dos índios com bandeirantes que traficavam na região em busca de metais preciosos. Assim foram destruídos inúmeros territórios indígenas. Também os missionários jesuítas cumpriram um papel duplo na relação com os povos indígenas territorializados nas terras rondonienses. Na tentativa de constituir comunidades camponesas entre os grupos indígenas, facilitaram sua expropriação e a destruição de sua identidade cultural.

Os jesuítas espanhóis promoveram a construção de diversas comunidades no vale do rio Guaporé/Mamoré, nas quais algumas chegaram a congregar milhares de indígenas. Essas comunidades foram, recorrentemente, destruídas por grupos bandeirantes ou mesmo pelo governo português que procurava garantir sua posse das terras além da Linha de Tordesilhas. Reduzida foi a resistência proporcionada pela sociedade indígena, quando restringida às missões, pois assim tornavam-se presas fáceis para os caçadores de escravos. Os missionários

portugueses, por sua vez, criaram inúmeras missões religiosas no vale do rio Madeira, espaços nos quais constituíram verdadeiras empresas coletoras das drogas do sertão, especialmente do cacau, que se multiplicava amplamente por todo o vale deste rio.

Durante o período inicial de ocupação do atual território rondoniense podem ser mencionados, também, os quilombos estabelecidos no vale do rio Guaporé, embora tenham representado grupos pouco numerosos. Alguns escravos fugidos do trabalho nas minas mato-grossenses, de Vila Bela da Santíssima Trindade, desciam o rio Guaporé em busca de garantir sua liberdade. Outro caso específico é representado pelos escravos que acompanhavam as expedições governamentais de expansão e legitimação do território brasileiro a oeste de Tordesilhas. A construção do Forte Real Príncipe da Beira, por exemplo, localizado no município de Costa Marques, congregou grande número de escravos que, durante ou após a construção do forte, se territorializaram na região. As comunidades quilombolas, quando encontradas por bandeirantes e/ou comerciantes que transitavam no vale do rio Guaporé/Mamoré, foram desigualmente combatidas. Parte destes grupos, no entanto, aprendeu a conviver com o espaço amazônico e territorializou, dialeticamente, seu modo de produção e vida, resistindo em restritos redutos no vale do Guaporé.

A ocupação promovida por índios, escravos fugidos, missionários e bandeirantes exploradores de minérios e drogas do sertão foram, até meados do século XIX, bastante rarefeitos. Portanto, os conflitos diretos pela terra não representaram um embate amplo no território rondoniense. É a partir deste período, destacadamente depois de 1850, que a região passou a ser efetivamente ocupada e que, conseqüentemente, os conflitos pelo controle da terra cresceu de fato. Isto ocorreu devido ao crescimento da demanda pela borracha amazônica no continente europeu, o que promoveu o avanço de comerciantes locais e grandes empresas sobre o vale amazônico, em busca do *ouro branco*, representado pela goma das seringueiras.

Entre 1850 e 1870, a extração da borracha nos vales dos rios Madeira e Guaporé/Mamoré ocorria, como classificou Teixeira (1996), com base no *seringal caboclo*, que tinha na sua estrutura básica o sítio de seringa, sustentado pela força de trabalho familiar local e nas relações comerciais itinerantes, como o regatão. A relação do seringueiro caboclo, no âmbito do processo de produção e comercialização, era mais livre, permitindo a constituição de um grupo caboclo que mesclava a extração vegetal com atividades agrícolas direcionadas ao auto-consumo. No mesmo sentido, como escreveram Souza e Pessoa (2010), alguns seringueiros caboclos, em Rondônia, coletavam também óleo de copaíba, a castanha e

o cacau, conformando-se, nesse curto período, uma produção de consumo próprio com base na extração de especiarias e da borracha. É importante ressaltar, ainda, que no período inicial da produção de borracha, os missionários religiosos ainda possuíam grande influência comercial nos vales dos rios rondonienses.

Foi este o caso, por exemplo, dos missionários franciscanos, que fundaram no rio Preto, afluente do rio Machado (curso d'água que corta a mesorregião de estudo), a povoação *Missões de São Francisco*. Nessa missão foi organizada uma vila, com casas e ruas. Os moradores dessa missão realizavam, além da extração do látex, a coleta de outros produtos, principalmente cacau e castanha, além de desenvolverem precocemente uma agricultura de auto-consumo. O padre Vitor Hugo descreveu com detalhes a estrutura organizativa da missão.

[...] em breve, viu-se na missão uma vila de 46 famílias, mas de tribos e línguas diferentes, num total de 135 índios. Havia sido construídas 55 boas casas, formando uma rua de 200 metros, além de outras casas pequenas, servindo para fornos e outros serviços. Casas de taipa, todas com janelas e portas, e quase todas cobertas de telhas. Não faltava o edifício onde funcionar a escola pública. Os jovens de 8 a 25 anos sabiam ler, escrever, fazer contas, e praticavam bem a Santa Religião, pois eram administradas de 4 a 5 horas de aula por dia. O povoado ocupava-se sobretudo no plantio da cana, batata e milho. Os índios trabalhavam no corte da seringa, extraíam óleo de copaíba, faziam telhas, trabalhos em madeira para o interior das casas, e construíam canoas que vendiam em troco de mercadorias e armas finas e inglesas, pois só queriam objetos provadamente eficientes. (HUGO, 1959, p. 159-161).

O seringal caboclo, sediado nas missões ou entre grupos independentes de caboclos nos vales dos rios rondonienses, constituíram uma produção extremamente reduzida de borracha. No entanto, estabeleceram uma relação mais equilibrada com o ambiente amazônico. Por isso, durante o período, além de alguns conflitos pontuais com os indígenas pelo território imediato dos rios, poucos foram os embates pelo controle da terra.

A partir de 1870, contudo, tem início, de acordo com Teixeira (1996), o *seringal do apogeu*. Esse processo produtivo estava organizado na *colocação*, no trabalho individual importado e comércio fixo, controlado pelo *barracão*. A produção foi, intensificada, tornando-se uma atividade ligada a preceitos empresariais e claramente capitalistas. Várias empresas, nacionais e estrangeiras, que já vinham explorando a borracha em outras partes do vale amazônico, instalaram-se também nas terras do atual território rondoniense. Diversos grupos adquiriram, definitivamente ou como concessão, largas parcelas de terra nos vales dos rios que cortam o estado de Rondônia. No vale do rio Machado, em especial, que passa pela mesorregião do leste rondoniense, vários seringais foram estabelecidos. Também no vale do

Guaporé/Mamoré e seus afluentes, assim como no vale dos rios Jaci-Paraná, Mutum-Paraná e Jamari, afluentes do rio Madeira, centenas de seringais foram instituídos.

Para o trabalho nos seringais rondonienses, foram tangidos do nordeste milhares de sertanejos, que se embrenharam nas matas do estado. Os seringueiros foram aqueles que, mais diretamente, entraram em confronto com o mundo indígena. O embate entre seringueiros e indígenas pelo território foi responsável por uma violência entre iguais na luta pela sobrevivência cotidiana. Durante todo o ciclo produtivo da borracha, no âmbito do seringal do apogeu, que em Rondônia estendeu-se até 1920, as comunidades indígenas foram vistas como intrusas no espaço de ocorrência das seringueiras. Não foram poucas as expedições organizadas por seringalistas para exterminar grupos indígenas inteiros. As *operações de limpeza* contavam, muitas vezes, com centenas de homens armados que matavam, sem discriminar vítimas, homens, mulheres e crianças indígenas. Assim conseguiam *limpar* os seringais para a exploração da borracha e dos seringueiros.

Outro capítulo importante para a ocupação do território rondoniense e, conseqüentemente, para o posterior aumento dos conflitos pela terra, foi o processo de instalação da Linha Telegráfica pela Comissão Rondon, durante a primeira década do século XX. A Comissão Rondon, ainda que propagasse o lema *matar jamais, morrer se preciso for*, promoveu um importante impacto em território rondoniense.

[...] é difícil comparar a violência declarada, promovida pelos bandeirantes e seringalistas de toda a Amazônia, com a violência velada e, muitas vezes, despercebida, de Rondon. Talvez seja mais fácil compará-la com a violência dos jesuítas, quando, não intencionalmente, amansavam os índios para que os sertanistas os escravizassem mais facilmente (SOUZA; PESSÔA, 2010, p. 153).

Não foi, portanto, uma violência declarada, mas, ainda assim, influenciou na expropriação de índios e caboclos. Pois, como escreveu Souza (2002), a atuação da Comissão Rondon na região estabeleceu as bases para a comunicação via telégrafo e, ao mesmo tempo, abriu caminho para a progressiva incorporação das terras indígenas à exploração do modo de produção capitalista.

Também pelas mãos do Marechal Rondon foi criado, em 1910, o SPI (Serviço de Proteção ao Índio). Esse órgão seria responsável por proteger as populações indígenas em todo o país e, especialmente, em Rondônia. Vários postos indígenas foram criados no trajeto da linha telegráfica, hoje substituída pela BR 364, mas, como ressaltou Teixeira (1996), o órgão acabou por proteger a posse e os direitos de exploração da borracha dos seringalistas contra as comunidades e os direitos dos povos indígenas. Pelas mãos dos responsáveis pelo

SPI muitos grupos indígenas foram amansados e, depois, exterminados pelas expedições seringalistas.

À época, teve impacto destacado nos conflitos com os povos indígenas a construção da Estrada de Ferro Madeira Mamoré. A construção da ferrovia prolongou-se até 1912, quando foi inaugurada, promovendo a morte de uma infinidade de trabalhadores de várias nacionalidades e de numerosos grupos indígenas. Foi a partir deste momento, também, que a demanda pela borracha amazônica iniciou um movimento de decréscimo. A produção da borracha diminuiu, mas os conflitos pela terra com os povos indígenas não cessou em momento algum. Esses conflitos foram, contudo, relativamente intensificados a partir dos anos 1940, com a criação de Colônias Agrícolas em algumas partes do estado e, principalmente, devido à retomada da produção gomífera para atender a demanda do exército americano na II Grande Guerra Mundial.

Antigos seringais foram reorganizados e novos foram constituídos durante os primeiros anos da década de 1940. Milhares de camponeses nordestinos foram, novamente, direcionados para a região amazônica e, especificamente, para as terras rondonienses. Este novo surto produtivo de borracha foi responsável pelo incremento, ao mesmo tempo, da luta pela terra, desde que aumentou a pressão sobre os territórios indígenas. O fim da Guerra promoveu também o desaquecimento da economia da borracha no estado rondoniense. Os seringueiros buscaram, assim, constituir seus territórios de vida nas matas de Rondônia, entrando em disputa direta pela terra indígena.

A partir da década de 1950, entraram também no estado grande quantidade de garimpeiros para ocupar as minas de diamante do sul do estado e a exploração de cassiterita na região central. Esses garimpeiros foram responsáveis, posteriormente, pela composição de grupos que buscaram acessar a terra como posseiros. Nesse contexto, durante as décadas de 1950 e 1960, o território rondoniense estava ocupado por uma população que transitava entre a produção para o consumo próprio, a extração artesanal de produtos da floresta, a extração mineral e incipientes atividades nos poucos centros urbanos constituídos no estado. Por isso, os conflitos pela terra envolviam, então, basicamente, a luta indígena pelo território e conflitos rarefeitos entre latifundiários e posseiros.

É a partir de meados da década de 1960 que a migração do centro-sul para o estado inicia um relativo acréscimo. A rodovia vinha sendo gradativamente aberta, possibilitando a entrada de pequenos contingentes migratórios provenientes do Mato Grosso. Nos últimos anos da década, iniciaram suas atividades no estado algumas colonizadoras particulares que

promoveram o aumento do fluxo migratório para o estado e, conseqüentemente, os conflitos pela terra. Ao final da década de 1960, a luta pela terra ainda girava em torno da questão indígena. Os próprios colonos estavam sendo assentados em terras tradicionalmente e, algumas vezes, legalmente indígenas. Muitos colonos e muitos indígenas morreram entre 1965 e 1970, vítimas de disputas pela posse da terra. Os conflitos aumentaram enormemente conforme a migração crescia e os colonos buscavam espontaneamente ocupar as *terras livres* do estado.

Portanto, quando, em 1970, é iniciada a colonização oficial do território rondoniense, já estava constituída uma lógica de ocupação pela posse. Os projetos militares de ocupação do território, assim como uma imensa quantidade de migrantes encontrou no estado uma estrutura pré-estabelecida de luta pela terra. E são esses camponeses migrantes, muitos já com experiência de posse em outras regiões, que intensificaram definitivamente a luta pela terra no estado de Rondônia, como veremos a seguir.

4.3 Os camponeses posseiros e a Igreja: o início da resistência organizada

A luta pela terra é componente inseparável do processo de formação do território rondoniense. No entanto, na região amazônica e, particularmente, em Rondônia, o embate pelo controle da terra teve como um dos principais elementos, mais do que no Brasil de forma geral, a questão dos posseiros. A luta dos camponeses posseiros antecedeu e acompanhou a luta pela terra organizada pelos movimentos sociais no estado. Portanto, foi esse movimento espontâneo de busca pela terra de trabalho, levada a cabo pelos posseiros que consubstanciou a questão agrária rondoniense e, conseqüentemente, o campesinato do sudoeste amazônico.

No território rondoniense a posse já vinha sendo uma forma de acesso à terra desde o período produtivo da borracha. Quando a produção gomífera diminuiu, depois da década de 1940, muitos seringueiros passaram a praticar uma agricultura de auto-consumo mesclada com a extração dos produtos da floresta, formando um grupo rarefeito de camponeses posseiros. Este grupo estabeleceu, a exemplo das sociedades indígenas, uma relação de direito de fato com a terra, construindo sua legitimidade a partir do trabalho para gerar sua sobrevivência. A partir dos últimos anos da década de 1960, no entanto, a migração para o território rondoniense iniciou um movimento ascendente, especialmente, após a finalização da construção da rodovia BR 364, em 1968. Com isto, colonizadoras particulares, como as já mencionadas Calama S.A. e Itaporanga, começaram a se instalar no estado, promovendo o

assentamento de camponeses vindos do centro-sul do país, destacadamente, do estado paranaense.

Grande parte dos lotes demarcados por estas colonizadoras sobrepunham áreas tradicionalmente ou legalmente indígenas. Por isso, rapidamente os conflitos pela terra no estado cresceram, provocando um embate, com mortes, tanto de indígenas como dos colonos assentados. A partir de 1970, com o início da colonização oficial, a migração cresceu de forma ainda mais intensa. A propaganda realizada pelo governo militar nos estados do centro-sul promoveu uma verdadeira corrida para o estado rondoniense. Milhares de camponeses desterritorializados, em especial no Paraná e no Mato Grosso, chegavam a Rondônia ininterruptamente em busca da terra de trabalho.

No entanto, os projetos da colonização dirigida, implantados pelos militares, não foram suficientes para o assentamento dos colonos que chegavam ao estado. Por isso, consolidou-se a luta espontânea pela terra, em grande parte baseada na experiência da busca pela constituição de um território camponês de migrantes com recorrentes processos de expropriação na bagagem. É importante ressaltar que a perspectiva da posse camponesa já era inerente aos antigos seringueiros ou aos grupos caboclos rondonienses, mas, por outro lado, também compunha a experiência acumulada pelos camponeses migrantes, desde que, nos estados do Paraná, Minas Gerais ou Mato Grosso, já haviam vivido situações de relação com a terra características da posse.

A maior parte dos colonos migrantes, quando chegava ao estado, buscava instalar-se em lotes de colonos migrados anteriormente, estabelecendo-se como agregados ou arrendatários. Durante toda a década de 1970 e início dos anos 1980, essa dinâmica foi dominante na ocupação do território rondoniense. Essa dinâmica era, contudo, parte inerente do desejo de entrar na terra dos colonos migrantes. Esses colonos em momento algum desistiram de obter seu próprio lote de terra nos assentamentos do INCRA. No entanto, o cadastramento e assentamento das famílias pelo órgão eram extremamente morosos, não conseguindo atender à demanda pela terra. Por isso, as parcelas dos colonos já assentados funcionavam, em verdade, como um espaço de espera pela *terra prometida*. Contudo, como a *promessa* raramente foi cumprida, tais camponeses consolidaram uma estratégia de conquista da terra por meio do apossamento de terras devolutas. Partiam para a ocupação espontânea de terras mais distantes do eixo da rodovia BR 364, estabelecendo suas posses e entrando no embate com os grandes latifundiários.

O resultado do processo foi o que Ianni (1979) chamou de colonização espontânea, que teria ocorrido às avessas da vontade do governo militar, especialmente na região amazônica durante todo o regime ditatorial. Isso é, também, o que nos explicou uma liderança dos movimentos sociais de luta pela terra do território rondoniense.

As ocupações espontâneas: juntava um grupo de homens, uns três ou quatro companheiro mais chegado, primo, irmão e saía cortando mato para onde tinha alguma fofoca de terra desocupada [...] dificilmente tinha mulheres né? Com as espingardas, ocupava e marcava as terras. Um grupinho aqui ia lá e fazia roça. No trecho de outra fazenda fazia outra roça [...] era uma ocupação. Mas aí ficava fácil de matar o povo né? Uns vinha embora outro ficava. E morreu muita gente assim, porque quando tava pequenos grupos ou pessoas isoladas era fácil expulsar e matar [...] na nova vida mesmo morreu muita gente [...] e é uma área que nunca foi desapropriada [...]. (Entrevistado, Cícero, novembro de 2009).

Essa forma de luta pela terra, relatada pela liderança camponesa entrevistada durante nossa imersão em campo, estava baseada no direito sobre a terra pelo trabalho realizado e caracterizou a ação dos camponeses em Rondônia e na região amazônica de forma geral. A luta dos camponeses posseiros é característica inerente à questão agrária rondoniense, tendo grande influência na forma de ação estabelecida pelos movimentos sociais de luta pela terra no estado. É importante ressaltar que o crescimento das ocupações de terra pelos posseiros apresentou novos elementos para o debate com relação ao direito de propriedade da terra.

A luta dos posseiros introduziu uma legalidade alternativa, o usufruto, no sistema capitalista de propriedade privada. Assim, a sua luta contorna o problema da legalidade da propriedade (MARTINS, 1985). Na concepção de Poletto (2010, p. 156), “[...] os posseiros ajudaram a tratar com relatividade o conceito de propriedade da terra, ao centrar a relação com ela no trabalho que gera alimentos”.

[...] para o posseiro, a terra aparece como meio e material de trabalho, mas numa forma essencialmente distinta daquela relação esclarecida e reificadora de domínio com a mercadoria terra. A luta de resistência dos posseiros questiona uma *legalidade* que, por um lado, deixa impunes as transgressões de grileiros e latifundiários, e, por outro, permite a esses entrarem na posse *legítima* da terra, enquanto os próprios agricultores ficam de fora. (MOREIRA, 2006, p. 93, *grifos do autor*).

O movimento posseiro e seu embate com os grandes latifundiários ocorreram em diversas regiões do país, mas, em Rondônia e na região amazônica de forma geral, cumpriu todo o seu ciclo. Nas palavras de Ondetti et al. (2010, p. 257): “Em nenhum outro local o movimento pré-existente pela terra foi mais intenso do que na região da fronteira amazônica, onde posseiros vinham, durante anos, se envolvendo em batalhas de vida ou morte pelo

acesso à terra contra abastados proprietários rurais e grileiros”. Essas batalhas de vida ou morte representaram, durante os anos 1970 e 1980, a dinâmica cotidiana do campo rondoniense.

Uma grande quantidade de posseiros foi morta, nesse período, pelos jagunços a mando dos fazendeiros que, na maioria das vezes, contavam com o apoio das estruturas governamentais e da polícia. A reportagem *Jagunços expulsam 60 famílias em Cacoal*, publicada pelo Jornal *O Parceleiro*, de Ariquemes/RO, ao final do ano de 1979, é um exemplo representativo desta dinâmica em Rondônia.

Sessenta famílias foram expulsas de suas terras no município de Cacoal, pelo fazendeiro Antonio Domingos Sanson, ex-militar do exército, que contou com a ajuda de um grupo de 14 jagunços. O fato ocorreu na semana passada e já chegou ao conhecimento das autoridades, inclusive da Polícia Federal, que irá apurar a denúncia da existência de metralhadoras e pistolas calibre 45 na área conflitada. Domingos Sanson estaria pretendendo apoderar-se de uma grande área de terras vizinhas às que ocupa, quando ordenou o despejo. Nove colonos expulsos ainda foram presos pelo delegado Sidney Rego Maia, em Pimenta Bueno (município vizinho a Cacoal), sendo liberados somente após *habeas corpus* impetrado pelo advogado Agenor Martins de Carvalho, de Porto Velho. Segundo informações chegadas da área, o fazendeiro mandou os jagunços atear fogo às casas e jogarem os pertences dos posseiros no rio (machados, enxadas, enxadões e moto-serras). O advogado Agenor Martins de Carvalho suspeita que o Secretário de Segurança, José Cláudio Teixeira da Silva, tenha sido insensível na questão, autorizando o despejo à força. (O PARCELEIRO, 27 de outubro de 1979, p. 12).

A ação dos posseiros, assim como a repressão violenta por parte de latifundiários e grileiros, apoiados pelo poder estatal, representaram eventos corriqueiros no dia a dia do campo no território rondoniense. Outro caso representativo do embate ideológico entre posseiros e grileiros pode ser revelado pelo problema agrário persistente na Fazenda São Felipe. Durante mais de meia década, a violência contra camponeses posseiros na área foi repetida sem que o governo assentasse as famílias. A reportagem *Inquérito contra padre comove os sem terra*, publicada no jornal *O Parceleiro*, na cidade de Ariquemes, em 27 de dezembro de 1980, além de revelar a participação da Igreja Católica no apoio à luta dos camponeses posseiros no estado, deixa transparecer, também, o problema persistente na Fazenda São Felipe.

Padre Giovanni (João) Zanotto foi enquadrado pela Secretaria de Segurança Pública em três artigos do Código Penal, cujas penas variam de três meses a seis anos de prisão. Isso sem contar com o espectro da nova Lei dos Estrangeiros que pode expulsar do país o estrangeiro que infrinja a Segurança Nacional. O ministro da justiça estaria para receber um documento em que fazendeiros e autoridades – entre elas o prefeito de Pimenta Bueno Vicente Homem Sobrinho (apesar de desmentir o seu envolvimento) – pedem aos órgãos de Segurança a expulsão do padre italiano. Mas o que faz padre João, como é conhecido entre seus paroquianos (ou João

Caboclo, pelos seus irmãos de congregação) para despertar a ira dos latifundiários e dos que são contra aqueles que optaram em favor dos pobres? [...] a prova de que padre João tinha todos os passos registrados é que nem bem a polícia foi avisada do choque armado entre posseiros e empregados da Fazenda São Felipe, localizada na linha 45, um dos primeiros que convidou para prestar depoimento na delegacia de Pimenta Bueno, foi o padre João [...] A tentativa de invasão realmente houve. Aconteceu dia 7, um domingo, logo após missa celebrada por padre João. Segundo “denúncias” padre João tinha se excedido no sermão, pior que nos anteriores, onde pregava contra o governo. Nesse ele chegou a incentivar abertamente os posseiros para invadirem a fazenda São Felipe. As mesmas fontes adiantaram que dias antes o padre realizou uma espécie de “via sacra” nas linhas vicinais colocando a cada 500 metros uma cruz para demarcar os lotes a serem invadidos. (O PARCELEIRO, 27 de dezembro de 1980, p. 4).

A referida fazenda São Felipe, mencionada na reportagem apresentada acima, constituiu um foco de conflitos entre posseiros, grileiros e jagunços durante mais de cinco anos, sendo iniciado seu processo de desapropriação somente no ano de 1986, com a implantação do PA São Felipe com recursos do FINSOCIAL. O caso confirma, entre outras questões, o fato de que após a implantação dos projetos dirigidos de colonização, os assentamentos foram implantados a reboque das ações dos movimentos espontâneos de camponeses posseiros. A reportagem do Jornal *Tribuna Popular*, publicada no início de 1986, mostra relatos sobre a persistente violência na região da Fazenda São Felipe, assim como os primeiros indícios da possibilidade de desapropriação da área.

Várias lideranças sindicais e rurais denunciaram a situação de extrema violência em que se encontra a região da Fazenda São Felipe, em Pimenta Bueno. Entre elas, o presidente do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Cacoal, Adílio de Souza, que falou a esta reportagem sobre os últimos acontecimentos verificados nesta região. “Lá não existe justiça, os jagunços andam a solta e só na última semana um camponês foi morto e três ficaram seriamente feridos, alvejados por tiros de revólveres e nem mesmo a polícia está conseguindo colocar ordem na região, pois tivemos informações de que um policial foi mortalmente ferido em uma ação de busca a um bando de jagunços”, frisou Adílio de Souza. Na região residem a mais de quatro anos cerca de 400 trabalhadores rurais e vez ou outra se tem notícia de mais violência na área. [...] para as lideranças sindicais somente uma rápida e eficiente ação do governo estadual poria fim a todo o estado de tensão reinante. “Soubemos de uma última notícia de que a Nova República vai decretar a área como prioridade neste estado para a realização da Reforma Agrária e, se isto for confirmado, acredita-se que os problemas estarão totalmente solucionados”, frisou o sindicalista Adílio de Souza. (TRIBUNA POPULAR, 16 janeiro de 1986, p. 3).

O caso da Fazenda São Felipe é representativo do processo de luta dos posseiros em Rondônia, mas foi certamente um entre milhares de focos do conflito agrário no estado. As ocupações espontâneas dos camponeses posseiros ocorreram cotidianamente em todos os cantos do território rondoniense. Outro exemplo representativo das ocupações realizadas pelos movimentos posseiros e, ao mesmo tempo, da violência do latifúndio em Rondônia, no início

da década de 1980, é representado pelo conflito ocorrido na fazenda Cabixi e relatado por Helena Angélica de Mesquita.

Em 1982 um grupo de famílias ocupou a fazenda Cabixi e plantou algumas roças. Mas antes que pudessem fazer a colheita, houve um violento confronto entre os jagunços do fazendeiro e os camponeses, que resultou em três mortes. O episódio teve pouca repercussão e o processo de apuração dos crimes se estendeu até o ano 2000. (MESQUITA, 2001, p. 29).

Os assassinatos de camponeses posseiros no estado de Rondônia vão, certamente, muito além dos casos da fazenda São Felipe e Cabixi. A luta dos posseiros pela terra construiu um caminho marcado pelos conflitos com o latifúndio. Em apoio a esta luta, especialmente, a partir dos anos 1970, surgiram alguns setores da Igreja. A relação estabelecida pelo camponês posseiro com o trabalho na terra tem uma grande proximidade com a concepção bíblica da terra. Por isso, essa lógica foi assumida no trabalho de setores progressistas da Igreja com as populações camponesas, especialmente as territorializadas na região amazônica.

Essa foi a perspectiva que norteou o trabalho de alguns padres e bispos até a década de 1970 e, conseqüentemente, foi o estopim para a fundação, em Goiânia, em 1975, da CPT (Comissão Pastoral da Terra). Entidade essa criada exatamente para apoiar os posseiros e trabalhadores rurais explorados e violentados na região amazônica. Foi a reboque do trabalho da Pastoral da Terra que a CNBB (1980, p. 91), em sua 18ª Assembléia, assumiu a mesma concepção sobre a relação do camponês com a terra: “A terra é uma dádiva de Deus. Ela é um bem natural que pertence a todos e não um produto do trabalho. Mas é o trabalho, sobretudo, que legitima a posse da terra”.

Setores da Igreja, como dissemos, já apoiavam, esporadicamente, a luta pela terra em Rondônia desde o início da década de 1970. Com a fundação da CPT, no entanto, a atuação dos grupos no apoio à luta pela terra em território rondoniense foi consolidada. Os padres de diferentes paróquias do estado, entre os quais muitos adeptos das concepções defendidas no âmbito da Teologia da Libertação, levavam as *boas novas* às comunidades de base localizadas no campo, onde, além dos parceiros já assentados, participava uma grande quantidade de agregados e arrendatários.

Nesses espaços, além da discussão bíblica, discutia-se, também, a realidade política do país, especialmente, os problemas ligados à ditadura e à questão da terra. As comunidades de base da Igreja Católica estão na base da organização da luta pela terra no estado de Rondônia. Pois, a partir desses espaços, grupos de camponeses passaram a debater criticamente os

problemas da terra no estado e no país de forma geral. Os debates estão, assim, na raiz da constituição posterior dos Sindicatos dos Trabalhadores Rurais (STR), do Partido dos Trabalhadores (PT) e do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), no estado de Rondônia.

Nesse contexto, a Igreja ou, pelo menos, alguns de seus membros, constituíram o espaço para a organização da luta pela terra no território rondoniense. O relato fornecido por uma liderança sem-terra de Rondônia, que participou ativamente das ações de formação promovidas pelos religiosos nas comunidades de base no campo, nos fornece elementos mais específicos sobre qual foi o papel e a importância da Igreja na organização inicial dos camponeses posseiros no estado e, conseqüentemente, da luta organizada pela terra.

[...] não tinha outro campo de discussão, era por dentro da Igreja [...] dentro da Igreja que a gente fazia tudo. Você rezava, você dava curso, e assim terminava discutindo tudo junto, política [...] Aí você participava dos cursos da Igreja né? [...] da ala progressista [...] aí a mesma pessoa que tava aqui dentro da Igreja pregando o evangelho ele tava também lá na ocupação de terra. Você participava de qualquer discussão dentro da Igreja aí via que você ia pra luta ou ia morrer de fome [...] aí surgia o desejo das pessoas, não era aquele negócio coordenado, mas era com fé e coragem que as pessoas encaravam e a Igreja dando apoio [...] quer dizer, acontecia o problema [...] a Igreja não dava aquele apoio pra ocupa né? [...] mas quando acontecia o problema, aonde vinha né? Na Igreja [...] porque na Igreja sempre tinha três padres: um era mais fraco, era só da bíblia, mas tinha um ou dois que dava apoio, escondia o cabra quando vinha corrido de pistoleiro. (Entrevistado, Cícero, novembro de 2009).

O apoio da Igreja e, posteriormente, da CPT, à ação dos grupos espontâneos de posseiros, no âmbito das comunidades de base, deu visibilidade para a questão da terra no estado rondoniense e permitiu o apoio inicial à luta pela terra. Ao final dos anos 1970, o processo de assentamento promovido pelo INCRA nos projetos de colonização entrava definitivamente em crise. O último dos projetos dirigidos de colonização, Projeto de Assentamento Dirigido Marechal Dutra, criado em 1978, no então município de Ariquemes, atendeu a um público reduzido e selecionado, mantendo a massa de camponeses pobres que chegavam a todo tempo no estado, sem terra. Nesse contexto, que foi gestado o MST no estado de Rondônia, como analisamos a seguir.

4.4 A gestação do MST no estado de Rondônia (1984-1989)

Os primeiros anos da década de 1980 representaram um momento intenso de transformações para o território brasileiro, especialmente, no que diz respeito à sua estrutura

agrária. Nesse contexto, ao mesmo tempo em que se visualizava um processo de redemocratização do país com a reorganização de movimentos de base, crescia a repressão aos militantes e apoiadores da luta pela terra. Na região amazônica setores da Igreja mantinham seu apoio às ações promovidas por grupos isolados de posseiros.

Em escala nacional, no entanto, consolidava-se um processo de articulação política de camponeses sem-terra que, em 22 de janeiro de 1984, em Cascavel, no estado do Paraná, teve seu primeiro encontro, formando previamente o MST (Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra). O MST já vinha, como relata Fernandes (1999), sendo gestado desde 1979, quando ocorreu a ocupação da gleba Macali, em Ronda Alta, no Rio Grande do Sul. Em outros estados da federação, ações organizadas também vinham ocorrendo neste período, como em São Paulo, Paraná, Santa Catarina e Mato Grosso do Sul. Promovidas pela CPT, várias reuniões de camponeses sem terra vinham sendo realizadas em várias partes do país. O primeiro encontro foi em 1984, no Paraná e, a partir daí foram realizadas reuniões em diversos estados do país. Com mobilizações coordenadas, especialmente, pela CPT, foi organizado em 1985, também no Paraná, na cidade de Curitiba, o Primeiro Congresso do MST, com delegados de vários estados, fornecendo à organização um caráter nacional de representatividade.

Nesse momento, no território rondoniense, a luta continuava acontecendo, a partir da ação de posseiros apoiados pela Igreja e por alguns Sindicatos de Trabalhadores Rurais, também ligados à atuação religiosa. A migração para o estado continuava ininterrupta, aumentando a cada ano a demanda por terra e, conseqüentemente, os conflitos agrários. Grande parte dos migrantes estava vivendo como agregados ou arrendatários em lotes de parceiros nos projetos de colonização. Esses camponeses mantinham, contudo, seu sonho de ter acesso à sua própria terra e tentavam atingir estes objetivos a partir da organização em grupos de posseiros. Os padres mais progressistas, desde o início da década de 1970, vinham apoiando o movimento posseiro a partir das Comunidades de Base e, depois de 1975, também a partir da Comissão Pastoral da Terra.

Assim como ocorreu a nível nacional, a CPT estava apoiando diretamente a luta dos posseiros e grupos sem-terra, mas, ao mesmo tempo, buscava dar autonomia à luta de cada grupo social envolvido com a luta pela terra. Por isso, quando ocorreu a primeira reunião que permitiu a criação do MST, a CPT de Rondônia, em reuniões nas comunidades de base e nos Sindicatos de Trabalhadores Rurais, elegeu alguns representantes de Rondônia para participar,

no Paraná, deste encontro. Portanto, em 1985, no Primeiro Congresso do MST, já havia representantes do território rondoniense presentes.

Assim foi constituída no estado, como nos demais estados brasileiros, uma regional do MST. Os participantes do encontro de Curitiba tornaram-se, automaticamente, os membros rondonienses da executiva nacional do movimento, passando a responder no estado pelas ações do MST. Contudo, a luta continuou girando em torno da CPT no estado, assim como dos Sindicatos dos Trabalhadores Rurais, então ligados às CUT (Central Única dos Trabalhadores). A Pastoral da Terra, no entanto, buscou, nesses primeiros anos, apoiar estes militantes para que fosse fortalecida a atuação do movimento no estado.

Existiu, nos primeiros anos do MST, certa dificuldade para estabelecer as novas práticas de luta propostas. Isso foi recorrente não somente em Rondônia, como em toda a região amazônica, pois a estratégia de luta dos camponeses posseiros estava fortemente consolidada. De acordo com um dos fundadores do MST em Rondônia, o movimento estava, nos primeiros anos, apenas no papel, sendo que a luta pela terra continuava seguindo a lógica dos posseiros, e os militantes do MST eram chamados apenas para *apagar o fogo* nos conflitos que surgiam pontualmente.

Existia o MST só na conversa, mas as ocupações iam acontecendo...ai quando acontecia algum conflito o pessoal da CPT falava...oh precisa de alguém do MST lá hen. E eu ia lá fazer o que? Se pelo menos tivesse uma espingarda pra ajudar o cara [...] quer dizer, fazia algumas conversas, porque você não tinha organizado, você não tinha participado para ocupar. E a gente nem sabia a linha de pensamento das pessoas que tava ali, como é que era né? Ai era assim, se desse tempo dele atirar no jagunço antes do jagunço atirar nele tudo bem. Mas o jagunço vinha mais esperto né? [...] por isso o que a gente fazia mesmo era dar apoio a partir das Comunidades de Base. Ainda não tinha aquela força de organizar pra ocupar, o pessoal sem formação e o perfil era assim das lutas espontâneas mesmo. (Entrevistado, Cícero, novembro de 2009).

Nesse contexto, até o final de 1987, a ação do MST manteve-se no apoio às ocupações espontâneas, *apagando fogo* nos focos principais de conflito no estado. Somente ao final de 1987, algumas lideranças procuraram organizar uma ocupação de terra na perspectiva sob a qual o MST já vinha atuando em outros estados brasileiros. Ou seja, uma ocupação massiva, organizada, com a presença da família, etc. Em uma das entrevistas chave da pesquisa, um militante da organização inicial do MST relatou essa primeira tentativa de ocupação do movimento no território rondoniense.

Aí quando foi no final de 1987 teve uma confusão na Fazenda Aninga. Aí falamos: vamos ter que fundar o MST. Ai tinha a Isabel, que era do sindicato de Ouro Preto,

eu, o Zé Pinto participava [...] Ai definimos: vamos ocupar a Aninga. Juntamos uma turma. Tinha o Chicote, o Ananias na [linha] 64, o Valdecir na [linha] 44. Aí dissemos vamos trazer mais gente. Aí um dia antes estava eu e o Everaldo [...] aí afundamos pra dentro da Aninga para dar segurança pro pessoal. Ficamos dois dias amoitados, pra ver como é que tava o ambiente pra ocupar. Aí o Ananias falou que ia trazer 60 famílias da [linha] 64, fomos anotando [...] outro falou que ia trazer umas 100 da região de Ouro Preto, Antônio Abílio ia trazer um tanto de outro lado [...] Aí reunimos ali naquela ponte depois de Nova União, num desanimo [...] ai falamos num dá! Desistimos e voltamos [...]. (Entrevistado, Cícero, novembro de 2009).

Essa primeira tentativa de ocupação não ocorreu, como nos relatou complementarmente o atual coordenador estadual do MST, porque os jagunços da área conseguiram identificar a tentativa de ocupação e dispararam alguns tiros contra os militantes que foram fazer o reconhecimento inicial da área e, então, estes desistiram da ocupação antes mesmo de sua efetivação. Esta fazenda, onde ocorreu a tentativa de ocupação, tornou-se o foco das ações do MST a partir de meados da década de 1990, sendo que as lutas nesta região acabaram gerando três assentamentos (Palmares, Margarida Alves e Padre Ezequiel). Depois dessa tentativa frustrada de ocupação, nos moldes do MST, foi realizada outra ocupação, mas partindo da ocupação de um grupo espontâneo de posseiros, como explicou nosso entrevistado.

Mas aí falamos: vamos fazer uma ocupação. Aí nisso tinha um líder desses espontâneo assim, que na época era muito bom pra mobilizar, era o Romildo de Jarú. Aí tinha umas terras de Machadinho, no entroncamento onde é o 5º BEC. Ali era da Mineradora Oriente Novo, era 60 mil hectares. Aí esse pessoal tinha entrado na frente e esse Romildo estava liderando [...] e o pessoal entrando ali [...] era gente! Ai esse Romildo estava levando muita gente daqui de Ouro Preto, levava caminhão lotado de gente. Aí conversamos com o Romildo e ele falou: vem me dar apoio. E naquela época era fácil, o pessoal tinha aquela vontade de ter um pedaço de terra e o Romildo cobrava uma mensalidade por fora né? E o Romildo participou de umas reunião do MST e nós ajudando a levar gente. Aí começamos a mobilizar gente em Ji-Paraná. O Ananias foi tentar mobilizar gente na periferia de Ji-Paraná e aí que veio o Oliveira [assentado no PA 25 de Julho], mas a liderança foi o Genésio em Ji-Paraná. Aí buscamos um bucado de gente e ocupamos lá no 5º BEC, bem na cidade da mineradora, mas aí a malária montou em cima [...] se numa casa tivesse quatro pessoas, tinha cinco com malária. Aí nós pensamos: levar gente pra aquele lugar pra morrer de malária é meio complicado, então nós vamos continuar dando apoio a quem quiser ficar ali, e quem quiser sair dali nós vamos fazer uma ocupação [...] isso em 1988. (Entrevistado, Cícero, novembro de 2009).

Depois da ocupação, onde morreu uma grande quantidade de camponeses, vítimas principalmente da malária. Os militantes do MST buscaram estabelecer novas alianças para, de fato, realizar uma ocupação no estado de Rondônia seguindo os parâmetros já utilizados pelo movimento em outros estados brasileiros. Para isto, foram congregados novos militantes, buscados, em especial, no âmbito da luta espontânea dos posseiros, em diferentes partes do

estado, com objetivo principal de dar um caráter mais amplo ao movimento. Pois já existia um pequeno núcleo do movimento, mas composto por lideranças, em sua maioria, de Ouro Preto e Ji-Paraná, que ficavam concentradas também nos conflitos desta região.

Aí começou a catar algumas pessoas para reforçar este núcleo. Aí foi nesse período que Adelino³⁰ [liderança de posseiros, depois do MST e, por fim, liderança do MCC – Movimento Camponês Corumbiara] liderava uma ocupação na Fazenda Pirajuí em Pimenta Bueno [...] tudo armado e uns querendo matar os outros. Foi quando trouxe o Adelino para a discussão. Soube também do Pedro Mendonça que vinha de Trombas e Formoso e agora estava no Sindicato de Espigão do Oeste. Aí ele apresentou o Leôncio e Leonel. Eu e Isabel [liderança sindical, ligada atualmente ao MPA – Movimento dos Pequenos Agricultores] que fizemos esta articulação toda. O Valdecir ficava mais ligado ao PT, aí tinha o Ananias, busquei um dos meninos de Ariquemes, o Roberto [...] aí com este grupo nós falamos, vamos puxar um encontro. Aí falamos: vamos fazer um encontro do MST em Rondônia pra gente discutir pra fazer uma ocupação organizada em terra boa, que não seja de malária. Marcamos em Vilhena e conseguimos um local muito bom, fora da cidade, e aí foi assim, o movimento enraizou. Pessoas de vários municípios e veio mais alguns delegados, o Quarentinha, de Rolim de Moura, o Sandro e depois o Nicolau. E aí fechou o encontro com isto: “Em Rondônia nós nunca mais ia ocupar terra ruim, região de malária e nem ocupar os areial de Vilhena, iríamos atacar o seio do latifúndio, as terras boas do latifúndio”. Aí foi aonde nós atacamos a Fazenda Seringal, em Espigão do Oeste, em 1989. (Entrevistado, Cícero, novembro de 2009).

Claudinei, atual (2011) coordenador estadual do MST em Rondônia, relatou também o processo de consolidação do MST, no encontro realizado em Vilhena, no final de 1988, considerado o Primeiro Encontro Estadual do MST em Rondônia. Destacou a participação de lideranças nacionais do movimento, como Ademar Bogo, Egídio e Brunetto, que ajudaram a fazer uma primeira discussão política no âmbito do MST em Rondônia. Aí foi, então, o primeiro momento onde a proposta de luta do movimento foi discutida no estado a partir de uma perspectiva mais ampla, com a participação de um maior número de militantes.

No Encontro foi aprovado um plano de lutas, que definiu entre outras ações: a orientação às famílias de posseiros nas lutas de resistência; trabalhar na formação de grupos de famílias sem-terra para a realização de ocupações; incentivar a organização do trabalho nos assentamentos; discutir soluções contra a violência; oferecer segurança aos trabalhadores ameaçados de morte e criar uma articulação das instituições que apóiam as lutas pela terra e pela reforma agrária. Os sem-terra elegeram a Coordenação Estadual, formada por dois membros de cada município. (FERNANDES, 1999, p. 124).

O coordenador estadual do MST, relatando esse primeiro Encontro e as novas propostas surgidas dele, justifica também a escolha da região de Espigão do Oeste como área

³⁰ Adelino citado por Cícero na entrevista é Adelino Ramos, liderança sem-terra histórica do estado de Rondônia. Adelino, ou Dinho, foi assassinado em 27 de maio de 2011 em Vista Alegre do Abunã/Rondônia a mando de latifundiários e madeireiros.

foco para as ações do movimento. De acordo com sua explicação, alguns militantes já vinham sondando fazendas nesta região, mas foi a partir da discussão realizada durante o I Encontro, em Vilhena, que definiram, de fato, a região como prioritária para aquela conjuntura, especialmente, por constituir uma área com grande quantidade de camponeses sem-terra, vivendo como agregados ou arrendatários nos lotes de amigos e parentes.

[...] nós precisamos fazer uma grande ação no estado, um grande latifúndio que possa marcar de fato o início do MST e eles vão pra uma região aonde é o Espigão, Pimenta Bueno, Cacoal, que é uma região que tem uma tradição de camponeses e principalmente aí no Cacoal você tem muitos meeiros, arrendatários, muitas pessoas que trabalhavam no lote de outras pessoas [...] só que tem uma tradição de camponês, e é mais fácil trabalhar com essa parte de sem terra que tem uma consciência política melhor, todo mundo faz parte da Igreja, então vamos organizar esse público e vamos ocupar essa área lá no Espigão, então eles ocupam lá no dia 25 de julho, em 1989. (Entrevistado, Claudinei, outubro de 2009).

O encontro realizado na cidade de Vilhena e a ocupação da Fazenda Seringal, em Espigão do Oeste, caracterizaram o surgimento concreto do MST em Rondônia. O I Encontro Estadual simbolizou uma profunda mudança de postura na luta pela terra em território rondoniense. Anteriormente, como vimos, ainda que já existissem militantes do movimento em Rondônia, a luta pela terra continuava, majoritariamente, seguindo a perspectiva traçada pelas ocupações espontâneas dos grupos posseiros. A partir do encontro, traçou uma estratégia politicamente mais elaborada e focada no embate com o latifúndio. Ou seja, iniciava-se uma perspectiva de transformação social no campo, superando a lógica focada única e exclusivamente no acesso à terra.

A ocupação da Fazenda Seringal, por sua vez, funcionou como um laboratório de formação de militantes para o MST no estado. Para a ocupação da área, com apoio de militantes da CPT e principalmente do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Espigão do Oeste, foi realizada incursão prévia de reconhecimento da área e localização de um possível local a ser ocupado. Com isto, em 26 de junho de 1989, com a presença de trinta famílias apenas, a Fazenda Seringal foi ocupada. Uma semana depois, contudo, as famílias foram despejadas da área. O despejo ocorreu de forma pacífica, mas as lideranças do movimento colocaram como condição a abertura de um processo de negociação com o INCRA para o assentamento das famílias acampadas.

No momento do transporte das famílias para a cidade de Pimenta Bueno, no entanto, o movimento organizou uma ocupação da sede do INCRA na cidade. A ação consolidou outra estratégia de luta do MST que, até então, não havia sido utilizada. Foi na ocupação da sede do

INCRA em Pimenta Bueno que as 30 famílias iniciais que ocuparam a Fazenda Seringal se multiplicaram. Essa ocupação, que perdurou por aproximadamente um mês, fez com que o grupo de acampados superasse cem famílias de camponeses. Com o aumento da pressão, o superintendente local do INCRA propôs uma negociação para a volta das famílias para a área em questão.

Nóis levava gente igual folha de pau pra lá [...] Aquilo foi enchendo de barraco e fomos prensando o INCRA. Aí um tempo depois formaram uma Comissão e nós disse que só saia de lá pra terra. Aí fizemos esta proposta que a gente só voltava pra lá com a área negociada. Aí negociamos. Negociamos 500 hectares para botar roça e depois ia negociar o resto da fazenda. (Entrevistado, Cícero, novembro de 2009).

Assim, em 25 de julho de 1989, com a negociação de 500 hectares da fazenda, para a efetivação do acampamento e desenvolvimento de atividades produtivas de subsistência, as famílias voltaram a acampar na Fazenda Seringal. Durante o período de derrubada e plantio até a primeira colheita, as famílias acampadas receberam apoio de entidades ligadas à Igreja, dos Sindicatos e de outros parceiros mobilizados pelas lideranças do MST. Antes que os acampados conseguissem realizar o plantio, no entanto, os jagunços do fazendeiro começaram a ameaçar o acampamento. As lideranças do acampamento já haviam organizado a segurança da área, montando grupos permanentes de guarda para o entorno da ocupação. No principal embate que ocorreu entre acampados e os contratados do fazendeiro, foram mortos três jagunços. Esse fato fez com que o ataque do fazendeiro aos sem-terra acampados fosse direcionado para o embate na justiça.

O período de acampamento durou, entre a primeira ocupação e a conquista da terra, aproximadamente, um ano. No decorrer do período, além do citado embate com os jagunços, nos primeiros meses de acampamento, vários outros problemas foram enfrentados pelos acampados. O principal deles foi, de acordo com as famílias hoje assentadas, a rejeição estabelecida, inicialmente, pela comunidade de Espigão do Oeste. Durante o período de acampamento, os camponeses acampados não conseguiam trabalho nas fazendas vizinhas. Também na cidade, muitos tinham dificuldade em fazer qualquer tipo de compra ou conseguir qualquer tipo de apoio.

Somado aos problemas externos, lembrando que essa foi a primeira ocupação do movimento, os militantes relataram uma diversidade de problemas internos de organização que, por sua vez, permitiram um profundo aprendizado na organização política e social da luta pela terra. Foi necessário transformar a cultura de ocupação de posseiros persistente entre a maior parte dos acampados. Da mesma forma, a ocupação com a família exigia normas de

convivência que, até então, não existiam. Nesse contexto, a ocupação foi caracterizada, em verdade, como um laboratório de formação de lideranças e na organização da luta pela no território rondoniense.

Finalmente, em abril de 1990, como publicou o jornal *Folha Pimentense*, de Pimenta Bueno/RO, a Fazenda Seringal foi desapropriada. “As 500 famílias de colonos acampados na Fazenda Seringal em Espigão do Oeste podem ficar tranquilas pois esta também foi desapropriada em sua área total de 2.881 ha”. (FOLHA PIMENTENSE, 21 de abril de 1990, p. 8). Somente em meados de julho de 1990, no entanto, o assentamento das famílias acampadas foi, de fato, iniciado. A conquista da área e, em especial, o processo de formação política e organizacional proporcionado pelo período de acampamento, possibilitou a consolidação do MST no estado de Rondônia. Foram formados quadros militantes para a ação posterior do movimento, permitindo a ramificação da luta pela terra, segundo os parâmetros construídos pelo MST nacionalmente.

4.5 A territorialização do MST em Rondônia (1989 – 1995)

No processo de conquista da Fazenda Seringal, em Espigão do Oeste, entre 1989 e 1990, o MST conseguiu formar um relativo número de lideranças, provenientes de quadros dos Sindicatos, da Igreja, entre outras organizações. Assim consolidou uma nova estratégia de luta pela terra para o território rondoniense, baseada em um contexto nacional de embate com a estrutura latifundiária e capitalista. Para tanto, a regional rondoniense do movimento passou a seguir uma estrutura que vinha sendo estruturada desde a fundação nacional do MST, em 1984, com a criação de táticas e estratégias de luta e instâncias de discussão e execução, como analisou para o contexto nacional, Fernandes (1999).

O ponto de partida para construir o MST em cada estado foi a organização de uma estrutura básica. Essa estrutura, formada pela coordenação, direção, secretaria e setores, foi concebida desde as práticas das organizações camponesas históricas e, principalmente, das experiências vivenciadas, quando as famílias organizaram comissões e núcleos nos acampamentos e nos assentamentos. Esses ensaios praticados durante anos de luta tornaram-se as referências que delinearam as formas de organização das atividades do Movimento. Desse modo, os sem-terra criaram suas instâncias de representação que são a direção e a coordenação estaduais, as coordenações de assentamentos e acampamentos. (FERNANDES, 1999, p. 86).

Já no contexto de consolidação da estrutura organizativa no estado, foram sendo organizadas e realizadas novas ações e constituídos novos acampamentos. A militância

formada na conquista da Fazenda Seringal passa a atuar segundo uma perspectiva de luta de classes, tentando consolidar a autonomia do movimento, em especial com relação à influência direta dos setores da Igreja e do Sindicalismo Rural, que seguia então as diretrizes do Departamento Agrário da CUT.

Nesse contexto, ainda em 1990, o movimento organiza novas ocupações. Como diz o Sr. Cícero, que então era da direção do MST, “[...] primeiro foi a Fazenda Boi Mouro, que não deu certo. Depois foi pra Fazenda Belloto, em Ariquemes [...] aí foi onde enraizou as lutas em Ariquemes. E a partir daí o MST passou a ter respeito, foram acontecendo os encontros estaduais [...]”. (Entrevistado, Cícero, novembro de 2009). Também em 1990, no mês de julho, quase simultaneamente, foram ocupadas as Fazendas Lambari, em Espigão do Oeste, e a Fazenda Adriana, em Corumbiara.

No dia 21, no município de Cerejeiras *[atualmente esta área está localizada no município de Corumbiara]*, cento e cinquenta famílias ocuparam a fazenda Adriana, de mil novecentos e sessenta hectares. No dia 24, duzentas e cinquenta famílias ocuparam a fazenda Lambari, de dois mil hectares, no município de Espigão do Oeste. Os dois grupos sofreram despejos imediatos. As famílias ocupantes da fazenda Adriana, tentaram ocupar uma unidade avançada do Incra, em Colorado do Oeste, foram impedidas pelas Polícias Militar e Federal e formaram acampamento da periferia da cidade. As famílias da fazenda Lambari acamparam na sede do Incra em Pimenta Bueno. (FERNANDES, 1999, p. 124, *grifos nossos*).

As famílias que acamparam na Fazenda Adriana, após um intenso processo de luta e negociações, que durou quase um ano, foram assentadas nesta mesma área, no PA Boa Conquista (ou PA Adriana), em 1994. Os camponeses que acamparam na Fazenda Lambari, por sua vez, acabaram sendo assentados no município de Ariquemes, em uma área de dois mil hectares, negociada com o INCRA, para que não ocupassem novamente a Fazenda Lambari. A luta para conquista da Fazenda Adriana, especificamente, representou um símbolo para a territorialização do MST no estado, pois atacou uma das regiões latifundiárias mais reacionárias de Rondônia. Revelou, ao mesmo tempo, uma nova estratégia de enfrentamento com fazendeiros e com a polícia. O relato de um dos coordenadores do processo de conquista da Fazenda Adriana, embora seja um pouco extenso, é bastante relevante para entendermos esse processo de transição do movimento.

Naquela região tinha muita ocupação isolada, né? A gente já tinha ouvido muito boato de muito conflito ali. Por exemplo, a Fazenda Verde Seringal, que hoje pertence ao município de Corumbiara e Colorado, ali o conflito foi muito grande e na época a gente morava perto, então a gente via todos os boatos ali, né? Aí em noventa quando nós ocupamos a Fazenda Adriana aquela região era muito ocupada por pistoleiro, Corumbiara, não sei hoje, mas era mandado pelos

jagunços, os jagunços mandava na região. Aí nós fomo faze a ocupação [...] assim, na época pela condição do movimento nós fomo muito audacioso, né? E foi faze ocupação justamente no lugar onde a pistolagem mandava. Aí começamo a mobiliza gente de Colorado, quando os menino [Lideranças do MST] chegou, aí juntou nós [Sindicato de Cerejeiras] e o Sindicato de Colorado, só tinha Sindicato em Colorado e Cerejeiras [...] nós fomo o sustentáculo para mobilizar, mas fomo aprendendo com o movimento. Aí nós ocupamos uma área da Fazenda. E a ameaça, tinha muita ameaça ali, de morte mesmo [...] mandava recado que ia pegar, que ia cercar, só que também quando nós ocupamos, os cara viu que era uma ocupação diferente, os cara ficaram com medo. Falaram não, não é ocupação isolada. Aí eles já ficaram com o pé atrás, sabia que o trem era mais complicado. [...] Mas a ocupação foi tranqüila, nós ficamo uma temporada boa dentro da área, eu acho que nós ficamos mais de 6 meses dentro da área. Aí sofremos o primeiro despejo bem rápido, esse foi pacífico, e já voltamos de novo pra área [...] ocupamos. Aí no final do ano teve outro despejo, esse foi com conflito. Aí resistimos três dias de batalha com a polícia [...] a polícia tentava invadir o acampamento e tinha um córrego que separava o acampamento da área de entrada da polícia. Aí já estávamos preparando a resistência, molotov, gasolina, estilingue [...]. Foram três dias de batalha e no terceiro dia não deu pra resistir, mas não feriu ninguém. Nós enchemos a beira do córrego de pedra, aí quando a polícia vinha acendia o molotov e jogava naquelas pedras [...] na base do molotov e estilingue. A polícia vinha pra atravessar e o povo ia com foice pra cima. Aí saímos e ficamo numa área em Colorado, isolada fora da cidade. Ficamos uns 4 ou 5 meses. Aí ocupamos de novo em abril ou maio de 1991 [...] porque nós chegamo pra fazer roça, aí chegamo na área e fizemo roça mesmo, fizemo muita roça..aí em 1992 saíu a terra [...]. (Entrevistado, Lucimar, 8 de novembro de 2009).

A partir da ocupação da Fazenda Adriana, portanto, o MST iniciou sua consolidação no território rondoniense. Como escreveu Fernandes (1999), a partir daí o movimento formou os setores de Frente de Massa, de Formação e de Produção. Passou a desenvolver, também, um conjunto de atividades de formação política e técnica dos assentados, sendo que muitas lideranças do estado foram, já neste período, participar de cursos de formação no Sul do país, em espaços de formação nacional do movimento. Com isto, ampliou-se o trabalho de base, organizando novos grupos de famílias para as ocupações, com objetivo de territorializar o MST em todas as regiões do estado. O movimento adquiriu um importante papel de interlocutor junto aos órgãos governamentais e a sociedade rondoniense.

A conquista da Fazenda Adriana representou a consolidação do MST no sul do estado, mas representou também um período de crise na coordenação estadual do movimento, pois nesta ocupação que ocorre o *racha* que, posteriormente, resultará na ocupação da Fazenda Santa Elina e na criação do MCC (Movimento Camponês Corumbiara). A ocupação da Fazenda Lambari, por sua vez, e a conseqüente negociação da área onde foi constituído o PA Migrantes, em Ariquemes, simbolizou o estabelecimento do movimento na região central do estado, onde empresas agropecuárias controlavam a maior parte das terras. Essa é a região onde grandes grupos pecuaristas estavam territorializados, com destaque para a Fazenda Nova Vida, talvez o maior símbolo do latifúndio em Rondônia. Assim, essas ocupações estão

inseridas na nova concepção estabelecida pelo MST no estado, ou seja, de atacar o latifúndio e o capital no espaço onde estão territorializados, no Centro Sul do território rondoniense. Essa ocupação abrirá espaço para novas ações na região, em meados da década de 1990, como a ocupação inicial da área onde hoje está consolidado o PA 14 de Agosto (objeto de estudo em nossa pesquisa) e o PA Novo Amanhecer, em área conquistada da Fazenda Nova Vida, citada anteriormente. O coordenador estadual do MST fala do significado da conquista de um território na região.

A Nova Vida, depois que acabou o seringal, eles vão concentrando terra até chegar no que é hoje. Segundo levantamento do Incra a Nova Vida hoje tem quase 25 mil hectares de terra. É difícil você ter acesso a isto dentro do Incra porque existe a direita que de fato coordena o Incra no estado, mas se você tivesse condições de vê a procedência da documentação você ia constatar que tem muita área da Nova Vida que é composta por áreas griladas. Então o Novo Amanhecer vai ser uma conquista importante pro movimento porque? Pensando no movimento num processo mais amplo, porque é luta contra o latifúndio, e esse é um deles, você tem ali 120 famílias na cabeceira da área, é um patrimônio importante, e você questiona o modelo ali, dizer oh é possível fazer um outro. E o movimento cria um território ali, quer dizer tamo aqui oh! (Entrevistado, Claudinei, outubro de 2009).

Portanto, é a partir da organização do movimento nestas três áreas, Espigão do Oeste/Pimenta Bueno, Colorado do Oeste/Corumbiara/Cerejeiras e Ariquemes, que a territorialização no estado torna-se realidade. O movimento continuou a apoiar ações em outras regiões, mas focalizou a luta nas três áreas representativas do latifúndio em Rondônia. A partir das ações, foi possível, também, formar novos grupos de militância, com conhecimento específico de diferentes regiões do estado. Nesse contexto, o movimento se consolida no território rondoniense, situando-se entre os principais interlocutores na luta pela terra no estado.

É também a partir de 1995, contudo, que tem início um processo de fragmentação dos movimentos de luta pela terra em Rondônia. Isso ocorre, em especial, após o maior embate entre o latifúndio e os camponeses sem-terra do estado, o Massacre de Corumbiara. O episódio da violência contra os sem-terra terá importância central na luta pela terra a partir de 1995, quando ocorreu. Não descartamos o fato de que mudanças no direcionamento político da luta pela terra, com dissidências internas no MST, que levaram à constituição de novos grupos de lideranças, já vinha ocorrendo desde a ocupação da Fazenda Adriana. No entanto, destacamos que foi após o Massacre de Corumbiara que estes grupos se consolidaram como interlocutores da causa sem-terra no estado.

Destacamos, ainda, que, além da criação, após o massacre, de novos interlocutores na luta pela terra no estado, com novas posturas ideológicas, o próprio MST inicia um novo momento, constituindo diferentes estratégias e buscando novos espaços em suas ações. Em decorrência da importância do conflito da Fazenda Santa Elina, em Corumbiara, assim como das transformações que geraram na luta pela terra em Rondônia, entendemos ser importante refletirmos especificamente sobre este processo.

4.6 O Massacre de Corumbiara e a fragmentação da luta pela terra (1995 – 2002)

Como alisamos, o MST vinha construindo sua estruturação no estado rondoniense desde meados da década de 1980. Entre 1989 e 1995, o movimento conseguiu conquistar seu primeiro território e expandir a luta organizada pela terra, aos moldes do MST a nível nacional, para outras regiões do estado. Situarão o embate com o latifúndio e o capital em seu espaço de ação, consolidando sua presença no leste do estado, em Espigão do Oeste e Pimenta Bueno e avançando para o centro do estado, especialmente Ariquemes, e para o sul, região de maior domínio do latifúndio no estado, com a conquista da Fazenda Adriana.

A conquista da área representou uma derrota concreta para o latifúndio da região, pois anteriormente, os latifundiários lutavam apenas contra grupos posseiros isolados, combatidos pelos jagunços de forma mais rápida e eficiente. Agora, contudo, enfrentava-se um movimento diferenciado e organizado para um embate mais qualificado política e estrategicamente. Os novos fatores alertaram os fazendeiros da região sul, que aumentaram sua organização e articulação política, assim como sua revolta quanto à desapropriação de seus latifúndios. Tendo esse como um dos principais motivos, o MST diminuiu sua atuação no sul do estado, buscando traçar novas estratégias e acumular forças para o embate na região.

Por outro lado, com a conquista da Fazenda Adriana e a demanda crescente por terra entre camponeses agregados, meeiros e arrendatários, antigas lideranças do movimento passaram mobilizar algumas famílias para ocupar algum latifúndio na região sul. Esses fatores foram destacados por Mesquita (2001, p. 85):

[...] entre eles o grande número de trabalhadores desempregados vivendo precariamente na região e a própria ocupação da Fazenda Adriana que, apesar das dificuldades, os posseiros conseguiram a terra, e ainda os exemplos dos assentamentos Verde Seringal e Vitória da União, no município de Corumbiara, também conquistados a partir de ocupações e muita luta.

Havia, portanto, uma grande demanda para o acesso à terra na região sul do estado, especialmente, no entorno da PA Adriana. Restava a necessidade de que um grupo de lideranças mobilizasse e organizasse as famílias para a ocupação de algum latifúndio. As lideranças que aceitaram essa tarefa foram aquelas anteriormente ligadas ao MST, entre as quais algumas assentadas no PA Adriana. Os líderes camponeses, em especial Adelino Ramos e Cícero Pereira Leite, haviam *rachado* com o MST no processo de conquista da Fazenda Adriana em decorrência de divergências políticas e posturas estratégicas quanto ao melhor caminho para a organização da luta pela terra naquele momento. Essas lideranças mantiveram, contudo, respaldo junto à comunidade do PA Adriana e de seu entorno.

[...] fator muito importante do sucesso da mobilização foi a credibilidade que os mobilizadores tinham junto à comunidade. Adelino Ramos foi figura importante na ocupação que resultou no PA Adriana, inclusive era assentado ali. Cícero Pereira Leite Neto também era pessoa conhecida e tem muita facilidade de comunicação. Os dois fizeram parte da coordenação do MST sendo que Cícero chegou a fazer parte da coordenação nacional. Junto aos dois ainda estavam Claudemir, filho de Adelino, o Prof. João, secretário do STR de Corumbiara e outras pessoas, moradores do PA Adriana. (MESQUITA, 2001, p. 86).

Já com algumas famílias mobilizadas, as lideranças buscaram, inicialmente, o apoio do MST para dar solidez ao anunciado conflito com o fazendeiro e com a polícia. O Movimento, no entanto, compreendia que a conjuntura não era, então, favorável a uma ocupação na região pretendida. Assim, a direção do MST deliberou que não participaria da ação já em planejamento pelos ex-militantes do movimento, que decidiram realizar a ação mesmo sem o apoio de outros Movimentos e entidades de apoio à luta pela terra no estado rondoniense.

A área pré-determinada para a ação foi a Fazenda Santa Elina, com área aproximada de 20 mil hectares, de propriedade de Hélio Pereira de Moraes. A entrada na área ocorreu, de acordo com relato do Sr. Cícero, uma das lideranças da ocupação, no dia 14 de julho de 1995. A ocupação foi efetivada já com dezenas de famílias camponesas, transportadas por vários caminhões com tudo o que lhes pertencia. Após a entrada na área da fazenda, o acampamento foi crescendo rapidamente com a chegada cotidiana de novos agricultores sem-terra. Muitos estavam trabalhando na colheita em áreas de outros agricultores e esperavam o final destas atividades para juntar-se ao grupo acampado. Como relatou o entrevistado, “[...] *aquela região era muito produtiva e era no período da colheita do feijão [...] da lavoura [...] feijão, milho. Na semana vai terminar a colheita lá pro lado da linha tal e vem mais dez famílias. Aí aquilo virou uma cidade*” (Entrevistado, Cícero, novembro de 2009). Quando ocorreu o ataque da polícia, a área já congregava uma população que superava 600 famílias. Essas

famílias organizaram-se e buscaram intensamente a negociação da área, mas, nos primeiros dias do mês de agosto de 1995, o massacre aconteceu.

Na madrugada do dia 09/08 o acampamento foi cercado por todos os lados e começou o que foi o MASSACRE DE CORUMBIARA. Os posseiros foram pegos de surpresa, pois era noite escura e eles estavam confiantes nas negociações da comissão e nas palavras do major. O acampamento foi cercado quando ainda estava muito escuro, foram usadas bombas de efeito moral, tiroteio por longas horas com armas muito pesadas, mulheres foram usadas como escudo humano pelos policiais e por jagunços. Segundo relatos um grande número de jagunços, alguns vestidos como policiais entraram infiltrados no meio das tropas e muitos homens estavam encapuzados. O acampamento foi totalmente destruído e depois incendiado... Não sobrou nada do que os camponeses haviam levado para começar *o que seria uma vida nova*. Tudo se transformou em pesadelo. (MESQUITA, 2001, p. 113, *grifos da autora*).

O conflito teve como resultado a morte de nove pessoas do acampamento da Santa Elina, entre elas, a menina Vanessa. Além disso, uma imensa quantidade de camponeses foi ferida, tanto durante o conflito direto, como depois, com o acampamento já dominado pelos policiais. Uma parte das famílias despejadas da Santa Elina foi assentada em áreas localizadas nos municípios de Corumbiara, Theobroma e Ariquemes, já em 1996. As marcas do massacre, contudo, foram muito além do assassinato dos camponeses. Revelou a influência do latifúndio e certa fragilidade das organizações de apoio aos camponeses sem-terra. A perspectiva sob a qual ocorreu o conflito levou, ao mesmo tempo, a um processo de fragmentação da luta organizada pela terra no território rondoniense.

O conflito da Fazenda Santa Elina gerou uma grande repercussão nacional e internacional, voltando os olhares e diferentes interesses para os camponeses sem-terra de Rondônia, especialmente, aqueles envolvidos no Massacre de Corumbiara. As lideranças do acampamento, após o conflito, foram contatadas por diversos grupos políticos ou de direitos humanos de várias partes do país. Nesse processo, nos meses após o conflito, esses militantes participaram de uma verdadeira peregrinação, dialogando com estudantes em Universidades, militantes políticos partidários ou não, entre vários outros.

O principal apoio, contudo, veio de militantes da Liga Operária de Minas Gerais. A principal liderança do grupo acampado na Santa Elina ficou em Belo Horizonte articulando com a organização o apoio para a sequência da luta das famílias despejadas. Conseguiram, com o apoio da Liga Operária, um veículo para articular a negociação de um território para o assentamento das famílias expulsas de Corumbiara e recursos para manutenção de algumas lideranças do acampamento atacado e destruído. Também com o apoio da Liga Operária foi criado, em 25 de fevereiro de 1996, o MCC (Movimento Camponês Corumbiara).

A constituição do MCC tinha como objetivo inicial buscar o assentamento das famílias expulsas da Fazenda Santa Elina. Quanto às famílias vítimas do Massacre, de acordo com Mesquita (2001), destacamos que parte delas foi assentada em áreas no próprio município de Corumbiara, na Fazenda Guarajus e Fazenda do latifundiário Garon Maia. “Outro grupo de vinte e nove famílias foi deslocado para o assentamento Américo Ventura em Ariquemes e as restantes foram para os assentamentos Lagoa Nova, Primavera e Santa Catarina, no município de Theobroma” (MESQUITA, 2001, p. 151). É importante destacar que grande parte das famílias vítimas do Massacre de Corumbiara continua na luta pela terra.

O MCC, por sua vez, com o apoio da Liga Operária participou efetivamente do apoio às famílias nas novas áreas de assentamento. A madeira presente nas áreas desapropriadas, no entanto, passou a ser explorada pelo Movimento em conjunto com a comunidade assentada, através do funcionamento de uma serraria. E foram exatamente os conflitos internos, gerados pelo direcionamento dos recursos obtidos com a venda da madeira, que levaram a um *racha* entre lideranças locais do MCC e os apoiadores da Liga Operária. Assim foi constituída, em território rondoniense, a LCP (Liga dos Camponeses Pobres).

O MCC manteve sua bandeira, sua articulação política e sua ação na luta pela terra, enquanto a LCP passou a construir um caminho diferente, com o direcionamento político fornecido pela Liga Operária. O MCC, com militância principal de lideranças do acampamento despejado da Fazenda Santa Elina, em 1995, continuou sua trajetória na luta pela terra. Nos últimos anos, no entanto, este Movimento diminuiu consideravelmente suas ações no estado de Rondônia. De acordo com os dados obtidos com o INCRA e CPT, a bandeira do Movimento está presente, atualmente, em apenas um acampamento, o Acampamento *Alegria do Rio Preto*, localizado em Itapuã do Oeste.

A LCP, por outro lado, foi o movimento que mais cresceu em Rondônia, mais exatamente na última década. Constitui, pelo menos em termos de mobilização da massa camponesa, o principal movimento atuando no estado, tendo estabelecido como plataforma de atuação política a construção de um processo revolucionário no campo, a Revolução Agrária.

As LCP lutam por destruir o latifúndio como única via para realizar uma verdadeira transformação agrária, para entregar a terra a quem nela trabalha, entregar a terra aos camponeses pobres sem terra ou com pouca terra e organizá-los de forma a avançar para a compreensão de que, somente através das formas coletivas de trabalho – na produção, armazenamento, comercialização, saúde, educação e organização social – será possível viabilizar o seu progresso frente a dominação do capital monopolista. (LCP, 2006, p. 23).

Construindo sua formação a partir da teoria de *Mao Tsé Tung*, a estratégia da Liga dos Camponeses Pobres tem sido atacar os latifúndios em regiões mais distantes do eixo da rodovia BR 364, embora alguns de seus acampamentos estejam neste espaço territorial. O Movimento declara a presença em quinze acampamentos, mas sua permanência nas áreas tem sido, em alguns casos, temporária. Esse é o caso, por exemplo, do Acampamento Nosso Caminho, em Espigão do Oeste, onde em conversa com as famílias acampadas, nos disseram que o Movimento já não estava mais atuando na área.

A principal característica estratégica da LCP, no entanto, tem sido sua forma de luta contra o latifúndio. A ocupação ocorre, normalmente, em toda a área pretendida pelo Movimento e, em pouco tempo, as próprias famílias acampadas realizam um parcelamento popular da área e distribuem os lotes, organizando grupos coletivos de produção. Ou seja, o Movimento não situa a negociação com o INCRA como sendo uma ação prioritária para a consolidação do território camponês. O caso se repete na maioria dos acampamentos organizados pela LCP. Esse é o caso específico, por exemplo, do Acampamento Raio de Sol, em Ariquemes. No acampamento, 45 famílias, há quatro anos, produzem para seu auto-consumo, vendendo ainda algum excedente. A reportagem publicada pela Agência Amazônia de Notícias, em meados de 2009, revela não somente a produção efetivada pelos camponeses, como também a estratégia de luta do Movimento.

[...] a safra nas terras ocupadas totalizou dois mil sacos de arroz e 1,2 mil sacos de milho. Há também 25 hectares plantados de banana, 30 ha de café, 35 ha de mandioca, 4 ha de cacau, e 18 ha de cana-de-açúcar e cultivos de abóbora, limão, laranja, caju, goiaba, coco, cupuaçu, acerola, jaca, siriguela, manga e inhame. Se hoje temos produção e casas, é porque não esperamos a reforma agrária falida do governo. “Cortamos as terras com nossas próprias mãos e entregamos aos camponeses. Numa celebração junto com a área Canaã, que reuniu mais de 200 pessoas, entregamos aos camponeses certificados de posse da Revolução Agrária”, lembram os camponeses do Raio de Sol. (AGÊNCIA AMAZÔNICA DE NOTÍCIAS, 2 de agosto de 2009, não paginado).

Tem tido grande repercussão no estado, ainda, a ação da LCP na região de Jacinópolis, localidade entre os municípios de Buritis e Nova Mamoré. De acordo com os militantes do movimento, os camponeses acampados compõem a maior parte da população local, tendo sido constituída uma verdadeira *área liberada*. Quem tem, de certa forma, controlado a região são os próprios militantes do movimento, definindo *quem entra e quem sai* da área. Os jornais do estado denunciaram, também, que a região seria uma terra sem lei. A resposta dos militantes do movimento às reportagens, em 2007, nos fornece uma perspectiva assumida na luta da Liga dos Camponeses Pobres em Rondônia.

O jornal Folha de Rondônia publicou que Jacinópolis é uma cidade sem lei acusando que moradores não colaboram com a justiça. Que a LCP está aterrorizando Jacinópolis. Os moradores de Jacinópolis não colaboram com a justiça porque ela não reconhece os direitos dos pequenos proprietários, que são pessoas trabalhadoras e que a polícia com o apoio dos jornais não pára de prender e chamar de bandidos. Portanto não reconhecemos esta justiça que só serve para nos humilhar e reprimir. (RESISTÊNCIA CAMPONESA, 31 de maio de 2007).

Além do MCC e da LCP, está em atividade no estado um Movimento denominado MAP (Movimento Agrário Popular), sobre o qual existem poucas informações. Em algumas ocupações de terra no estado, as famílias acampadas declararam fazer parte deste movimento, mas as lideranças conhecidas são apenas os coordenadores de cada acampamento. O Movimento, da mesma forma, ainda não se estabeleceu como interlocutor com as entidades governamentais e de apoio político. Sua ação restringe-se à região sul do estado, com seis acampamentos distribuídos nos municípios de Vilhena, Cerejeiras e Corumbiara.

Os Sindicatos dos Trabalhadores Rurais (STR) também apóiam, pontualmente, algumas ocupações em regiões específicas do estado. Diferentes sindicatos coordenam, atualmente, cinco ocupações nos municípios de Alvorada do Oeste, Cabixi e Theobroma. É importante ressaltar que os STRs tiveram participação na luta pela terra desde a década de 1980, sendo que muitos deles representaram apoio primordial para a consolidação do MST no território rondoniense. Os sindicatos estiveram historicamente congregados na FETAGRO (Federação dos Trabalhadores na Agricultura de Rondônia), mas, nos últimos anos, muitos sindicatos de trabalhadores rurais têm sido congregados no âmbito do MPA (Movimento dos Pequenos Agricultores), que busca estabelecer uma nova perspectiva para o sindicalismo do campo no estado de Rondônia.

O processo de fragmentação da luta organizada pela terra no território rondoniense intensificou as ações de disputa pela terra, aumentando consideravelmente as ocupações e o número de famílias acampadas. No período aqui em referência, no entanto, entendemos que o aumento no número de movimentos de forma geral ocorreu de forma menos intensa e com maior solidez. Tanto o MCC e a LCP acrescentaram novas discussões políticas para a luta pela terra no estado rondoniense. A discussão agrária que vinha sendo realizada exclusivamente pelo MST com apoio da CPT, principalmente, ganhou novos elementos e apresentou novas perspectivas para o debate. A inserção da LCP, por exemplo, direcionou novamente a luta organizada pela terra para regiões de fronteira, em áreas que haviam se tornado não prioritárias para o MST.

4.7 A luta pela terra na era Lula em território rondoniense: novas perspectivas, antigos desafios

Após o início do governo Lula, no entanto, o número de ocupações aumentou progressivamente e aumentaram, também, os grupos de sem-terra. O fato despolitizou a discussão agrária no estado de Rondônia. Aumentaram as ocupações espontâneas de grupos independentes e diminuíram as ocupações do MST. A LCP também continuou a ocupar os latifúndios do estado, especialmente aqueles em áreas da fronteira agrícola rondoniense, áreas que o MST já havia estabelecido como não prioritárias. Assim, as principais ocupações passaram a ocorrer a partir da ocupação de outros movimentos e de movimentos espontâneos de posseiros. Assim, o que temos hoje no estado rondoniense é resultado de um arrefecimento na luta dos movimentos organizados de luta pela terra.

Persistem ainda muitas ocupações efetivadas por posseiros e outras por grupos isolados, normalmente, coordenados por lideranças que, anteriormente, compunham o quadro do MST ou de outros Movimentos de luta pela terra. Muitas lideranças, entre as quais muitas já assentadas, constituem grupos de camponeses para realizarem ocupações de terra. É importante destacar que, nesses casos, os acampamentos seguem a perspectiva de organização estabelecida no estado pelo MST. Por outro lado, os grupos tornam-se muito frágeis no que se refere ao processo de negociação e interlocução com o INCRA e outras instituições responsáveis pelo trâmite do processo de desapropriação, fato que torna o acesso definitivo à área muito mais demorado.

A diversidade de grupos envolvidos na luta pela terra no estado de Rondônia, assim como as áreas de ocupações e/ou conflitos pela terra podem ser conferidos no quadro 3 e sua espacialização no estado pode ser verificada no mapa 5. Esses dados nos revelam, também, a persistência da demanda por terra no território rondoniense, pois, de acordo com as informações levantadas pelo INCRA, juntamente com aquelas obtidas em campo por agentes da CPT, durante o ano de 2009, existem, em Rondônia, 9.323 famílias lutando pela terra.

Os dados apresentados no quadro 3 indicam que, pelo menos, 30 mil pessoas, que querem voltar ao campo, continuam sem terra. É importante destacar, a partir desses dados, ao mesmo tempo, a permanência do movimento de ocupação de posseiros. Destaca-se no quadro 3, também, a denominação *outros*, quando indicamos os responsáveis pela ocupação. As ocupações são, normalmente, coordenadas por lideranças que já fizeram parte de algum movimento, mas que passaram a realizar ocupações por conta própria. Ou, também,

ocupações de grupos inicialmente coordenados por alguma *bandeira* que, por algum motivo, *rachou* com o movimento e manteve apenas coordenações locais.

No mapa 5, podemos notar que os conflitos e a demanda por terra está espalhada por todo o território rondoniense. Portanto, a luta destas famílias na busca por constituir e manter seus territórios de resistência continua ativa. No sentido de compreendermos melhor o processo de luta nos acampamentos, com destaque para as áreas coordenadas pelo MST, apresentamos, no item seguinte, uma descrição de dois acampamentos do movimento, destacando suas características intrínsecas.

Quadro 3 – Acampamentos/focos de conflitos agrários no estado de Rondônia, 2009

| Município | Acampamentos/Conflitos | Movimento | Nº Famílias |
|-------------------------|-------------------------------|------------------|--------------------|
| Alta Floresta do Oeste | Betinho | Posseiros | 33 |
| | Pivas | Posseiros | 35 |
| | Izidrolândia | Posseiros | 19 |
| Alto Alegre dos Parecis | Che | MST | 184 |
| | Espanhol | Outros | 545 |
| Alvorada do Oeste | Silvio Rodrigues | MST | 180 |
| | Paulo Freire III | STR | 37 |
| | Irmã Dorothy | MST | 257 |
| | Josino Tavares | STR | 12 |
| Ariquemes | Migrante | MST | 52 |
| | Terra Prometida | LCP | 120 |
| | Comunidade dos Baianos | Posseiros | 34 |
| | São Francisco | LCP | 40 |
| | Progresso | LCP | 18 |
| | São João | LCP | 19 |
| | Canaã | LCP | 269 |
| | Cafezal | Outros | 40 |
| Buritis | José e Nélio | LCP | 14 |
| Cabixi | Igarapé Preto | STR | 204 |
| | Olga Benário | Outros | 35 |
| Cacaulândia | Cristo Rei | LCP | 108 |
| Campo Novo de Rondônia | ASSPRORIO | Outros | 160 |
| | Conquista da União | Outros | 318 |
| | Jacinópolis II | Outros | 54 |
| Candeias do Jamari | Estrela Dalva | Outros | 200 |
| | Flor do Candeias | Outros | 97 |
| | Boa Esperança | Outros | 290 |
| | Flor do Amazonas | Outros | 270 |
| Castanheiras | Boa Sorte | STR | 39 |
| | Boa Esperança | Outros | 32 |
| | Pequena Vanessa | Outros | 32 |
| Cerejeiras | Zigolândia | MAP | 96 |
| Chupinguaia | Novo Plano | Outros | 340 |
| | Terra Boa | Outros | 38 |
| | Terra Roxa | Outros | 30 |
| | Barro Branco | Outros | 60 |
| | Água Viva | Posseiros | 20 |
| | Lote 40 | Posseiros | 25 |
| Corumbiara | Rio das Pedras | MAP | 71 |
| | Cambará | MAP | 48 |
| | Santa Elina | CODEVISA | 81 |
| Cujubim | Sol Nascente | LCP | 800 |
| | LJ/Cujubim | LCP | 65 |
| Espigão do Oeste | Nosso Caminho | LCP | 52 |
| | Nosso Sonho | Outros | 44 |
| | Jibóia | Outros | 22 |
| | Coice de Cobra | Outros | 37 |

(Cont.)

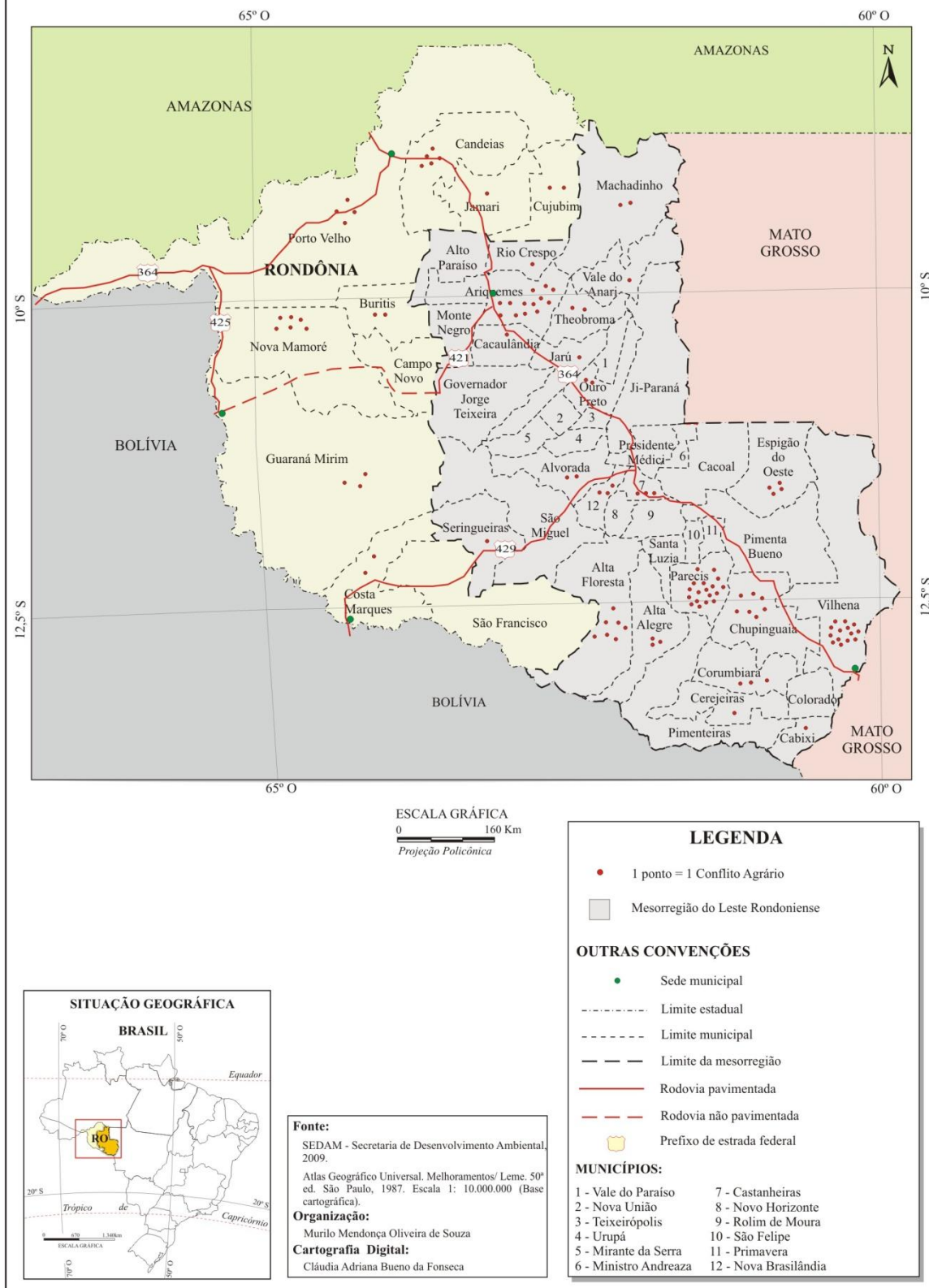
(Cont.)

| | | | |
|---------------------------|---------------------------|--------------|--------------|
| Itapuã do Oeste | Alegria do Rio Preto | MCC | 55 |
| Jaru | São Bento | LCP | 45 |
| Machadinho do Oeste | Canaã II | Posseiros | 133 |
| | Sol Nascente II | Posseiros | 360 |
| Nova Brasilândia do Oeste | Paulo Freire | Outros | 45 |
| | KolorKit | Outros | 42 |
| | Paulo Freire II | Outros | 35 |
| Nova Mamoré | Jacinópolis | Outros | 141 |
| | Jacinópolis II | Outros | 114 |
| | Carajás | Posseiros | 180 |
| | Rosana | Posseiros | 139 |
| Ouro Preto do Oeste | Associação Trabalhadores | Posseiros | 42 |
| Parecis | Córrego Rico | Outros | 35 |
| | União | Outros | 81 |
| | Bom Futuro | Posseiros | 34 |
| | Nova Esperança | Outros | 86 |
| | Rio Mutum | Outros | 72 |
| | Nova Mutum | Outros | 45 |
| | Boa Esperança | Outros | 15 |
| | Arraial do Cajueiro | Outros | 43 |
| | Quelé | Outros | 32 |
| | Arara Azul | Outros | 35 |
| | Lote 61 | Posseiros | 10 |
| | Planície Caramuru | Posseiros | 44 |
| | Lote 88 | Posseiros | 17 |
| | Lote 62 | Posseiros | 15 |
| | Buritis | Outros | 39 |
| Porto Velho | Getúlio | Outros | 70 |
| | Nova Conquista | Outros | 40 |
| | PA Taquara 9ª e 8ª linhas | Outros | 70 |
| Rio Crespo | Terra Boa | LCP | 85 |
| Seringueiras | Paulo Freire III | Outros | 84 |
| Theobroma | Lamarca | LCP | 200 |
| | Raio de Sol | LCP | 80 |
| | Vale Encantado | STR | 110 |
| Vale do Anari | Gonçalo | LCP | 140 |
| Vilhena | União da Vitória | Posseiros | 146 |
| | Águas Claras | Outros | 70 |
| | Nova Vida | Outros | 65 |
| | Nova Canaã | MAP | 127 |
| | Thomaz Muntzer | MAP | 60 |
| | Lote 46 | Posseiros | 35 |
| | Lote 58, 75, 78 e 84 | Posseiros | 173 |
| | Lote 53 | As.Rio Ávila | 44 |
| | Área do Exército | MAP | 140 |
| | Corumbiara Nova | Outros | 50 |
| | Flor da Serra | Outros | 24 |
| Total | | | 9.323 |

Fonte: CPT, 2009; INCRA, 2009.

Org.: Murilo M. O. Souza, 2010.

MAPA 5 - DISTRIBUIÇÃO ESPACIAL DOS CONFLITOS AGRÁRIOS DO ESTADO DE RONDÔNIA - 2009



4.8 A construção atual da luta pela terra do MST no território rondoniense

Os vinte anos de existência do MST em Rondônia permitiram a conquista de dezenas de assentamentos e a constituição de alguns territórios camponeses. Nos últimos anos, no entanto, o embate com o latifúndio e, agora, com o agronegócio, tem ocorrido de forma mais cadenciada. O *descenso de massa*, assumido pelo movimento em nível nacional, tem dificultado sua ação no que se refere à ocupação de terra no território rondoniense. As reflexões do movimento, nesse período de transição, direcionam-se especialmente ao questionamento da reforma agrária no âmbito republicano, como nos relatou o Coordenador Estadual do MST.

Olha, nós tamo num período esse ano, a nível nacional, nós tamo nesse embalo dos 25 anos e tamo fazendo, o movimento tá fazendo uma série de reflexões sobre a participação do movimento na luta pela terra e na reforma agrária. E uma das coisas que nós tamo estudando bastante [...] é essa reflexão sobre os limites da reforma agrária republicana, ou seja, aquela feita pelo Estado. A nossa avaliação é que no Brasil ela chegou no seu limite, porque em tese numa reforma agrária republicana que o Estado faça, ele tem que ter organismos que vão opera a favor desse objetivo que é um objetivo do Estado. Mais a reforma agrária aqui no Brasil ela sempre foi [...] ora ela foi encarada como uma compensação social, ora ela foi encarada como uma possibilidade de movimentar esse mercado especulatório da terra, cédula da terra, banco da terra [...]. (Entrevistado, Claudinei, outubro de 2009).

Outro elemento novo, específico da região amazônica, que tem trazido novos fatores para o debate interno do movimento, refere-se ao Programa Terra Legal, instituído pela Medida Provisória nº 458 de 2009. O programa prevê a regularização de 67 mil hectares de terras públicas em toda a Amazônia. De fato, especificamente em Rondônia, persiste grande quantidade de pequenos posseiros para os quais a regularização poderia ser uma solução, possibilitando o acesso mais fácil a créditos e outros benefícios. Por outro lado, as maiores extensões de terra a serem regularizadas pelo programa são áreas historicamente griladas ou irregularmente adquiridas.

Embora a execução desse programa signifique a regularização do grilo em terras rondonienses, não existe nenhuma articulação para fiscalizar ou debater os possíveis efeitos deste processo. As opiniões sobre que ação o movimento deve propor neste sentido ainda são divergentes. Enquanto uns entendem que se deve ocupar as áreas irregulares indicadas para regularização no âmbito do programa, outros acreditam que esse tipo de ação não resolverá o problema agrário do estado. Portanto, desenha-se uma nova conjuntura política, a respeito da

qual não existe ainda um acúmulo de discussão no âmbito dos movimentos, em especial do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST).

Para além das reflexões conjunturais, contudo, o movimento continua a luta em seus acampamentos. Além de uma área de formação, localizada no município de Ouro Preto do Oeste, o movimento mantém, de fato, no estado de Rondônia, dois acampamentos, um localizado às margens da rodovia BR 429, no município de Alvorada do Oeste e outro situado no município de Alto Alegre dos Parecis. Em outras áreas, as famílias ainda estão vivendo em acampamentos, mas a negociação da terra já foi concretizada, e por isso não as incluímos entre os acampamentos. Esse é o caso, por exemplo, do Antônio Conselheiro, no município de Theobroma, e do Madre Cristina, localizado no município de Ariquemes.

A seguir, apresentamos uma contextualização da luta pela terra no território rondoniense a partir da experiência dos dois acampamentos organizados pelo MST. Acreditamos que a dinâmica dos espaços pode fornecer uma compreensão acurada da perspectiva política e organizacional assumida pelo movimento no embate com o latifúndio rondoniense. Os acampamentos são o Sílvio Rodrigues, constituído em meados de 2009, e o Acampamento Che, ocupado inicialmente, em 1998, mas que assumiu uma nova estratégia de embate para a conquista da terra, desde que ocuparam o interior da fazenda e consubstanciaram um intenso processo produtivo.

4.8.1 Acampamento Sílvio Rodrigues: ocupar, resistir, produzir?

Como temos analisado, a luta pela terra na Mesorregião Geográfica do Leste Rondoniense assumiu, especialmente a partir da década de 1990, um caráter de embate com o avanço do grande capital sobre o campo. Em contraposição à lógica espontânea de ação dos camponeses posseiros, o MST rondoniense seguiu as diretrizes nacionais do movimento, buscando construir uma luta de transformação social. Nos últimos anos, contudo, a luta pela reforma agrária tem sofrido alterações consideráveis. As *frentes de massa* do movimento têm conseguido congrega, a cada dia, um número menor de militantes dispostos a engrossar as massas nos acampamentos. As políticas estatais como, por exemplo, o bolsa família, ocasionaram um arrefecimento na agregação de interessados em ir para os acampamentos.

O lema *ocupar, resistir, produzir*, símbolo da luta construída pelo MST em todo o país, já não tem a força assumida em outras conjunturas históricas e políticas no país. E é

nessa nova perspectiva, caracterizada por um *descenso de massa* que foi estabelecido o Acampamento Sílvio Rodrigues (Fotos 1 e 2), no município de Alvorada do Oeste.

Fotos 1 e 2- Acampamento Sílvio Rodrigues, Alvorada do Oeste/Rondônia, 2009



Autor: Murilo M. O. Souza, 2009.



Autor: Murilo M. O. Souza, 2009.

O Acampamento Sílvio Rodrigues³¹ foi instituído em 17 de maio de 2009, às margens da rodovia BR-429, que liga o eixo rodoviário principal do estado de Rondônia, a BR-364, à cidade de Costa Marques/RO, na fronteira com a Bolívia. Estão acampadas naquela área, aproximadamente, 180 famílias camponesas sem-terra. As famílias acampadas nessa área, em sua maioria, já foram acampadas em outros locais, anteriormente. Algumas haviam desistido da luta pela terra, outras estavam acampadas em diferentes áreas. A entrada na área, contudo, ocorreu com um número reduzido de pessoas, como revela a fala do coordenador do Acampamento Sílvio Rodrigues.

No começo nós começamos o acampamento com 13 pessoas. Aí o povo foi vindo [...] no começo foi de Ji-Paraná, Urupá, Presidente Médici [...] tem pessoas aí que já tem trinta anos de Rondônia ou mais, e sem terra ainda. Nós ficamos eu acho que uns oito dias inteiros aqui no acampamento. Nós tivemos repressão da polícia, já querendo tirar mesmo, chamando a gente de baderneiro. Isso porque tinha um acampamento de outro movimento ali na [linha] 72, que eles fizeram uma baderna mesmo. E como eles tinham recém tirado eles de lá e viu nós aqui no lado da BR pensaram que era o mesmo grupo. (Entrevistado, Tirana, outubro de 2009).

Outro camponês acampado [Tomé], com quem dialogamos, também falou sobre o processo inicial de estabelecimento do acampamento. De acordo com ele, alguns policiais chegaram na área requisitando a identificação com documentos de todos os acampados. No entanto, além de uma busca por armas que ocorreu durante esta *visita* da polícia ao

³¹ Sílvio Rodrigues foi militante das comunidades eclesiais de base e, posteriormente, do MST em Rondônia e no Mato Grosso, onde foi assassinado a mando dos latifundiários.

acampamento, não ocorreu nenhum tipo de violência física (Diário de Campo, 15 de outubro de 2009). O relacionamento com a polícia local, após a entrada na área, manteve-se tranqüilo de acordo com as famílias acampadas.

Após a instalação do acampamento, em 17 de maio de 2009, com apenas treze famílias, começaram a chegar e montar seus barracos, cotidianamente, um grande número de agricultores sem-terra, massificando a luta pela terra no Acampamento Sílvia Rodrigues. As famílias são provenientes dos municípios da região, tanto da cidade como do campo, com destaque para Ji-Paraná, Presidente Médici, Urupá e Alvorada do Oeste. O coordenador do acampamento destacou que, desde a entrada na área, existiu uma grande rotatividade de acampados, mas que o número total permaneceu em crescimento até o momento [outubro de 2009]. De acordo com ele *“[...] a cada 10 que chega, sai uns três [...] e as pessoas que mais saíram daqui é filho de sitiante que mora aqui perto. Vieram pra cá meio arriscando, não tem tanta necessidade de ficar”* (Entrevistado, Tirana, outubro de 2009). O número total de acampados tem girado, atualmente, entre 180 e 200 famílias acampadas.

As famílias acampadas no Acampamento Sílvia Rodrigues compõem grupos sociais que já estão no território rondoniense há, pelo menos, vinte anos. Entre os grupos de acampados com quem conversamos informalmente, a maioria é composto por camponeses mineiros que migraram para Rondônia em busca da terra de trabalho. Outros migraram do Espírito Santo, Mato Grosso ou Paraná. É relevante destacar que, entre os acampados, é comum identificar casos de camponeses que já estão, de alguma forma, envolvidos com a luta pela terra há vários anos. Quando eles próprios não participaram de alguma ação de luta pela terra, algum parente próximo já o fez. Alguns exemplos levantados durante nosso trabalho de campo na área, no sentido de consolidar a compreensão a respeito desta dinâmica, podem ser relevantes.

Um dos acampados [Sr. Pedro], por exemplo, nasceu em Mantena/MG, onde o pai trabalhava como meeiro em lavouras de café. Quando tinha quatro anos, o pai migrou para o Paraná, onde arrendou uma lavoura de café, que manteve com o trabalho familiar. No entanto, não conseguiu manter a terra e a produção de café em decorrência, principalmente, de alguns períodos de geada que prejudicaram a colheita e devido ao desenvolvimento de novas tecnologias, sobre as quais não teve acesso fácil e, quando buscou financiamento, não conseguiu. Sem possibilidades de permanência no estado paranaense, o grupo familiar migrou novamente, dessa vez para o Mato Grosso, onde trabalharam em lavouras de algodão, soja, entre outras culturas. Há quatorze anos, migraram para Rondônia, onde, logo após a chegada,

aderiram à luta pela terra no âmbito do MST. Como resultado da luta, o pai foi assentado no PA Chico Mendes, no município de Presidente Médici. No lote conquistado, sua família produz café, leite e outras culturas alimentares. No entanto, como ressaltou o acampado, a terra não era extensa o suficiente para a manutenção de toda a família, pois muitos de seus irmãos já estavam casados. E, por isso, resolveu enfrentar, novamente, a luta pela terra, para poder *dar um futuro para os filhos* (Diário de Campo, 15 de outubro de 2009).

Outra história representativa da luta pela terra nos foi contada pelo Sr. Mauril e por sua família. Esse acampado migrou para Rondônia do Mato Grosso do Sul. Trabalhou, nesse estado, sempre na terra de outras pessoas como funcionário. Por um período, buscou a terra de trabalho além da fronteira, no Paraguai. Com o avanço de latifundiários brasileiros sobre as terras paraguaias, acabou voltando para o Mato Grosso do Sul e, então, migrando para o território rondoniense, no final da década de 1980. Em meados dos anos 1990 aderiu ao MST e acampou na região de Nova União/RO, sendo, posteriormente, assentado no Projeto de Assentamento Palmares, em 1996. Em decorrência de problema de saúde de um dos filhos, vendeu o lote no assentamento. Uma de suas filhas esteve por três anos no acampamento Che, em Alto Alegre dos Parecis, mas, por questões internas, não permaneceu na área. A partir desse contexto, a família do Sr. Mauril (Ele, a esposa, um filho, uma filha e três netas) está novamente acampada, agora no Acampamento Sílvia Rodrigues, na esperança de alcançar novamente a terra de trabalho (Diário de Campo, 15 de outubro de 2009).

Essa história de luta pela terra e pela constituição de um território camponês familiar se repete entre a maioria das famílias acampadas no Acampamento Sílvia Rodrigues. Vários outros acampados com os quais conversamos, possuem uma história de vida fortemente conectada com a busca pela *terra prometida*. É importante destacar, a partir dos diálogos realizados nesta área, que a luta pela terra na região estudada é, certamente, um luta familiar camponesa. As famílias que vivem no campo incentivam os filhos, parentes e amigos a buscarem, também por meio da luta pela terra, um espaço para viver. É demonstrativo disto o fato de que é comum que os acampados tenham parentes assentados em áreas já conquistadas pelo movimento. Esse é o caso, por exemplo, do Sr. Pedro, que revelamos anteriormente, mas, também é o caso do Sr. José Mariano, que tem filhos, sobrinhos e amigos assentados no PA Migrantes, no município de Ariquemes/RO.

Quanto à permanência das famílias no acampamento, em uma pequena faixa às margens da rodovia BR-429, esta tem sido extremamente difícil. Essa tênue situação impede que as famílias acampadas produzam para sua subsistência na área. Alguns acampados, no

entanto, plantam hortaliças e criam pequenos animais. A produção revela o desejo de estarem ligados ao processo produtivo do campo, o sonho de voltar à terra e constituir um território familiar. A impossibilidade de produzirem no acampamento torna a luta ainda mais dramática para os camponeses.

Por isso, a direção do movimento propôs uma organização interna que possibilitasse o trabalho fora do acampamento, mas que não o deixasse, em momento algum, esvaziado. Assim, permite-se que o acampado permaneça dez dias por mês trabalhando fora do acampamento. Muitos acampados, no entanto, conseguiram trabalho de diarista em lavouras na região da ocupação, o que facilita o processo, pois podem trabalhar durante o dia e dormir em seu barraco no acampamento. As principais atividades disponíveis para os acampados são a roça de pasto, colheita de milho, feijão e café. Alguns também têm trabalhado como diarista para a empresa construtora que está asfaltando a rodovia BR 429.

A luta pela área indicada ao INCRA ocorreu, nos primeiros meses, de forma relativamente tranquila. A área reivindicada pelo MST e pelas famílias camponesas acampadas no Acampamento Sílvia Rodrigues é a Fazenda Rio Ricardo Franco (também conhecida como área do italiano), de 2.900 hectares, localizada no município de Alvorada do Oeste. O interesse na área é motivado, de acordo com MST (2010), por três questões principais: a ilegalidade da área, conforme o artigo 190 da Constituição, devido à sua aquisição, controlada por estrangeiros; os crimes ambientais devidamente documentados nos órgãos de fiscalização (IBAMA e SEDAM) e na Polícia Federal; e para que seja cumprida a função social da terra, também presente na constituição.

O principal fator sobre o qual os representantes do movimento têm lutado para concretizar a conquista da área refere-se aos crimes ambientais praticados pelo fazendeiro na área. Extensas áreas de preservação permanente foram desmatadas a vegetação foi rapidamente enterrada para burlar a fiscalização, como documentaram e denunciaram as próprias lideranças do MST e do acampamento Sílvia Rodrigues. Raros foram os casos, contudo, em que crimes ambientais foram utilizados como pressuposto para a desapropriação para fins de reforma agrária no território brasileiro, embora a legislação seja clara quanto à possibilidade. Ainda assim, é a linha de embate que o movimento e as entidades de apoio têm seguido para a conquista da área. Ou seja, uma estratégia baseada na negociação legal da área, buscando fazer cumprir a constituição.

A negociação pela área não tem, contudo, avançado de forma concreta. E a permanência das famílias acampadas ao lado da fazenda tem promovido, desde os últimos

meses de 2010, reações violentas por parte dos proprietários. O documento da Coordenação Estadual do MST intitulado: *Um conflito anunciado em Rondônia: Corumbiara nunca mais*, publicado no jornal on-line Notícias da Terra, em Blog mantido pela CPT de Rondônia, em 23 de outubro de 2010, denuncia a premência de um novo ataque de jagunços, agora direcionada às famílias do acampamento Sílvia Rodrigues. O documento, além de alertar a mídia e as autoridades com relação à real possibilidade da conflagração de um conflito na área, diz o seguinte:

Vimos por meio deste comunicado informar as autoridades e setores da sociedade cível organizada que está em curso um conflito anunciado nas imediações da Fazenda Agropecuária Rio Ricardo Franco, localizada na BR 429, no sentido ao município de Alvorada do Oeste (RO). Cerca de 200 famílias de trabalhadores rurais ligadas ao MST estão acampadas à margem desta estrada desde maio de 2009. As famílias permanecem na beira da estrada à espera de uma resposta, em acordo entre o DNIT, órgão responsável pela estrada, a Prefeitura e a Câmara. O conflito anunciado se dá devido à postura do fazendeiro nos últimos dias. Entre os dias 8 e 10/10, sempre de madrugada, cerca de sete homens armados vêm atacando o acampamento, com rajadas de tiros de armas de grosso calibre, a mando do fazendeiro. No local, se encontram famílias inteiras, com mulheres, crianças, homens, jovens e idosos. (NOTÍCIAS DA TERRA, 23 de outubro de 2010).

Como vemos, a luta pela terra, com base em uma perspectiva republicana, ou seja, de negociação a partir da Constituição, já não tem revelado os mesmos resultados das últimas décadas. Por outro lado, a violência do latifúndio e, agora, do agronegócio continuam reprimindo de forma violenta a organização dos trabalhadores rurais sem-terra. Nesse contexto, o MST tem debatido novas estratégias de embate na luta pela terra e pela construção de uma sociedade mais justa. Uma delas é a *Reforma Agrária Popular*, uma estratégia de luta para além das perspectivas republicanas.

Ainda não existe uma construção teórica e prática em torno da concepção de Reforma Agrária Popular, mas pressupõe-se, nesse contexto, desenvolver um processo mais dinâmico na luta pela terra. Aproximar-se da cidade, pois muitos camponeses que estavam no campo rondoniense na última década, hoje já estão nas periferias dos centros urbanos. Da mesma forma, projeta-se uma reforma agrária em uma nova perspectiva territorial, com a ocupação produtiva da área em disputa, no sentido de demonstrar para a sociedade a importância objetiva da transformação da estrutura agrária brasileira. Essa foi, em parte, a perspectiva assumida pelas famílias camponesas assentadas no Acampamento Che, sobre o qual traçaremos algumas considerações a seguir.

4.8.2 Acampamento Che: Reforma Agrária Popular?

O Acampamento Che (Fotos 3 e 4) está localizado no município de Alto Alegre dos Parecis/RO, na Mesorregião Geográfica do Leste Rondoniense. Ao contrário do Acampamento Sílvia Rodrigues, que tem uma história recente de luta pela terra, esta área engloba já uma trajetória de mais de dez anos de acampamento, congregando atualmente 184 famílias. Além das famílias que desenvolveram a sua luta nessa área específica, também estão acampadas na fazenda, desde 2009, grupos de outras ocupações que, por decisão conjuntural do movimento, foram transferidas para este acampamento. As famílias são provenientes dos acampamentos: Pequena Vanessa, Luzinei Barreto e Florestan Fernandes, localizados anteriormente em outras regiões do estado.

Fotos 3 e 4 – Áreas de antigos acampamentos Che, Alto Alegre dos Parecis/RO, 1998/2000



Fonte: Arquivo MST/Rondônia, 2009.

Autor: Murilo M. O. Souza, 2009.

A ocupação inicial da área ocorreu com 15 famílias apenas, em setembro de 1997. Depois foram chegando mais famílias até atingir, já em 1998, 224 pessoas. A luta das famílias acampadas na fazenda ocorreu, em sua maior parte, dentro da propriedade, fato este que forneceu uma dinâmica diferenciada, pois foi possível organizar o processo produtivo. Após a ocupação, ao final de 1997, as famílias sofreram uma tentativa de despejo, no início de 2008, que não foi efetivada. Quase sete anos após a ocupação, contudo, as famílias sofreram o primeiro despejo de fato, em 10 de junho de 2005. A saída da área não aconteceu de forma violenta, pois havia, por parte do INCRA e de outras instituições, inclusive do fazendeiro, o compromisso de finalizar a negociação da área e iniciar o assentamento das famílias, o que não foi cumprido após a saída das famílias.

Despejo considerado foi é esse mesmo que é em 2005. O despejo aconteceu em junho, em agosto era pra começar o assentamento, aí em outubro, como o Morimoto não queria negociar, voltamo pra dentro da área e começou a plantar [...] aí começou a discussão na justiça que dura até hoje. (Entrevistado, Guerreiro, 17 de outubro de 2009).

Ainda que esse tenha sido o único despejo sofrido pelas famílias do Acampamento Che, um dos coordenadores do acampamento nos explicou que, durante todo o período em que estiveram acampados, foram impetradas diversas liminares de despejo. Para evitar o cumprimento das liminares, entretanto, as famílias saíam de uma região e montavam o acampamento em outra região dentro da fazenda.

Mas teve a eliminar que nós ficava mudando de lugar o acampamento. Era o primeiro lugar aqui, aí depois nós saímos daqui e fomo lá pra beira da estrada na ponte, fora da área. Ficou ali o acampamento. Depois nós fomo pra dentro da área de novo, ali no corredor, depois voltou pra beira da estrada. Então nós ficamo mudando, cada vez que vinha uma eliminar de despejo nós só mudava o acampamento de um lugar pro outro, dentro da fazenda. E foi indo até que chegou um determinado momento que falou agora é definitivo, agora vocês não fica mais dentro ou próximo da área do Morimoto [...] que nós não podia mais fica na área do Morimoto. Aí a prefeitura comprou esta área e nós ficou aqui esperando a negociação com o Morimoto. (Entrevistado, Guerreiro, 17 de outubro de 2009).

Como relatou o entrevistado, as famílias acampadas procuraram permanecer dentro da fazenda todo o tempo, pois esta estratégia é o que, de fato, tem possibilitado a luta pela conquista da área, já em estágio bastante avançada. A permanência na área permitiu a estruturação continuada do processo produtivo que, por sua vez, constituiu o principal elemento de aproximação das famílias acampadas com a comunidade local, da cidade de Alto Alegre dos Parecis.

A sobrevivência das famílias no acampamento foi baseada, desde o começo, na produção dos próprios acampados na área ocupada. Em raros momentos, como após alguns despejos, tiveram que buscar apoio fora do acampamento para sua subsistência. O processo produtivo foi organizado desde o primeiro ano de ocupação, em 1997. Na área ocupada, as famílias eram divididas em grupo para a realização do desmate e, posteriormente, o plantio e colheita ocorria de forma individual. Um dos coordenadores locais do MST explica como estava organizado o processo produtivo no acampamento, destacando também a amplitude da produção alcançada entre os agricultores acampados.

A produção foi organizada já no começo [...] a discussão de fazer roça [...] primeiro cada família faria meio alqueire de roça. O coletivo era pra roçar e o plantio era individual. Essas famílias no ano seguinte teria que fazer um alqueire de roça. Mais as novas começava com meio alqueire, e nessa área plantava arroz,

feijão, milho, batata [...]. A produção era muito grande, chegando até a atingir 25% do PIB do município [...] milho, muito mesmo [...]. (Entrevistado, Guerreiro, 17 de outubro de 2009).

Além da produção no acampamento que atingiu grande quantidade, foi importante, ainda, para a resistência das famílias na área, a disponibilidade de trabalho na região, desde que existe certa quantidade de pequenos e médios produtores, principalmente ligados à produção de café. Nas lavouras, assim como, em outras atividades ligadas à produção agropecuária, os acampados conseguiram trabalho, o que facilitava o relacionamento com a comunidade regional e sua sobrevivência no acampamento. Um dos coordenadores do acampamento Che destaca esse processo e sua importância para a aceitação do grupo acampado pela sociedade de Alto Alegre dos Parecis e da região.

Na região era o local onde tinha a maior produção de café [...] e estes produtores tinha uma boa relação com os acampados, pois eram os acampados que fazia a colheita do café da região. Teve época de ano assim que vinha três, quatro caminhão e saía lotado de sem terra, aí colhia uma lavoura, depois colhia outra [...] aí o povo falava o sem terra tem que ficar nesta área [...]. (Entrevistado, Guerreiro, 17 de outubro de 2009).

Essa dinâmica manteve as famílias dentro da área durante os mais de dez anos de acampamento. A partir de 2008, os acampados iniciaram uma discussão sobre o processo de parcelamento da área em disputa. Propuseram antecipar o resultado do processo judicial de desapropriação da área e parcelar as terras da fazenda para que os camponeses pudessem estruturar seu processo produtivo e organizacional de uma forma mais digna. O MST, juntamente com as famílias acampadas, contratou um profissional para realizar o mapeamento e parcelamento da área. A divisão foi feita seguindo a lógica territorial de parcelamento baseada na constituição de núcleos regionais, cada um com uma área coletiva. Em meados de 2009, as famílias começaram a se instalar nos setores estabelecidos pelo *parcelamento popular* e muitos já estão produzindo familiarmente ou em pequenos grupos coletivos.

Os acampados já estabeleceram grupos produtivos e iniciaram novas experiências, no sentido de consolidar sua condição de *com-terra*. Alguns desses grupos, com apoio de projetos externos têm alcançado bons resultados. É o caso, por exemplo, de um grupo coletivo que iniciou a produção de hortaliças, no *Sistema Mandala*³², como podemos observar na foto 5, quando os membros do grupo estavam roçando a adubação verde plantada anteriormente e

³² A Mandala é um sistema de canteiros concêntricos, com fonte de água próxima. Ao centro pode estar a própria fonte de água com a criação de peixes, ou podem ser criados frangos e galinhas, criados com as sobras da horta.

instalando o sistema de irrigação. O mesmo grupo está produzindo derivados da cana-de-açúcar, como rapadura e açúcar mascavo, como vemos na foto 6.

Foto 5 - Sistema coletivo de irrigação para plantio de hortaliças, Acampamento Che, Alto Alegre dos Parecis/RO, 2009.



Autor: Murilo M. O. Souza, 2009.

Foto 6 – Rapadura e açúcar mascavo produzidos coletivamente, Acampamento Che, Alto Alegre dos Parecis/RO, 2009.



Autor: Murilo M. O. Souza, 2009.

Essa experiência, em específico, é resultado de um acúmulo organizacional gerado no processo de luta pela fazenda e, a partir deste processo, as famílias estão conseguindo consolidar a conquista da terra onde estão acampadas. Isso demonstra, entre outras questões, a importância de uma luta pela terra dentro da terra. Pois, assim, as famílias camponesas conseguem construir sua luta baseada em uma estratégia de trabalho concreta. Outros grupos coletivos estão formados ou em processo de constituição, fato que aumentará ainda mais os elementos concretos para a disputa judicial da área.

O processo de luta dos acampados no Acampamento Che nos remete à discussão, ainda que sem elementos teóricos suficientes, sobre a proposta de Reforma Agrária Popular colocada na mesa de reflexão pelo MST. Na atual conjuntura política e econômica, qual seria a melhor estratégia para manter a luta pela terra em movimento? Que caminhos devem os movimentos camponeses realizar para instrumentalizar os camponeses na busca pela construção dos territórios camponeses? Também não temos as respostas definitivas para tais questionamentos, mas entendemos que elas devem ser buscadas no seio do próprio movimento camponês que, em várias regiões de Rondônia tem consolidado seus territórios.

Para visualizarmos a concretização do território camponês, passaremos a analisar o processo de territorialização camponesa nos assentamentos rurais da Mesorregião Geográfica do Leste Rondoniense, o que nos permitirá compreender a luta de resistência camponesa de uma forma mais ampla.

5 TERRITORIALIZAÇÃO CAMPONESA EM ASSENTAMENTOS RURAIS DA MESORREGIÃO GEOGRÁFICA DO LESTE RONDONIENSE

*Viverás, e para sempre
na terra que aqui aforas:
e terás enfim tua roça.*

*Aí ficarás para sempre,
livre do sol e da chuva,
criando tuas saúvas.*

*Agora trabalharás
só para ti, não a meias,
como antes em terra alheia.*

*Trabalharás uma terra
da qual, além de senhor,
serás homem de eito e trator.*

*Trabalhando nessa terra,
tu sozinho tudo empreitas:
serás semente, adubo, colheita.*

(João Cabral de Melo Neto, **Morte e Vida Severina**, parte VIII)

No presente capítulo, propomos uma discussão em torno da questão da “reforma agrária” e dos assentamentos rurais com a utilização de dados e informações coletadas em três assentamentos situados na área de estudo. Estes territórios camponeses estão localizados em diferentes partes da Mesorregião Geográfica do Leste Rondoniense e resultam da luta pela terra em diferentes momentos históricos e perspectivas conjunturais, embora todos representem conquistas coordenadas pelo MST.

Inicialmente, pretendemos ressaltar o caráter político do processo de constituição dos assentamentos rurais no território brasileiro de forma geral. Compreendemos, em primeiro lugar, que, historicamente, o que ocorreu no país foi uma “reforma agrária conservadora”, que caminhou, quase sempre, a reboque da pressão dos movimentos sociais de luta pela terra, não promovendo uma transformação de fato das relações territoriais no espaço agrário brasileiro, mantendo intocada, portanto, a estrutura do latifúndio. Sequencialmente, a partir dos dados obtidos durante o trabalho de campo, buscamos situar a territorialização camponesa na mesorregião estudada. Para isto, dispusemos das informações coletadas em três Projetos de Assentamento Rural situados na área de estudo: Projeto de Assentamento 25 de Julho

(Espigão do Oeste/RO), Projeto de Assentamento Padre Ezequiel (Mirante da Serra/RO) e Projeto de Assentamento 14 de Agosto II (Ariquemes/RO).

Assim sendo, no presente capítulo, consideramos a proposta de discutir o processo de territorialização camponesa nos assentamentos rurais da Mesorregião Geográfica do Leste Rondoniense. Entendemos que estes novos territórios, de forma geral, configuraram uma lógica diferenciada na estruturação do espaço agrário de Rondônia e, especificamente, da região estudada. E é a partir da compreensão do processo de desenvolvimento e consolidação destes assentamentos que pretendemos contribuir com o debate sobre a questão agrária no estado rondoniense.

5.1 “Reforma Agrária” e recriação do território camponês nos assentamentos rurais

A reforma agrária e a conseqüente democratização do acesso à terra no território brasileiro não é uma reivindicação social e política recente. Como analisamos no capítulo anterior, a própria luta de resistência camponesa, histórica na formação territorial do país, reflete claramente tal demanda. Nesse sentido, foram diversas as propostas de reforma agrária produzidas também em diferentes contextos sociais, políticos e econômicos da história brasileira. Stédile (2005b), por exemplo, resgata, entre as construções representativas sociais e partidárias, com diferentes vieses político-ideológicos, quinze programas ou propostas de reforma agrária apresentadas entre os anos de 1946 e 2003.

Destacaremos, aqui, a Proposta de Reforma Agrária da Bancada do PCB, na Constituinte de 1946; o Projeto de Reforma Agrária do Governo João Goulart e o Estatuto da Terra, em 1964; o Programa de Reforma Agrária do MST, em 1984 e o Programa Agrário Unitário dos Movimentos Camponeses e Entidades de Apoio de 2003 (STÉDILE, 2005b). Todas essas propostas foram solidamente construídas, tendo como base a realidade excludente do campo brasileiro e a possibilidade de democratização da propriedade da terra. No entanto, tiveram pouca influência na efetivação de qualquer ação concreta de reforma agrária no país, visto que os interesses em jogo afetam os donos do poder, principalmente os latifundiários, imersos organicamente nos poderes legislativo, executivo e judiciário.

Na história brasileira foram elaborados dois Planos Nacionais de Reforma Agrária (PNRA). O primeiro, em 1985, e o segundo, já no governo Lula, em 2003. O I PNRA foi elaborado no início da Nova República e contou com a participação ativa tanto de conhecidos defensores políticos da reforma agrária, como de dirigentes da CONTAG e outras entidades

representativas dos trabalhadores rurais. Foi apresentado no IV Encontro Nacional dos Trabalhadores Rurais, em maio de 1985, e aprovado pelo Decreto 91.766, de outubro de 1985 (MEDEIROS, 2003). É importante destacar o avanço da proposta inicial deste plano, como podemos observar nas palavras de Medeiros (2003):

Nesse documento, a reforma agrária aparecia como uma das prioridades do novo governo. Destacava-se seu impacto positivo sobre o emprego, a renda, a produção e oferta de alimentos, a desnutrição, as migrações, a questão urbana, e ressaltavam-se os custos sociais de sua não realização. Para implementá-la, a desapropriação por interesse social era considerada o principal instrumento de obtenção de terras, marcando uma ruptura com todas as propostas e medidas dos governos militares, que tenderam a encará-la como último recurso e poucas vezes a utilizaram. [...] o objetivo era assentar, no prazo de 15 anos, 7 milhões dos estimados 10,5 milhões de trabalhadores rurais sem terra ou com pouca terra. (MEDEIROS, 2003, p. 35).

Para além dessa compreensão progressista, o I PNRA trazia como proposta, ainda, uma tese já presente no Estatuto da Terra, que previa a seleção de áreas prioritárias para realização da reforma agrária, possibilitando uma transformação fundiária mais concreta, assim como previa a participação das organizações representativas dos trabalhadores rurais em todo o processo de sua efetivação (MEDEIROS, 2003). Portanto, os indicativos iniciais, de base teórica, do I PNRA direcionavam para a realização de uma política de assentamento rural democrática, com foco na participação popular e na abrangência territorial de sua ação.

Na prática, no entanto, a proposta de mudança agrária solidificada no I PNRA tornou-se motivo de intensa oposição política e social. Em primeiro lugar, houve uma *oposição de apoio* por parte do recém criado Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), que promoveu várias ocupações a partir do anúncio do plano, com objetivo de fazer cumprir a proposta. E, em segundo lugar e bem mais intenso, ocorreu o protesto instantâneo do grupo dos grandes proprietários rurais, que, muitos, equivocadamente, visualizavam enfraquecidos devido ao crescimento urbano-industrial vivido pelo país nos anos anteriores. Nesse contexto, os proprietários rurais não somente se postaram contrários à efetivação da reforma agrária como também se organizaram rapidamente para contrapor a possível implementação do plano, constituindo uma nova entidade de representação.

[...] a mais vigorosa reação à proposta [I PNRA] foi a dos representantes dos proprietários de terra, que, um mês após seu anúncio, fizeram um congresso nacional em Brasília para discutir o plano apresentado pelo governo. Desse encontro nasceu uma nova organização de representação de seus interesses: a União Democrática Ruralista (UDR). Esta entidade, centrando seus esforços na crítica à proposta, também estimulava os seus associados a usarem a força no combate às ocupações de terra. (MEDEIROS, 2003, p. 36).

O surgimento da UDR apresentou um contraponto organizativo do latifúndio para, antecipadamente, inviabilizar a luta camponesa e, conseqüentemente, a implementação de qualquer plano de reforma agrária. A entidade buscava atuar tanto no campo político, procurando angariar apoio à sua estratégia de defesa da propriedade privada, como também diretamente na repressão aos camponeses sem-terra em início de estruturação como movimento. Os camponeses sem-terra e todas as entidades de apoio à sua luta foram os primeiros a serem atacados, em primeiro lugar, politicamente, pela União Democrática Ruralista, como salientado abaixo.

[...] setores da Igreja por eles denominados de *clero progressista* e demais entidades a eles vinculadas, como a CNBB ou a CPT. Inimigos, também, eram o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra, a CUT e associações igualmente empenhadas no apoio à reforma agrária, tal como a Associação Brasileira de Reforma Agrária (ABRA), sem contar com os políticos de esquerda e os comunistas, termos cuja elasticidade seria bastante explorada pelas lideranças uderristas. [...] A crítica aos sem-terra e seus movimentos seria radical, sendo inclusive um expediente das lideranças da UDR negarem sua própria existência. Subversivos e financiados com dinheiro do exterior, os sem-terra careciam de experiência e aptidão para as lides agropastoris, sendo manobrados de fora e, ademais, atuando mediante iniciativas ilegais. (MENDONÇA, 147-148, p. 2006, *grifos da autora*).

Para além da desleal disputa política, com larga influência nos rumos tomados pelo Estado na execução do I PNRA, a UDR organizou os grandes latifundiários do país em prol da defesa armada da propriedade. Portanto, declaradamente ligados a esta entidade ou não, a resistência latifundiária girou, desde o período de transição democrática em torno da UDR. Foram criadas, inclusive, várias filiais em outros estados. Bom exemplo disto é a UDPR (União Democrática dos Produtores Rurais), situada no Triângulo Mineiro/Alto Paranaíba e responsável por um embate desleal com os diferentes grupos camponeses sem-terra, especialmente, na década de 1990.

Assim, inserido na conjuntura contraditória de forças políticas, o I PNRA, que poderia representar, no âmbito do processo de transição democrática, uma nova perspectiva para o campo brasileiro, acabou enterrando de vez a possibilidade de realização de uma reforma agrária de fato. As principais oposições foram construídas com base na contradição do conceito de *propriedade produtiva* e na exaltação do direito de propriedade. Nessas bases foi construído não somente o discurso dos proprietários rurais, como também do judiciário e dos representantes da mídia de forma geral. Essa foi, então, a tônica do debate da reforma agrária.

[...] a própria ambigüidade da definição de produtividade fazia com que a especulação, se retoricamente aparecesse como indefensável, na prática funcionasse

como outro lado da moeda no debate. Com isso, firmou-se uma tendência a reduzir a função social a índices de produtividade, deixando em segundo plano os demais elementos que compunham a sua definição. (MEDEIROS, 2003, p. 37).

Essa nova compreensão sobre a noção de produtividade intensificou, abrindo um precedente também jurídico, as negociações dos latifundiários por suas terras, onde se questionava a improdutividade das áreas. Muitos dos embates jurídicos foram prolongados por anos, tornando o processo de luta pela terra um verdadeiro calvário para as famílias camponesas. Esse problema avançou no século XXI, o que fez com que o MST questionasse, nos últimos anos, as atuais possibilidades de uma *Reforma Agrária Republicana*, propondo, em contrapartida, o estabelecimento da *Reforma Agrária Popular*.

Em resumo, no período de vigência do I PNRA (1985-1989), muito pouco foi realizado em termos de assentamento de camponeses sem terra, assim como pouco foi realizado na estruturação dos assentamentos criados. De acordo com os dados do INCRA, revelados pelo DATALUTA (2010), somente 125.376 famílias foram assentadas nesse período (Tabela 7). É importante, ainda, ressaltar que grande parte das áreas que o governo indicou como assentamento representa, em verdade, apenas a regularização de posse de camponeses que já viviam nas áreas, fato que torna tais dados ainda menos representativos.

Tabela 7 – Política de assentamentos rurais e regularização fundiária no Brasil, por mandato presidencial, 1985-2009

| Mandato Presidencial | Período | Famílias Assentadas | | |
|----------------------|------------------|---------------------|---------------|------------|
| | | Total | Média Anual | % |
| Sarney | 1985-1989 | 125.376 | 25.075 | 15,14 |
| Collor/Itamar | 1990-1994 | 62.439 | 12.488 | 7,54 |
| Cardoso 1 | 1995-1998 | 245.519 | 61.380 | 29,65 |
| Cardoso 2 | 1999-2002 | 148.323 | 37.081 | 17,91 |
| Lula 1 | 2003-2006 | 213.438 | 53.359 | 25,78 |
| Lula 2 | 2007-2009 | 32.987 | 10.996 | 3,98 |
| Total | 1985-2009 | 828.082 | 39.301 | 100 |

Fonte: DATALUTA (2010).

Org.: Murilo M. O. Souza, 2011.

Essa postura frente à necessidade de realização da reforma agrária no país, consolidada na disputa do I PNRA, avançou nos períodos governamentais posteriores. No governo Collor/Itamar (1990-1994), o número de famílias assentadas sofreu um intenso decréscimo, atingindo uma média de assentamento anual de 12.488 famílias camponesas (Tabela 7). Essa diminuição, considerando que os assentamentos vinham sendo implantados

em resposta à pressão dos movimentos sociais, especialmente o MST em processo de territorialização, ocorreu em função da ação violenta do governo contra tais movimentos. Nesse período, como destacou Fernandes (2010, p. 170), “[...] o Estado reprimiu violentamente o MST, invadindo secretarias e prendendo lideranças em diversas regiões do país. Nesse tempo, o MST passou por um processo de refluxo”.

Considerando o processo de impedimento de Fernando Collor de Melo, já na metade final de seu mandato, o período assumido por Itamar Franco foi reduzido, não possibilitando uma ação concreta em termos de promoção de política agrária. Portanto, durante o curto período em que Itamar esteve à frente do governo, ainda que tenha sido o primeiro presidente a receber o MST e situá-lo como interlocutor dos agricultores camponeses sem terra a nível nacional, pouco foi feito quanto à criação de assentamentos rurais.

Sequencialmente, no primeiro mandato de Fernando Henrique Cardoso (1995-1998), houve de fato um relativo aumento no número de famílias assentadas (245.519). Esse crescimento no número total de famílias assentadas decorreu, principalmente, da pressão nacional e internacional causada pelos Massacres de Corumbiara (Rondônia – 1995) e Eldorado dos Carajás (Pará – 1996). Esses dois eventos revelaram a força política conservadora dos grandes proprietários de terra, tanto localmente como em um nível de representatividade política mais ampla, pois os poderes públicos foram inertes na apuração imediata dos fatos, nos dois casos.

Em seu segundo mandato (1999-2002), Fernando Henrique Cardoso mudou consideravelmente sua estratégia, diminuindo o número total de famílias assentadas para 148.323. Esse último período, no entanto, foi marcado pela ofensiva jurídica contra os movimentos sociais de luta pela terra, em uma tentativa de enfraquecer o processo de ocupação de latifúndios, a partir do estabelecimento de Medidas Provisórias punitivas às ações dos movimentos. E, no mesmo sentido, foi construída uma proposta de reforma agrária de mercado, com base em recursos do Banco Mundial.

Em 2001, instituiu duas Medidas Provisórias: uma proibia o assentamento das famílias que participassem das ocupações de terra, e outra impedia a vistoria das terras ocupadas por dois anos, quando ocupadas uma vez, e por quatro anos, quando ocupadas mais de uma vez. O governo também criou um programa para cadastrar as famílias interessadas em obter terras por meio do correio nacional e da internet. Em menos de dois anos se cadastraram 840 mil famílias, mas esse programa não assentou nenhuma delas. (FERNANDES, 2010, p. 171).

Essas ações foram acompanhadas por uma intensa ação das entidades representativas dos latifundiários no sentido de criminalizar os movimentos de luta pela terra, sobretudo o

MST, o que enfraqueceu não somente o processo de criação de assentamentos rurais, como também a estruturação daqueles assentamentos já constituídos anteriormente. Pois, além da criminalização dos movimentos e da promoção de uma reforma agrária de mercado, o governo FHC também extinguiu o PROCERA (Programa de Crédito Especial para Reforma Agrária), assim como cancelou a política de Assistência Técnica e Extensão Rural para os assentamentos, o que levou à precarização social e produtiva de diversos projetos de assentamento que iniciavam um processo de consolidação.

No governo Lula, devemos destacar, em primeiro lugar, a elaboração do II PNRA, que em teoria propunha o estabelecimento de uma efetiva política de reforma agrária, tendo foco na perspectiva territorial de desenvolvimento. Na prática, contudo, tal proposta não foi coerentemente efetivada. Em seu primeiro mandato (2003-2006), assentou um total de 213.438 famílias de camponeses sem terra (Tabela 7). Isso significa o assentamento anual de 53.359 famílias, o que equipara aproximadamente aos números do primeiro mandato FHC. Durante a maior parte de seu segundo mandato (2007-2009), o número de famílias assentadas caiu bruscamente, atingindo a pior média anual de assentamento desde o governo Sarney, com 10.996 famílias assentadas anualmente. Não desconsideramos alguns avanços qualitativos deste governo, como um maior apoio tanto para a consolidação dos assentamentos como para promoção de programas de educação para reforma agrária e assistência técnica. Alguns avanços, como os apresentados por Carter e Carvalho (2010), foram de fato importantes para a consolidação dos territórios camponeses constituídos a partir da criação dos assentamentos rurais.

O orçamento para o crédito agrícola destinado aos assentados e pequenos agricultores – o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF) – quadruplicou-se entre as safras de 2002/2003 e 2006/2007, subindo dez bilhões de reais. Os recursos destinados ao Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária (PRONERA) e suas parcerias com universidades públicas e escolas técnicas passaram de uma média anual de dez milhões de reais antes de 2003 a uma de 35,4 milhões nos quatro anos seguintes. O Programa de Assistência Técnica, Social e Ambiental à Reforma Agrária (ATES) mais que triplicou a sua cobertura depois de 2003, chegando a atender 555 mil famílias em 2006. (CARTER; CARVALHO, 2010, p. 297-298).

Por outro lado, entendemos que o governo Lula não tocou no cerne do problema agrário brasileiro. Ou seja, não transformou profundamente a estrutura agrária do país, com a criação massiva de assentamentos rurais, especialmente, em uma perspectiva de consolidação territorial de áreas reformadas, embora tenha sinalizado nesse sentido.

Isso ocorreu, basicamente, em decorrência das concessões e incentivos realizados por esse governo ao modelo produtivo do agronegócio, financiando consideravelmente seu desenvolvimento. A proteção política dispensada ao agronegócio e a concessão de amplos financiamentos a este modelo de produção agroindustrial, voltado para exportação de *commodities* agrícolas, teve um profundo impacto na política agrária do governo Lula e, conseqüentemente, na consolidação dos territórios camponeses nos assentamentos rurais (CARTER; CARVALHO, 2010).

Nesse contexto histórico, em uma palavra, entendemos, com base na formulação de Carter e Carvalho (2010), que o que ocorreu no Brasil foi uma reforma agrária conservadora, no âmbito da qual os diferentes governos apenas reagiram à pressão promovida pelos movimentos sociais de luta pela terra. De acordo com a definição dos próprios autores:

[...] a “reforma agrária conservadora” definiu-se por ser de caráter reativo antes que proativo, restritivo em seu alcance em vez de empenhado em forjar uma mudança social. Essa reforma responde à pressão social e ao intuito de apaziguar os conflitos rurais, antes que ao esforço por promover a agricultura camponesa mediante a transformação da estrutura fundiária e as suas relações de poder. A perspectiva conservadora vê a reforma agrária como uma questão isolada e setorial; um assunto marginal para o desenvolvimento rural. Seus projetos de assentamentos são pontuais e esparsos, e não alteram de maneira significativa a estrutura fundiária existente. [...] o governo reage às lutas por terra sem ter um projeto claro de mudança fundiária e, por isso, predomina a lógica de implantar os assentamentos onde for mais fácil para o Estado e menos inconveniente para os latifundiários. Assim, a distribuição de terras acaba sendo residual. (CARVALHO; CARTER, 2010, p. 290 e 294).

Essa foi, claramente, a política que estabeleceu os assentamentos rurais no país, nas últimas décadas, assim como foi responsável pela contra-reforma agrária realizada no território rondoniense. Os beneficiários da reconfiguração territorial de Rondônia foram, sem dúvida, os grandes empresários capitalistas. De acordo com Oliveira (2008), (Tabela 8), a maior quantidade de terras foi disponibilizada para as categorias de Licitação Pública e Regularização Fundiária (40,68% das terras). Essas formas de destinação de terras atenderam, historicamente, as grandes empresas capitalistas e não os pequenos agricultores camponeses. E, ainda, apenas 8,50% das terras foram direcionadas para a realização de reforma agrária. Portanto, a destinação de terras em Rondônia seguiu os parâmetros de uma reforma agrária conservadora.

Tabela 8 - Estrutura fundiária do estado de Rondônia, 2007

| Destinação das Terras | Área (1.000 ha) | % | Famílias Beneficiadas |
|------------------------------|------------------------|--------------|------------------------------|
| Colonização Oficial | 2.987,67 | 12,53 | 29.682 |
| Assentamento Rápido | 794,04 | 3,33 | 12.315 |
| Reforma Agrária | 2.027,95 | 8,50 | 35.506 |
| Sub Total | 5.809,66 | 24,36 | 77.503 |
| Licitação Pública | 1.580,00 | 6,62 | 1.100 |
| Regularização Fundiária | 8.124,83 | 34,06 | 35.000 |
| Sub Total | 9.704,83 | 40,68 | 36.100 |
| Áreas Indígenas | 4.153,4 | 17,41 | - |
| Unidades de Conservação | 4.183,38 | 17,54 | - |
| Sub Total | 8.336,79 | 34,95 | - |
| TOTAL | 23.851,28* | 100 | 113.603 |

Fonte: INCRA (2007) apud OLIVEIRA (2008).

Org.: Murilo M. O. Souza, 2010.

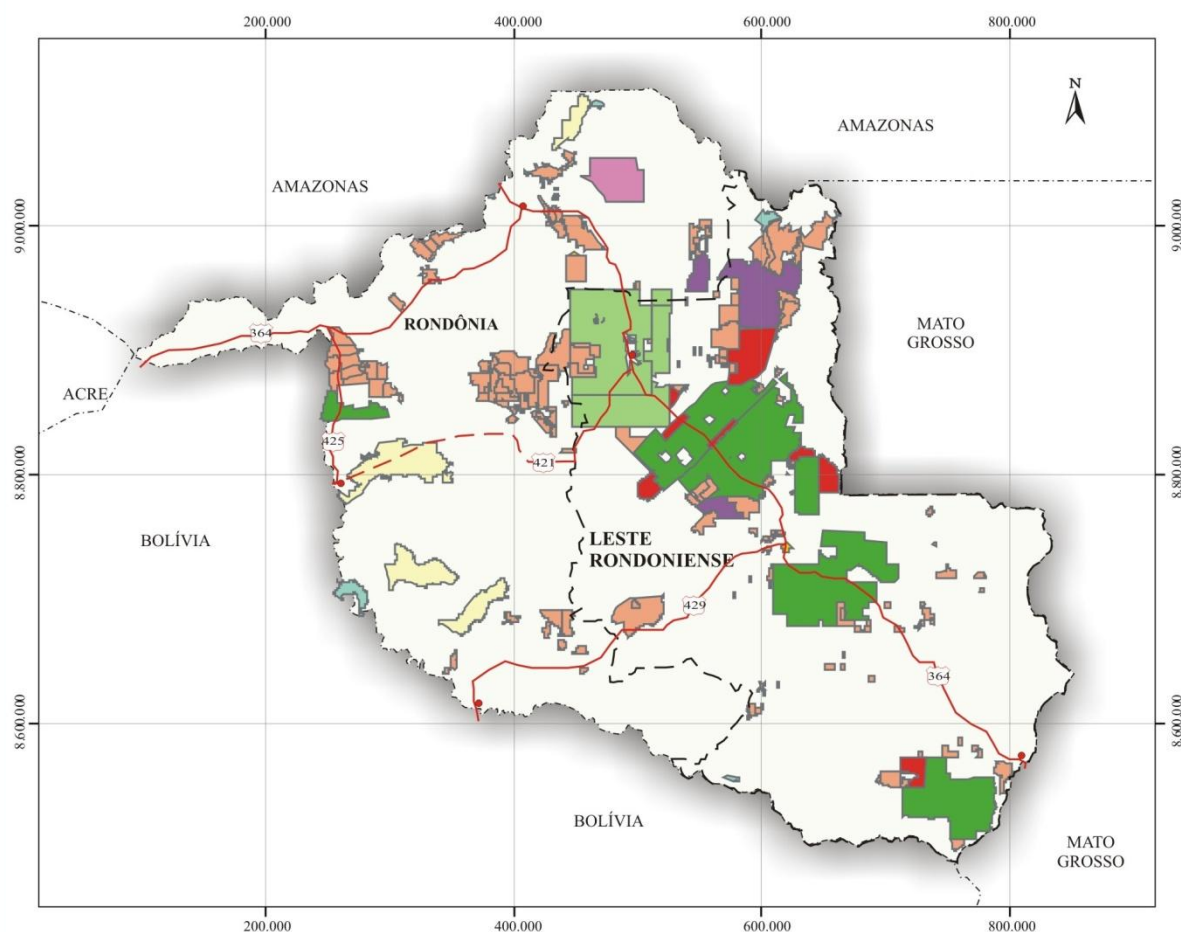
* Área apurada pelo laboratório de sensoriamento remoto da Secretaria de Estado do Meio Ambiente – SEDAM/RO, oficializada na Lei Complementar Estadual n.º 233/2000 relativa à 2ª aproximação do Zoneamento Sócio Econômico e Ecológico do Estado de Rondônia – ZSEE/RO.

Os dados apresentados na tabela 8, que demonstram o resultado da reforma agrária conservadora realizada no estado de Rondônia, podem ser observados também no mapa 6. O mapa revela a diferença de amplitude nas áreas destinadas ao processo de colonização agrícola e aquelas direcionadas aos assentamentos rurais fruto da luta organizada pelos movimentos sociais. Da mesma forma, é possível observar, contudo, que os assentamentos criados sob pressão dos movimentos de luta pela terra estão localizados principalmente em áreas mais afastadas do eixo da rodovia BR 364, região mais desenvolvida e com maior controle exercido pelo capital e pelo latifúndio.

Os Movimentos Sociais de Luta pela Terra (com destaque para o MST), assim como suas entidades de apoio, construíram, paralelamente à reforma agrária conservadora, uma proposta mais inclusiva e sustentável de reforma agrária, uma “reforma agrária progressista”. Tal proposta está baseada em uma transformação social ampla e não somente na redistribuição pontual de terras.

O MST e seus aliados no Fórum Nacional pela Reforma Agrária e a Justiça no Campo são favoráveis à realização de uma “reforma agrária progressista”. Essa propõe mudar a estrutura agrária e a correlação de forças sociais e políticas no campo com uma repartição maciça e rápida de terras. Com isso se buscaria: (1) extinguir o latifúndio, por meio da imposição de normas legais que limitem o tamanho da propriedade rural; (2) democratizar o acesso à terra para as famílias pobres do campo; e (3) romper com o oligopólio dos grandes grupos multinacionais que sustentam um modelo agrícola baseado na concentração da terra, no monocultivo, na exclusão social e na degradação do meio ambiente. (CARTER; CARVALHO, 2010, p. 290).

MAPA 6 - PROJETOS DE COLONIZAÇÃO E ASSENTAMENTOS RURAIS IMPLANTADOS EM RONDÔNIA, 1970 - 2009



ESCALA GRÁFICA

100.000 0 100.000 200.000 Km

Projeção Universal Transversa de Mercator
Fuso 20 - Hemisfério Sul/ Meridiano 63°

LEGENDA

PROJETO DE ASSENTAMENTO

- PA - Projeto Assentamento
- PAR - Projeto Assentamento Rápido
- Projeto Assentamento Polonoroeste
- PAD - Projeto de Assentamento Dirigido
- PAF - Projeto Assentamento Florestal
- PCA - Projeto Casulo de Assentamento
- PDS - Projeto de Desenvolvimento Sustentável
- PIC - Projeto Integrado de Colonização
- RESEX - Reserva Extrativista

OUTRAS CONVENÇÕES

- Sede municipal
- Rodovia pavimentada
- - Rodovia não pavimentada
- Prefixo de estrada federal
- - - Limite estadual
- - - Limite da mesorregião

SITUAÇÃO GEOGRÁFICA



Fonte:

Ministério da Agricultura. Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária. Secretaria de Desenvolvimento Ambiental, 2009.

Organização:

Murilo Mendonça Oliveira de Souza

Cartografia digital:

Cláudia Adriana Bueno da Fonseca

Foi, portanto, no âmbito de um processo dialético e contraditório que se constituíram os assentamentos rurais brasileiros. De um lado, a execução estatal de uma reforma agrária conservadora, com uma política precária de estruturação dos assentamentos, e, de outro lado, a luta dos movimentos sociais e das entidades de apoio para estabelecer uma perspectiva territorial de desenvolvimento nas áreas conquistadas. Nesse contexto, mais que tudo, as áreas de assentamentos conquistadas a partir da luta pela terra passaram a representar territórios de resistência camponesa que, ao mesmo tempo, fortalecem a continuidade da luta. Por isso, a luta pela terra é uma luta, em primeiro lugar, pelo território.

A luta camponesa pela terra é territorial, pois a conquista de um latifúndio e sua transformação em assentamento rural promove mudanças na estrutura fundiária. A divisão da terra aumenta significativamente o número de pessoas nesse território. Essa nova realidade altera as formas de organização do espaço e do trabalho e, por conseguinte, as relações sociais e políticas. O acesso à terra é condição essencial para o campesinato, pois é nesta que os camponeses asseguram seu meio de existência, constroem sua identidade e reproduzem seu trabalho familiar. (FERNANDES, 2010, p. 174).

Nesse contexto, os assentamentos representam, em primeira instância, a recriação do território camponês, transformando, ainda que minimamente, a configuração social, econômica e política de uma determinada região. Essa transformação é territorial, em primeiro lugar, pelo fato de que cada área conquistada passa a potencializar a continuidade da luta pela terra de outros grupos. Os novos territórios, consubstanciados nos assentamentos conquistados, tornam-se espaços para formação de lideranças e experimentação de novas formas de organização social. Esses espaços passam a constituir também um novo elemento que fortalece a capacidade de diálogo das representatividades camponesas com o Estado. O MST, especialmente, teve, nos assentamentos rurais constituídos, a base para o desenvolvimento dos setores de educação, produção, entre outros, tão importantes para o processo de territorialização do Movimento.

Assim, a luta pela reforma agrária incorporou a *luta na terra*. Essa luta foi encaminhada pelo MST de duas formas. De um lado, o Movimento manteve seu ativismo público, com ações de pressão e negociação com o governo. De outro, começou a criar vários centros educativos, cooperativas e diversos programas voltados para a formação política e qualificação técnica dos seus quadros. A necessidade de mobilizar seus integrantes e organizar diversas atividades de suplência em relação aos serviços que o Estado deveria proporcionar em favor dos seus assentados deu impulso à crescente sofisticação do Movimento. (CARTER; CARVALHO, 2010, p. 289, *grifos nossos*).

A manutenção desses territórios, sua consolidação e expansão, contudo, envolvem uma luta muitas vezes ainda mais árdua que aquela para entrar na terra, pois se tratam, como apresentado nas palavras de Sauer (2010, p. 38, *grifos do autor*), “[...] de espaços de *reinvenção da sociedade* através das interações sociais das diferentes biografias na busca de um lugar de vida trabalho e cidadania”. Para além do embate cotidiano com o poder do Estado e com setores conservadores da sociedade civil, ambos capitaneados pelo grande capital, a *luta na terra* também enfrenta as dificuldades de transformação social em âmbito interno. Essas dificuldades são resultado, entre outros, da grande diversidade do campesinato brasileiro. Existe, portanto, nos assentamentos criados em diferentes regiões do país, uma heterogeneidade imensa em sua constituição. Essa diversidade foi revelada, por exemplo, por Leonilde Servolo de Medeiros e Sérgio Leite em trabalho organizado em seis diferentes regiões brasileiras, entre o Rio Grande do Sul e o Acre.

Os diferentes tipos de intervenção a que se denomina “assentamento” implicam, pois, diversos tipos de beneficiários diretos: posseiros, com longa história de permanência no campo, embora sem título formal de propriedade; filhos de produtores familiares pauperizados que, diante das dificuldades financeiras para o acesso à terra, optaram pelos acampamentos e ocupações como caminho possível para se perpetuarem na tradição de produtores autônomos; parceiros em busca de terra própria; pequenos produtores, proprietários ou não, atingidos pela construção de hidrelétricas; seringueiros que passaram a resistir ao desmatamento que ameaçava o seu modo de vida; assalariados rurais, muitas vezes completamente integrados no mercado de trabalho; populações de periferia urbana, com empregos estáveis ou não, eventualmente com remota origem rural, mas que, havendo condições políticas favoráveis, se dispuseram à ocupação; aposentados que viram no acesso à terra a possibilidade de um complemento de renda, entre outros. (MEDEIROS; LEITE, 2004, p. 18).

São informações referentes a vários estados brasileiros. Quando pensamos no caso da fronteira amazônica e, especialmente, no território rondoniense, é possível identificar, muitas vezes, toda a diversidade de beneficiários em uma mesma área de assentamento. Nas terras rondonienses, estão dispostos elementos importantes para a territorialização camponesa nos assentamentos como, por exemplo, a questão ambiental. O ambiente florestal apresenta novas características que devem ser absorvidas pelos grupos camponeses. Isso, certamente, torna a construção do território camponês ainda mais desafiador. Por isso, a importância de analisarmos a trajetória dos camponeses territorializados nos assentamentos rurais rondonienses, em especial, aqueles situados na Mesorregião Geográfica do Leste Rondoniense. Isto é o que buscamos fazer a seguir, com a análise específica dos Projetos de Assentamento 25 de Julho, Padre Ezequiel e 14 de Agosto II.

5.2 A origem camponesa dos assentados rurais da Mesorregião Geográfica do Leste Rondoniense: territorialização, desterritorialização e reterritorialização

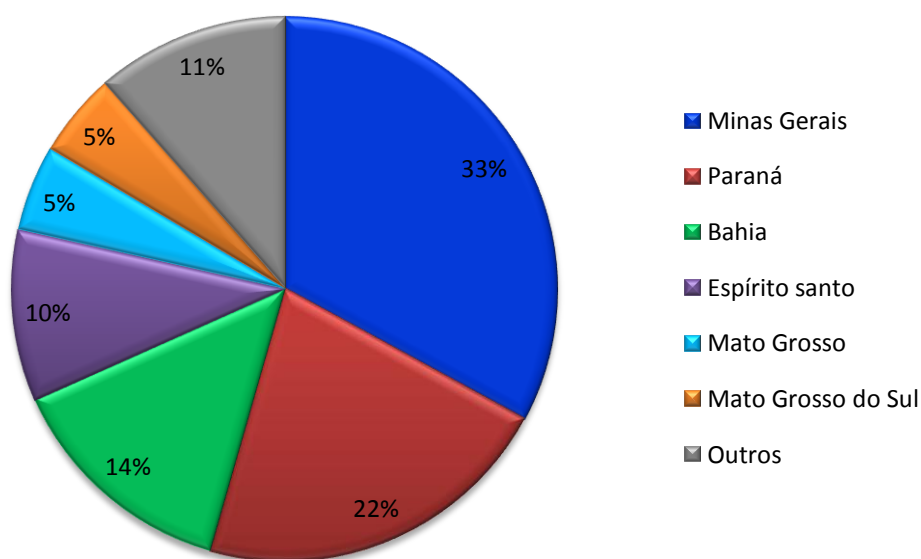
Para refletirmos a constituição dos Projetos de Assentamentos na Mesorregião Geográfica do Leste Rondoniense, a partir de suas especificidades histórico-geográficas, é importante consolidarmos, a princípio, as características gerais dos sujeitos que compõem a construção desses territórios. Como discutimos no capítulo dois deste trabalho, ainda que persista um debate intenso quanto ao caráter camponês da agricultura desenvolvida por larga parcela da população rural do país, entendemos que foi constituída uma forma específica de produzir e viver, consubstanciada em um constante processo de territorialização, desterritorialização e reterritorialização. Ou melhor, seguindo a discussão construída por Martins (1983), o campesinato brasileiro é um campesinato desenraizado, que luta historicamente para entrar na terra e nela permanecer.

A história de migrações do camponês brasileiro em busca de um território livre, onde fosse possível reproduzir seu modo de vida, foi uma constante no processo de formação do território brasileiro. A fronteira, como vimos no capítulo três, representou para o camponês expropriado em outras regiões um espaço onde seria possível construir um novo território. No entanto, esta fronteira esteve sempre em movimento, fazendo com que, imprimido pelo avanço capitalista, também o campesinato se mantivesse em constante movimento. Não são raras, portanto, histórias de migrações de um mesmo grupo familiar perambulando por várias regiões brasileiras em busca da terra de trabalho. Nesse contexto, a Mesorregião Geográfica do Leste Rondoniense representou um novo sonho de territorialização.

Nos três assentamentos investigados, foi possível constatar, também, essa dinâmica. Em primeiro lugar, é relevante ressaltar que os camponeses territorializados nestas áreas são originários de histórias familiares com recorrentes migrações em busca de terra. Nos diálogos com os 79 entrevistados para a pesquisa, nos foram reveladas histórias de perambulações por vários estados do país. Alguns migraram diretamente dos estados de origem para a fronteira rondoniense, mas, muitos tiveram em sua trajetória migrações intermediárias até, por fim, chegarem a Rondônia. Nessa trajetória, destacam-se como locais intermediários, na busca pela terra, os estados do Paraná e do Mato Grosso, de onde os grupos camponeses foram expulsos após o avanço das relações capitalistas de produção e da modernização das forças produtivas no campo.

No gráfico 1, por exemplo, podemos visualizar o local de origem (nascimento) dos entrevistados. Observamos que um terço (33%) deles é originariamente do estado de Minas Gerais. Destacamos que, normalmente, os entrevistados com origem no estado mineiro são, em sua maioria, do norte do estado. Se levarmos em consideração que 14% são da Bahia e 10% do Espírito Santo, veremos que mais da metade de nossos entrevistados provêm de uma região com características agrárias camponesas, mas, também, uma região dominada historicamente pelo coronelismo. Esta região, que engloba partes dos estados de Minas Gerais, Espírito Santo e Bahia, particularmente, constituiu uma área de expulsão de camponeses. Por isso, os agricultores buscaram nas fronteiras agrícolas a possibilidade de acessar e permanecer na terra.

Gráfico 1 - Estado de origem dos entrevistados - 2009



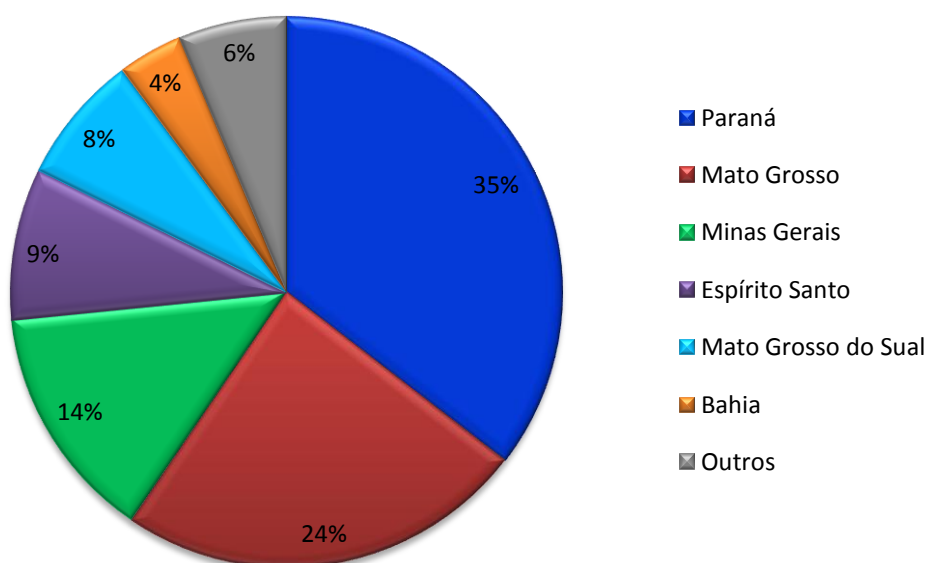
Fonte: Pesquisa de Campo, 2009.

Org.: Murilo M. O. Souza, 2010.

Por outro lado, como podemos observar no gráfico 2, quando questionados os sobre o estado a partir do qual migraram para Rondônia, os dados se modificam consideravelmente. Vemos que os estados de origem para o território rondoniense foram, principalmente, o Paraná (35%) e Mato Grosso (24%). Ou seja, quando seguem para a fronteira rondoniense, os camponeses entrevistados já haviam buscado a terra de trabalho em outros estados brasileiros. Mantêm, todavia, certa importância como local de saída para Rondônia, os estados de Minas Gerais (14%) e do Espírito Santo (9%). E o estado do Mato Grosso do Sul (8%) passa, a partir

da década de 1980, a representar também uma área de saída dos camponeses que migraram para Rondônia. O estado do Mato Grosso do Sul havia cumprido também, em anos anteriores, função de fronteira prioritária de migração camponesa. Reflexo de tal combinação evidenciase na composição dos acampamentos e assentamentos inseridos na pesquisa aqui apresentada.

Gráfico 2 - Estado do qual o entrevistado partiu para Rondônia - 2009



Fonte: Pesquisa de Campo, 2009.

Org.: Murilo M. O. Souza, 2010.

Nesse contexto, é possível entender que os camponeses que passaram a lutar pela terra, nas fileiras do MST, a partir de meados da década de 1980, no território rondoniense, já possuíam na bagagem uma história de desenraizamento. Ou seja, já haviam passado por um ou mais processos de desterritorialização. O movimento espacial de busca pela terra está, portanto, na raiz da formação do campesinato brasileiro e, em especial, daqueles grupos camponeses que contribuem na formação do campesinato rondoniense.

Esse movimento espacial, observado nos resultados de nosso estudo, foi também constatado em pesquisa realizada com camponeses assentados sob a coordenação de Leite et al. (2004), em várias regiões do país. Neste estudo os autores observaram que, pelo menos, 35% dos entrevistados eram originários de outros estados do país, com relação àquele onde estavam assentados. Ressaltamos também, para destacar a fronteira amazônica, que no que diz respeito especificamente à região do sudeste do Pará, estes dados mostraram que,

aproximadamente, 85% dos entrevistados haviam nascido em outros estados, o que demonstra uma característica intrínseca das regiões de fronteira agrícola, destacadamente, a amazônica.

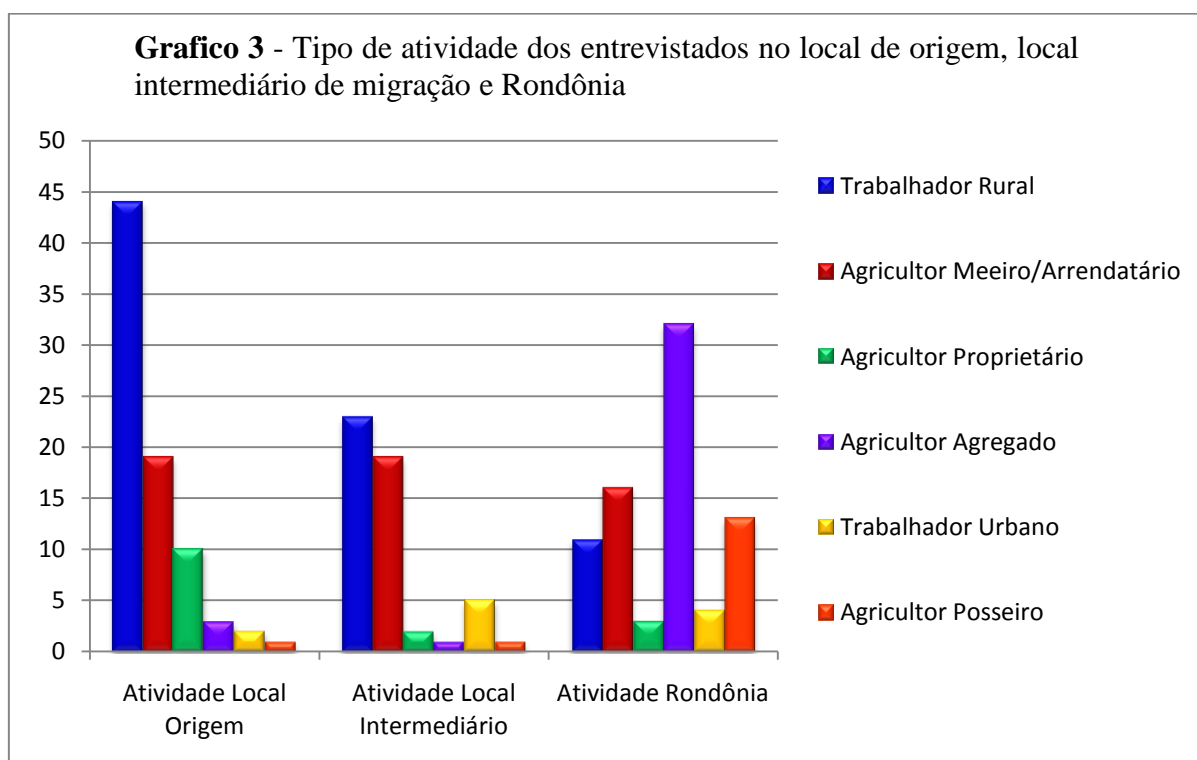
E é também importante ressaltar que, quando apuramos as informações da pesquisa de forma mais qualitativa, foi possível constatar que ainda que as migrações inter-estado tenham sido menos numerosas, é comum que os entrevistados tenham percorrido, em busca de terra ou do trabalho na terra, várias partes dos estados de origem. No estudo mencionado (LEITE et al., 2004), os autores constataram que mais de 40% dos entrevistados moravam, anteriormente à territorialização nos assentamentos, em outros municípios do estado onde foram assentados.

Isso demonstra, pois, uma resistência histórica na luta para manter a relação direta de sobrevivência relacionada à terra. Tal movimento em busca de terra revela que somente na impossibilidade de obter o acesso à terra é que estes sujeitos se obrigam a trabalhar em outras atividades, sendo o trabalho urbano sempre a última alternativa. O relato de um dos entrevistados de nossa pesquisa direta [Sr. Trovão], hoje assentado do Projeto de Assentamento Padre Ezequiel, é esclarecedor nesse sentido.

O véio, meu pai, primeiro quando nós morava em Sapucaí [Minas Gerais], que era distrito de Galiléia, o veio meu pai trabalhava tirando madeira [...] então eu lembro que aquele tempo era sofrido demais, a gente sempre trabalhava pros outro, de meheiro pros outro [...] plantava roça. O véio meu pai era vaqueiro tomando conta de fazenda, trabalhou com o coroné Artino. Depois nós veio embora pro Paraná né? Em 68 a 69 nós veio embora pro Paraná. Viemo mora na região de Cascavel no Paraná. Aí ficamo lá até agora em 84. E aí viemo pra Rondônia. No Paraná trabaiaava como meheiro também. Primeiro nós mexia com lavoura branca, depois nós fomo mexe com hortelã. Aí ficamo 4 anos mexendo com hortelã. Aí voltemo dinovo a mexe com lavoura branca. A gente plantava e pagava 40% pro fazendeiro e 60% pra nós. Depois nós fomo tomá conta de uma fazenda em Laranjeira do Sul [Paraná], dos gaúcho. Aí trabaitemo lá dois ano. Aí teve aquela revolução dos índio e aí nós perdeu tudo que nós tinha. Aí o fazendeiro queria que nós vinha pro Mato Grosso, mas diz que a fama do Mato Grosso era muito triste, aí nós foi pra Foz do Iguaçu trabalhá na Itaipú [Na construção da Usina]. Mas nós num era acostumado com cidade e nosso sonho era voltá pra roça [...] que nós somo nascido e criado na roça. Aí meu irmão mais velho falou: vamo pra Rondônia. Aí meus irmão veio gostô demais. E naquele tempo nós doido pra planta roça [...] aí viemo tudo embora pra cá. Viemo pra terra do cumpade Zelão, em Tarilândia [distrito do município de Jorge Teixeira em Rondônia]. Ali em Jorge Teixeira nós trabalhamos três anos com ele, de meheiro, tocando roça de cacau. (Entrevistado, Sr. Trovão, PA Padre Ezequiel, 2009).

Esse relato nos revela não somente o movimento espacial camponês para *permanecer na terra*, como também as diferentes atividades desenvolvidas por esse sujeito no transcorrer de tal movimentação. A pela terra e o desejo persistente de trabalhar no campo foram recorrentes no relato de vários dos entrevistados. Por isso, antes de chegar a Rondônia, os camponeses hoje territorializados nos Projetos de Assentamento investigados passaram por

vários processos migratórios. Nessa *via sacra*, um fato que indica a forte relação do camponês brasileiro com a terra, o seu desejo de entrar na terra e buscar a constituição de um território de trabalho e vida, é representado pelos dados sobre as atividades desenvolvidas nos diferentes locais de moradia. Esses dados demonstram a ligação dos camponeses assentados com o campo e, conseqüentemente, com uma perspectiva social camponesa. O gráfico 3 mostra as diferentes atividades desenvolvidas pelos entrevistados nos locais de origem, nos locais intermediários de migração e logo após chegarem ao estado rondoniense.



Fonte: Pesquisa de Campo, 2009.

Org.: Murilo M. O. Souza, 2010.

Observamos, em primeiro lugar, que as atividades desenvolvidas no local de origem pelos camponeses entrevistados estão relacionadas maciçamente ao trabalho no campo. Entre os 79 entrevistados, 44 (55,7%) relataram que em seus estados natais eram trabalhadores rurais, 19 (24%) trabalhavam como agricultores meeiros ou arrendatários, 10 (12,7%) eram pequenos proprietários e 3 (3,8%) viviam como agregados na terra de fazendeiros. Esses dados mostram que um total de 96,2% do perfil morava no campo e trabalhava em atividades diretamente ligadas ao campo e ao modo camponês de vida.

Essa característica foi também confirmada em amplo estudo realizado nos assentamentos rurais de seis diferentes regiões brasileiras (Sul da Bahia, Sertão do Ceará, Entorno do Distrito Federal, Sudeste do Pará, Oeste de Santa Catarina e Zona da Cana do

Nordeste), sob a coordenação de Leite et al. (2004). Em primeiro lugar, analisando o local de moradia anterior à ida para o assentamento, obtiveram que mais de 80% dos entrevistados já viviam na zona rural. No mesmo estudo, foi analisada a experiência com atividades agrícolas dos camponeses assentados nessas regiões. Obtiveram que 94% do total de entrevistados já possuíam algum tipo de experiência com o trabalho na agricultura. Desse total, 46% eram assalariados rurais; 34%, arrendatários; 7%, pequenos proprietários e 4%, posseiros.

Quando analisamos os resultados da pesquisa de campo (Gráfico 3) relativos à atividade desenvolvida antes da ida para o assentamento, já na fronteira rondoniense, temos uma manutenção da ligação com o campo, mas, por outro lado, a relação dos entrevistados com a posse da terra sofre uma relativa aproximação, pois conseguem simbólica e concretamente relacionar-se de forma mais concreta com o processo produtivo. Isso é confirmado pelo fato de que 32 entrevistados, ou seja, 40,5% do perfil passaram a viver como agregados em propriedades de amigos ou parentes, cultivando diretamente a terra. Da mesma forma, 20,2% dos entrevistados mantinham relações de meeiros ou arrendatários e 13 (16,5%) declararam ser posseiros imediatamente antes da ida para o assentamento.

Algumas mudanças das atividades desenvolvidas entre o local de origem e o território rondoniense são relevantes para a análise. Em primeiro lugar, com relação à vida como agregado, destacamos o fato de que a propaganda da existência de grande quantidade de terras disponíveis no estado rondoniense fazia com que muitos migrassem na esperança de acessarem à terra imediatamente. Conforme na maioria dos casos, isso não ocorria. A alternativa era trabalhar como agregado nas terras de parentes, amigos ou mesmo de outros fazendeiros. A fala do Sr. Oliveira, hoje assentado no PA 25 de Julho, revela claramente essa questão, ou seja, a propaganda que impulsionava grande quantidade de migrantes para o estado rondoniense e a ausência de terra disponibilizada pelo INCRA.

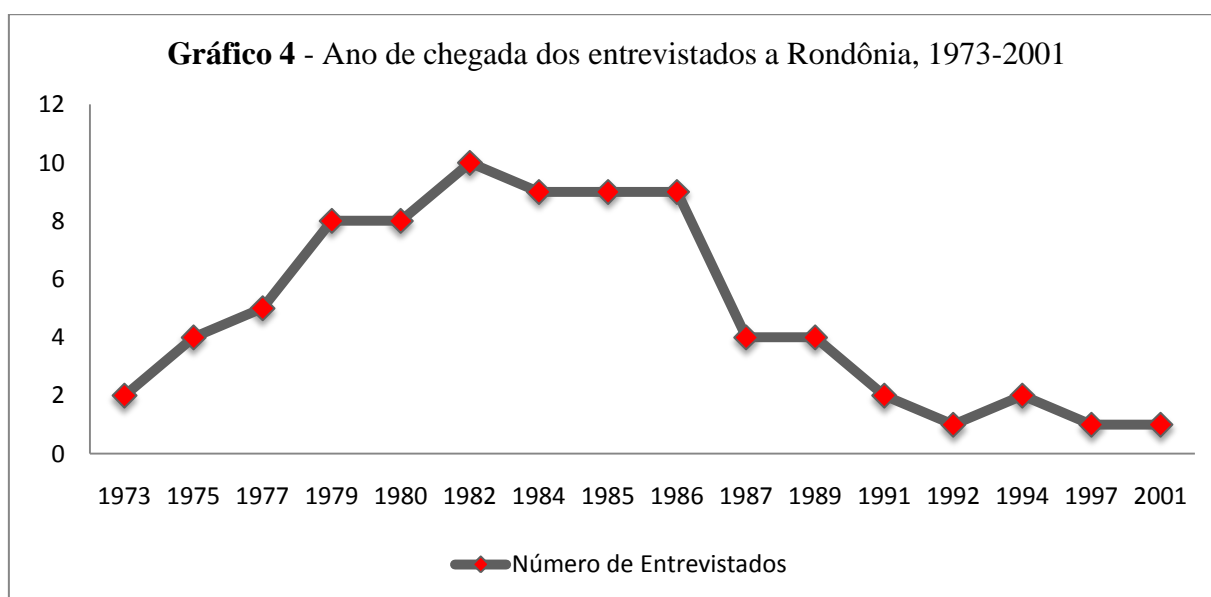
Aí lá no Mato Grosso eu falei: meu negócio é terra, aí vim pra Rondônia, pra Ji-Paraná, em 10 de janeiro de 1985. Aí fui direto no INCRA, porque lá [no Mato Grosso] fazia propaganda que Rondônia tinha terra, que tinha que vir pra Rondônia pegar terra. Falei ah vamborá [...]. Cheguei lá no INCRA o cara falou: terra? Quem falou que aqui tem terra? Aqui não tem terra pra ninguém não. Dentro do INCRA lá em Ji-Paraná [...] tem não. Aqui tem três mil nomes de pessoal e não tem reforma agrária não [...] tem terra não. E passava no rádio chamando gente! Aí fiquei lá em Ji-Paraná 85, 86. [...]. E aí surgiu o negócio do movimento sem terra, aí eu fui participar da reunião né! (Entrevistado, Oliveira, PA 25 de Julho, 2009).

Muitos camponeses migrantes tiveram a vida de agregado como alternativa para manter vivo o sonho de acesso à terra. Portanto, é importante destacar que o trabalho como

agregado era visualizado pelos entrevistados como um momento transitório, tendo como finalidade o acesso à sua própria terra. A partir das terras onde viviam como agregados, os camponeses sem terra buscavam, constantemente, a terra a partir do cadastro do INCRA ou por meio da busca de posses. Assim, em particular na década de 1980, a quantidade de posseiros cresceu recorrentemente.

Quando comparamos as atividades dos entrevistados no local de origem e após chegarem a Rondônia (Gráfico 3), observamos que cresceram, principalmente, as citações de Agricultor Agregado e Agricultor Posseiro. Ainda relacionada à questão, destacamos a manutenção, após a chegada ao território rondoniense, da atividade Agricultor Meeiro/Arrendatário. No caso, assim como ocorria com a atividade de agregado e a posse, também o trabalho como meeiro ou arrendatário era entendido como uma ponte intermediária ao acesso à terra própria. Isso indica, objetivamente, uma maior proximidade com o modo de vida camponês, pois a possibilidade de cultivar diretamente a terra mantém vivo o sonho, o desejo de entrar na terra como um produtor camponês autônomo.

A análise do ano de chegada dos entrevistados a Rondônia (Gráfico 4) e sua persistência no campo também indica a forte ligação com o campo. Como podemos observar, a maioria dos entrevistados chegou ao estado rondoniense entre 1980 e 1985, mas foram assentados apenas a partir de 1990. Ou seja, conseguiram se manter na terra, como agregados ou meeiros, por aproximadamente uma década, até serem definitivamente assentados.



Fonte: Pesquisa de Campo, 2009.

Org.: Murilo M. O. Souza, 2010.

É importante destacar que, embora a maior parte de nossos entrevistados tenha chegado a Rondônia na década de 1980 (Gráfico 4) e sido assentados, na maioria dos casos, já no início do século XXI, mantiveram-se trabalhando em atividades ligadas ao campo.

Tanto como posseiros ou como arrendatários, mas principalmente como agregados na terra de parentes e amigos, esses agricultores sobreviveram buscando a constituição de um território camponês. Além disso, como observamos no capítulo anterior, as famílias acampadas atualmente na Mesorregião Geográfica do Leste Rondoniense também saíram de áreas rurais, da terra de parentes, de assentamentos já consolidados ou de fazendas onde trabalhavam para se inserirem na luta pela terra. Muitas vezes, são filhos, irmãos de outros camponeses que já passaram pelo mesmo processo, ou seja, já lutaram pela terra.

É certo, ao mesmo tempo, que os camponeses assentados em cada território passaram por um processo de luta específico. Alguns conseguiram acessar à terra de forma mais rápida, como aqueles assentados no Projeto de Assentamento 25 de Julho em 1990, por exemplo. Esses, em sua maioria, chegaram a Rondônia em meados da década de 1980 e foram assentados já no final dessa mesma década ou no início dos anos 1990. Os camponeses assentados no Projeto de Assentamento Padre Ezequiel, em 2001, por sua vez, passaram por um processo mais longo na luta pela terra. Participaram de diferentes momentos durante a conquista do território. Nesse caso específico, muitos são irmãos, filhos ou parentes de agricultores camponeses assentados em outras áreas no estado rondoniense nos anos anteriores. Essa mesma característica pode ser observada entre os camponeses assentados no Projeto de Assentamento 14 de Agosto II, em 2009. Em sua maioria, são filhos, irmãos ou até netos de agricultores assentados em outras áreas. Em alguns casos, inclusive nasceram em acampamentos ou assentamentos rurais. O processo de territorialização dos camponeses, contudo, assume características específicas em cada região ou território camponês constituído. Exatamente por isso, procuramos analisar tais questões por assentamento pesquisado, a seguir.

5.3 O Projeto de Assentamento 25 de julho: uma conquista em contexto de transição

O Projeto de Assentamento 25 de Julho, localizado no município de Espigão do Oeste/RO, representa a primeira conquista territorial do MST em Rondônia, tendo completado, em 2010, vinte anos de criação. Isso significa, em primeiro lugar, que esta conquista camponesa ocorreu em um contexto de transição das estratégias de luta pela terra

no país e, especialmente, no território rondoniense. Pois, ao final da década de 1980, cumpríamos o primeiro governo pós-ditadura, do qual se esperava a implementação de uma reforma agrária que foi propagandisticamente planejada, porém não foi realizada de fato.

Na região amazônica e, particularmente, no território rondoniense, os conflitos por terra se multiplicaram, causando a morte de grande quantidade de posseiros e lideranças de entidades de apoio. E, por isso, a conquista da Fazenda Seringal, atual Projeto de Assentamento 25 de Julho, foi um marco para a consolidação de uma nova forma de luta pela terra, com maior amplitude política e ideológica de reivindicação. Ao mesmo tempo, ocorreu a solidificação do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra (MST), como interlocutor dos camponeses desterritorializados do estado rondoniense.

Nesse contexto, esse Projeto de Assentamento representou um *campo de treinamento* para a consolidação e continuidade da luta pela terra organizada pelo MST em Rondônia. Naquela área, tanto no período de acampamento como nos primeiros anos após o assentamento, foram formadas as lideranças que contribuíram para a territorialização do Movimento no estado, principalmente na Mesorregião Geográfica do Leste Rondoniense. Foram apresentadas e testadas as novas táticas de luta pela democratização da posse da terra, já desenvolvidas pelo MST em outras regiões brasileiras, com destaque para os estados da região Sul.

O processo de conquista do PA 25 de Julho representou, portanto, um intenso momento de formação, inserido em um, não menos intenso, processo de transição política para o país. Esse momento de aprendizagem, ao mesmo tempo em que foi valioso para a construção de estratégias de luta e sobrevivência na terra, deixou também marcas quanto à forma incipiente com que as decisões foram tomadas e as ações, executadas. Logo, o PA 25 de Julho foi um espaço de formação de lideranças que deram sequência à luta pela terra no estado rondoniense, mas sofreu também as consequências de um processo em início de construção.

Para avaliarmos o processo de territorialização camponesa no PA 25 de Julho, em toda sua amplitude, é importante levarmos em consideração esse contexto de transição política. Entendemos que o processo de territorialização dos camponeses assentados ocorreu a partir da conjuntura histórico-geográfica específica. Tanto a escolha da região e da fazenda a ser ocupada, a estratégia de luta pela área, como a forma de organização territorial e o processo produtivo estão inseridos no contexto geral de luta pelo território. Por isso, é também a partir destes elementos que buscaremos compreender o processo de territorialização camponesa no

Projeto de Assentamento 25 de Julho. Analisaremos o processo de conquista da terra, a dinâmica e organização territorial, assim como a organização do processo produtivo estabelecida no assentamento.

5.3.1 A conquista da terra e os primeiros anos do assentamento

No final do ano de 1988, foi realizado o I Encontro Estadual do MST no território rondoniense. Como discutimos no capítulo 4, a gestação do Movimento foi iniciada desde sua fundação em nível nacional, mas somente ao final da década de 1980 é que as condições para sua consolidação no estado estavam dadas. E o Projeto de Assentamento 25 de Julho foi a primeira conquista do MST no estado. Portanto, a constituição daquele território camponês é resultado direto da organização inicial da luta pela terra em Rondônia. Tal fato indica, ao mesmo tempo, que esse novo território camponês traz em sua gênese as características conjunturais do período em que foi constituído.

Pensamos que uma questão primordial para a análise da conquista da área refere-se à demanda por terra que, ao final da década de 1980, assumiu proporções elevadas. Os Projetos de Assentamento Rápido (PAR), implementados nos anos anteriores, foram pontuais, não diminuindo tal demanda. E, por isso, havia uma grande tensão no campo rondoniense, com o aumento dos movimentos de posseiros e o conseqüente crescimento da repressão, tanto dos latifundiários como do próprio Estado. Devemos ressaltar, ao mesmo tempo, que os camponeses sem-terra permaneceram no campo como agregados, posseiros, meeiros ou trabalhadores rurais, na busca de acessar, de alguma forma, um lote próprio de terra e consolidar seu modo camponês de vida.

A partir desta demanda, especialmente, na região Sul do estado, onde havia grande quantidade de agregados e posseiros, que foi fortalecida a discussão em torno de uma ocupação organizada. Exemplificando, quando analisamos os dados das entrevistas realizadas com os agricultores assentados no PA 25 de Julho, observamos uma profunda ligação com o campo e o com o modo camponês de produção e vida. Antes da ida para o acampamento, entre os 33 camponeses entrevistados, 15 (45,45%) viviam como agregados, 6 (18,18%) estavam em áreas de posse, 5 (15,15%) eram trabalhadores rurais e 4 (12,12%) viviam como meeiros (Pesquisa de Campo, 2009). Esses dados indicam, em primeiro plano, que 90,9% dos entrevistados viviam no campo antes de se inserirem no processo de luta por aquela área.

É relevante destacar que, além dos 6 (seis) camponeses que viviam em áreas de posse antes de irem para o acampamento, também os agregados, em sua maioria permaneciam recorrentemente em busca da terra de trabalho e, por isso, não raramente procuravam se inserir nos pequenos movimentos de posseiros que ocupavam esparsamente algumas áreas. Isso indica que a maioria dos agricultores camponeses sem-terra que acamparam na Fazenda Seringal (atual Projeto de Assentamento 25 de Julho) já possuíam uma cultura de luta pela terra consolidada no processo de busca pela terra do movimento posseiro.

Nesse contexto, para a organização de uma ocupação nos termos estabelecidos pela direção estadual do MST já ao final de 1988, alguns desafios deveriam ser enfrentados e novas estratégias de luta pela terra apresentadas. O primeiro destes desafios refere-se à forma de ocupação dos latifúndios. Pois, a cultura consolidada pelo movimento posseiro fazia das ocupações de terra uma ação promovida especificamente por homens, em pequenos grupos. A família dos posseiros somente passava a morar na posse após alguns anos, quando não houvesse risco de conflito e já estivessem estabelecidas as condições estruturais mínimas para a manutenção do grupo familiar.

Nestas formas de ocupações, após a chegada na área, o estabelecimento dos posseiros ocorria isoladamente. Ou seja, cada posseiro escolhia um local, construía seu *barraco* e plantava sua roça. Entre outras questões, esse formato dificultava a defesa contra jagunços em ocasiões de despejo. Em decorrência desta forma de ocupação uma grande quantidade de posseiros foi assassinada na fronteira rondoniense. Os camponeses sem-terra tornavam-se, nesse sentido, presas fáceis para os fazendeiros. Em muitos casos, os posseiros chegavam antes dos fazendeiros que, após a abertura da área, reivindicavam a sua posse. E como dito, esse processo era mais simples devido à forma de organização nas áreas de posse. Os posseiros abriam as terras e, seqüencialmente, os grileiros os expulsavam.

Na ocupação da Fazenda Seringal (Foto 7), realizada inicialmente por um grupo de aproximadamente 50 famílias, a primeira mudança de estratégia, após a chegada na área, foi o estabelecimento de um acampamento único, coletivo, como podemos observar na foto 8. O formato forneceu um novo elemento tanto para as famílias acampadas e suas lideranças como para os fazendeiros latifundiários e governantes que estavam acostumados a combater a forma esparsa de ocupação promovida pelo movimento posseiro. Não sabiam, portanto, como combater os camponeses sem-terra acampados coletivamente.

Foto 7 – Ocupação da Fazenda Seringal, Espigão do Oeste/RO, 1989.



Foto 8 – Acampamento na Fazenda Seringal, Espigão do Oeste/RO, 1989.



Fonte: Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Espigão do Oeste, 2009.

Diferentemente do que ocorria em outros tipos de luta pela terra já desenvolvidos no estado de Rondônia, a configuração da ocupação na forma-acampamento estava carregada de significado, assumindo o pressuposto não apenas de forma, mas de forma-conteúdo. Essa forma de ação, por seu caráter massivo, fornece uma maior visibilidade ao conflito e, por consequência, ao problema agrário.

[...] a forma-conteúdo acampamento cumpre para o MST o objetivo primeiro de desafiar o poder das cercas e expor à sociedade o conflito de classes. Num segundo momento, ela assume outros significados [...] que são basicamente de construção daquilo que o movimento designa como identidade sem terra. (ALMEIDA, 2006, p. 159).

E foi na construção dessa forma de organização, do acampamento, dessa forma-conteúdo, que a estratégia para a conquista da Fazenda Seringal foi estruturada. A organização em torno de um acampamento coletivo foi um desafio, inicialmente, para as lideranças, visto que boa parte delas era proveniente de ocupações de posseiros, onde o confronto com os jagunços era constante e realizado de forma individual. Aí também as decisões eram tomadas de forma pouco democrática. Isso facilitava, sem dúvida, o embate dos pistoleiros com os posseiros ocupantes que, via de regra, perdiam esta disputa. Por outro lado, mais que para as lideranças camponesas, essa nova forma de organização na luta pela terra surpreendeu fazendeiros e governantes.

Um dos líderes da ocupação da Fazenda Seringal, hoje (2010) assentado no PA 14 de Agosto II, explica as consequências trazidas junto com a nova forma de ocupação da terra, baseada na forma-acampamento, em especial no que se refere ao embate com os latifundiários.

É não tinha é o povo que fica no acampamento que se defende junto né? Não tem o princípio da luta armada né? Tinha que defender e nós tinha uma forma de conviver inclusive o fazendeiro, o latifúndio ficou meio tonto sem saber o que fazer né? Como ia atrás? o pistoleiro ia entrar no acampamento? E não dá o cara que tentou entrar se lascaram então criou um respeito do outro lado. Aquela idéia de entrar no terreno do inimigo, o inimigo está preparado [...] criou assim, a ocupação lá do 25 de Julho, criou uma nova visão de sem terra, de luta pela terra e tal. Criou essa nova [...] quer dizer, o sem terra tem essa nova visão sobre a terra não é a mesma do pistoleiro vai de posse em posse e faz uma atrocidade com um posseiro daquele e vai acontecer com ele futuramente acabou isso e a partir daí também que o posseiro, a pessoa que luta pela terra também não tem mais medo do pistoleiro porque ele não está sozinho as pessoas fala eu tenho medo de posseiro mas lá nós é muita gente, todo mundo junto aí cria essa visão. (Entrevistado, Leôncio, novembro de 2009).

O acampamento coletivo, embora tenha ocorrido uma série de problemas internos, foi determinante para a conquista da Fazenda Seringal. Especialmente no aspecto referente à segurança e à sobrevivência das famílias na área, essa forma de organização foi muito importante. Na questão da segurança, destacamos que houve, durante doze meses de acampamento, diversas tentativas de despejo por parte dos jagunços da fazenda, mas, em decorrência do acampamento coletivo, apenas um despejo se efetivou e a partir de uma negociação pacífica com o poder público.

Ocorreram, ainda, dois grandes embates para a conquista definitiva da área. O primeiro deles foi o confronto armado com jagunços da Fazenda Seringal. Após a volta para a área depois da negociação com o INCRA, o proprietário havia contratado um grupo de jagunços para forçar a saída definitiva do grupo sem-terra. A equipe de segurança do acampamento, no entanto, entrou em conflito com os pistoleiros, que acabaram mortos. Esse episódio não ficou bem esclarecido, mas foi fator determinante para a conquista daquele território.

■ O segundo confronto envolveu a morte de um delegado da região e a acusação dos acampados como sendo os executores do assassinato. Também nesse último caso, a organização coletiva do acampamento foi essencial para a defesa das famílias acampadas. A polícia de todo o estado foi direcionada para investigar o caso no acampamento, procurando, de alguma forma, criminalizar as famílias camponesas pelo assassinato. Um dos líderes do acampamento, no período, nos relatou brevemente como ocorreu a entrada da polícia na área.

Foi ali dentro do acampamento e nós fico lá [...] porque nós tinha consciência que era uma repressão, que o Espigão era hostil com os sem terra. Na verdade eles [polícia] sabia pela disposição do povo [...] eles sabia no que ia dá. Então fizeram a expedição lá, a busca e acharam lá uma espingardinha véia ali. Mais nós nunca discuido né? Sabia que os cara tinha intenção de cria problema ali. Foram embora naquele fundunço e nunca mais! (Entrevistado, Leôncio, novembro de 2009).

De acordo com os assentados entrevistados, essa hostilidade não estava restringida à atuação da polícia, mas abrangia também o poder público e a comunidade local. Em estudo realizado em diferentes regiões brasileiras, essa hostilidade foi comumente relatada, especialmente, no período de acampamento e nos primeiros anos após a efetivação do assentamento das famílias.

[...] no plano local, muitas vezes os assentamentos foram, num primeiro momento e em diversas situações, estigmatizados não só pela opinião pública, mas também pelas prefeituras. Preocupadas com as novas demandas que poderiam surgir e com a entrada no município de levas de trabalhadores de outras regiões, assistiam a uma nova prática de pressão – as ocupações de terra – que, nem sempre, eram encaradas com simpatia. Sob esse ângulo, buscar viabilizar-se economicamente era, para os assentados, além de uma condição de sobrevivência física familiar, também uma condição de afirmação política e social, de legitimação frente à população e autoridades públicas locais. (MEDEIROS; LEITE, 1999, p. 15).

No caso aqui analisado, a comunidade e o poder público do município de Espigão do Oeste/RO, única cidade próxima ao acampamento, teve reação inicial de hostilidade frente às famílias acampadas. De acordo com vários entrevistados, eles viveram, durante o período de acampamento, praticamente isolados, pois não conseguiam trabalho nas fazendas da região e, em várias ocasiões, não conseguiam sequer fazer suas compras no comércio daquela cidade. De acordo com um entrevistado, somente após alguns de criação do assentamento a população se desarmou do sentimento de hostilidade em relação às famílias do PA 25 de Julho. Essa foi uma das últimas barreiras a ser vencida pelas famílias camponesas atualmente assentadas naquela área.

Nóis num tinha muita [relação] com a população ali, os comerciante, o povo tudo era hostil, porque tinha uma propaganda muito negativa dos sem terra na cidade. Criaro essa propaganda negativa que era ladrão, que era não sei o quê, que era gente que mexia com a família dos outro, essas coisa toda que os cara cria né. Então nos fico assim meio discriminado ali, pelo povo. Porque isso, só veio reverter o quadro depois que assentamento passo, depois que passo a ter assentamento e que o assentamento passou a vender e a comprar na cidade. Um supermercado lá, uma veterinária que até hoje existe lá chamada Agroeste que, depois nos descobriu que a Agroeste era o caixa dos fazendeiro, era onde os fazendeiro depositava o dinheiro pra mante o movimento dos pistoleiro né. (Entrevistado, Leôncio, 2009).

Essa mudança na relação com a comunidade e o poder público local é essencial para o processo de territorialização do assentamento rural. A transformação da percepção da comunidade com relação aos camponeses acampados somente ocorreu a partir da consolidação do processo produtivo, já ao final do período de acampamento. A produção começou desde os primeiros meses de acampamento, como observado nas fotos 9 e 10, e,

além da garantia de alimento, a produção coletiva promoveu, também, um relativo aprendizado em termos da organização produtiva na região em questão, assim como colaborou na desconstrução da visão preconceituosa e hostil da comunidade local perante as famílias acampadas na Fazenda Seringal.

Em resumo, a organização em forma de acampamento coletivo teve uma diversidade de percalços, mas, de forma geral, foi o que possibilitou a conquista da área. A alimentação, a segurança, a produção, entre outras atividades, eram todas realizadas de forma coletiva. Essa dinâmica, ao mesmo tempo em que desgastou a convivência das famílias acampadas, gerou aprendizado em termos de organização interna no acampamento. Considerando que chegaram a estar acampadas na área mais de 300 famílias, o processo organizativo exigiu um grande esforço.

Fotos 9 e 10 - Camponeses organizando a primeira roça coletiva no acampamento da Fazenda Seringal, Espigão do Oeste/RO, 1989



Fonte: Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Espigão do Oeste, 2009.

Outro elemento novo inserido na luta pela terra a partir da ocupação da Fazenda Seringal foi a realização de pressão sobre os órgãos públicos fora da terra. Após a primeira ocupação, ocorreu um despejo, que levou à ocupação imediata, por parte dos acampados, da sede do INCRA na cidade de Pimenta Bueno/RO. Essa ocupação durou aproximadamente um mês e representou, também, um momento de aprendizagem na luta para as lideranças e para as famílias acampadas de forma geral. O MST consolidou-se aí como interlocutor dos camponeses sem-terra do estado. Durante o período, foi negociada a volta das famílias para a Fazenda Seringal, assim como a garantia de negociação da área para o assentamento definitivo das famílias. Um dos líderes do MST na época da ocupação fala sobre o despejo e o acampamento na sede do INCRA e como a ação foi importante para a conquista da área.

Nóis vamos ceder ao despejo, mas aí vocês não vão prender ninguém e tal. Aí nós fomos com um propósito, nós quer ser levado pro INCRA de Pimenta Bueno. Aí ocupamos o INCRA e articulamos muita gente. A ocupação foi crescendo [...] as pessoas tinha medo. Aí no INCRA trabalhamos melhor e foi enchendo de gente, a gente encheu aquele INCRA de Pimenta Bueno de barraco. [...] aquilo foi enchendo de barraco e fomos prensando o INCRA. Aí um tempo depois [em torno de um mês] formaram uma comissão e nós disse que só saía de lá pra terra. Aí fizemos esta proposta que a gente só voltava pra lá com a área negociada. Aí negociamos, veio o fazendeiro e negociamos 500 hectares pra botar roça e depois ia negociar o resto da fazenda [...]. (Entrevistado, Cícero, novembro de 2009).

Aquele processo de negociação foi, como dissemos, ação central na transformação da forma de luta pela terra até então levada a cabo no estado rondoniense. A partir da conquista desse território, o primeiro sob coordenação do MST em Rondônia, foi possível consolidar o movimento e territorializar sua luta na Mesorregião Geográfica do Leste Rondoniense. Os elementos e a experiência adquirida nesse processo permitiram essa nova perspectiva de embate com o Estado e com o latifúndio rondoniense.

Por outro lado, o fato de ter sido um espaço de formação inicial de lideranças, que foram, posteriormente, direcionadas para outras ações do movimento, o que deixou em segundo plano o processo de discussão social, política e econômica para o desenvolvimento pós conquista da terra. Assim, desde o processo de debate sobre a melhor forma de organização territorial até a matriz produtiva a ser seguida não foram discutidos aprofundadamente no âmbito do Movimento. A seguir buscamos entender como ocorreu esse processo pós conquista e quais foram suas conseqüências.

5.3.2 Dinâmica e organização territorial no Projeto de Assentamento 25 de Julho

Historicamente, os grupos camponeses buscaram sabiamente se estabelecer em espaços onde o ambiente natural pudesse ser um aliado em seu processo de territorialização, assim como, organizaram sua estrutura produtiva de modo que respondesse às suas necessidades de forma efetiva. As sociedades indígenas, ribeirinhos, quilombolas, entre outros grupos camponeses tradicionais, buscaram construir seu território de vida em espaços com terras férteis, suficiente disponibilidade de água, entre outros fatores importantes para sua sobrevivência e reprodução social. A partir de tais fatores, o camponês sempre soube organizar seu território de acordo com suas necessidades pessoais e produtivas.

Com o avanço do capitalismo sobre o campo, no entanto, além do estabelecimento de um modelo produtivo ambientalmente insustentável, as terras mais férteis foram sendo açambarcadas pelos grandes latifundiários. Este processo, ao mesmo tempo, desterritorializou

grande quantidade de produtores camponeses e diminuiu, consideravelmente, suas possibilidades de escolha sobre novas áreas para um possível processo de reterritorialização. No caso da fronteira agrícola, os conhecimentos camponeses utilizados na escolha de terras potencialmente produtivas serviram, inconscientemente, ao avanço das relações capitalistas, pois, em muitos casos, os camponeses abriram suas posses em regiões de boas terras e ricas em recursos produtivos, mas, rapidamente, grupos de grileiros promoveram sua expropriação, assumindo a área já trabalhada.

Por outro lado, nos projetos de colonização agrícola, como os que foram implantados em Rondônia, na década de 1970, e na maior parte dos projetos de assentamento rural criados até hoje, tanto a localização espacial das terras disponibilizadas como o processo de parcelamento dessas áreas ocorreu à revelia das necessidades e dos conhecimentos camponeses. No caso rondoniense, particularmente, a organização territorial seguiu as necessidades de acumulação capitalista, deixando as melhores terras para os empreendimentos capitalistas e as periféricas para o assentamento de colonos migrantes.

Uma grande virada na postura da luta pela terra no estado rondoniense, promovida pelo MST, a partir do final da década de 1980, foi a focalização na disputa pelas terras mais bem localizadas e de melhor qualidade produtiva, especialmente, aquelas situadas no eixo da rodovia BR 364. Nessa nova perspectiva, a Fazenda Seringal (atual PA 25 de Julho) foi a que, na concepção das lideranças do movimento na época, mais se enquadrava nesta nova lógica, como revela um de nossos entrevistados, responsável pela vistoria prévia da área a ser ocupada na época.

Que a partir daí a gente tem uma linha de atuação, que toma uma definição de [...] que nós a partir dali, nós ia fazer ocupação de terra fértil, uma terra de fácil acesso e em região sadia. Que na verdade, na pratica, essas fazenda, elas tava sob poder do latifúndio. Não era terra de fronteira agrícola, nem áreas abandonadas, né? Tanto que, essa fazenda lá, a Seringal, ela cumpria esses princípios, porque ela tava a 26 quilômetros do Espigão, e era uma terra boa, e a linha passava na frente, uma linha que chegava e saía. (Entrevistado, Leôncio, novembro de 2009).

Essa nova postura desafiou o poder do latifúndio e impôs, ao mesmo tempo, uma nova forma de negociação ao governo do estado que, até então, estava acostumado a definir quando e onde os camponeses sem-terra poderiam ser assentados. É certo que tal postura promoveu, em contrapartida, um intenso processo de articulação dos fazendeiros, assim como de seus representantes no poder público. Pois se tratava de uma *afrenta* aos *donos* da região, e a nova lógica de ocupação poderia ameaçar o controle latifundiário das áreas mais valorizadas do

território rondoniense. Por isso a reação foi tão forte por parte dos proprietários. Porque se tratava da disputa com o capital em sua área de ação privilegiada.

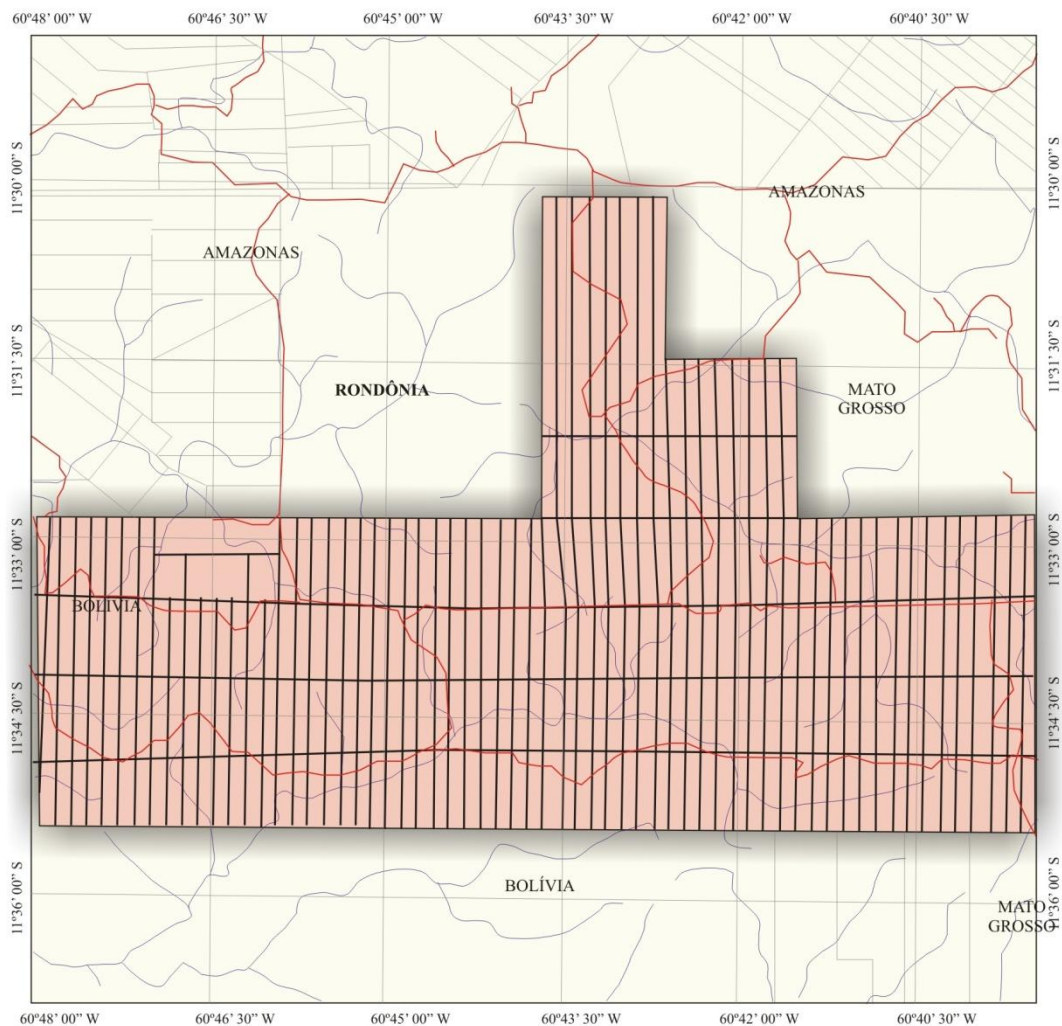
A partir da conquista da Fazenda Seringal, embora a luta dos posseiros ainda permanecesse voltada para as regiões de fronteira, mais distantes, as ocupações ligadas ao MST e a outros movimentos organizados passaram a travar uma disputa pelo território nas regiões mais desenvolvidas do estado rondoniense. Essa nova perspectiva recolocou os camponeses sem-terra como sujeitos na construção de sua história, fornecendo, ao mesmo tempo, maior visibilidade ao problema da terra que causava, já há algum tempo, o assassinato de grande quantidade de camponeses e lideranças de apoio à luta pela terra.

No caso específico dos camponeses territorializados no PA 25 de Julho, a luta por uma área melhor localizada foi importante para seu posterior desenvolvimento. Ainda que a estruturação inicial da área tenha sido morosa e a hostilidade do poder público e da comunidade local tenha se prolongado durante algum tempo, a proximidade com a cidade de Espigão do Oeste/RO e com outras cidades importantes do estado, especialmente Cacoal/RO e Pimenta Bueno/RO, permitiram, em médio prazo, a disponibilização mais eficiente de transporte e outros serviços sociais importantes para a dignidade das famílias assentadas.

Para além da localização espacial da área conquistada, outro grande problema enfrentado no processo de efetivação dos assentamentos rurais brasileiros tem sido a forma de parcelamento e a consequente organização territorial das áreas reformadas. Nunca houve uma preocupação com a construção de uma divisão mais refletida e democrática dos assentamentos criados, embora, nos últimos anos, os movimentos sociais tenham proposto novas formas de parcelamento e organização territorial para a estruturação dos projetos de assentamento conquistados.

O território rondoniense ficou marcado pelo *quadrado burro* construído pelo INCRA no processo de colonização agrícola do estado. Os projetos de colonização foram, durante toda a década de 1970, demarcados linearmente, mas sem levar em consideração os fatores ambientais necessários para a sobrevivência dos colonos assentados para que produzissem e vivessem na área. Além de terem desconsiderado completamente os potenciais e as fragilidades ambientais, estabeleceram parcelas sem acesso à água, com problemas de acessibilidade, entre vários outros fatores, que impediram a consolidação das áreas. O Projeto de Assentamento 25 de Julho, ainda que houvesse novas propostas do movimento social para o parcelamento mais democrático, em decorrência da *pressa* governamental, seguiu a mesma estruturação espacial (Mapa 7).

MAPA 7 - PARCELAMENTO DO PROJETO DE ASSENTAMENTO 25 DE JULHO - 2010

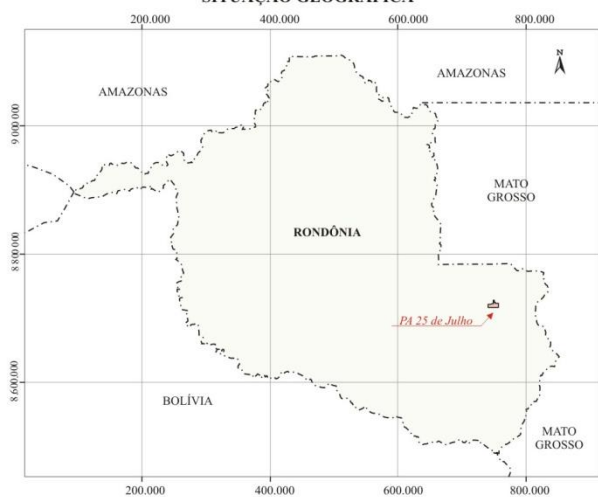


ESCALA GRÁFICA

0 650 1.300 2.600 Metros

Projeção Policônica

SITUAÇÃO GEOGRÁFICA



ESCALA GRÁFICA

100.000 0 100.000 200.000 Km

Projeção Universal Transversa de Mercator
Fuso 20 - Hemisfério Sul/ Meridiano 63°

LEGENDA

- Parcelamento do Projeto de Assentamento 25 de julho
- Lotes
- Rodovia
- Cursos d'água

Fonte:

Ministério da Agricultura. Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária. Secretaria de Desenvolvimento Ambiental, 2009.

Organização:

Murilo Mendonça Oliveira de Souza

Cartografia Digital:

Cláudia Adriana Bueno da Fonseca

Portanto, apesar da luta organizada ter permitido a conquista de uma área situada geograficamente em local mais central, quanto ao processo de parcelamento o avanço não foi tão grande. A marcação dos lotes no PA 25 de Julho seguiu os mesmos parâmetros utilizados para o estabelecimento dos assentamentos anteriores, o *quadrado burro*. Essa forma de organização espacial foi também determinante no processo de territorialização das famílias assentadas, pois esse modelo de parcelamento não analisa as condições do terreno, preocupando-se tão somente com a *geometricidade* da forma demarcada.

Com isto, na demarcação dos lotes do PA 25 de Julho, as condições de relevo não foram levadas em consideração, os tamanhos dos lotes não seguiram critérios de qualidade de solo, disponibilidade de água e a organização precedente das famílias acampadas não foi respeitada. Foi prejudicada com isto, além do processo produtivo de alguns assentados, a disponibilização de outros serviços básicos, como a construção de vias de acesso, a instalação de rede elétrica, entre outros. Em 2010, vinte anos, portanto, após a criação do assentamento, ainda persistem, pelo menos, cinco parcelas sem acesso por estrada, em decorrência do relevo topograficamente acidentado.

No processo de demarcação dos lotes, também a definição da reserva legal seguiu uma perspectiva tradicional para os assentamentos da região, ou seja, foi definida a reserva individual. Tal fato inviabilizou a utilização plena de alguns lotes, é que em sua maior extensão estavam localizados em áreas acidentadas. Grande parcela da mata nativa do assentamento foi suprimida, o que tem levado a uma intensa discussão, atualmente, com os órgãos responsáveis pela fiscalização da legislação ambiental.

Esses problemas, entre outros, influenciaram na dinâmica territorial interna do Projeto de Assentamento 25 de Julho em seus vinte anos de história. De acordo com levantamento do STR – Espigão do Oeste -, das 302 famílias assentadas, permanecem 136 (45%) daqueles originalmente beneficiados (SRT Espigão do Oeste, 2009). Além da mudança objetiva na titularidade do lote, outras transformações territoriais ocorreram durante as duas décadas de existência do PA 25 de Julho. Houve, ao mesmo tempo, um relativo processo de reconcentração de alguns lotes e a fragmentação de outros.

Como resultado de tal processo, temos, atualmente, para os 302 lotes inicialmente delimitados, um total de 280 agricultores assentados, o que indica a reconcentração de 22 parcelas (7,3%). É importante frisar que a concentração ocorre, na maior parte dos casos, com a compra de um lote a mais para garantir o incremento da produção. Apenas dois produtores têm a posse de cinco lotes cada, sendo que os demais que concentraram têm a posse de duas a

quatro parcelas. Enquanto isto, alguns agricultores camponeses venderam partes de seus lotes, o que resultou na existência de quinze agricultores (5,0%) com a posse de metade do lote original.

Em resumo, entendemos que nem a venda geral de lotes (55%) e nem, tampouco, a relativa reconfiguração espacial do PA 25 de Julho tiveram um impacto concreto sobre o processo de consolidação deste território camponês. Em primeiro lugar, com relação à venda de lotes, o grupo dos compradores está composto, na maior parte dos casos, também por agricultores camponeses que viviam como agregados em outras partes do estado ou mesmo na própria região.

É relevante, no caso desse assentamento, a compra de lotes por parentes de agricultores que já viviam na área. Entre os trinta e três entrevistados, 10 (30,3%) não haviam sido originalmente beneficiados. Entre eles, oito agricultores tinham parentes no assentamento e relataram que vieram para a área por isso, ou seja, devido à influência dos parentes que já viviam ali. Entendemos que indica uma reafirmação do território camponês e não sua desestruturação.

E a reafirmação do território camponês teve reflexos consideráveis, nas últimas duas décadas, na reconfiguração geral da região onde está inserido o Projeto de Assentamento 25 de Julho. Inicialmente, como já mencionamos, havia no município de Espigão do Oeste/RO uma intensa hostilidade direcionada aos agricultores camponeses assentados, mas, com o considerável aumento da produção na área, foi incrementado também o comércio da cidade em questão. As casas agropecuárias, os supermercados, entre outros estabelecimentos foram, no contexto, extremamente beneficiados pela reconfiguração do território em bases camponesas. O que refletiu, por certo, em uma completa inversão quanto à imagem que a comunidade local tinha com respeito às famílias aí assentadas.

Aquele território camponês foi fortalecido, posteriormente, pelo acampamento de outros grupos sem-terra na região. Daí resultou o estabelecimento de mais um Projeto de Assentamento no município de Espigão do Oeste e um acampamento em vias de desapropriação, este a poucos quilômetros do PA 25 de Julho. Certamente, as novas áreas ajudaram a fortalecer o território iniciado com a conquista da Fazenda Seringal. Essa construção ocorre, entendemos, basicamente na consolidação de um processo produtivo sólido e que permita uma vida digna às famílias assentadas, como esperamos mostrar no item seguinte.

5.3.3 Produção e organização do processo produtivo no PA 25 de Julho

No âmbito do processo de territorialização camponesa nos assentamentos rurais, provavelmente a dimensão produtiva é a mais determinante para a inserção dos assentados na vida regional. Ainda que, com o passar do tempo, muitos assentados acabem se inserindo na vida política e social dos municípios onde vivem, é a partir da produção que o processo, de fato, tem início. Portanto, são especialmente o processo produtivo e as relações geradas por ele que darão a tônica da recriação do território camponês em uma determinada região.

É a produção que a um só tempo fornecerá o alimento para a sobrevivência das famílias assentadas e, posteriormente, a dignidade a partir de sua inserção na comunidade local por meio de seu produto. A produção tem, nesse sentido, dois resultados primordiais, traduzidos na produção para o consumo próprio e no excedente para comercialização. Baseado em estudo abrangente, Leite et al. (2004) destacam a importância do fator alimentação no direcionamento do processo produtivo em assentamentos rurais territorializados em diferentes regiões brasileiras.

Um aspecto relevante para pensar os impactos sobre a população assentada é justamente o fato dos produtos mais produzidos em todas as *manchas* serem em geral também cruciais na alimentação da família: as famílias passam a ter acesso a uma alimentação mais rica e constante, especialmente se comparada à sua situação de vida anterior. (LEITE et al., 2004, p. 149, *grifo dos autores*).

De fato, também na consolidação do PA 25 de Julho, a produção para consumo próprio assumiu um aspecto prioritário para as famílias camponesas assentadas. Durante o período de acampamento, a produção de arroz e feijão foi primordial para a conquista da Fazenda Seringal. Após essa etapa, nos primeiros anos de estruturação do assentamento, as sementes dos produtos direcionados ao consumo familiar também foram as primeiras a ir ao solo. Feijão, milho, arroz, mandioca, entre vários outros alimentos, foram plantados em profusão na terra recém conquistada.

Esses alimentos são, ainda, produzidos pela grande maioria das famílias naquele assentamento, principalmente devido ao fato de que tais produtos possuem uma importância estratégica, já que podem adquirir também um destino comercial. Entre os 33 entrevistados do assentamento, 27 (81,81%) disseram ter plantado mandioca, 25 (75,75%) produziam milho e 20 (60,60%) plantavam feijão, quando perguntados sobre a safra 2008/2009 (Tabela 9). Além desses produtos, considerados os mais importantes para os entrevistados, vários outros

alimentos, de origem vegetal ou animal, foram mencionados, como arroz, abóbora, hortaliças, frutas, galinhas, frangos, suínos, carneiros, etc.

Tabela 9 – Principais produtos, comerciais e para consumo próprio, dos entrevistados no PA 25 de Julho, 2009

| Produto | Quantidade de Produtores (un.) | Área Utilizada (há.) | Quantidade Produzida | Média por Produtor |
|----------|--------------------------------|----------------------|----------------------|--------------------|
| Leite | 28 | 300 | 1.235 l/dia | 44,10 l/dia |
| Café | 16 | 35,5 | 21,3 ton/ano | 1,33 ton/ano |
| Mandioca | 27 | 19 | 323 ton/ano | 11,96 ton/ano |
| Milho | 25 | 32 | 76,8 ton/ano | 3,1 ton/ano |
| Feijão | 20 | 24 | 12 ton/ano | 600 kg/ano |

Fonte: Pesquisa de Campo, 2009.

Org.: Murilo M. O. Souza, 2010.

Para além da produção direcionada para o consumo, por outro lado, os assentados no PA 25 de Julho construíram, durante os vinte anos de assentamento, o conhecimento na produção de alguns produtos direcionados, basicamente, à comercialização. É válido ressaltar que excedentes daqueles produtos direcionados ao auto-consumo também são comercializados. Mas, comercialmente, as principais atividades desenvolvidas pelos agricultores do assentamento, tendo como parâmetro os entrevistados, são a pecuária leiteira e a produção de café. A produção de feijão já teve, em outros momentos, uma maior importância no processo de comercialização, mas, com o passar do tempo foi perdendo espaço para o café e a pastagem.

A produção leiteira direciona, atualmente, a atividade da grande maioria dos assentados no PA 25 de Julho. Entre os nossos entrevistados, 28 (84,84%) declararam ter na atividade pecuária de leite sua principal atividade. Já para o café, que muitos situam como atividade tão importante como a produção leiteira, 16 entrevistados (48,48%) disseram ter lavouras de café em seus lotes. É importante também deixar claro que, entre os entrevistados que disseram produzir café, todos também produzem leite em diferentes quantidades.

A produção de leite (Foto 11), em especial, adquiriu uma importância central no desenvolvimento dos camponeses assentados, assim como em sua inserção na comunidade municipal e regional. A produção total de leite dos entrevistados que declararam ser produtores é de 1.235 litros/dia, o que representa uma média produtiva de 44,11 litros/dia, por assentado. Essa média produtiva não é muito alta, mas o impacto da produção para o desenvolvimento do assentamento, certamente, é considerável. Além disto, é importante

destacar que a atividade leiteira fornece, também, a possibilidade de venda dos bezerros, o que gera uma *poupança* para o produtor, que acaba sendo utilizada para incremento da estrutura produtiva ou na melhoria da qualidade de vida.

O leite também é o produto mais importante para o assentamento quando comparamos a sua produção com a produção municipal do mesmo produto. De acordo com os dados da Pesquisa Pecuária Municipal (2009), disponibilizada pelo IBGE (2010), a produção diária de leite do município de Espigão do Oeste/RO é de, aproximadamente, 30.286 litros. Se expandirmos os dados da produção de leite no PA 25 de Julho, levantada entre os nossos entrevistados, proporcionalmente, para a totalidade dos camponeses assentados, teremos uma produção total média de 10.466 litros/dia. Isso significa que os produtores assentados na área são responsáveis por 34,6% de todo o leite produzido no município em questão.

Quanto à produção de café (Foto 12), devido à necessidade de uma maior especialização produtiva, o número de assentados envolvidos na atividade é menor. Nem por isso o impacto do produto para o assentamento e para o município é menor. Como observamos, segundo os dados da pesquisa, 48,48% (16) dos assentados entrevistados produzem café, atingindo uma área plantada total de 35,5 ha, sendo que se considerarmos, proporcionalmente, todo o assentamento, esta área seria aproximadamente de 300 ha. O município de Espigão do Oeste/RO tem uma área plantada total de 2.218 ha (referente a 2009), de acordo com os dados do IBGE (2010). Ou seja, 13,5% da área plantada com café, em toda a área territorial do município, estão localizados no PA 25 de Julho.

Foto 11 - Produtora de leite, PA 25 de Julho, Espigão do Oeste/RO, 2009.



Autor: Murilo M. O. Souza, 2009.

Foto 12 – Plantação de café, PA 25 de Julho, Espigão do Oeste/RO, 2009.



Autor: Murilo M. O. Souza, 2009.

Ainda com relação à produção de café, se pensarmos em termos de quantidade produzida, o município de Espigão do Oeste/RO, segundo os dados da Pesquisa Agrícola

Municipal (2009), disponibilizada pelo IBGE (2010), teve uma produção total de 1.331 toneladas de café. Se considerarmos uma área colhida total de 300 hectares para o PA 25 de Julho, teremos uma produção de, aproximadamente, 180 toneladas de café por ano. Isso significa que 13,5% do café produzido no município provêm do assentamento pesquisado. Portanto, ainda que o número de produtores seja menor, a produção de café do assentamento, assim como no caso do leite, também tem um alto impacto na produção agropecuária total do município onde está inserido.

Essa representatividade da produção dos assentamentos rurais para o município onde estão inseridos foi analisada por Leite et al. (2004), sendo que os resultados obtidos mostraram que,

[...] em 42% dos casos/observações, os projetos de assentamento obtiveram uma produtividade maior do que aquela encontrada na média dos estabelecimentos agropecuários do município. Em 10% dos casos, a produtividade das áreas de reforma agrária foi equivalente ou um pouco abaixo daquela verificada nos estabelecimentos. (LEITE et al., 2004, p. 160).

Esse estudo foi realizado em seis diferentes regiões do país, o que corrobora os resultados obtidos na pesquisa aqui apresentada, revelando a importância nacional dos projetos criados a partir da política de assentamentos, embora sejam resultado tão somente da luta camponesa pela terra. Além desses produtos, que hoje representam a principal ligação comercial dos assentados com o município e a região onde estão situados, outros produtos já foram experimentados.

Em diferentes momentos, durante os vinte anos de existência do assentamento, outros produtos foram experimentados, no sentido de comercialização. Entre eles, pode ser destacado o feijão, que representou, em várias safras agrícolas, o principal produto comercial do assentamento. Os produtores assentados também experimentaram a produção de melancia, maracujá, abóbora, farinha, entre outros. No ano de 2009, com apoio do governo estadual, alguns produtores construíram em suas parcelas tanques para criação de peixes. O projeto estava em fase inicial de instalação, mas os assentados esperam que tal atividade possa fornecer uma renda complementar, assim como, incrementar a qualidade da alimentação.

Quanto à organização produtiva no PA 25 de Julho, apesar de algumas tentativas realizadas, o avanço concreto da atividade associativa ou cooperativa foi reduzido. No período de acampamento, como já relatamos, a produção era realizada de forma coletiva. Já na transição para o assentamento, os camponeses dispersaram da atividade coletiva global e criaram grupos coletivos menores. Em sua maioria, contudo, esses grupos se desmobilizaram

com o tempo, restando apenas relações familiares e uma associação que reunia quarenta camponeses assentados.

No âmbito de tal associação, contudo, foram somente desenvolvidas atividades de reivindicação política de infra-estrutura e outros benefícios para as famílias participantes. Essa associação durou, *aos trancos e barrancos*, como nos relatou uma entrevistada (Sra. Cecília), até o ano de 1999. Em alguns momentos pensaram em *transformar* essa associação em uma cooperativa, mas essa idéia não foi efetivada até o ano de 2000, como disse a entrevistada.

[...] em 2000 teve outro curso pelo SENAC. Uns técnico do SENAC veio falar sobre administração rural, aí avivou de novo aquela vontade de fazer cooperativa. Aí mais tarde nós já partiu pra fazer a cooperativa aí nós fundou em 2000 [a Cooperativa]. Tinha 29 30 [cooperados] acho que isso aí de início. (Entrevistada, Sra. Cecília, 2009).

Assim, criaram a Cooperativa dos Assentados do Projeto de Assentamento Cachoeira (COAPAC)³³, ainda no ano de 2000. No entanto, como a própria entrevistada nos falou que a Cooperativa foi criada mais por influência do curso do SENAC do que propriamente pela mobilização do grupo em torno de uma necessidade real, como podemos constatar na fala abaixo. A Sra. Cecília, atual presidente da COAPAC, conta de forma resumida as atividades já realizadas desde a fundação da cooperativa.

[...] nós não tinha um objetivo assim de que cada núcleo ia produzir de fato. O curso orientou e deixou nós. Nós dizia que íamos fabricar queijo em conjunto, ia vender queijo, fizemos uma reunião [...] mais o problema era trazer o leite e ninguém discutia esse problema aí eu disse: “trago um pouco do meu leite, compramos madeira pra fazer a mesa, compramos as vasilhas, compramos tudo pra fazer os primeiro queijos”. De jeito nenhum [alguns sócios disseram], como nós vai fazer pra levar o leite lá? Aí os lá de cima disseram: é muito difícil pra levar o leite. E a mulher [uma cooperada] falou: eu ensino a fazer e tomo conta, mas o leite tem que estar na minha casa. Aí tinha uma escola antiga lá, dá pra nós fazer ali, se prontificaram a trazer de animal o leite [...] mais produziu uns queijo e nem chego a vende e já parou, não deu certo. [...] Aí foi a venda dos bezerro. Aí o responsável pela venda dos bezerros achou comprador pros bezerros, mais não achou jeito de reunir esses bezerro e não vendeu os bezerros. Foi a primeira quebra da cooperativa. Já não dá lucro e to pagando mensalidade? Aí fizemos projeto: vamos ver se a gente adquire alguma coisa, um carro, um trator, alguma coisa [...]. Aí a primeira coisa que a gente conseguiu foi o trator e depois o batedor, bater feijão, milho, aí começou a ter serviço, foi indo trabalhando aqui e aculá [...]. Aí fizemo um outro projeto pro caminhão, aí quando saíu o caminhão, nós estava com 28 sócio. [...] Plantamos melancia né? Esse cultivo de melancia se a gente continua tinha dado certo, mais no primeiro ano [...] a gente achava que na primeira colheita de melancia já cobria os gastos todos e tinha lucro. Mais como não cobriu os

³³ Projeto de Assentamento Cachoeira é a denominação oficial do assentamento, porém as famílias consideram o nome 25 de Julho, por isso também optamos por utilizar esta denominação.

gastos, desistiu. Foi uma experiência que no segundo ano já teria lucro. O dia que chegou o primeiro caminhão, que pegou as primeiras melancias eu acho que o problema é que cada um tem seu gadinho, uns tem mais, outros tem menos, aí não sobro tempo [para o trabalho com a melancia]. O trabalho era assim: a gente colocava as pessoas pra trabalhar por horas, colocava as horas, depois calculava as horas diárias e as vendas da melancia foi a conta de pagar as despesas das pessoas que trabalhou. Com ele [o projeto da melancia] eu acho apesar de tudo, foi do início até o final, aí como não deu assim um lucro, todo mundo criticou porque não deu lucro. “Não vou mexer mais, não deu lucro”. [...] Aí plantamos [mandioca] pro projeto de farinha, que tá ali, se quiser ver [...]. Aí então foi o ano passado [2008], isso plantamos as primeiras quadras de mandioca pra segurar muda, pra plantar no próximo ano, pra fazer essa farinha, esse ano que é um trabalho conjunto, então seria o primeiro trabalho da cooperativa, a primeira venda da cooperativa que é essa farinha. (Entrevistada, Sra. Cecília, 2009).

Esse relato nos permite compreender um pouco a caminhada da cooperativa. Em primeiro lugar, é importante pensarmos a forma de constituição da organização. Como apresentado pela presidente da cooperativa, essa nasceu de um desejo da comunidade, influenciado por um curso promovido pelo SENAC, mas sem objetivos relacionados a necessidades reais do grupo. Ao mesmo tempo, é importante ressaltar que o cooperativismo propagado, então, pelo SENAC seguia a perspectiva de um modelo representado pela Organização das Cooperativas Brasileiras (OCB), que defende uma forma de cooperação empresarial que muito pouco tem a ver com a realidade organizativa das comunidades camponesas brasileiras.

Entendemos que a cooperativa deve nascer da necessidade organizativa da comunidade e não o contrário, ou seja, primeiro criar a cooperativa e depois pensar em quais atividades desenvolver a partir dela. Mas, por outro lado, entendemos que as atividades desenvolvidas até então foram importantes como experiência organizativa para o grupo, que hoje congrega em torno de 30 cooperados. Desde o final do ano de 2009, o setor produtivo do MST estadual está apoiando o processo de consolidação da COAPAC. Uma nova perspectiva está sendo aberta quanto à compreensão da cooperação e do cooperativismo. Os cooperados estão também tentando focar as ações da cooperativa na atividade leiteira, já que esta representa a principal produção do assentamento e, especificamente, dos camponeses cooperados.

Para além da cooperativa, existem também em funcionamento no assentamento mais três associações de produtores que, por sua vez, representam especialmente as demandas da produção de leite de seus associados. Foram instalados, no âmbito destas associações, vários tanques de resfriamento de leite, distribuídos em diferentes partes do assentamento. Essas experiências, embora menos abrangentes que a cooperativa, estão sendo solidamente construídas e acreditamos que a partir delas uma organização mais ampla pode,

gradativamente, surgir. Esse processo irá, em nossa compreensão, fortalecer ainda mais a territorialização camponesa nesta região.

Como podemos perceber, o processo de construção do PA 25 de Julho representou, inicialmente, uma transição para a questão camponesa no estado rondoniense. Essa perspectiva ligada ao estabelecimento de um território camponês, no entanto, deve ser encarada como uma construção histórica dos grupos sociais do campo. E, ainda que este processo esteja ocorrendo mais lentamente na área e com entraves que são resultado de um contexto de transição, entendemos que o território foi transformado nas bases camponesas de produção e continua inserido nessa transformação. A seguir, procuramos analisar a formação do Projeto de Assentamento Padre Ezequiel, sendo que ele já contou, em sua construção, com os avanços alcançados pelos camponeses territorializados no PA 25 de Julho.

5.4 Projeto de Assentamento Padre Ezequiel: a consolidação do território camponês

A luta para conquistar o Projeto de Assentamento Padre Ezequiel talvez tenha sido uma das mais representativas já levadas a cabo no território rondoniense. Este assentamento, localizado em Mirante da Serra/RO, foi criado em 2001. Embora de forma contígua à área onde foi criado este assentamento, houvesse já dois outros Projetos de Assentamento criados anteriormente, a luta para sua conquista foi também muito violenta. Estão atualmente assentadas na área, 200 famílias camponesas, que construíram uma relação próxima com a comunidade do entorno, especialmente, com os moradores da cidade de Mirante da Serra, situada na Mesorregião Geográfica do Leste Rondoniense.

As famílias que hoje estão assentadas na área da antiga Fazenda Urupá tiveram, de certa forma, que reconstruir um espaço de discussão na disputa com o latifúndio rondoniense. O Massacre de Corumbiara em 1995, com sua repercussão, havia forçado o Estado a intensificar o processo de assentamento das famílias acampadas em Rondônia. Na região da Fazenda Urupá, já haviam sido criados dois outros assentamentos rurais, em função da pressão sobre o governo em decorrência do Massacre. Assim foram constituídos os Projetos de Assentamento Palmares e Margarida Alves, até o ano de 1998. Com isto, o Estado entendia que a *dívida* já havia sido paga, ocasionando um novo recrudescimento da luta pela terra em todo o estado rondoniense.

Nesse contexto, a luta para conquistar a Fazenda Urupá foi uma das mais intensas ocorridas no território rondoniense, sendo marcada por diversos despejos e conseqüentes

mudanças de estratégia. A violência do poder público municipal, em especial, foi determinante para a morosidade de negociação da área. Em vários momentos, segundo relatos das famílias hoje assentadas, a prefeitura instrumentalizou a violência do fazendeiro e de seus jagunços contra os camponeses acampados.

Por outro lado, em contraposição às recorrentes investidas da polícia e dos jagunços a mando dos latifundiários da região, as famílias acampadas, a partir das discussões internas do Movimento, deram início a uma nova estratégia de luta pela terra, buscando uma aproximação com a comunidade local, por meio de passeatas, serviços voluntários, entre outras ações. Nas bases e na negociação com o poder público estadual e federal, a conquista da Fazenda Urupá ocorreu.

Essa nova forma de luta, aliada à existência anterior de outros assentamentos na região, assim como a estruturação sólida do processo produtivo, tem levado à consolidação de um grande território camponês que, por sua vez, transformou completamente a dinâmica social, política e econômica da comunidade regional na qual se insere. Partindo dessa compreensão inicial, buscamos entender como foi formado e tem se consolidado tal território.

5.4.1 Reconfiguração do território: conquista da terra e primeiros anos de assentamento

A luta camponesa pela Fazenda Urupá, atualmente Projeto de Assentamento Padre Ezequiel, durou mais de quatro anos, entre 1997 e 2001. Os camponeses que acamparam naquela área em busca de terra eram agricultores agregados, posseiros, trabalhadores rurais e arrendatários que já viviam na região. Muitos tinham parentes assentados nos Projetos de Assentamento Palmares e Margarida Alves, áreas desapropriadas anteriormente. De acordo com os dados de nossa pesquisa, 13 acampados (37,14%) eram agricultores agregados, outros cinco (14,28%) eram trabalhadores rurais, seis (17,14%) estavam em posses, oito (22,85%) eram meeiros e apenas três (8,59%) eram trabalhadores urbanos antes de virem para o acampamento. Isso significa que 91,41% dos camponeses sem-terra que acamparam na Fazenda Urupá estavam, então, trabalhando em atividades no campo e, na maioria dos casos, também vivendo no meio rural.

As *frentes de massa* para formação do grupo que ocupou a Fazenda Urupá foram realizadas, assim como em momentos anteriores, nas comunidades de base da Igreja Católica, localizadas no campo. Um *pré-acampamento* foi constituído, inicialmente, em um lote dentro do Projeto de Assentamento Margarida Alves, localizado no município de Nova União/RO.

Na referida área, as famílias passaram por um processo de formação com as lideranças do MST, sendo este também um espaço de acúmulo de forças para a ocupação da área reivindicada. Durante tal período, também, as lideranças do Movimento buscaram negociar antecipadamente a realização de uma vistoria, por parte do INCRA, na Fazenda Urupá. Isso não ocorreu, o que levou as famílias a ocuparem a área, em maio de 1997.

Após a ocupação inicial da fazenda, ocorreram vários despejos, com recorrentes mudanças de local do acampamento. A violência promovida pelos jagunços apoiados pela polícia militar local foi fator determinante no processo de ocupação. O primeiro acampamento, localizado próximo ao Rio Azul, dentro da fazenda, foi prontamente desmobilizado pela polícia militar. Com isto as famílias acampadas organizaram-se em uma nova área [uma chácara], próxima à cidade, cedida por um apoiador do Movimento, onde ficaram por aproximadamente oito meses. Durante esse período, as lideranças organizaram uma nova ocupação da fazenda, dessa vez em sua sede. Iniciou-se assim uma nova investida de jagunços e policiais sobre as famílias acampadas (Diário de Campo, 2009).

Alguns meses depois, as famílias foram novamente despejadas. Após o segundo despejo, houve uma divisão do acampamento, pois algumas lideranças entenderam que deveriam acampar em uma área dentro do assentamento Palmares e outros queriam persistir na luta dentro da fazenda. O grupo que permaneceu ficou acampado, durante seis meses, em uma chácara próximo à sede, mantendo a disputa pela área. Após esse período, as famílias que haviam sido transferidas para o Assentamento Palmares voltaram para massificar uma nova ocupação na fazenda, agora em outra parte, ainda não ocupada anteriormente [gleba 9]. No novo acampamento ocorreu o maior embate com os jagunços da fazenda e com a polícia militar (Diário de Campo, 2009).

O fazendeiro, com o apoio de outros latifundiários da região, organizou estruturas para o embate com os acampados, como podemos visualizar na foto 13, que mostra uma guarita de defesa da fazenda. O apoio à defesa do latifúndio foi fornecido pelo poder público municipal que, de acordo com as famílias hoje assentadas no Projeto de Assentamento Padre Ezequiel, emprestava veículos da Prefeitura Municipal de Mirante da Serra para transportar armas e equipamentos para os jagunços a serviço do fazendeiro, como indicado na foto 14, tirada por um dos acampados. Assim, as investidas do latifúndio, pelas mãos de jagunços, foram constantes e com o apoio incondicional do poder público municipal.

Foto 13 – Guarita construída pelo fazendeiro para defesa da propriedade, Fazenda Urupá, Mirante da Serra/RO, 2009



Autor: Murilo M. O. Souza, 2009.

Foto 14 – Veículo escolar do poder público municipal transportando armas para os jagunços, Fazenda Urupá, Mirante da Serra/RO, 1998



Fonte: Arquivo Márcio Marcha Lenta, 2009.

O embate, ocorrido já no ano de 1999, foi definitivo para a conquista da fazenda. Por outro lado, os entrevistados durante a pesquisa de campo destacaram que o fator central para a conquista da fazenda foi, em verdade, a busca de aproximação com a comunidade local durante todo o período do acampamento. Assim, um dos fatos novos que surgiu nessa ocupação foi o fortalecimento das manifestações para além do acampamento, entre elas, ações mais globais, como a marcha para a capital do estado, Porto Velho. Mas, primordialmente, foram executadas diversas manifestações e outras ações locais, com objetivo de estreitar os laços com a comunidade regional. O sentido de tais ações era o de quebrar o preconceito persistente entre os moradores da cidade. Andorinha, uma das entrevistadas na pesquisa contou, a partir de uma experiência pessoal, como os sem-terra eram vistos pelas pessoas da cidade de Mirante da Serra/RO.

Tinha medo de nós! Vou te contar uma história. Quando eu morei em Mirante da Serra a gente comprava fiado. Até que foi um dia que a gente tava no acampamento eu fui lá e disse olha Dona Penha eu vim pegar fiado. E ela disse [...] “pode pegar o que você quiser aí. Cadê seus meninos? Estão sumidos e você também tá sumida”. É que a gente morava aqui pertinho e agora vida de acampamento é difícil. Ela disse: “você tá no acampamento?” Tô. “Você tá brincando que você tá no acampamento. Vocês estão misturados com sem terra? Eu vou vender porque é pra você”. Mas por quê? “Porque sem terra é tudo doido sem rumo. Eu vendo pra você porque eu te conheço. Se sem terra vier aqui procurando eu não vendo não. Eu confio em você, mas você não conta pra ninguém que você compra fiado aqui não”. Com oito dias eu fui pagar. [...] já eu tenho uns parentes que quando encontrava a gente era uma felicidade [...] aí eu chamava pra ir no acampamento, no meu barraco e diziam: “vou não, tá doida? Não vou não no meio daquele povo”. Hoje graças a deus meus parentes vêm tudo aqui em casa, meus amigos [...]. (Entrevistada, Andorinha, 2009).

As famílias acampadas, apesar da hostilidade da polícia, do poder público municipal e de parte dos moradores, como revelado na fala acima, procuraram aproximar-se da comunidade de Mirante da Serra/RO, tanto através de manifestações como por meio de serviços voluntários. Esse foi, de acordo com os antigos acampados, um dos principais fatores para a conquista da fazenda, desde que até então os moradores da cidade entendiam a ocupação da Fazenda Urupá como uma agressão aos fazendeiros do município. Entre outras ações voluntárias, os acampados realizaram diversos mutirões de limpeza de espaços públicos da cidade. Um exemplo foi o trabalho de limpeza e recuperação do Cemitério Municipal nos dias que antecediam o Dia de Finados. Várias outras ações voluntárias foram realizadas pelas famílias sem-terra durante os anos em que os camponeses estiveram acampados na Fazenda Urupá ou em outras áreas próximas da cidade de Mirante da Serra/RO.

Foto 15 - Marcha dos acampados da Fazenda Urupá até Mirante da Serra/RO, 1999.



Foto 16 – Acampados em manifestação na frente da Prefeitura de Mirante da Serra/RO, 1999.

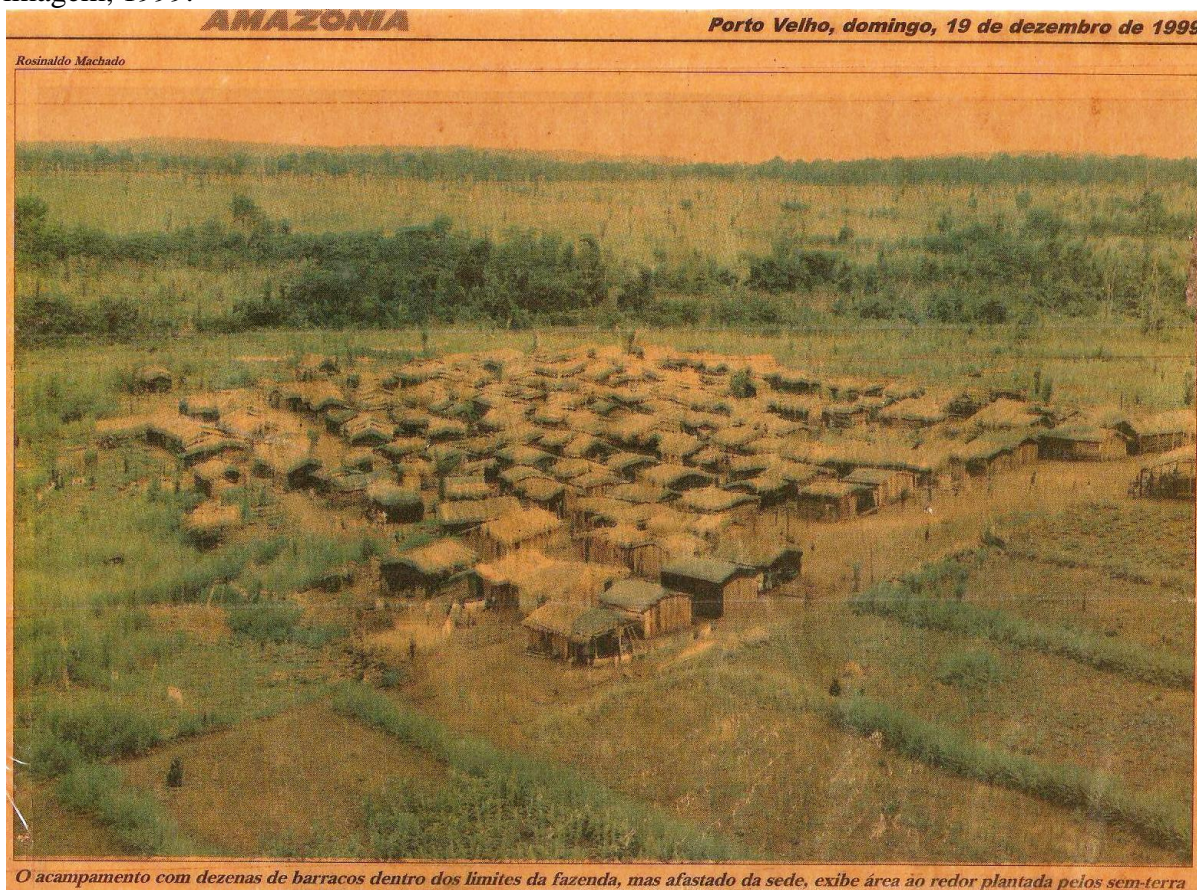


Fonte: Arquivo Márcio Marcha Lenta, 2009. **Fonte:** Arquivo Márcio Marcha Lenta, 2009.

Quanto às manifestações políticas no processo de luta contra o latifúndio, estas ocorreram, por sua vez, no sentido também de buscar apoio da população local. Foram realizadas marchas entre o acampamento e a cidade (Foto 15), ocupações na frente da Prefeitura Municipal (Foto 16), Audiências Públicas, entre outras manifestações. Nesse sentido, estas ações configuraram uma nova postura do Movimento regional frente à disputa com o latifúndio. De acordo com as famílias atualmente assentadas no Projeto de Assentamento Padre Ezequiel, as manifestações ocorreram, muitas vezes, em apoio às demandas da própria comunidade local, fato que fortaleceu ainda mais a relação com a população de Mirante da Serra/RO.

Durante o período de acampamento a produção também foi um elemento educativo e que permeou a luta para conquistar a Fazenda Urupá. Ainda que estivessem constantemente em perigo de despejo, as famílias acampadas organizaram vários grupos de produção e conseguiram produzir para ajudar na alimentação do acampamento. Esta produção funcionou, em alguns momentos, como elemento de negociação durante as ameaças de despejo, quando pediam um tempo extra para desocupar a área, o que raramente aconteceu. A produção também foi importante para a formação da opinião da população local e regional sobre o caráter do Movimento e das famílias acampadas, como podemos constatar com a foto 17 publicada pelo jornal Diário da Amazônia, no último mês de 1999. Como vemos, na explicação da fotografia, destaca-se que os acampados estão produzindo, o que melhorou a opinião pública com relação aos sem-terra.

Foto 17 - Área do acampamento na Fazenda Urupá, destaque para a roça ao lado direito da imagem, 1999.



Fonte: Diário da Amazônia, 1999.

Assim, no acampamento da Fazenda Urupá, ao contrário do que aconteceu no PA 25 de Julho, a luta pela terra foi mais prolongada e desgastante, pois os embates com a polícia

foram mais numerosos. Durante o período em que estiveram acampados, ocorreram, pelo menos, quatro despejos. Como isto, as famílias tiveram que refazer, várias vezes, sua estrutura de vida nestas áreas. Foi, contudo, como dissemos, o processo de aproximação com a comunidade local e a conseqüente diminuição da hostilidade da população com relação às famílias acampadas o que permitiu, em última instância, a resistência na luta pela constituição deste território camponês.

O estreitamento das relações com a comunidade local possibilitou, ao mesmo tempo, um processo de desenvolvimento mais dinâmico após o assentamento definitivo das famílias acampadas. Quando isso ocorreu, em 2001, os sem-terra já estavam inseridos mais constantemente no cotidiano da cidade de Mirante da Serra/RO. Isso facilitou, posteriormente, as relações sociais e econômicas, pois a partir do momento em que o comércio local passou a crescer com o movimento econômico promovido pelas famílias recém assentadas, a compreensão a respeito do Movimento e dos camponeses sem-terra também sofreu uma considerável mudança. A fase de acampamento, além de promover uma formação política das famílias acampadas, permitiu a reconstrução dialética da opinião pública local e regional.

5.4.2 Dinâmica e organização territorial no PA Padre Ezequiel: novos arranjos, novas perspectivas

A luta pela Fazenda Urupá esteve inserida em um processo mais amplo. O processo é representado pela conquista das duas outras áreas, o Projeto de Assentamento Margarida Alves e o Projeto de Assentamento Palmares, que faziam parte da Fazenda Aninga, símbolo do latifúndio na região central do estado rondoniense. A região foi, como mencionamos no capítulo 4, uma das primeiras a serem estudadas pelo MST em seu processo de consolidação no estado, a partir de 1985, como passíveis de serem ocupadas. Mas, naquele momento, não estavam dadas as condições conjunturais para a concretização de uma ocupação naquela região, onde o poder do latifúndio era muito forte. Somente a partir de meados da década de 1990 é que, largamente influenciado pela *dívida* gerada com o Massacre de Corumbiara, as duas primeiras áreas [Margarida Alves e Palmares] foram desapropriadas, promovendo as primeiras derrotas do latifúndio na região.

O Projeto de Assentamento Palmares foi criado em 1996, com assentamento de 318 famílias (lotes de 20 a 30 ha/família) e o Projeto de Assentamento Margarida Alves em 1997, com o assentamento de 258 famílias (lotes de 30 ha/família), ambos entre os municípios de

Nova União/RO e Mirante da Serra/RO. A conquista das áreas abriu margem para a organização da ocupação da Fazenda Urupá, com o assentamento de 200 famílias no PA Padre Ezequiel, em 2001. Concretizou uma reconfiguração territorial iniciada com os assentamentos anteriores. Foram assentadas, no total, 776 famílias sem terra nestas três áreas, o que significa um total aproximado que supera 3.000 pessoas. A população atual conjunta, dos municípios de Nova União/RO e Mirante da Serra/RO, de acordo com dados do IBGE (2010), é de 19.381 habitantes. Isso significa, se desconsiderarmos o crescimento vegetativo dos últimos nove anos, que a consolidação destes três assentamentos aumentou em 16% a população dos dois municípios.

Para além desse aumento populacional, ocorreu, ao mesmo tempo, uma reconfiguração política e econômica da região onde se inseriram os assentamentos. A população local das duas cidades, durante nosso trabalho de campo, ressaltou a mudança na economia que, após a criação dos projetos, cresceu constantemente (Diário de Campo, 2009). Por isso, o Projeto de Assentamento Padre Ezequiel significou, juntamente com as outras áreas, a configuração de um novo território, com base nos preceitos camponeses de produção. Mais que em outros lugares do estado rondoniense, a região de fato passou por um processo de transformação social, política e econômica a partir da luta camponesa pela terra e pela constituição de seu território.

Além da reconfiguração territorial mais ampla, é importante analisarmos, neste caso, a forma de organização territorial interna proposta para o Projeto de Assentamento Padre Ezequiel. Como discutimos preliminarmente sobre o PA 25 de Julho, a forma de organização espacial interna nos projetos de assentamento é essencial para seu processo de consolidação. Em Rondônia, talvez mais que em outros estados e regiões, foi adotado pelo INCRA, historicamente, o modelo do *quadrado burro*, que não cumpria em sua execução uma análise criteriosa no estudo do ambiente onde estavam inseridos os projetos de colonização e depois os assentamentos rurais. Além do parcelamento *às cegas*, nunca houve uma participação democrática das famílias assentadas no processo de estruturação espacial dos assentamentos, ainda que tal participação tenha sendo cobrada desde a conquista da Fazenda Seringal, em Espigão do Oeste/RO.

Essa forma de parcelamento tradicional é, ainda, regra na maioria dos projetos de assentamento criados no Brasil, como levantou Leite et al. (2004). De acordo com este estudo: “Em apenas 24 dos 92 projetos (26%) foram encontradas agrovilas, geralmente com formas de nucleação da população anteriores ao assentamento” (LEITE et al., 2004, p. 81). O estudo

revela, ainda, a partir da análise dos pesquisadores, que nas tentativas do INCRA de impor uma forma de parcelamento, via de regra, não obtiveram sucesso.

Nos pareceu que algumas tentativas de imposição, por parte do Incra, de uma forma de organização espacial contrária à vontade dos assentados resultam desastrosas, como em casos na Zona Canavieira em que foi imposto o uso do crédito habitação para construção de casas nas agrovilas, que acabaram ficando praticamente abandonadas, com os assentados vivendo em casas mais precárias nos lotes. (LEITE et al., 2004, p. 81).

No caso específico do Projeto de Assentamento Padre Ezequiel, na contramão das fórmulas impostas pelo INCRA, as famílias então acampadas buscaram construir um processo democrático de parcelamento da área (Mapa 8), a exemplo do que havia acontecido no parcelamento dos Projetos de Assentamento Palmares e Margarida Alves, criados nos anos anteriores. O parcelamento, além de ocorrer com a participação ativa das famílias envolvidas, pautou-se por uma configuração que facilitasse as atividades cooperativas e organizativas internas do assentamento, assim como a efetivação do processo produtivo em todas as suas amplitudes.

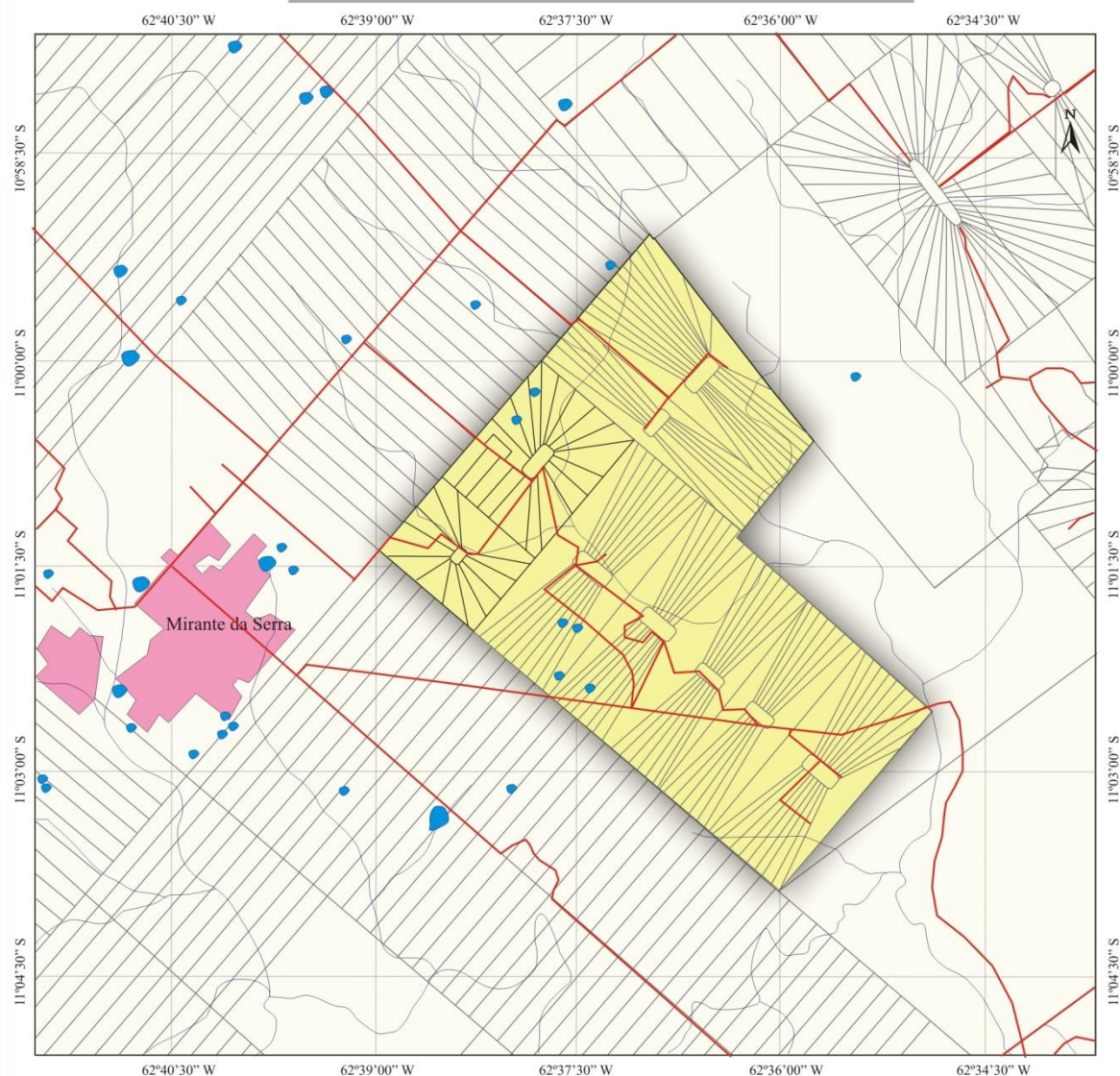
Essa forma diferenciada de parcelamento, com maior participação das famílias acampadas, assim como as discussões mais aprofundadas sobre a melhor disposição de lotes quanto à aguada, fertilidade dos solos, entre outros elementos, não ocorre frequentemente na divisão dos lotes nos assentamentos do país. De acordo com Leite et al. (2004, p. 81):

[...] a origem dessas divisões pode se dar por diferentes razões, tais como pela mera persistência de alguma nucleação preexistente, por iniciativa política de movimentos sociais ou por simples exercício do bom senso para enfrentar dificuldades de gestão de uma área muito grande ou de uma população dispersa [...].

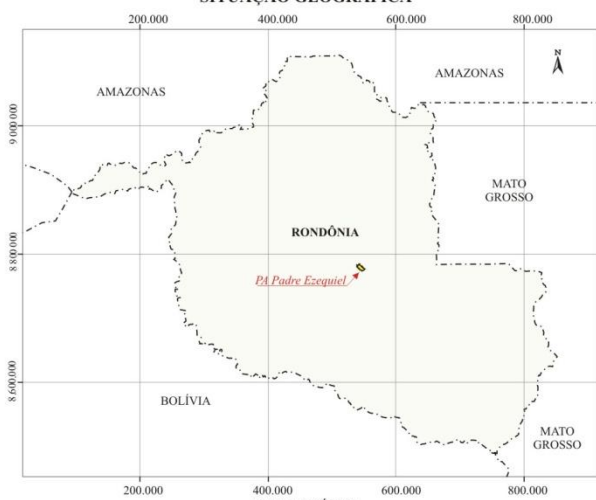
Leite et al. (2004) menciona, também, no estudo realizado, uma forma de parcelamento mais democrática levada a cabo na região Sul do país. A proposta se aproxima bastante, de acordo com nossas observações, da forma de parcelamento implementada no PA Padre Ezequiel.

No Oeste de Santa Catarina, há um recorte ainda mais nitidamente funcional. Existem “comunidades”, uma espécie de “bairro rural”, em cujo centro sempre há uma igreja (principal elemento de definição), uma escola, um campo de futebol ou de bocha” [...] mas há também os núcleos, que são divisões político-organizativas internas ao assentamento, propostas pelo MST. (LEITE et al., 2004, p. 82).

MAPA 8 - PARCELAMENTO DO PROJETO DE ASSENTAMENTO PADRE EZEQUIEL - 2010



SITUAÇÃO GEOGRÁFICA



ESCALA GRÁFICA
0 600 1.200 2.400 m

Projeção Policônica

LEGENDA

- Loteamento Padre Ezequiel
- Área urbana
- Lotes
- Rodovia
- Cursos d'água
- Lagoa/ represa

Fonte:

Ministério da Agricultura, Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária, Secretaria de Desenvolvimento Ambiental, 2009.

Organização:

Murilo Mendonça Oliveira de Souza

Cartografia Digital:

Cláudia Adriana Bueno da Fonseca

Essa forma de parcelamento, além de ajudar na organização territorial interna do assentamento, é importante também para potencializar os serviços disponibilizados pelo poder público, como saúde, educação, produção, entre outros. Isso facilita, ao mesmo tempo, a construção do território camponês de forma mais ampla. O parcelamento do Projeto de Assentamento Padre Ezequiel, como podemos observar no mapa 8, teve como objetivo potencializar as possibilidades do trabalho cooperativo e da vida comunitária. Para tanto, a área foi dividida em nove glebas, tendo cada uma delas um espaço de uso coletivo, onde estão estabelecidos postos de saúde, escolas, igrejas, além de estruturas direcionadas às associações e à cooperativa existente do assentamento.

Entre as 200 famílias assentadas na área, apenas cinco optaram pelo parcelamento tradicional. Os camponeses, no entanto, relataram que, apesar de o lote ser de mais fácil manejo, as atividades organizativas foram prejudicadas. Esses assentados explicam que, no processo de parcelamento, entenderam que a divisão com agrovila não seria a melhor opção produtivamente. Hoje admitem que os demais assentados, inseridos no modelo com agrovila, conseguem desenvolver uma produção mais eficiente (Diário de Campo, 2009).

Assim, no caso do PA Padre Ezequiel, o próprio processo produtivo foi facilitado pela disposição dos lotes na área conquista. A organização do processo produtivo, nesse formato, se tornou mais dinâmico que naqueles assentamentos onde o parcelamento seguiu o *quadrado burro*. No item que segue, analisamos essa dinâmica produtiva.

5.4.3 Produção e organização do processo produtivo no Projeto de Assentamento Padre Ezequiel

A produção no PA Padre Ezequiel adquiriu uma amplitude relevante, tanto para a sobrevivência e reprodução das famílias assentadas como para a região onde está inserido o assentamento. Em primeiro lugar, com relação à produção para auto-consumo, essa área tem produzido em grandes quantidades. Como vemos na tabela 10, além de alguns produtos comerciais, os camponeses assentados buscam produzir aqueles produtos que garantem sua alimentação com qualidade e permite, ao mesmo tempo, a venda de algum excedente. Para este fim são produzidos arroz, feijão, milho, mandioca e hortaliças, principalmente. Chama a atenção, em especial, a produção de arroz, que atinge uma quantidade média de 923 kg anuais por produtor entrevistado, assim como de hortaliças, produto que agora já conseguem vender um excedente.

Tabela 10 – Principais produtos comerciais e para auto-consumo dos entrevistados, PA Padre Ezequiel, Mirante da Serra/RO, 2009

| Produto | Quantidade de Produtores (un) | Área Utilizada (ha) | Quantidade Produzida | Média por Produtor |
|-----------|-------------------------------|---------------------|----------------------|--------------------|
| Leite | 27 | 340 | 1.036 l/dia | 38,37 l/dia |
| Café | 19 | 32 | 15,33 ton/ano | 807 kg/ano |
| Cacau | 17 | 22 | 12,10 ton/ano | 712 kg/ano |
| Feijão | 19 | 13 | 7,8 ton/ano | 411 kg/ano |
| Milho | 19 | 12,5 | 24,38 ton/ano | 1283 kg/ano |
| Arroz | 13 | 8 | 12 ton/ano | 923 kg/ano |
| Mandioca | 11 | 7 | 126 ton/ano | 11,45ton/ano |
| Pupunha | 4 | 6,5 | - | - |
| Hortalças | 5 | 5 | - | - |

Fonte: Pesquisa de campo, 2009.

Org.: Murilo M. O. Souza, 2010.

No que se refere à produção de hortaliças, esta tem se tornado uma alternativa produtiva importante para o complemento da renda de alguns grupos de famílias assentadas. Como vemos, apenas entre os entrevistados, são produzidos cinco hectares de verduras e legumes. A produção é realizada em grupos, por meio do Sistema Mandala, apoiado na assessoria de equipes técnicas ligadas à CPT. Nas fotos 18 e 19, podemos observar a estruturação do Sistema Mandala, assim como a estufa de produção de mudas a serem transplantadas posteriormente para os canteiros. O projeto que tem apoiado esse processo produtivo é o Projeto Padre Ezequiel Ramin, sediado na Diocese de Ji-Paraná. O grupo tem atuado difundindo os preceitos produtivos ligados à agroecologia.

Foto 18 - Plantação de hortaliças no Sistema Mandala, PA Padre Ezequiel, 2009



Autor: Murilo M. O. Souza, 2009.

Foto 19 – Estufa para plantio de mudas para horta, PA Padre Ezequiel, 2009



Autor: Murilo M. O. Souza, 2009.

Além do arroz e das hortaliças, que melhoraram substancialmente a qualidade alimentar dos camponeses assentados no PA Padre Ezequiel, tem importância, ainda, para o consumo próprio, a produção de feijão e mandioca. A produção direcionada ao consumo das famílias assentadas permite a construção de um processo produtivo diversificado, possibilitando a criação de um amplo espectro de produtos também para a comercialização. Cria-se, assim, uma grande diversificação da produção, o que se configura em uma importante mudança com relação, por exemplo, ao processo produtivo consolidado no PA 25 de Julho. Essa mudança é resultado, sem dúvida, do processo de formação promovido no âmbito do MST, que busca resgatar práticas tradicionais de produção camponesa, assim como, discutir com maior profundidade as questões produtivas, relacionando-as com a conjuntura política, econômica e social, em todas as suas escalas.

É importante ressaltar também a relevância da produção do assentamento para a comunidade local, especialmente para o município de Mirante da Serra/RO. Segundo dados do IBGE (2010), por exemplo, referentes ao ano de 2009, o município produz na totalidade 17.120 litros diários de leite. Os produtores do Projeto de Assentamento Padre Ezequiel, por sua vez, produzem (proporcionalmente, a partir de nosso perfil) um total de 5.920 litros/dia, o que significa, aproximadamente, 34,6% do leite produzido no município.

O manejo produtivo utilizado na produção de leite ainda é bastante simples. A pastagem é plantada, mas não existe no assentamento um manejo de pastagens rotativo ou com outra tecnologia mais intensiva. A ordenha é manual *com bezerro ao pé*, como podemos observar na foto 20.

Foto 20 – Produção de leite, PA Padre Ezequiel, 2009.



Autor: Murilo M. O. Souza, 2009.

Foto 21 – Lavoura de cacau, PA Padre Ezequiel, 2009.



Autor: Murilo M. O. Souza, 2009.

Da mesma forma, a produção de café e cacau dos assentados no PA Padre Ezequiel representa uma alta porcentagem da produção do município. No que se refere à produção cafeeira, o município de Mirante da Serra/RO produziu, no ano de 2009, um total de 1.627 toneladas do produto (IBGE, 2010). Durante o mesmo período, no assentamento pesquisado, foram produzidas 87,6 toneladas de café, o que representa 5,4% da produção municipal. Com relação à produção de cacau (Foto 21), destacamos que sua produção municipal, em 2009, foi de 255 toneladas (IBGE, 2010). A produção de cacau dos camponeses assentados no PA Padre Ezequiel, por sua vez, proporcionalmente aos entrevistados, foi de 69 toneladas no mesmo período. Isso significa que o assentamento produz, aproximadamente, 27% do cacau produzido em Mirante da Serra/RO.

O cacau e o café são produtos muito importantes para as famílias camponesas assentadas. As atividades produtivas exigem muitas horas de trabalho, fator normalmente disponível na unidade camponesa. Por outro lado, o trabalho está delimitado a períodos definidos do ano. Ou seja, não torna o camponês um *escravo* da atividade, permitindo uma melhor organização do tempo. Outra questão importante com relação às atividades produtivas diz respeito à necessidade de trabalho externo à unidade produtiva, o que permite a utilização de mão-de-obra proveniente de outras unidades camponesas. Isso, normalmente, ocorre por meio da *troca de dia* de serviço. Tais características revelam, ainda, que o cacau e o café são atividades mais efetivas quando desenvolvidas por produtores camponeses.

Para além da produção de cacau e café, especificamente direcionada ao mercado, os produtos alimentares, dos quais são vendidos excedentes, também são imprescindíveis para o abastecimento da cidade de Mirante da Serra/RO. Portanto, em termos produtivos, o Projeto de Assentamento Padre Ezequiel está em um caminho de consolidação, conformando juntamente com outros assentamentos da região, um território camponês amplo, com reais possibilidades de transformação social.

Por outro lado, o potencial produtivo do assentamento poderia ser mais bem explorado através da consolidação da cooperativa em atividade no assentamento desde 2005. Com a consolidação desse território camponês, portanto, como revelou um de nossos entrevistados no assentamento, seria imprescindível construir um processo de cooperação que valorizasse o produtor assentado e não somente o processo de desenvolvimento da estrutura da cooperativa.

O controle de território né? O que nós temo pra controla o nosso território aqui? O que eu produzo é o leite, que eu nem falo que eu vendo, eu falo que eu entrego. E aí outras coisas né? Outros produtos. Mais que tipo de cooperativa que nós queremos? Um tipo de discussão que venha não priorizá o barracão, mas que venha

priorizá a vida das famílias que elas intendam que dá pra muda o processo né? [...] que nós podemos cria pra nós fica independente de ser explorado e quando você deixa de ser explorado, a família por mais que seja inconsciente ela vai ver que é aqui o horizonte né? Quer dizer a luz tá aqui, uma cooperação que vai beneficia estas famílias, vai melhora a vida [...]. (Entrevistado, Prova, 2009).

Este é o tipo de cooperativismo que os assentados no Projeto de Assentamento Padre Ezequiel vêm tentando construir nos últimos anos. Mas é exatamente nesse processo educativo dos membros da cooperativa que os diretores têm encontrado os maiores desafios. Persiste, todavia, uma cultura enraizada de que a cooperativa funciona basicamente como uma empresa, que apenas compra seu produto, a mesma compreensão inicialmente construída entre os assentados do PA 25 de Julho, como vimos. Mas a busca pela participação na construção de um território mais participativo, a partir da cooperação, tem sido constante e persistente entre os dirigentes do MST e também entre as lideranças do Projeto de Assentamento Padre Ezequiel.

Um dos projetos que tem auxiliado neste processo de formação é o Plano de Manejo Florestal da reserva legal do assentamento (Fotos 22 e 23), aprovado em 2005, que busca estabelecer formas coletivas de uso deste recurso, como a exploração de alimentos da mata, plantas medicinais e algumas qualidades de madeira. Considerando o apelo ambiental presente na atualidade, esse pode ser um mote importante para o desenvolvimento das famílias assentadas. A tentativa de utilização coletiva do espaço delimitado da reserva do assentamento, de acordo com os entrevistados, tem sido um desafio para a organização da cooperativa, porém, também tem representado um grande avanço no processo de formação das famílias envolvidas na cooperativa.

Fotos 22 e 23 – Plano de manejo florestal no Projeto de Assentamento Padre Ezequiel, 2009



Autor: Murilo M. O. Souza, 2009.



Autor: Murilo M. O. Souza, 2009.

Entendemos que, especialmente a partir das atividades ligadas à questão de manejo florestal, as famílias ligadas à cooperativa do PA Padre Ezequiel podem desenvolver e consolidar um território camponês mais efetivo, permitindo, posteriormente, a aproximação de um maior número de famílias. Por outro lado, o avanço que está ainda no horizonte dos assentados, especialmente a partir da cooperação, é o desafio da produção agroecológica. Como destacamos, já existem algumas experiências pontuais, mas muito caminho ainda precisa ser percorrido nesse sentido. Esse avanço é o que o recém criado Projeto de Assentamento 14 de Agosto II tem conseguido, ainda que em fase inicial, concretizar. Essa experiência é o que buscamos analisar a seguir.

5.5 PA 14 de Agosto II: a produção coletiva e a agroecologia como perspectiva

O Projeto de Assentamento 14 de Agosto II, localizado no município de Ariquemes/RO, na região central do estado rondoniense, é resultado de uma luta camponesa que perdurou por 16 anos, entre 1993 e 2009, o que demonstra, *a priori*, o poder de resistência camponesa na luta pela terra de trabalho. Por outro lado, o embate por esta área refletiu, também, a falta de vontade política para resolver o problema da terra pelos diferentes governos brasileiros no período. Ao mesmo tempo, revelou a morosidade do poder judiciário do país, assim como seu comprometimento com os interesses capitalistas, especialmente, com a perpetuação do latifúndio.

Nesse contexto, as famílias atualmente assentadas na área travaram uma luta que perpassou diferentes conjunturas políticas, sociais e econômicas. Passaram, assim, por vários períodos de transição. A estratégia que resultou na ocupação inicial desta fazenda provém das diretrizes construídas desde 1990, quando foi conquistada a Fazenda Seringal, em Espigão do Oeste/RO. Ou seja, o MST tomou uma decisão de somente ocupar áreas com boa qualidade de terras e bem localizadas, na maioria dos casos, já açambarcadas pelo latifúndio.

A partir daí, vários momentos históricos se sucederam, com a eleição e queda de Fernando Collor, o breve governo de Itamar Franco, os dois mandatos de Fernando Henrique Cardoso e, também, os dois mandatos de Lula, sendo que somente ao final do último mandato deste presidente [2009] é que a área do atual PA 14 de Agosto II foi, por fim, adquirida pelo INCRA para assentar as famílias acampadas. Vale destacar que, ainda assim, a aquisição da área foi realizada por compra, a preços de mercado, pelo Estado, que não conseguiu efetivar sua desapropriação. Fato que revela, também, o tipo de ação do governo Lula sobre a questão

da terra durante seu mandato. No caso específico, o fazendeiro, com a conivência do poder executivo e judiciário, conseguiu acessar todas as instâncias cabíveis para a manutenção da área.

O longo período de acampamento permitiu, a contragosto, é certo, um processo de organização que privilegiou as estratégias coletivas de produção e convivência social. Isso, ao mesmo tempo em que permitiu a sobrevivência das famílias no acampamento, possibilitou um embate mais fortalecido com o poder público, assim como na disputa judiciária pela fazenda. No mesmo sentido, nos últimos cinco anos do acampamento, as famílias estabeleceram um grupo de produção coletiva que possibilitou o aumento da produtividade e a consequente elevação na qualidade de vida das famílias acampadas. Com base no grupo coletivo, principalmente, que os camponeses conseguiram persistir na luta e conquistar a área em questão.

Durante o longo processo de luta pela terra, foi gestada, também, uma estratégia diferenciada de permanência na terra que, por sua vez, foi parcialmente mantida na estruturação territorial e produtiva da área desapropriada. Referimo-nos à construção de uma proposta coletiva e agroecológica de produção, iniciada no acampamento e em processo de fortalecimento nesta fase inicial do Projeto de Assentamento 14 de Agosto II. A proposta caracteriza, de forma específica, a área estudada e reflete um longo processo histórico de acúmulo na formação política e social das famílias camponesas ligadas ao MST no estado de Rondônia. Com base na nova perspectiva do processo de territorialização camponesa na Mesorregião Geográfica do Leste Rondoniense, situamos alguns elementos importantes para compreendermos o campesinato assentado em Rondônia.

5.5.1 *A luta pela terra* como processo de preparação para a *luta na terra*: a construção de uma consciência de ação coletiva

A área do atual Projeto de Assentamento 14 de Agosto II está encravada em uma das regiões mais representativas do latifúndio rondoniense, no município de Ariquemes/RO, próximo à Fazenda Nova Vida, símbolo da violência contra os camponeses no estado. Naquela região foram instalados, na década de 1970, diversos projetos de colonização focalizados na produção em larga escala de cacau e na produção pecuária. Esta estrutura foi constituída nas bases dos Projetos de Licitação, mencionados no capítulo 3, que privilegiaram a disponibilização de terras para grupos empresariais.

A área conquistada pelas famílias do PA 14 de Agosto II é representada por um dos lotes do Projeto de Licitação Burareiro. A fazenda estava composta por uma área total de 1.000 hectares. No entanto, existiam para a área duas escrituras diferentes, com dois proprietários diferentes. Assim, uma área de 500 hectares foi negociada em 1995, dois anos após o início do acampamento. Os 500 hectares restantes, em nome do cunhado do proprietário da outra área, passaram a ser, então, alvo de intensa disputa judicial, que durou até 2009, quando a fazenda foi adquirida pelo INCRA para assentamento das famílias camponesas acampadas na área.

A resistência das famílias no acampamento foi difícil, desde que foram alvo de várias liminares de despejo. Além das manifestações e negociações com os órgãos responsáveis pela política agrária no estado de Rondônia, tiveram como ponto central na disputa pela área a atividade produtiva desenvolvida durante todo o período de acampamento. A produção foi importante para a permanência na área e sua posterior conquista. Uma das lideranças do período de acampamento revela o papel da atividade produtiva como estratégia na disputa pela fazenda.

Nois fomos despejados no começo de maio o que acontece quando despejaram nois, nois estava com a roça de arroz plantada aí despeja não despeja nós entrou com uma negociação pra esperar. Quando nois estava colhendo o arroz, plantamos feijão atrás e pedimos um tempo pra bater o arroz porque senão eles ia queimar e era bastante arroz pra bater umas 600 sacas colhemos arroz que sobrou pra despesa, vendemos arroz e era coletivo fomos colhendo arroz e os outros já roçando e plantando feijão e quando é fé despejo, estamos colhendo ainda a cada tempo a polícia ia ali, tirava foto aí não teve jeito veio o despejo, quando voltamos o feijão tava sequinho. (Entrevistado, Lucimar, novembro de 2009).

Com relação à questão produtiva durante a fase de acampamento das famílias na área, foi importante um projeto de desenvolvimento sustentável desenvolvido no âmbito do PLANAFLORO. No âmbito do projeto, os acampados conseguiram recursos para a plantação de espécies frutíferas regionais com a possibilidade de vender esta produção, assim como, consolidar sua disputa pela fazenda. O projeto esteve inserido no início da aproximação das famílias acampadas com as comunidades dos municípios próximos à área do acampamento, o que não impediu os despejos sofridos pelas famílias camponesas.

Após o primeiro despejo, as famílias conseguiram voltar para a fazenda e continuar sua disputa a partir, principalmente, das atividades produtivas. Assim, começaram a estabelecer e estreitar laços com a comunidade de Jaru/RO, cidade mais próxima do acampamento. A aproximação não foi tão simples, pois, ao contrário do que ocorreu no

Projeto de Assentamento Padre Ezequiel, por exemplo, que estava inserido em municípios com cidades pouco populosas, no caso, as cidades de Jaru/RO e Ariquemes/RO eram maiores, o que dificultava uma aproximação mais concreta com a comunidade local, mais controlada pelo latifúndio.

Por outro lado, essa dificuldade de aproximação com a comunidade local fortaleceu ainda mais as famílias acampadas como grupo social e político. As famílias acampadas tiveram apoio, principalmente, das famílias anteriormente assentadas no Projeto de Assentamento Novo Amanhecer, localizado em área contígua ao Projeto de Assentamento 14 de Agosto II, também situado no município de Ariquemes/RO. Os camponeses daquele assentamento forneceram o suporte necessário para a resistência das famílias atualmente assentadas no assentamento aqui analisado.

Outra questão importante a ser analisada quanto ao processo de luta pela fazenda, onde, atualmente, está constituído o PA 14 de Agosto II, refere-se ao longo tempo de duração do período de acampamento. Foram dezesseis anos de luta pela terra. E a questão aqui colocada é: qual o significado do período de acampamento para a territorialização camponesa? Esse período representa uma simples espera pela desapropriação da terra ou, mais que isto, significa também um momento de acúmulo de conhecimentos para o período seguinte, na terra? São questões que requerem complexas respostas.

De acordo com o relato das famílias atualmente assentadas no PA 14 de Agosto II, os longos anos de acampamento foram extremamente desgastantes tanto politicamente como socialmente. As dificuldades apresentadas para a sobrevivência em uma área de acampamento são penosas e fragilizam as famílias inseridas na luta. Por outro lado, o período de acampamento representou também uma oportunidade para que fosse desenvolvida uma sólida discussão a respeito da forma de organização social, econômica e produtiva a ser adotada para a territorialização dos camponeses acampados na área em disputa. Essa discussão teve como resultado a criação de um grupo de agricultores que propuseram uma organização com base no trabalho cooperativo e na propriedade coletiva. Já durante os últimos cinco anos do acampamento, o grupo conseguiu estabelecer um processo produtivo que gerou ganhos consideráveis para as famílias inseridas. A alimentação melhorou, as moradias foram melhor estruturadas, etc. (Diário de Campo, 2009).

O acúmulo de conhecimentos e da prática coletiva durante a fase de acampamento foi importante para o processo de parcelamento e organização territorial após a desapropriação da fazenda e início do assentamento das famílias acampadas. Pois, foi desta dinâmica nasceu a

proposta de parcelamento da área após a sua conquista, mantendo alguns lotes individuais, mas inovando com o estabelecimento de uma área coletiva de exploração para um grupo de famílias camponesas. Esta forma de parcelamento, assim como, a dinâmica territorial apresentada pelas famílias acampadas que buscamos entender no item que segue.

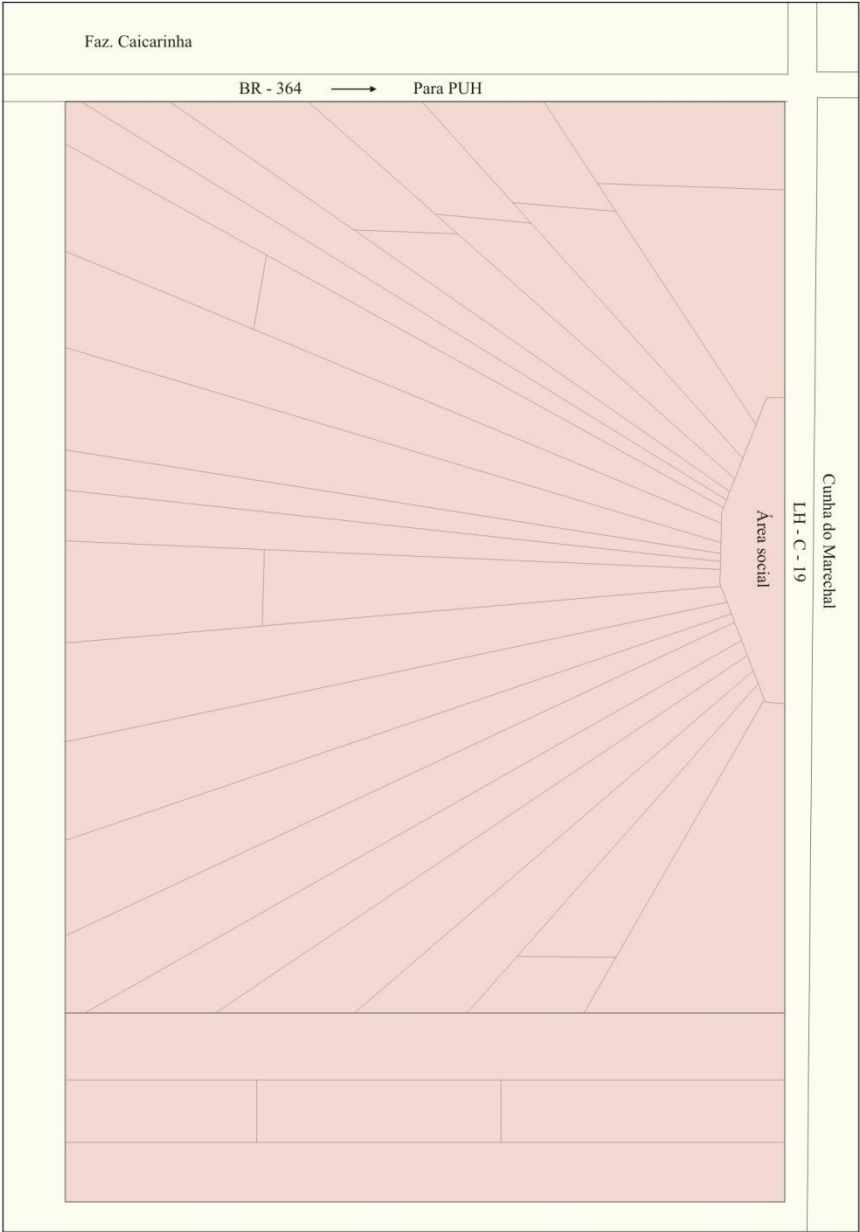
5.5.2 Dinâmica e organização territorial no Projeto de Assentamento 14 de Agosto II: a imersão no território do latifúndio e o assentamento coletivo

A organização territorial do PA 14 de Agosto II foi construída no decorrer do processo de territorialização das famílias atualmente assentadas, por mais de 15 anos de acampamento. Como mencionamos, esta área está inserida no seio do latifúndio rondoniense. Nesse sentido, propor uma forma de organização que contrarie esta estruturação individualizada do território foi um luta talvez maior que aquela travada pela conquista da terra. Nesta perspectiva é importante salientar que a conquista da fazenda que hoje compõe este assentamento, embora não englobe uma extensa área territorial, representa uma conquista simbólica frente ao latifúndio rondoniense. Ou seja, impôs uma nova forma de relação com a terra, não necessariamente relacionada ao mundo do capital, como revela Fabrini (2008):

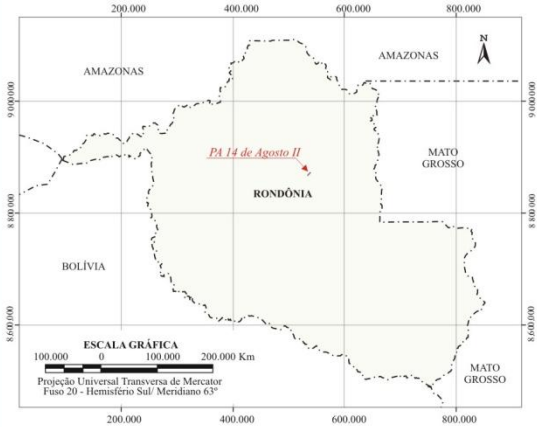
A dimensão territorial tem importante sentido, não para potencializar o mundo da mercadoria como defendem os adeptos da agricultura familiar, mas para reconhecer o território camponês como trincheira de resistência aos esquemas de dominação do modo de produção capitalista. O território vai além de um local que se constitui como palco e condição/possibilidade para inserção no mundo da mercadoria no processo de mundialização das relações sociais de produção. (FABRINI, 2008, p. 269).

Para além da possibilidade de constituição de um território encravado no seio do latifúndio rondoniense, a organização territorial interna proposta para esta área também apresentou uma perspectiva progressista de agricultura. Essa organização territorial interna é fruto de um longo e intenso processo de acúmulo político de discussão. Foi estabelecida uma forma coletiva de parcelamento (Mapa 9). Foram delimitados, a princípio, 24 lotes, estando 21 inseridos na agrovila e três fora dela. Entre os 21 lotes que estão na agrovila, 12 fazem parte do projeto coletivo de produção e nove estão na agrovila, mas não inseridos na proposta de parcelamento coletivo (Diário de Campo, 2009).

**MAPA 9 - PARCELAMENTO DO PROJETO DE
ASSENTAMENTO 14 DE AGOSTO II - 2010**



SITUAÇÃO GEOGRÁFICA



LEGENDA

- Parcelamento do Projeto de Assentamento 14 de Agosto II
- Lotes

Fonte:

Ministério da Agricultura, Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária, Secretaria de Desenvolvimento Ambiental, 2009. (Croqui)

Organização:

Murilo Mendonça Oliveira de Souza

Cartografia Digital:

Cláudia Adriana Bueno da Fonseca

Outro assentamento criado no município de Ariquemes/RO, anteriormente, já havia seguido uma organização territorial interna baseada na agrovila. No entanto, o PA 14 de Agosto II foi o primeiro no estado rondoniense a propor a criação de uma área coletiva de exploração para um grupo de famílias. A área, de acordo com os entrevistados, estará registrada legalmente em nome de uma associação de produtores e não no nome individual de alguns assentados. Ou seja, não existe um lote de terra ligado exclusivamente a um produtor assentado, o que reforça a lógica da terra de trabalho, contrariando ao mesmo tempo a lógica da terra de negócio.

Essa decisão quanto à forma coletiva de parcelamento da área foi tomada de forma cadenciada, desde que a experiência de cooperação integral do MST ou Cooperativas de Produção Agropecuária (CPA) não conseguiu estabelecer exemplos que pudessem ser tomados como base para os assentamentos de forma geral. Baseadas em experiências cubanas de organização coletiva, “[...] as CPAs aqui implantadas não deram o resultado esperado pelo MST, encontrando grandes dificuldades de reprodução nos assentamentos, o que está levando o movimento a rever muitas de suas posições sobre os camponeses, as cooperativas e a agricultura coletiva” (FABRINI; MARCOS, 2010, p. 15).

Esta dialética reflexão no âmbito nacional do MST sobre as formas de produção coletiva contribuiu também com a construção da proposta de assentamento do PA 14 de Agosto II. Assim, a partir de uma ampla possibilidade de formas de cooperação, que as famílias acampadas estabeleceram o parcelamento coletivo. Ou melhor, a proposta ora em implantação é resultado da construção coletiva durante o período de acampamento, território este entendido, por meio das palavras de Fabrini e Marcos (2010, p. 108), como “[...] espaço de harmonia e conflito, afinidade e desacordo, coesão e cisão, enfim, é nesse contexto desigual e contraditório que são (re) elaboradas e implantadas propostas de agricultura coletiva”.

Ressaltamos que existe, entre as famílias recém assentadas no PA 14 de Agosto II, a compreensão das dificuldades já encontradas no estabelecimento de experiências de cooperação integral em outros assentamentos, especialmente aqueles ligados ao MST. Portanto, foi a partir também da análise destas experiências, assim como das tentativas e erros no âmbito do próprio grupo, que está sendo consolidada a construção coletiva neste novo território camponês.

A partir dessa compreensão, as famílias no grupo assentado coletivamente ainda estão construindo um estatuto que regule a utilização daquela área, assim como as possíveis ações

no caso de desistência de algum assentado. Mas, exatamente pelo motivo de não poder negociar diretamente a terra, algumas famílias optaram por não fazer parte do grupo coletivo. Alguns entrevistados disseram que gostariam de trabalhar apenas em certas atividades de forma coletiva e não de forma integral (Diário de Campo, 2009).

De fato, não é simples pensar esta nova forma de organização territorial, mas entendemos que o processo de discussão, realizado desde a fase de acampamento, facilitou a implantação desta forma de estrutura. Segundo as famílias que participam da estrutura coletiva, o debate para esta proposta foi estabelecido durante vários anos, no cotidiano do trabalho coletivo.

É relevante ressaltar, ainda, que a nova proposta de organização territorial é um símbolo para as demais áreas do movimento no estado. Ao mesmo tempo, tem se tornado um laboratório para a discussão da produção coletiva no âmbito do MST no estado de Rondônia. Está sendo estabelecida assim uma nova forma de relação com a terra, já existente no inconsciente cultural camponês, mas soterrada, recorrentemente, pelos valores individualistas inseridos pelas relações capitalistas de produção. Assim, uma relação de produção para a vida com a terra está sendo resgatada e consolidada no espaço privilegiado do capital. Acreditamos que essa possa ser uma semente de transformação importante para a consolidação de um território camponês.

5.5.3 Produção e organização do processo produtivo: uma proposta de cooperação agroecológica

Como vimos, a luta que resultou na conquista do Projeto de Assentamento 14 de Agosto II perdurou por 16 anos. As famílias camponesas conseguiram, contudo, realizar a maior parte do embate dentro da terra, produzindo e construindo precocemente seu território. Esse processo foi, certamente, determinante para a proposição de uma nova forma de produção. Nesse contexto, os camponeses recém assentados nesta área conseguiram construir um processo de discussão no qual o trabalho coletivo e a produção agroecológica adquiriram uma maior relevância.

Assim, em primeiro lugar, após a criação do assentamento, foi consolidado o *grupo coletivo* que vinha trabalhando de forma conjunta desde o período de acampamento. O grupo, hoje composto por 10 famílias, propôs que, no processo de parcelamento, sua área fosse delimitada e registrada como área coletiva, como vimos no item anterior. Dessa forma, o

INCRA delimitou a área para ser utilizada coletivamente por este grupo. Algumas famílias que estavam anteriormente no grupo coletivo de produção do acampamento, contudo, optaram por não continuar trabalhando de forma cooperativa. Um destes agricultores assentados nos explicou brevemente, em sua opinião, as vantagens e desvantagens de se trabalhar coletivamente.

[...] o coletivo você conseguiu esses projetos é mais viável de conseguir até porque se for financiar alguma coisa no coletivo tem mais facilidade. No individual você não consegue, no individual você consegue algumas coisinhas. Por exemplo, maquinário você só consegue através de uma associação porque sozinho você não consegue. Aí no individual você tem que batalhar pela própria experiência do trabalho. Um trator, por exemplo, se você não tem renda como você vai comprar um trator sozinho, um carro, se você precisa de um carro pra escoar a produção se você não tem renda como é que compra? Quando é no nome de um grupo político, todo mundo interessa, várias entidades, mesmo não governamental, e aí através disso o grupo consegue, viabiliza. Mais só que pra viver num coletivo não é muito fácil as cabeças não é igual, tem toda uma educação de compreender, aceitar e corrigir porque existe a diferença. O coletivo é bom quando a pessoa vai se preparando, até porque a gente tem a raiz do individualismo então, isso é meu, não é nosso! Essa raiz não é fácil de ser retirada e isso implica na questão do coletivo, porque no coletivo as coisas não é meu é nosso. Porque eu tenho uma clareza de tratar as coisas como se fosse nossa e o outro como se fosse dele. (Entrevistado, José Prates, 2009).

É importante destacar na fala acima a compreensão do entrevistado de que a ação coletiva é construída por um processo, quando ressalta nossa *raiz no individualismo*. Essa compreensão foi compartilhada por todos os entrevistados nesta área. Ou seja, não existe uma postura contra o coletivo, apenas alguns produtores visualizaram um processo muito difícil para manter este tipo de organização social e produtiva.

É importante nessa discussão entendermos que diferentes abordagens de cooperação foram historicamente testadas pelos agricultores camponeses durante seu processo de constituição como classe social, algumas impostas, outras construídas coletivamente. Primeiramente, não podemos descartar que práticas de ação coletiva, de diferentes amplitudes, foram comuns durante todo o processo de formação do campesinato brasileiro. Tais práticas foram consolidadas nas bases das exigências do cotidiano camponês. Outras propostas de coletivização, por sua vez, são originárias de discussões político-ideológicas, proposições essas que, muitas vezes, entram em choque com as práticas cotidianamente enraizadas no contexto de vida camponês.

No caso dos camponeses assentados, por exemplo, os associativismos coletivos, que se fundamentam no 'igualitarismo' defendido pelo MST e que são forjados a partir

de ideais econômicos externos ao mundo familiar, surgem como estranhos às populações camponesas dos assentamentos. (FABRINI, 2008, p. 264).

Esse estranhamento, entre uma proposta de cooperação política e ideologicamente direcionada e outra fruto da vivência cotidiana, ocorre devido à solidez das práticas camponesas do agir comunitariamente. Essas práticas são partes inseparáveis do modo de vida camponês e, portanto, não podem ser sufocadas ou negligenciadas na construção de novas propostas de cooperação. Ao contrário, tais elementos históricos da cooperação do campesinato podem potencializar e serem potencializados pelas iniciativas dos movimentos sociais de luta pela terra.

As ações comunitárias entre os camponeses são caracterizadas mais por vínculos de solidariedade entre as pessoas do que por revelações políticas e ideológicas. O mutirão, por exemplo, é movido mais pela solidariedade e espírito comunitário do que por um projeto de transformação da sociedade. [...] Os vínculos mediados por relações comunitárias permitem que se troquem informações e discussões dos mais variados assuntos, desde as relações familiares, passando pelo preço dos produtos e manejo de lavouras. Trata-se de discussões informativas e espontâneas caracterizadas mais pela diversão e prazer das conversas do que deliberação de ações sistematizadas de lutas e reivindicações. Mas, os laços e ações comunitárias podem ser potencializados e se desdobram em ações coletivas em torno de movimentos sociais. (FABRINI, 2008, p. 267).

Portanto, não podemos negligenciar o estranhamento camponês com relação às propostas de coletivização do MST, por exemplo. Na tentativa de instalação de cooperativas de produção em várias partes do país, esse equívoco contribuiu para o insucesso destas experiências. É certo afirmar, ao mesmo tempo, que as propostas político-ideológicas de cooperação dos movimentos de luta pela terra contribuíram para a inserção de novos elementos na busca pela constituição dos territórios camponeses. Como destaca Fabrini (2008), esses novos elementos são dados no processo de discussão política no âmbito dos acampamentos.

Marcadas por um conteúdo de classe social, as ações coletivas são motivadas por uma identidade política/ideológica construída no processo de luta pela terra (e na terra) e possuem perspectivas de questionamento do poder e transformação da estrutura da sociedade. (FABRINI, 2008, p. 267).

No caso específico do Projeto de Assentamento 14 de Agosto II, entendemos que as famílias que optaram pelo assentamento e pela produção coletiva conseguiram congregar os elementos ontológicos do campesinato brasileiro, baseados no saber fazer do agricultor

camponês, com aqueles inseridos pela lógica da luta de classes, apresentados pelos movimentos sociais de luta pela terra nas últimas décadas, especialmente, o MST.

Os conhecimentos históricos camponeses também se revelam no saber sobre o ambiente natural. Além de ser um fator importante para o desenvolvimento de uma consciência coletiva da cooperação, tem sido também determinante para a construção de um processo produtivo baseado na matriz agroecológica. Essa relação do camponês com o meio natural e no âmbito de sua classe social acaba por consolidar seus vínculos com a terra, consolidando, ao mesmo tempo, sua resistência enquanto grupo social definido, delimitando um território camponês, diferente daquele construído pelo desenvolvimento das relações capitalistas e materializado na monocultura de larga escala.

A natureza dos vínculos que os camponeses estabelecem com a terra aparece como resistência. A terra não é vista necessariamente como uma mercadoria para acumular capital. Neste sentido, o cultivo de uma determinada planta não é apenas um produto agrícola comercial, mas também parte do mundo camponês vinculado diretamente à natureza. [...] Uma relação particular com a natureza também é verificada entre os camponeses no conhecimento que possuem sobre o clima, calendário agrícola para planejar a produção, manejos e semeadura feitos levando em consideração o calendário lunar, enfim os astros. Isso indica relações diferenciadas da produção agrícola empresarial em que a agricultura é praticamente dominada pela técnica. (FABRINI, 2008, p. 263).

É esse território que as famílias ligadas ao grupo coletivo do PA 14 de Agosto II estão buscando construir desde o período de acampamento. A organização coletiva foi iniciada a partir de um projeto financiado pelo PLANAFLORO, para a plantação de frutos amazônicos, como açaí, cupuaçu, cacau, entre outros. Este projeto constituiu uma das bases para o processo de formação do grupo coletivo na área e permitiu a construção inicial do formato organizativo atualmente seguido pelo grupo. No aspecto produtivo, as famílias conseguiram, em alguns períodos, sobreviver com a renda proveniente da venda dos frutos deste projeto. Ainda existe uma produção insipiente desses frutos amazônicos que, no entanto, não são suficientes para a comercialização.

Além do projeto inicial, as famílias do grupo coletivo produzem, aproximadamente, 50 litros de leite/dia, além de frangos, ovos, suínos, que são basicamente utilizados na alimentação das famílias ligadas ao grupo, que também utilizam, durante a semana, uma cozinha coletiva. Comercialmente, as famílias do grupo coletivo estão produzindo hortaliças de forma agroecológica. O projeto segue o Sistema Mandala, que prevê a produção em círculos concêntricos, de acordo com a necessidade de defesa sanitária de cada vegetal. Ao centro dispõe de uma área cercada para criação de frangos de corte, também comercializados.

A produção de verdura e frangos de corte é comercializada nas feiras das cidades de Jaru/RO e Ariquemes/RO. Nas fotos, a seguir, podemos observar uma horta do Sistema Mandala, onde a produção de frango está sendo ainda organizada (Foto 24), e outra onde já está em funcionamento a estufa para produção de mudas e o galinheiro onde são criados frangos de corte (Foto 25).

Foto 24 – Horta no Sistema Mandala, PA 14 de Agosto II, Ariquemes/RO, 2009.



Autor: Murilo M. O. Souza, 2009.

Foto 25 – Estufa para produção de mudas de hortaliças, com horta no Sistema Madala ao fundo, PA 14 de Agosto II, Ariquemes/RO, 2009.



Autor: Murilo M. O. Souza, 2009.

Quanto à organização do processo produtivo (Fotos 26 e 27), o coletivo segue parâmetros guiados pelas horas de trabalho de cada família. Independentemente do tipo de trabalho realizado, seja na produção direta ou em outros tipos de serviço, cada membro deve dedicar um número determinado de horas semanais ao grupo. Ao final de cada mês, os resultados obtidos com a venda dos produtos são reinvestidos nas atividades coletivamente assumidas pelo grupo e cada família recebe parte destes resultados para suas necessidades específicas. Esse processo de organização, de acordo com os camponeses envolvidos, passa constantemente por reavaliações e rearranjos sempre que as necessidades coletivas ou individuais exigem.

Foto 26 – Assentados em momento de trabalho coletivo na horta, PA 14 de Agosto II, Ariquemes/RO, 2009.



Autor: Murilo M. O. Souza, 2009.

Foto 27 – Assentados preparando coletivamente alimentos a serem comercializados no dia posterior na feira de Jarú/RO, 2009.



Autor: Murilo M. O. Souza, 2009.

Essa forma de organização produtiva tem sido um desafio para as famílias que dela participam. Mas, ao mesmo tempo, os envolvidos na experiência ressaltam as vantagens do trabalho cooperativo e que os ganhos têm sido muito maiores do que se estivessem trabalhando de forma individual. É importante ressaltar, também, que é um projeto para o futuro, pois, as famílias assentadas pensam em uma organização para que os filhos possam viver em um mundo melhor. “Nossos filhos já vivenciam com tranquilidade o coletivo. Pra nós que ainda é difícil” (Entrevistado, Leôncio, novembro de 2009).

Para além da organização coletiva de produção, os agricultores camponeses assentados no Projeto de Assentamento 14 de Agosto II vêm construindo uma proposta de produção agroecológica. A agroecologia tem sido amplamente discutida em diferentes espaços, desde o acadêmico até aqueles dos movimentos sociais. Isso gerou, também, compreensões diversificadas sobre o que representa a produção agroecológica. Na construção em processo entre os assentados no PA 14 de Agosto II, a agroecologia tem sido entendida como mais que uma possibilidade para restaurar a saúde ecológica do ambiente. Os camponeses têm visualizado a agroecologia como uma possibilidade de preservar a “[...] diversidade cultural que nutre as agriculturas locais” (ALTIERI, 1998, p. 21). E, a partir da valorização desta diversidade cultural, estabelecer uma proposta social, política e econômica de transformação que se revele mais equilibrada, tanto socialmente como ambientalmente.

O processo de transição para a produção agroecológica é, de fato, árduo e trabalhoso. As dificuldades encontradas para a produção sem utilização do pacote tecnológico, em um contexto já viciado nas tecnológicas externas, são inúmeras. Por outro lado, os camponeses do

PA 14 de Agosto II têm conseguido produzir com índices bastante reduzidos de agrotóxicos. Exatamente por isso, seus produtos têm encontrado uma maior aceitação do mercado local. É importante destacar, ainda, que os produtos agroecológicos produzidos no assentamento são comercializados por preços equivalentes aos dos produtos convencionais, o que permite que a população de forma geral tenha acesso a produtos mais saudáveis e não somente a parcela mais rica da sociedade.

A experiência de produção coletiva agroecológica está em processo de construção. No entanto, entendemos que ela apresenta elementos e resultados importantes para a reflexão sobre o caminho para o desenvolvimento do território camponês no estado de Rondônia. cremos que é a partir de uma proposta de cooperação produtiva com bases agroecológicas que poderemos construir territórios mais equilibrados.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Pensar os rumos político, econômico, social e ambiental do território brasileiro tem sido, historicamente, um exercício que situa os estudiosos das diferentes áreas do conhecimento, especialmente cientistas sociais, de frente com uma estrutura de poder expropriatória e excludente. Tal estrutura foi, por sua vez, estudada e analisada sob o controle e direcionamento de diferentes interesses políticos e econômicos. Diferentes também foram as perspectivas de abordagem em torno da realidade vivenciada em cada momento histórico durante o processo de formação territorial brasileiro.

A construção do pensamento acadêmico no/sobre o Brasil raramente refletiu a história de luta do povo brasileiro na busca pela formação de um território livre de vida. Refletiu sim, muitas vezes, os planos e ações da elite dona do poder. Por isso a dificuldade em encontrar informações a respeito de grupos sociais diversos que foram responsáveis, em cada momento espaço-temporal, pelo processo de formação territorial brasileiro. Muitas etnias indígenas, certamente, não tiveram sequer sua existência registrada, pois não tiveram tempo hábil para revelá-la antes de serem massacradas. Os acontecimentos dos navios negreiros, das senzalas e do trabalho escravo também não foram registrados e, com isso, muitos conhecimentos foram erodidos.

Entre essas e tantas outras histórias parcialmente contadas ou não contadas sobre o povo do Brasil, está aquela que encerra a constituição e desenvolvimento do modo de vida camponês em território brasileiro. Como já referenciamos no corpo do presente trabalho, esta classe social foi constituída no âmbito de um movimento constante de territorialização, desterritorialização e reterritorialização. O campesinato brasileiro, portanto, está representado por diferentes grupos sociais que, historicamente, lutam para ter acesso à terra e nela permanecer, reproduzindo seu modo de vida como uma classe social que realmente é.

Como classe social, o campesinato consubstanciou-se, historicamente, por meio de uma dialética intra e inter-relação com as demais classes do modo capitalista de produção. Seu par oposto, nesse processo, foi o latifúndio, elemento fundante da estrutura agrária brasileira e de tudo que ela significou e significa para a formação territorial do país. O sistema latifundiário, desde a invasão européia, constituiu-se na maior mazela do povo brasileiro. Essa estrutura fundiária empurrou historicamente o camponês para a estrada em busca de terra para produzir e reproduzir seu modo de vida. Teve, na migração para a fronteira, portanto, sua principal estratégia para continuar camponês.

Nesse contexto, em diferentes momentos históricos, o campesinato brasileiro movimentou-se pelo território em busca da terra de trabalho. Esse movimento, no entanto, ocorreu normalmente por força da exclusão promovida pelo latifúndio, puramente em primeiro lugar, e no âmbito de seu processo de modernização, posteriormente. Em cada período, o movimento camponês foi consequência de transformações agrárias imprimidas no território pelo modo capitalista de produção, em seu processo de apropriação. Assim o latifúndio coronelista expulsou o sertanejo de suas terras; no cerrado, segregou os camponeses caipiras e, no sul, os excluiu pela modernização agrícola.

O próprio Estado impulsionou esse movimento no sentido de ocupar as terras livres persistentes no território brasileiro e, principalmente, abrir caminho para o desenvolvimento capitalista. Getúlio Vargas já havia iniciado tal processo com a Marcha para Oeste e o assentamento de colonos nacionais, mas atingiu resultado tímido quanto ao número total de famílias assentadas. Seu objetivo foi, em verdade, além de apoiar o desenvolvimento do capital, garantir a segurança nas áreas de fronteira. Em Rondônia, foram instaladas algumas dessas colônias que, por fim, representaram apenas mais um processo forçado de transferência de sertanejos nordestinos para a fronteira amazônica. A fronteira e o consequente movimento dirigido e/ou espontâneo dos grupos camponeses desenraizados foi constante em toda a história brasileira.

O processo de avanço para a fronteira, especialmente a amazônica, foi consolidado de fato a partir do golpe de 1964. Antes do golpe o país vivenciava um período de organização crescente das massas, especialmente dos camponeses. Era necessário, para conter este processo de organização, buscar estratégias de apaziguamento social. O foco na ocupação da fronteira amazônica funcionou muito bem nesse sentido, pois a um só tempo abria o caminho para apropriação capitalista e resolvia os conflitos existentes e potenciais em várias regiões brasileiras. O assentamento de colonos às margens da rodovia Transamazônica foi a primeira experiência neste sentido. Milhares de camponeses, especialmente sertanejos expropriados no nordeste, foram tangidos para as matas amazônicas cortadas por aquela rodovia. Em decorrência das dificuldades de acesso, carência de infra-estrutura social e produtiva, entre outros fatores, uma minoria dos camponeses assentados no eixo da Transamazônica permaneceu.

O relativo fracasso da experiência nos projetos de colonização da Transamazônica, juntamente com o aumento dos conflitos por terra no Centro-Sul e a abertura da rodovia BR 364, direcionaram o fluxo migratório para o território rondoniense. Nesse contexto de avanço

sobre a fronteira, o estado rondoniense foi inserido concretamente a partir do primeiro ano da década de 1970, com a organização de projetos para o assentamento de colonos provenientes, em especial, de regiões do centro-sul do país, onde o processo de modernização agrícola atingia larga proporção das terras e excluía milhares de camponeses. Com isso, as terras do estado funcionavam como uma verdadeira válvula de escape para os potenciais conflitos pela terra no centro-sul. Para efetivar tal processo o Estado militar em sua aliança com o grande capital, investiu maciçamente em propaganda sobre uma *terra sem homens para homens sem terra*.

Já no início da década de 1970, a migração em direção a Rondônia cresceu vertiginosamente, promovendo uma verdadeira peregrinação camponesa para o estado. Os projetos de colonização dirigida, que tinham como objetivo também fornecer força de trabalho para os planejados empreendimentos agropecuários a serem instalados no estado, não foram suficientes para atender a massa de camponeses migrantes. A cada camponês assentado em tais projetos, pelo menos três permaneciam sem terra. O fato resultou dos próprios objetivos do processo de colonização levada a cabo pelos militares, que era de abrir caminho para o desenvolvimento capitalista na região amazônica e liberar ao mesmo tempo as áreas do centro-sul.

O processo de colonização agrícola do governo militar na região amazônica, na década de 1970, representou a consolidação da contra-reforma agrária que, a nosso ver, mantém-se ainda no século XXI. Em primeiro lugar, porque o governo se esquivava de realizar uma reforma agrária de fato, nas regiões onde ela era necessária, como no nordeste e no Paraná, por exemplo. Em segundo lugar, pelo fato de que o avanço sobre a fronteira significou a expropriação de milhares de indígenas, seringueiros, ribeirinhos e posseiros que já estavam territorializados na fronteira. E, por fim, devemos entender que o objetivo dos militares nunca foi o de promover o desenvolvimento do país a partir da inserção do campesinato, mas de apoiar o capital em seu processo de expansão.

Por isso, assim que a disponibilização de força de trabalho tornou-se suficiente para o pleno desenvolvimento dos empreendimentos agropecuários capitalistas, o estabelecimento de projetos de assentamento também cessavam. Como não era interesse do Estado resolver o problema da terra, mas sim acalmar os ânimos quanto à não realização da reforma agrária e prover de mão de obra o desenvolvimento capitalista na fronteira, as famílias sem terra *sobrantes* dos projetos de colonização dirigida em raros casos foram assentadas. Esse foi o

panorama político e econômico persistente durante toda a década de 1970 e parte dos anos 1980.

A dinâmica de ocupação da fronteira pelo Estado/Capital gerou, contraditoriamente, também seus próprios elementos de contraposição. O processo de organização e resistência camponesa, gestado e consolidado na década de 1950, mas abafado pelos militares após 1964, ressurgiu, em primeiro lugar, a partir da ação espontânea de posseiros. Disputa esta que foi, via de regra, desigual em favor do latifúndio. Os posseiros passaram, depois dos anos 1970, a contar com o apoio de setores da Igreja, especialmente da CPT a partir de 1975. A organização camponesa ocorria, normalmente, nas Comunidades Eclesiais de Base. Nesses espaços foi gestado o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra (MST).

No caso rondoniense, em meados da década de 1980, camponeses continuavam a chegar ao estado em busca de terra e os conflitos agrários chegavam ao seu auge. Foi nesse contexto, como já vinha ocorrendo em outras partes do país, que foi organizado o MST. Com o apoio de setores progressistas da Igreja que já vinham apoiando e organizando a luta de posseiros pela terra desde a década de 1970, foi gestado o Movimento. A primeira conquista com a bandeira do Movimento ocorreu apenas em 1989, no município de Espigão do Oeste/RO. Essa conquista representou um laboratório de formação para o Movimento no estado de Rondônia. A partir daí, foram estabelecidas as estratégias de luta do movimento e os espaços a serem disputados com o latifúndio.

Iniciava-se, então, um novo período de luta pela terra no estado de Rondônia, tendo os objetivos da luta mais claros e direcionados. O MST passou, pelo menos, por três períodos em sua existência no estado rondoniense. O primeiro, entre 1985 e 1990, refere-se ao período de gestação do movimento. O segundo período, de 1990 a 1995, foi o período de territorialização do Movimento no estado e, a partir de 1995, ocorreu a consolidação do MST em Rondônia. O primeiro período foi, em verdade, o momento de acúmulo de forças do campesinato rondoniense para a formação do MST. Já existiam algumas lideranças, mas não havia ocorrido nenhuma ação organizada, apenas apoio a ocupações já deflagradas. Ainda que tenham ocorrido algumas tentativas de ocupações com a bandeira do Movimento, apenas em 1989, como dito, ocorreu de fato. O período seguinte, entre 1990 e 1995, ocorreu o processo de territorialização do MST no estado rondoniense. Nesse contexto, várias ocupações e conquistas aconteceram. O terceiro período foi marcado pela ação contra os movimentos sociais movida pelo Governo FHC. No período, ocorreu o Massacre de Corumbiara, que forneceu novos elementos para a luta pela terra no estado.

A repercussão do massacre acelerou momentaneamente o assentamento das famílias camponesas, mas não mudou consideravelmente a estrutura agrária do estado de Rondônia. O latifúndio continuou tendo o mesmo domínio que tinha anteriormente. Esperava-se que, com a eleição de Lula, o panorama pudesse ser transformado e a reforma agrária de fato levada a cabo. No entanto, ainda que tenham ocorrido mudanças nas políticas públicas direcionadas aos camponeses, pouco foi realmente transformado na estrutura agrária do estado. O latifúndio e, agora também o agronegócio, continuaram sua trajetória de expropriação contra o campesinato.

Desde a fundação do MST em Rondônia, contudo, entendemos que ocorreu um processo de territorialização camponesa a partir dos assentamentos criados em várias regiões do estado. Estas áreas ainda que inseridas em uma disputa desigual pelo território com o latifúndio e o próprio Estado/Capital, têm conseguido resistir no processo de construção de um espaço de produção e vida no estado. É certo que tal disputa é desigual, mas alguns territórios camponeses têm sido consolidados e buscam transformar as relações sociais, econômicas e políticas regionais. A região onde está inserido o Projeto de Assentamento Padre Ezequiel, por exemplo, congrega somente nos territórios representados pelos camponeses assentados uma população de mais de 3.000 pessoas. As bases econômicas, em especial, foram verdadeiramente transformadas após a conquista dos latifúndios pelos camponeses organizados em torno do MST. Da mesma forma, ainda que territorialmente menos representativo, a conquista do Projeto de Assentamento 14 de Agosto II, considerando uma proposta socialmente democrática e ambientalmente equilibrada de agricultura, representou uma conquista também ideológica para o campesinato do estado.

O poder do capital e do latifúndio, no entanto, mantém sua força na manutenção da hegemonia do território. A luta camponesa de resistência tem sido constante. Devemos destacar, nesse processo, no âmbito da não reforma agrária promovida durante os dois mandatos do governo Lula, a criação do Programa Terra Legal. Este instrumento legal propõe regularizar 67 milhões de hectares em toda a região amazônica. Neste processo, iniciado em 2009, estão sendo regularizadas as terras historicamente griladas no estado de Rondônia. É certo que também serão regularizadas posses de camponeses, mas em proporção de terras os ganhadores serão novamente os latifundiários. Como nos relatou um dos entrevistados na pesquisa “o Terra Legal é uma *faca de dois gumes*, mas afiada só de um lado”. Ou seja, é a regularização da grilagem histórica em terras amazônicas.

Também no processo de exclusão do produtor camponês da partilha capitalista do espaço agrário, vem sendo discutida a reforma do Código Florestal Brasileiro. Serão perdoados todos os crimes ambientais cometidos na região amazônica por latifundiários e grandes empresas agropecuárias. A questão é que, sobretudo em Rondônia, grileiros e desmatadores são, muitas vezes, a mesma pessoa. Isso significa que, a um só tempo, com o Programa Terra Legal e as mudanças no Código Florestal, latifundiários terão as terras regularizadas e os crimes ambientais anistiados. Enquanto isto, o passivo provocado pela não realização da reforma agrária permanece. Consolida-se, assim, a contra-reforma agrária promovida pelo governo militar, a partir da década de 1970, em território rondoniense.

No entanto, novas perspectivas têm sido apontadas nos últimos anos para a consolidação do território camponês no estado. Uma delas refere-se à possibilidade do desenvolvimento de uma reforma agrária popular que, ainda que não tenha um acúmulo real de conhecimentos, surge como uma nova proposta de luta. Ao mesmo tempo, em áreas de assentamento vêm sendo desenvolvidas experiências de cooperação que, sem dúvida, fortalecem o desenvolvimento da resistência camponesa na terra, apresentando uma nova forma de organização territorial. Junto a isso, vem sendo discutida a adesão a uma proposta agroecológica de produção agropecuária, fato que fortalece ainda mais a construção do território camponês.

Essa nova forma de organização territorial é um símbolo para as demais áreas do movimento no estado. Ao mesmo tempo, tem se tornado um laboratório para a discussão da produção coletiva no âmbito do MST no estado de Rondônia. Está sendo estabelecida uma nova forma de relação com a terra, já existente no inconsciente cultural camponês, mas soterrada, recorrentemente, pelos valores individualistas inseridos pelas relações capitalistas de produção. Assim, uma relação de produção para a vida com a terra está sendo resgatada e consolidada no espaço privilegiado do capital. Acreditamos que esta pode ser uma semente de transformação importante para a consolidação de um território camponês.

Nesse processo de transformação, entendemos que a luta pela terra e por mudança social de forma geral deve ocorrer a partir da aproximação dos diferentes movimentos sociais e das variadas reivindicações. A luta pela terra não pode ser uma luta isolada, mas uma luta de toda a sociedade. Por isso, os movimentos sociais devem buscar unir suas lutas. Acreditamos que somente assim conseguiremos reverter o controle capitalista sobre o território rondoniense.

A seguir a luta camponesa rondoniense em imagem e poesia.

O trabalho acadêmico ainda não venceu sua resistência ao uso da fotografia e à sua capacidade explicativa, especialmente, nas ciências sociais. A fotografia ainda procura seu lugar, tanto como forma de expressão do imaginário social e da consciência social quanto como recurso para compreendê-los (MARTINS, 2008). Em parte, entendemos que esse fato decorre da banalização do uso de imagens de forma geral. Algumas vezes, as fotos são inseridas praticamente como um enxerto estranho ao contexto abordado. Outras vezes, sua utilização não explora a amplitude de seu significado. A imagem fotográfica foi, nesse sentido, visualizada historicamente como um recurso técnico de pesquisa. No entanto, como Martins (2008) reflete sobre a fotografia na Sociologia, aplicável também às Ciências Sociais de forma geral,

Vai ficando evidente, porém, que a imagem fotográfica constitui mais do que um recurso de técnica de pesquisa nas Ciências Sociais. Antes de ser procurada pelos cientistas sociais, já havia sido cortejada pelo senso comum e com ele contraíra matrimônio. Mais do que tem hoje, essa busca tinha sentido quando a Sociologia ainda se sentia segura no interior da fortaleza das estruturas sociais, dos processos sociais e das situações sociais. (MARTINS, 2008, p. 34).

Portanto, para além da representação objetiva da fotografia para o trabalho científico, procuramos entender, como escreveu Joly (1996, p. 126-127), que “[...] o ato fotográfico é obrigatoriamente o resultado de um encontro, de uma copresença entre aquele que tira a fotografia e aquele que é fotografado. O caráter único desse encontro também implica uma atitude específica diante do mundo, das coisas, do tempo e do espaço”.

É a partir desta compreensão, da imagem como resultado de um encontro, em determinado contexto histórico, refletido em momento instantâneo, que apresentamos algumas fotografias representativas da luta pela terra e do campesinato rondoniense. As fotos apresentadas possuem, de forma geral, duas fontes distintas e, portanto, refletem dois diferentes encontros. O primeiro destes encontros foi o das famílias camponesas entre elas próprias e com militantes/apoiadores da luta pela terra no estado de Rondônia. Estas imagens, assim como tantas outras captadas no movimento da luta pela terra rondoniense, tiveram (e ainda têm) importância em diferentes amplitudes, seja como um registro da luta por seus próprios participantes, seja como recurso documental no processo geral de luta pela desapropriação dos latifúndios rondonienses.

O segundo encontro é referente aos momentos da imersão pessoal em campo como pesquisador. Este encontro significou, por sua vez, uma visão *estrangeira*, com a tentativa de fornecer uma representação, também a partir das imagens, para a pesquisa sobre a luta pela terra e a territorialização camponesa nos assentamentos rurais rondonienses. Estão aqui dispostas, portanto, fotografias tiradas pelos próprios camponeses no calor dos acontecimentos da luta pela terra

rondoniense, assim como, fotografias de nossa autoria, que representam também um encontro com a luta pela terra e com o modo de vida camponês.

Além das fotografias inserimos a seguir, ainda, algumas poesias que originaram músicas de protesto, animação e confraternização na luta pela terra. Estas canções são, majoritariamente, de autoria do poeta camponês José Pinto, liderança do MST de Rondônia. São exceção apenas as seguintes: *Quando Chegar na Terra* (Ademar Bogo) e *Terra e Raiz* (I Oficina Nacional de Músicos do MST). As letras destas músicas refletem e, ao mesmo tempo, são reflexo de momentos vivenciados no cotidiano da luta pela terra. Especialmente, as músicas de José Pinto estão refletidas em várias das fotografias aqui apresentadas, pois, várias delas representam momentos especificamente vividos por este poeta.

Embora não tenhamos tido o objetivo de estabelecer uma seqüência ordenada na apresentação das fotografias, procuramos coerentemente organizá-las de modo que facilitasse a leitura do significado que elas representam para a luta camponesa rondoniense. Nesse sentido as imagens estão dispostas, não rigidamente, de acordo com os seguintes temas: “latifúndio”, “ocupação da terra”, “organização do acampamento”, “produção no acampamento”, “crianças na luta pela terra”, “o movimento”, “manifestações”, “repressão”, “a conquista da terra”, “produção no assentamento”. As poesias/músicas, por sua vez, estão dispostas no sentido de destacar as imagens fotográficas. Esperamos que este formato facilite a compreensão, pelas imagens, da luta pela terra e territorialização camponesa no estado rondoniense. Ao mesmo tempo, esperamos que o encontro representado por estas imagens tenha a profundidade explicativa das camadas da terra que escondem diversos territórios camponeses.

Foto 28 – Três cercas de um latifúndio - Fazenda Rio Ricardo Franco - Acampamento Sílvia Rodrigues - Alvorada do Oeste/Rondônia, 2009.



Autor: Murilo M. O. Souza, 2009.

*Sabemos que o capitalista
 diz não ser preciso
 ter Reforma Agrária
 Seu projeto traz miséria
 Milhões de sem terra
 jogados na estrada
 com medo de ir pra cidade
 enfrentar favela
 fome e desemprego
 Saída nessa situação
 é segurar as mãos
 de outros companheiros.*

*E assim já ninguém
 chora mais
 ninguém tira o pão
 de ninguém
 O chão onde pisava o boi
 é feijão e arroz,
 capim já não convém.*

*Compadre junte ao Movimento
 Convide a comadre*

*e a criançada
 Porque a terra só pertence
 a quem traz nas mãos
 os calos da enxada
 Se somos contra o latifúndio
 da Mão Natureza
 Somos aliados
 E viva a vitória no chão
 Sem a concentração
 dos latifundiários.*

*Seguimos ocupando terra
 derrubando cercas
 conquistando o chão
 Que chore o latifundiário
 pra sorrir os filhos
 de quem colhe o pão
 E a luta por Reforma Agrária
 a gente até para
 se tiver, enfim
 coragem a burguesia agrária
 de ensinar seus filhos
 a comer capim.*

Assim já ninguém chora mais (Zé Pinto)

Foto 29 – Placa da Fazenda Rio Ricardo Franco - Acampamento Sílvio Rodrigues – Alvorada do Oeste/Rondônia, 2009.



Autor: Murilo M. O. Souza, 2009.

Foto 30 – Guarita de defesa latifundiária, localizada na Fazenda Urupá - PA Padre Ezequiel – Mirante da Serra/Rondônia, 2009.



Autor: Murilo M. O. Souza, 2009.

Foto 31 – Área de fazenda ocupada por gado de corte – Ariquemes/Rondônia, 2009.



Autor: Murilo M. O. Souza, 2009.

Foto 32 – Área de extração madeireira – Cujubim/Rondônia, 2008.



Autor: Murilo M. O. Souza, 2009.

*Pegue os cereais e a lona, junte a criançada
pois sem terra organizados é terra ocupada
De mãos dadas vamos juntos, não somos covardes
somos contra o latifúndio, só produz maldade.*

*Existem dois projetos em jogo, isso já está claro
contradições entre sem terra e latifundiário
Pois um projeto é liberdade, vida e produção
o outro injustiça, morte e especulação.*

*Companheirada, pra burguesia não tire o chapéu
mesmo que ela nos prometa o céu
É falsidade! Quer nos enganar
Grita sem terra, unindo as forças, ocupando o chão
mesmo debaixo dessa repressão
a nossa luta não pode parar.*

*A terra é mão do lavrador, é quem lava este chão
pois ela sendo repartida aumenta esse pão
O pão que encherá a mesa do trabalhador
por isso é bem justa esta luta contra o opressor
Fazer da luta imediata escola pro futuro
e derrubar o jogo duplo de cima do muro
Unidos campo e cidade vamos construindo
e um dia contra a burguesia vai ser jogo duro.*

Não Somos Covardes (Zé Pinto)

Foto 33 – Ocupação da Fazenda Seringal – Espigão do Oeste/Rondônia, 1989.



Fonte: Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Espigão do Oeste, 2009.

Foto 34 – Militantes do MST procurando área para negociação com o INCRA, 1999.



Fonte: Arquivo Pessoal Deraldo (Assentado PA Padre Ezequiel) - Mirante da Serra/Rondônia, 2009.



Fotos 35, 36 e 37 - Ocupação inicial da Fazenda Urupá (atual Projeto de Assentamento Padre Ezequiel) – Mirante da Serra/Rondônia, 1997.

Fonte: Arquivo Pessoal Márcio “Marcha Lenta” e Deraldo (Assentados PA Padre Ezequiel) – Mirante da Serra/Rondônia, 2009.



Foto 38 – Acampamento Fazenda Seringal (atual Projeto de Assentamento 25 de Julho) - Espigão do Oeste/Rondônia, 1989.

Fonte: Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Espigão do Oeste, 2009.

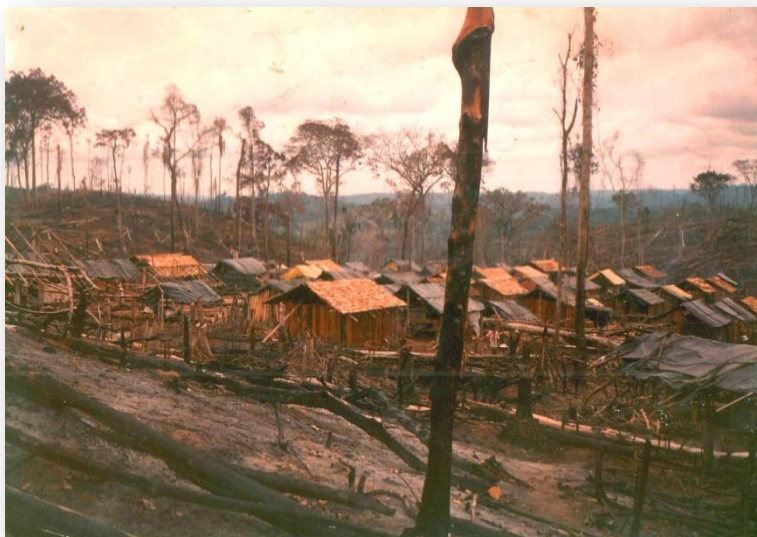


Foto 39 – Acampamento na Fazenda Urupá (atual Projeto de Assentamento Padre Ezequiel) – Mirante da Serra/Rondônia, 1999.

Fonte: Arquivo Pessoal Márcio “Marcha Lenta” (Assentado PA Padre Ezequiel) – Mirante da Serra/Rondônia, 2009.



Foto 40 – Placa indicativa do primeiro acampamento na Fazenda Urupá (atual PA Padre Ezequiel) – Mirante das Serra/Rondônia, 1997.

Fonte: Arquivo Pessoal Márcio “Marcha Lenta” (Assentado PA Padre Ezequiel) – Mirante da Serra/Rondônia, 2009.





Fotos 41, 42 e 43 –
Acampamento Che – Alto
Alegre dos Parecis/Rondônia,
1998.

Fonte: Arquivo MST/RO –
Mirante da Serra/Rondônia,
2009.



Foto 44 – Acampamento Sílvia Rodrigues – Alvorada do Oeste/Rondônia, 2009.



Autor: Murilo M. O. Souza, 2009.

Foto 45 – Acampamento Sílvia Rodrigues – Alvorada do Oeste/Rondônia, 2009.



Autor: Murilo M. O. Souza, 2009.

| | |
|---|---|
| <p><i>Partindo da necessidade de ter um pedaço de chão pra dar o sustento aos filhos aos filhos de nossa nação Cansado de pôr enxada nas terras apenas do patrão e ver chegar o fim do ano tantos desenganos sem nenhum tostão.</i></p> | <p><i>O vento sempre companhia em cima de um caminhão no peito vai muita vontade de ver o fruto desta ação E vai também a mulherada com muita participação mostrando com capacidade que tem outras lutas além do fogão.</i></p> |
|---|---|

| | |
|---|---|
| <p><i>Sem terra estão se organizando de norte a sul deste país pra derrubar o latifúndio que deixa o povo sem raiz Cansado de tantas promessas e ver tanta enganação jogada dos politiqueiros que o tempo inteiro roubam a nação.</i></p> | <p><i>E a luta segue organizada com muita determinação derrubando as cercas da morte e o poder do tubarão Nas mãos de quem nela trabalha e o fim dessa concentração pois ela sim é mãe dos pobres nesta causa nobre da revolução.</i></p> |
|---|---|

Causa Nobre (Zé Pinto)

Foto 46 – Preparação de área para produção coletiva – Acampamento Fazenda Seringal – Espigão do Oeste/Rondônia, 1989.



Fonte: Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Espigão do Oeste, 2009.

Foto 47 – Preparação de área para produção coletiva – Acampamento Fazenda Seringal – Espigão do Oeste/Rondônia, 1989.



Fonte: Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Espigão do Oeste, 2009.

Foto 48 – Plantação de Arroz no Acampamento da Fazenda Urupá (atual PA Padre Ezequiel) – Mirante da Serra/Rondônia, 1998.

Fonte: Arquivo Pessoal Márcio “Marcha Lenta” – Mirante da Serra/Rondônia, 2009.



Foto 49 – Criação de Porcos no Acampamento Sílvia Rodrigues – Alvorada do Oeste/Rondônia, 2009.

Autor: Murilo M. O. Souza, 2009.



Foto 50 – Plantação de Hortaliças no Acampamento Che – Alto Alegre dos Parecis/Rondônia, 2009.

Autor: Murilo M. O. Souza, 2009.



Fotos 51 e 52 – Lavoura de feijão – Acampamento Che – Alto Alegre dos Parecis/Rondônia, 1999.



Fonte: Arquivo MST/Rondônia, 2009.

Foto 53 – Produção de Mandioca – Acampamento Che – Alto Alegre dos Parecis/Rondônia, 1999.



Fonte: Arquivo MST/Rondônia, 2009.

*Tem que estar fora de moda
criança fora da escola, pois a tempo
não vigora o direito de aprender
Criança e adolescente numa educação
decente pra um novo jeito de ser
pra soletrar a liberdade na cartilha do ABC.*

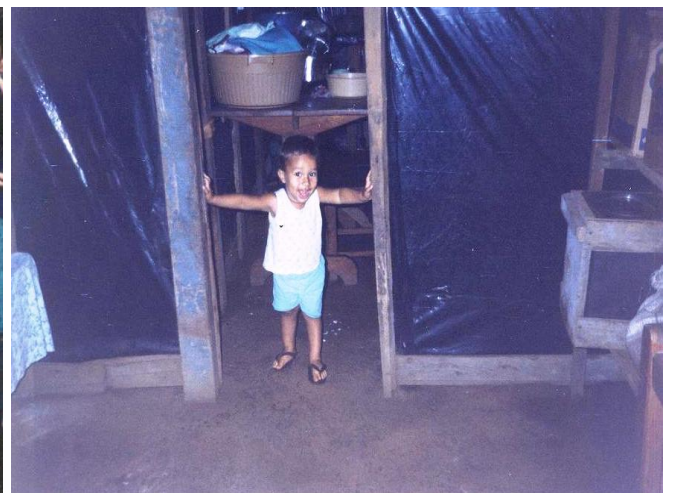
*Ter uma escola em cada canto do Brasil
com um novo jeito de educar pra ser feliz
Tem tanta gente sem direito de estudar
É o que nos mostra a realidade do país.*

*Juntar as forças, segurar de mão em mão,
numa corrente em prol da educação
Se o aprendizado for além do Be A Bá,
todo menino vai poder ser cidadão.*

*Alternativa pra empregar conhecimento
o Movimento já mostrou para a nação
desafiando dentro dos assentamentos
Reforma Agrária também na Educação.*

Pra soletrar a liberdade (Zé Pinto)

Fotos 54 a 59 – Crianças do Acampamento da Fazenda Urupá (atual PA Padre Ezequiel) – Mirante da Serra/Rondônia, 1998 a 2000.



Fonte: Acervo Pessoal Márcio “Marcha Lenta” e Deraldo (Assentados PA Padre Ezequiel), 2009.

Fotos 60 a 64 – Crianças do Acampamento Sílvia Rodrigues – Alvorada do Oeste/Rondônia, 2009.



Autor: Murilo M. O. Souza, 2009.

Foto 65 – Criança no Acampamento Che – Alto Alegre dos Parecis/Rondônia, 2009.



Autor: Murilo M. O. Souza, 2009.

Foto 66 – Criança no Acampamento Che – Alto Alegre dos Parecis/Rondônia, 2009.



Autor: Murilo M. O. Souza, 2009.

*Este é o nosso País
esta é a nossa bandeira
é por amor a esta Pátria-Brasil
que a gente segue em fileira.*

*Queremos mais felicidade
no céu deste olhar cor de anil
No verde esperança sem fogo
bandeira que o povo assumiu.
Amarelo são os campos floridos
as faces agora rosadas
Se o branco da paz irradia
vitória das mãos calejadas.*

*Queremos que abrace esta terra
por ela quem sente paixão
quem põe com carinho a
semente pra alimentar a Nação
A ordem é ninguém passar fome
Progresso é o povo feliz
A Reforma Agrária é a volta
do agricultor à raiz.*

Ordem e Progresso (Zé Pinto)

Fotos 67 a 71 – Militância e símbolos da luta pela terra, Alvorada do Oeste, Alto Alegre dos Parecis, Mirante da Serra e Ariquemes/Rondônia, 2009.



Autor: Murilo M. O. Souza, 2009.

Foto 72 – Romaria pela desapropriação da Fazenda Urupá, Mirante da Serra/Rondônia, 2000.



Fonte: Arquivo Márcio Marcha Lenta – PA Padre Ezequiel, 2009.

Foto 73 - Manifestação do MST na pela terra, 1999.



Fonte: Arquivo MST/Rondônia, 2009.



Fotos 74, 75 e 76 –
Manifestações na luta pela
desapropriação da Fazenda
Urupá, Mirante da
Serra/Rondônia, 1998.

Fonte: Arquivo Márcio
Marcha Lenta - PA Padre
Ezequiel, 2009.



Foto 77 – Polícia Militar negociando Ordem de Despejo, Alto Alegre dos Parecis/Rondônia, 2000.



Fonte: Arquivo MST/Rondônia, 2009.

Foto 78 – Polícia Militar negociando Ordem de Despejo, Alto Alegre dos Parecis/Rondônia, 2000.



Fonte: Arquivo MST/Rondônia, 2009.

*Quando chegar na terra
 lembre de quem quer chegar
 Quando chegar na terra
 lembre de que tem outros passos a dar*

*Quando chegar na terra
 lembre que tem outros passos pra dar
 Mire o olhar na frente
 porque atrás vem gente querendo lutar.*

*Neste caminho obscuro
 está o futuro para preparar
 Não desanime, caminhe
 Trabalhe, se alinhe no passo de andar.*

*Quando chegar na terra
 Lembre que ainda não tem liberdade
 Este é o primeiro passo
 que estamos dando nesta sociedade
 Só a terra não liberta
 Este é o alerta aumenta a ansiedade
 Isto virá no dia que com ousadia ganhar
 a cidade.*

*Quando chegar na terra
 É preciso fazer produção
 Este é o primeiro passo que
 Damos na revolução
 Com certeza estaremos alegres
 Chegando com o chapéu na mão na
 Esplanada do Planalto bandeira bem alto
 Cantando a canção.*

(Quando Chegar na Terra – Ademar Bogo)

Foto 79 – Conquista da Fazenda Urupá, Mirante da Serra/Rondônia, 2001.



Fonte: Arquivo MST/Rondônia, 2009.

Foto 80 – Conquista da Fazenda Urupá, Mirante da Serra/Rondônia, 2001.



Fonte: Arquivo MST/Rondônia, 2009.

Foto 81 – Antiga sede da Fazenda Urupá – Mirante da Serra/Rondônia, 2009



Autor: Murilo M. O. Souza, 2009.

Fotos 82 e 83 – Chegada na terra, PA Padre Ezequiel, Mirante da Serra/Rondônia, 2001.



Fonte: Arquivo MST/Rondônia, 2009.



Fonte: Arquivo MST/Rondônia, 2009.

Fotos 84 a 89 – Camponeses assentados no PA 25 de Julho – Espigão do Oeste/Rondônia, 2009.



Autor: Murilo M. O. Souza, 2009.

Fotos 90 a 97 – Camponeses assentados no PA Padre Ezequiel – Mirante da Serra/Rondônia, 2009.



Autor: Murilo M. O. Souza, 2009.

Fotos 98 e 99 – Camponesa assentada tecendo uma rede - PA Padre Ezequiel – Mirante da Serra/Rondônia, 2009.



Autor: Murilo M. O. Souza, 2009.



Fotos 100, 101 e 102 – Camponeses e camponesas assentados no PA 14 de Agosto II – Ariquemes/Rondônia, 2009.

Autor: Murilo M. O. Souza, 2009.



*A chuva cai sobre a natureza
E a planta cresce gerando a riqueza
E o trabalhador luta com certeza
Pra não faltar o pão sobre nossa mesa.*

*A terra guarda a raiz
Da planta que gera o pão
A madeira que dá o cabo
Da enxada e do violão.*

*Liberdade é pão, é vida
Terra-mãe, trabalho e amor
É o grito da natureza
Viola de um cantador.*

*É o povo em movimento
Contra as cercas da concentração
Com um sorriso de felicidade
E a história na palma da mão.*

Terra e raiz (I Oficina Nacional de Músicos do MST)

Fotos 103 a 108 – Produção agropecuária no PA 25 de Julho – Espigão do Oeste/Rondônia, 2009.



Autor: Murilo M. O. Souza, 2009.

Fotos 109 a 114 – Produção agropecuária no PA Padre Ezequiel – Mirante da Serra/Rondônia, 2009.



Autor: Murilo M. O. Souza, 2009.

Foto 115 – Plantação de café no PA Padre Ezequiel – Mirante da Serra/Rondônia, 2009.



Autor: Murilo M. O. Souza, 2009.

Foto 116 – Plantação de hortaliças no sistema mandala no PA 14 de Agosto II – Ariquemes/Rondônia, 2009.



Autor: Murilo M. O. Souza, 2009.

*Arroz deu cacho e o feijão floriô,
Milho na palha, coração cheio de amor.*

*Povo sem terra fez a guerra por justiça
Visto que não tem preguiça este povo de pegar
Cabo de foice, também cabo de enxada
Pra poder fazer roçado e o Brasil se alimentar.*

*Com sacrifício debaixo da lona preta
Inimigo fez careta mas o povo atravessou
Romperam cercas que cercam a filosofia
De ter paz e harmonia para quem planta o amor.*

*Erguendo a fala gritando Reforma Agrária,
Porque a luta não para quando se conquista o chão
Fazendo estudo, juntando companheirada
Criando cooperativa pra avançar a produção.*

Floriô (Zé Pinto)

Foto 117 – Plantação de Arroz no Acampamento da Fazenda Urupá (atual PA Padre Ezequiel) – Mirante da Serra/Rondônia, 1998.



Fonte: Arquivo Pessoal Márcio “Marcha Lenta” – Mirante da Serra/Rondônia, 2009.

Foto 118 - Arroz colhido no PA Padre Ezequiel - Mirante da Serra/Rondônia, 2009.



Autor: Murilo M. O. Souza, 2009.

Foto 119 – Arroz colhido no PA Padre Ezequiel – Mirante da Serra/RO, 2009.



Autor: Murilo M. O. Souza, 2009.

Fotos 120, 121 e 122 – Produção de hortaliças no PA 14 de Agosto II – Ariquemes/Rondônia, 2009.



Autor: Murilo M. O. Souza, 2009.

Foto 123, 124 e 125 – Produção de derivados de cana-de-açúcar no Acampamento Che – Alto Alegre do Parecis/Rondônia, 2009.



Autor: Murilo M. O. Souza, 2009.

Foto 126 – Tamires no horário da merenda – PA 25 de Julho – Espigão do Oeste/Rondônia, 2009.



Autor: Murilo M. O. Souza, 2009.

Fotos 127 e 128 – Flores – Acampamento Che e PA Padre Ezequiel – Rondônia, 2009.



Autor: Murilo M. O. Souza, 2009.



Autor: Murilo M. O. Souza, 2009.

REFERÊNCIAS

ABRAMOVAY, R. **Paradigmas do capitalismo agrário em questão**. 2 ed. São Paulo: HUCITEC, 1998.

AB'SÁBER, A. N. **Os domínios de natureza no Brasil: potencialidades paisagísticas**. 3 ed. São Paulo: Ateliê Editorial, 2005.

ALENTEJANO, P. R. R. O que há de novo no rural brasileiro? **Revista Terra Livre**, São Paulo, n. 15, p. 87-112, 2000.

ALMEIDA, R. A. **(Re)criação do campesinato, identidade e distinção: a luta pela terra e o *habitus* de classe**. São Paulo: Editora UNESP, 2006.

ALTIERI, M. **Agroecologia: a dinâmica produtiva da agricultura sustentável**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 1998. (Síntese Universitária, 54).

ALVES, G. A.; CUSTÓDIO, V. Pesquisa bibliográfica e fontes de dados. In: VENTURI, L. A. B. (Org.). **Praticando geografia: técnicas de campo e laboratório**. São Paulo: Oficina de Textos, 2005. p. 203-210.

AMARAL, J. **Mata virgem: terra prostituta**. São Paulo: Terceira Margem, 2004.

AMARAL, G. G. **Comunidade remanescente de quilombo de Jesus/Bacia do Guaporé-RO: territorialidade e relações socioambientais**. 2008. 112 f. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Núcleo de Ciências e Tecnologia, UNIR/Porto Velho, 2008.

AMIN, S.; VERGOPOULOS, K. **A questão agrária e o capitalismo**. Tradução de Beatriz Resende. 2 ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977.

ANDRADE, M. C. **Geografia, ciência da sociedade: uma introdução à análise do pensamento geográfico**. São Paulo: Atlas, 1987.

_____. A geografia e a sociedade. In: SOUZA, M. A. A. et al. (Org.). **Natureza e sociedade de hoje: uma leitura geográfica**. 3 ed. São Paulo: HUCITEC, 1997. p. 18-28.

_____. **A terra e o homem no nordeste: contribuição ao estudo da questão agrária no nordeste**. 6 ed. Recife: Editora da UFPE, 1998.

ARAÚJO, M. P. N. A questão camponesa na teoria marxista clássica. In: CHEVITARESE, A. (Org.). **O campesinato na história**. Rio de Janeiro: Relume Dumará/FAPERJ, 2002. p. 65-74.

BAITZ, R. A implicação: um novo sedimento a se explorar na geografia? **Boletim Paulista de Geografia**, São Paulo, n. 84, p. 25-50, jul. 2006.

BECKER, B. K. **Geopolítica da Amazônia**: a nova fronteira de recursos. Rio de Janeiro: Zahar, 1982.

_____. Significância contemporânea da fronteira: uma interpretação geopolítica a partir da Amazônia brasileira. In: AUBERTIN, C. (Org.). **Fronteiras**. Brasília: Editora UnB, ORSTROM, 1988. p. 60-89.

_____. Estratégia do Estado e povoamento espontâneo na expansão da fronteira agrícola em Rondônia: interação e conflito. In: BECKER, B. K.; MIRANDA, M. H. P.; MACHADO, L. O. **Fronteira amazônica**: questões sobre a gestão do território. Brasília: Editora de Universidade de Brasília, 1990. p. 147-164.

_____. **Amazônia**: geopolítica na virada do III milênio. 2 ed. Rio de Janeiro: Garamond, 2006.

BOMBARDI, L. M. O papel da geografia agrária no debate teórico sobre os conceitos de campesinato e agricultura familiar. **GEOUSP – espaço e tempo**, São Paulo, n. 14. p. 107-117, 2003.

_____. A dialética e a geografia agrária na obra de Ariovaldo Umbelino de Oliveira. In: FERNANDES, B. M.; MARQUES, M. I. M.; SUZUKI, J. C. (Org.). **Geografia Agrária**: teoria e poder. São Paulo: Expressão Popular, 2007. p. 315-338.

BOSI, E. **Memória e sociedade**. 11 ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2004.

BRANDÃO, C. R. (Org.). **Pesquisa participante**. 8 ed. São Paulo: Brasiliense, 1999.

_____. Pesquisar participar. In: BRANDÃO, C. R. (Org.). **Pesquisa participante**. 8 ed. São Paulo: Brasiliense, 1999. p. 9-16.

BRAY, S. C. Perspectivas teórico-metodológicas da geografia agrária. In: MARAFON, G. J.; RUA, J.; RIBEIRO, M. A. (Org.). **Abordagens teórico-metodológicas em geografia agrária**. Rio de Janeiro: EDUERJ, 2007. p. 11-16.

CALVENTE, A. T. **Formações não capitalistas no movimento de ocupação da Amazônia: colonização agrícola em Rondônia – 1970/1980**. 1980. 184 f. Dissertação (Mestrado em Economia) – Instituto de Ciências Humanas da Universidade de Brasília, Brasília, 1980.

CARTER, M.; CARVALHO, H. M. A luta na terra: fonte de crescimento, inovação e desafio constante ao MST. In: CARTER, M. (Org.). **Combatendo a desigualdade social: o MST e a reforma agrária no Brasil**. São Paulo: Editora UNESP, 2010. p. 287-330.

CARVALHO, N. D.; SOUZA, M. M. O. A pesquisa participante no contexto da geografia agrária: pressupostos teóricos e possibilidades práticas. In: RAMIRES, J. C. L.; PESSÔA, V. L. S. (Org.). **Geografia e pesquisa qualitativa: nas trilhas da investigação**. Uberlândia: Editora Assis, 2009. p. 139-162.

CARVALHO, T. M. “Inimigos do progresso”: dominação de classe e resistência camponesa na Primeira República: a guerra sertaneja do Contestado. In: MOTTA, M.; ZARTH, P. (Org.). **Formas de resistência camponesa: visibilidade e diversidade de conflitos ao longo da história**. São Paulo: Editora UNESP, 2008. p. 281-304.

CHAYANOV, A. **La organización de la unidad económica campesina**. Tradución... Buenos Aires: Nueva Visión, 1974.

CIMI (Conselho Indigenista Missionário – Rondônia). **Panewa especial**. Porto Velho, Julho de 2002. (Impresso).

CONFERÊNCIA NACIONAL DE BISPOS DO BRASIL (CNBB). **Igreja e problemas da terra**. São Paulo: Paulinas, 1980.

COY, M. Desenvolvimento regional na periferia amazônica. Organização do espaço, conflitos de interesses e programas de planejamento dentro de uma região de "fronteira": o caso de Rondônia. In: AUBERTIN, C. (Org.). **Fronteiras**. Brasília: Universidade de Brasília, 1988. p. 167-194.

CUNHA, S. R. P. **O xadrez da terra: um estudo da colonização de Rondônia**. 1985. 154 f. Dissertação (Mestrado em Ciências Sócio-Ambientais) – Núcleo de Altos Estudos Amazônicos da Universidade Federal do Pará, Belém, 1985.

CUNHA, P. R. Trombas: um ensaio revolucionário. In: FERNANDES, B. M.; MEDEIROS, L. S.; PAULILO, M. I. (Org.). **Lutas camponesas contemporâneas: condições, dilemas e conquistas**. São Paulo: Editora UNESP, 2009. p. 57-70.

ETGES, V. E. **Geografia agrária: a contribuição de Leo Waibel**. Santa Cruz do Sul: EDUNISC, 2000.

FABRINI, J. E. Movimentos sociais no campo e outras resistências camponesas. In: PAULINO, E. T.; FABRINI, J. E. (Org.). **Campesinato e territórios em disputa**. São Paulo: Expressão Popular, 2008. p. 239-272.

FABRINI, J. E.; MARCOS, V. **Os camponeses e a práxis da produção coletiva**. São Paulo: Expressão Popular/UNESP, 2010.

FAUCHER, D. **Geografia agrária: tipos de cultivos**. 2 ed. Barcelona: Omega, 1975.

FERNANDES, B. M. **Contribuição ao estudo do campesinato brasileiro: formação e territorialização do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra – MST (1979-1999)**. 316 f. Tese (Doutorado em Geografia Humana) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, São Paulo, 1999.

_____. Conflitualidade e desenvolvimento territorial. In: BUAINAIN, A. M. (Org.). **Luta pela terra, reforma agrária e gestão de conflitos no Brasil**. Campinas: Editora da Unicamp, 2008. p. 173-230.

_____. O fim do campesinato? In: CARVALHO, H. M. (Org.). **O campesinato no século XXI: possibilidades e condicionantes do desenvolvimento do campesinato no Brasil**. Petrópolis/RJ: Vozes, 2005. p. 23-25.

_____. Sobre a tipologia dos territórios. In: SAQUET, M. A.; SPOSITO, E. S. (Org.). **Territórios e territorialidades: teorias, processos e conflitos**. São Paulo: Expressão Popular, 2009. p. 197-215.

_____. Formação e territorialização do MST no Brasil. In: CARTER, M. (Org.). **Combatendo a desigualdade social: o MST e a reforma agrária no Brasil**. São Paulo: Editora UNESP, 2010. p. 161-198.

FERREIRA, D. A. O. Geografia agrária no Brasil: periodização e conceituação. **Revista Terra Livre**, São Paulo, n. 16, p. 39-70. 1º sem. 2001.

FIABANI, A. **Mato, palhoça e pilão: o quilombo, da escravidão às comunidades remanescentes (1532 – 2004).** São Paulo: Expressão Popular, 2005.

FRANK, A. G. A agricultura brasileira: capitalismo e mito do feudalismo. In: STÉDILE, J. P. (Org.). **A questão agrária no Brasil: o debate na esquerda 1960-1980.** São Paulo: Expressão Popular, 2005. p. 35-100.

FREITAS, S. M. **História oral: possibilidades e procedimentos.** São Paulo: Humanitas/FFLCH/USP, 2002.

FUNAI (Fundação Nacional do Índio). Disponível em: www.funai.gov.br. Acesso em: 2010.

GIL, A. C. **Métodos e técnicas de pesquisa social.** 5 ed. São Paulo: Atlas, 1999.

GRAZIANO DA SILVA, J. **O novo rural brasileiro.** 2 ed. Campinas: Unicamp – IE, 1999. (Coleção Pesquisas).

GRAZIANO DA SILVA, J.; DEL GROSSI, M.; CAMPANHOLA, C. O que há de realmente novo no rural brasileiro. **Cadernos de Ciência e Tecnologia**, Brasília, v.19, n. 1, p. 37-67, jan./abril. 2002.

GUIMARÃES, A. P. **Quatro séculos de latifúndio.** 6 ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1989.

GUSMÁN, E. S.; MOLINA, M. G. **Sobre a evolução do conceito de campesinato.** 3 ed. São Paulo: Expressão Popular, 2005.

HÉBETTE, J.; MARIN, R. E. A. Colonização espontânea, política agrária e grupos sociais. In: COSTA, J. M. M. (Ed.) **Amazônia: desenvolvimento e ocupação.** Rio de Janeiro: IPEA/INPES, 1979. p. 141-191. (Monografia, 29).

HEREDIA, B. et al. **Impactos dos assentamentos: um estudo sobre o meio rural brasileiro.** Brasília: Núcleo de Estudos Agrários e Desenvolvimento Rural, 2004.

HUGO, V. **Desbravadores.** v. 1. Humaitá: Editora da Missão Salesiana de Humaitá, 1959.

IANNI, O. **Colonização e contra-reforma agrária na Amazônia.** Petrópolis: Vozes, 1979. (Coleção Sociologia Brasileira, v. 11).

IANNI, O. **Origens agrárias do Estado brasileiro**. São Paulo: Brasiliense, 1984.

IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística). **Divisão Regional**. Disponível em: <http://www.ibge.gov.br/home/geociencias/geografia/default_div_int.shtm>. Acesso em: 23 mar. 2010.

INCRA (Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária). **Projetos de reforma agrária conforme implementação (01/01/1970 a 12/02/2009)**. 2009. (Impresso).

JOLY, M. **Introdução à análise da imagem**. 14 ed. Campinas/SP: Papirus, 1996. (Coleção ofício de arte e forma).

JUSTINIANO, E. F. Registro fotográfico. In: VENTURI, L. A. B. (Org.). **Praticando geografia: técnicas de campo e laboratório**. São Paulo: Oficina de Textos, 2005. p. 187-195.

KAYSER, B. O geógrafo e a pesquisa de campo. **Boletim Paulista de Geografia**, São Paulo, n. 84, p. 93-104, jul. 2006.

KAUTSKY, K. **A questão agrária**. Tradução de Otto Erich Walter Maas. São Paulo: Nova Cultural, 1986. (Coleção os Economistas).

KITAMURA, P. C. **A Amazônia e o desenvolvimento sustentável**. Brasília: EMBRAPA-SPI, 1994.

KROPOTKIN, P. **O apoio mútuo**. Tradução de 2006. Disponível em: <http://www.portalgens.com.br/portal/images/stories/pdf/apoiomutuo.pdf>. Acesso em: 25 mar. 2010.

_____. **O que a geografia deve ser**. Disponível em: <http://www.geocritica.com.br/texto08.htm>. Acesso em: 20 fev. 2010.

LCP. **Nosso caminho**. Jarú/RO: Coordenação das Ligas de Camponeses Pobres, 2006. (Impresso).

LEITE, S. et al. (Coord.) **Impactos dos assentamentos: um estudo sobre o meio rural brasileiro**. Brasília: IICA/NEAD/UNESP, 2004.

LÊNIN, V. I. **O desenvolvimento do capitalismo na Rússia**. Tradução de José Paulo Neto. São Paulo: Abril Cultural, 1982. (Coleção os Economistas).

LEONEL, M. **Etnocéia Uruél-au-au**: o endocolonialismo e os índios no centro de Rondônia, direito à diferença e à preservação ambiental. São Paulo: Editora da USP/FAPESP, 1995.

LIMA, A. M. **Terras de Rondônia**: aspectos físicos e humanos do estado de Rondônia. 3 ed. Porto Velho: Editora Gráfica, 1997.

LIMA, E. N. Para não esquecer Canudos. In: MOTTA, M.; ZARTH, P. (Org.). **Formas de resistência camponesa**: visibilidade e diversidade de conflitos ao longo da história. São Paulo: Editora UNESP, 2008. p. 241-260.

LOPES, D. L. et al. O diário de campo e a memória do pesquisador. In: WITHAKER, D. C. **Sociologia rural**: questões metodológicas emergentes. Presidente Wenceslau/São Paulo: Letras à Margem, 2002, p. 131-134.

MACHADO, L. A fronteira agrícola na Amazônia brasileira. In: CHRISTOFOLETTI, A. et al. (Org.). **Geografia e meio ambiente no Brasil**. São Paulo: HUCITEC, 1995. p. 181-217.

MACHADO, J. M. **PAF Jequitibá**: ponto de encontro entre a questão agrária e ambiental. 2008. 199 f. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Núcleo de Ciências e Tecnologia, UNIR/Porto Velho, 2008.

MACIEL, A. C. **Dinâmica do processo de ocupação sócio-econômica de Rondônia**: trajetórias e tendências de um modelo agropecuário na Amazônia. 2004. 342 f. Tese (Doutorado em Ciências Sócio-Ambientais) – Núcleo de Altos Estudos Amazônicos da Universidade Federal do Pará, Belém, 2004.

MAESTRI, M. A aldeia ausente: índios, caboclos, cativos, moradores e imigrantes na formação da classe camponesa brasileira. In: STÉDILE, J. P. (Org.). **A questão agrária no Brasil**: o debate na esquerda – 1960/1980. São Paulo: Expressão Popular, 2005. p. 217-276.

MAESTRI, M.; FIABANI, A. O mato, a roça e a enxada: horticultura quilombola no Brasil escravista (1822-1850). In: MOTTA, M.; ZARTH, P. (Org.). **Formas de resistência camponesa**: visibilidade e diversidade de conflitos ao longo da história. São Paulo: Editora UNESP, 2008. p. 63-84.

MAHAR, D. J. **Desenvolvimento econômico da Amazônia:** uma análise das políticas governamentais. Rio de Janeiro: IPEA/INPES, 1978. (Coleção Relatórios de Pesquisa, 39).

MALAGODI, E. Marx e os camponeses russos. **Revista Raízes**, Campina Grande, v. 24, n. 1 e 2, p.104-109, jan. dez de 2005.

MARTINS, J. S. **Capitalismo e tradicionalismo:** estudo sobre as contradições da sociedade agrária no Brasil. São Paulo: Pioneira, 1975.

_____. **Os camponeses e a política no Brasil:** as lutas sociais no campo e seu lugar no processo político. 2 ed. Petrópolis: Vozes, 1983.

_____. **A militarização da questão agrária no Brasil:** terra e poder, o problema da terra na crise política. 2 ed. Petrópolis/RJ: Vozes, 1985.

_____. **A chegada do estranho.** São Paulo: HUCITEC, 1993.

_____. **O cativo da terra.** 6 ed. São Paulo: HUCITEC, 1996.

_____. **Fronteira:** a degradação do outro nos confins do humano. São Paulo: HUCITEC, 1997.

_____. **Sociologia da fotografia e da imagem.** São Paulo: Contexto, 2008.

MARX, K. **O capital:** crítica da economia política. Tradução de Regis Barbosa e Flávio R. Kothe. 2 ed. São Paulo: Nova Cultural, 1985. (Coleção os Economistas).

_____. Rascunhos da carta a Vera Sassulitch de 1881. **Revista Raízes**, Campina Grande, v. 24, n. 1 e 2, p.110-123, jan./ dez. 2005.

MEDEIROS, L. S. **Reforma agrária no Brasil:** história e atualidade da luta pela terra. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2003. (Coleção Brasil Urgente).

_____. Movimentos sociais no campo, lutas por direitos e reforma agrária na segunda metade do século XX. In: CARTER, M. (Org.). **Combatendo a desigualdade social:** o MST e a reforma agrária no Brasil. São Paulo: Editora UNESP, 2010. p. 113-136.

MEDEIROS, L. S.; LEITE, S. (Org.). **Assentamentos rurais: mudança social e dinâmica regional**. Rio de Janeiro: Mauad, 2004.

MEIHY, J. C. S. B. **Manual de história oral**. 5 ed. São Paulo: Loyola, 2005.

MEIRELES, D. M. **Populações indígenas e a ocupação histórica de Rondônia**. 1983. 65 f. Monografia (Curso de especialização. Mato Grosso: história e historiografia) -Universidade Federal de Mato Grosso, Cuiabá, 1983.

MENDONÇA, S. R. A classe dominante agrária: natureza e comportamento (1964-1990). In: STÉDILE, J. P. (Org.). **A questão agrária no Brasil**. São Paulo: Expressão Popular, 2006. p. 31-200.

MESQUITA, M. G. G. C.; EGLER, E. G. Rondônia e regiões vizinhas: povoamento. In: VALVERDE, O. (Org.). **A organização do espaço na faixa da transamazônica** – v. 1. Rio de Janeiro: IBGE, 1979. p. 56-79.

MESQUITA, H. A. de. **Corumbiara: o massacre dos camponeses**. Rondônia, 1995. 2001. 284 f. Tese (Doutorado em Geografia Humana) – Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, São Paulo, 2001.

MONBEIG, P. **Pioneiros fazendeiros de São Paulo**. São Paulo: HUCITEC/Polis, 1984.

MONTENEGRO, A. T. **História oral e memória: a cultura popular revisitada**. 6 ed. São Paulo: Contexto, 2007.

MORAIS, C. S. História das ligas camponesas do Brasil – 1969. In: STÉDILE, J. P. (Org.). **História e natureza das ligas camponesas: 1954-1964**. São Paulo: Expressão Popular, 2006. p. 21-76.

MORAES, A. C. R. **Geografia: pequena história crítica**. 20 ed. São Paulo: Annablume, 2005.

MOREIRA, A. S. **O dom da terra: leitura teológica dos conflitos agrários no Brasil**. Bragança Paulista/SP: Editora Universitária São Francisco/CPT, 2006.

MOURA, M. M. **Camponeses**. São Paulo: Ática, 1986. (Série Princípios).

MST. Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra. Disponível em: www.mst.org.br notícia: um conflito anunciado em Rondônia: Corumbiara nunca mais. 11 de outubro de 2010. Acesso: 7 mar. 2011.

NAVARRO SWAIN, T. Fronteiras do Paraná: da colonização à migração. In: AUBERTIN, C. (Org.). **Fronteiras**. Brasília: Editora UnB, ORSTROM, 1988. p. 19-37.

NEVES, A. M.; LOPES, A. M. T. Rondônia e regiões vizinhas: os projetos de colonização. In: VALVERDE, O. (Org.). **A organização do espaço na faixa da transamazônica** – vol. 1. Rio de Janeiro: IBGE, 1979. p. 80-176.

OLIVEIRA, A. U. **Integrar para entregar**: políticas públicas e Amazônia. Campinas: Papirus, 1988. (Série educando).

_____. **A agricultura camponesa no Brasil**. 2. ed. São Paulo: Contexto, 1996. (Coleção Caminhos da Geografia).

_____. **A geografia das lutas no campo**. 10 ed. São Paulo: Contexto, 2001. (Repensando a Geografia).

_____. Geografia agrária: perspectivas no início do século XXI. In: OLIVEIRA, A. U.; MARQUES, M. I. M. (Org.) **O campo no século XXI**: território de vida, de luta e de construção da justiça social. São Paulo: Casa Amarela e Paz e Terra, 2004. p. 29-70.

OLIVEIRA, J. L. **A estrutura fundiária rural do estado de Rondônia**: a concentração fundiária dos imóveis rurais. 141 f. Monografia (Graduação em Direito) - Curso de Direito do Instituto Luterano de Ensino Superior de Porto Velho – ILES/ULBRA, Porto Velho/RO, 2008.

OLIVEIRA, R. D.; OLIVEIRA, M. D. Pesquisa social e ação educativa: conhecer a realidade para poder transformá-la. In: BRANDÃO, C. R. (Org.). **Pesquisa participante**. 5 ed. São Paulo: Brasiliense, 1999.

ONDETTI, G.; WAMBERGUE, E; AFONSO, J. B. G. De posseiro a sem-terra: o impacto da luta pela terra do MST no Pará. In: CARTER, M. (Org.). **Combatendo a desigualdade social**: o MST e a reforma agrária no Brasil. São Paulo: Editora UNESP, 2010. p. 257-284.

PAULINO, E. T. **Por uma geografia dos camponeses**. São Paulo: Editora UNESP, 2006.

PAULINO, E. T. Geografia agrária e questão agrária. In: FERNANDES, B. M.; MARQUES, M. I. M.; SUZUKI, J. C. (Org.). **Geografia Agrária: teoria e poder**. São Paulo: Expressão Popular, 2007. p. 339-352.

_____. Territórios em disputa e agricultura. In: PAULINO, E. T.; FABRINI, J. E. (Org.). **Campesinato e territórios em disputa**. São Paulo: Expressão Popular, 2008.

PERDIGÃO, F.; BASSEGIO, L. **Migrantes amazônicos: Rondônia, a trajetória da ilusão**. São Paulo: Loyola, 1992.

PESSOA, J. M. **A revanche camponesa**. Goiânia: Editora da UFG, 1999.

POLETTO, I. A Igreja, a CPT e a mobilização pela reforma agrária. In: CARTER, M. (Org.). **Combatendo a desigualdade social: o MST e a reforma agrária no Brasil**. São Paulo: Editora UNESP, 2010. p. 137-158.

PORTO-GONÇALVES, C. W. **Amazônia, Amazônias**. São Paulo: Contexto, 2001.

PRADO JR., C. **A revolução brasileira**. São Paulo: Brasiliense, 1987.

RAFFESTIN, C. **Por uma geografia do poder**. Trad. Maria Cecília França. São Paulo: Ática, 1993.

RECLUS, Élisée. **Élisée Reclus**. Organizado por Manuel Correia de Andrade. São Paulo: Ática, 1985. (Coleção Grandes Cientistas Sociais, 49).

RIBEIRO, D. **Os índios e a civilização: a integração das populações indígenas no Brasil moderno**. 7 ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.

RICARDO, C. **Marcha para oeste: a influência da bandeira na formação social e política do Brasil**. 2 ed. Rio de Janeiro: José Olympio, 1942.

RICCI, R. **Terra de ninguém: representação sindical rural no Brasil**. Campinas/SP: Editora da Unicamp, 1999. (Coleção Teses).

RICCI, M. A cabanagem, a terra, os rios e os homens na Amazônia: o outro lado de uma revolução (1835-1840). In: MOTTA, M.; ZARTH, P. (Org.). **Formas de resistência camponesa: visibilidade e diversidade de conflitos ao longo da história**. São Paulo: Editora UNESP, 2008. p. 153-170.

Rondônia. **Atlas geoambiental de Rondônia**. Porto Velho: SEDAM, 2003. (Versão Digital).

SANTOS, J. V. T. **Os colonos do vinho**. São Paulo: HUCITEC, 1978.

_____. **Matuchos: exclusão e luta – do sul para a Amazônia**. Petrópolis: Vozes, 1983.

SANTOS, M. **Por uma geografia nova: da crítica da geografia a uma geografia crítica**. 6 ed. São Paulo: EDUSP, 2004. (Coleção Milton Santos, 2).

SAQUET, M. A. **Abordagens e concepções de território**. São Paulo: Expressão Popular, 2007.

SAUER, S. **Terra e modernidade: a reinvenção do campo brasileiro**. São Paulo: Expressão Popular, 2010.

SERPA, A. O trabalho de campo em geografia: uma abordagem teórico-metodológica. **Boletim Paulista de Geografia**, São Paulo, n. 84, p. 7-24, jul.2006.

SEVERINO, A. J. **Metodologia do trabalho científico**. 14. ed. São Paulo: Cortez, 1986.

SHANIN, T. **La clase incómoda**. Tradução: Fernando Andrada Tapia. Madrid: Alianza Editorial, 1983.

_____. A definição de camponês: conceituações e desconceituações – o velho e o novo em uma discussão marxista. **Revista NERA**, Presidente Prudente/SP, ano 8, n. 7, p. 1-21, jul./dez. 2005. Disponível em: <http://www4.fct.unesp.br/nera>. Acesso em: Julho de 2011.

_____. Lições camponesas. In: PAULINO, E. T.; FABRINI, J. E. (Org.). **Campesinato e territórios em disputa**. São Paulo: Expressão Popular/UNESP, 2008. p. 23-47.

SILVA, L. O. **Terras devolutas e latifúndio: efeitos da lei de 1850**. 2 ed. Campinas: Editora da Unicamp, 2008.

_____. O Acre em dois tempos: a luta pela terra na fronteira ocidental. **Revista E-premissas de Estudos Estratégicos**, Campinas, n. 2, p. 78-103, jan./jun. 2007.

SILVEIRA, I. B. **Cabanagem**: uma luta perdida. Belém/PA: Secretaria do Estado da Cultura, 1994.

SODRÉ, N. W. **A formação histórica do Brasil**. 13 ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1990.

SOUSA FILHO, F. R. Política agrária brasileira durante os anos de autoritarismo na transformação do espaço da fronteira amazônica: o exemplo de Rondônia. In: ENCONTRO DE PESQUISADORES DA AMAZÔNIA, VIII, 1996, Porto Velho, **Anais...** Porto Velho: UFRO, 1996. CD-ROM.

SOUZA, M. **Breve história da Amazônia**. 2 ed. São Paulo: Marco Zero, 1994.

SOUZA, M. M. O.; PESSÔA, V. L. S. O processo de formação do território rondoniense revisitado: da colônia ao golpe de 1964. **Revista Acta Geográfica**, Boa Vista/RR, n. 8, p.143-160, jul./dez. 2010.

STÉDILE, J. P. Introdução. In: _____. (Org.). **A questão agrária no Brasil**: o debate tradicional – 1500-1960. São Paulo: Expressão Popular, 2005a. p. 15-31.

_____. (Org.). **Programas de reforma agrária**: 1946-2003. São Paulo: Expressão Popular, 2005b.

_____. (Org.). **A questão agrária hoje**. Porto Alegre/RS: Editora da Universidade/UFRGS, 1994.

SUERTEGARAY, D. M. A. Pesquisa de campo em geografia. **GEOgraphia** – Revista do Programa de Pós-Graduação em Geografia da UFF, Niterói, v.4, n. 7, p. 64-68, 2002.

SUZUKI, J. C. Geografia agrária: gênese e diversidade. In: MARAFON, G. J.; RUA, J.; RIBEIRO, M. A. (Org.). **Abordagens teórico-metodológicas em geografia agrária**. Rio de Janeiro: EDUERJ, 2007. p.17-40.

TAVARES, V. P.; CONSIDERA, C. M.; CASTRO e SILVA, M. T. I. I. **Colonização dirigida no Brasil**: suas possibilidades na região amazônica. Rio de Janeiro: IPEA/INPES, 1972. (Coleção Relatórios de Pesquisa, nº 8).

TEIXEIRA, M. A. D. **Campesinato negro de Santo Antônio do Guaporé: identidade e sustentabilidade**. 2004. 531 f. Tese (Doutorado em Desenvolvimento Sustentável do Trópico Úmido) - Núcleo de Altos Estudos Amazônicos, UFPA/Belém, 2004.

TEIXEIRA, C. C. **Seringueiros e colonos: encontro de culturas e utopias de liberdade em Rondônia**. 1996. 357 f. Tese (Doutorado em Ciências Sociais) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 1996.

THOMAZ JÚNIOR, A. A classe trabalhadora no Brasil e os limites da teoria: qual o lugar do campesinato e do proletariado? In: FERNANDES, B. M. (Org.). **Campesinato e agronegócio na América Latina: a questão agrária atual**. São Paulo: Expressão Popular, 2008. p. 275-302.

_____. **Dinâmica geográfica do trabalho no século XXI: Limites Explicativos, Autocrítica e Desafios Teóricos**. Presidente Prudente: 2009. Tese livre docência.

TURNER, F. J. **The significance of the frontier in American history**. New York: Continuum, 1991.

VALVERDE, O. **Geografia agrária do Brasil**. Rio de Janeiro: INEP, 1964.

_____. (Coord.). **A organização do espaço na faixa da transamazônica**. v. 1. Rio de Janeiro: IBGE, 1979.

VALVERDE, O. Introdução. In: _____. (Org.). **A organização do espaço na faixa da transamazônica** – v. 1. Rio de Janeiro: IBGE, 1979. p. 1-11.

VALVERDE, O.; FREITAS, T. L. R. **O problema florestal da Amazônia brasileira**. Petrópolis: Vozes, 1980.

VENTURI, M. A. Relato do trabalho de campo. In: VENTURI, L. A. B. (Org.). **Praticando geografia: técnicas de campo e laboratório**. São Paulo: Oficina de Textos, 2005. p. 225-232.

VELHO, O. G. **Capitalismo autoritário e campesinato: um estudo comparativo a partir da fronteira em movimento**. 2 ed. Rio de Janeiro: DIFEL, 1979.

WAIBEL, L. **Capítulos de geografia tropical e do Brasil**. 2 ed. Rio de Janeiro: SUPREN, 1979.

WANDERLEY, M. N. B. Raízes históricas do campesinato brasileiro. In: CARVALHO, H. M. **O campesinato no século XXI**: possibilidades e condicionantes do desenvolvimento do campesinato no Brasil. Petrópolis: Vozes, 2005. p. 26-46.

Sites Consultados

CIMI – Conselho Indigenista Missionário. Disponível em: <http://www.cimi.org.br>

CPT – Comissão Pastoral da Terra. Disponível em: <http://www.cpt.org.br>

CPT/RONDÔNIA – Comissão Pastoral da Terra/Regional Rondônia. Disponível em: <http://cptrondonia.blogspot.com>

FUNAI - Fundação Nacional do Índio. Disponível em: <http://www.funai.gov.br>

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Disponível em: <http://www.ibge.gov.br>

INCRA – Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária. Disponível em: <http://www.incra.gov.br>

MST – Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra. Disponível em: <http://www.mst.org.br>

NERA – Núcleo de Estudos, Pesquisas e Projetos de Reforma Agrária. Disponível em: <http://www4.fct.unesp.br/nera>

RESISTÊNCIA CAMPONESA – Jornal da Luta Combativa dos Camponeses Pobres. Disponível em: <http://www.resistenciacamponesa.com>

RONDÔNIA – Governo do Estado. Disponível em: <http://www.rondonia.ro.gov.br>

SEDAM – Secretaria de Desenvolvimento Ambiental do Estado de Rondônia. Disponível em: <http://www.sedam.ro.gov.br>

[illegible]

2. HISTÓRICO FAMILIAR E MIGRAÇÕES

2.1. Qual a origem de seus pais e avós?

2.2. Quais as atividades de seus pais no local de origem?

- () Trabalhador rural
- () Agricultor/Arrendatário/Meeiro
- () Agricultor/Posseiro
- () Agricultor/Proprietário
- () Trabalhador Urbano
- () Agricultor Agregado
- () Outro

2.3. Se lembra se seus pais e avós participaram de algum tipo de organização social ou produtiva? Luta ou conflito pela terra? Sindicatos ou associações?

2.4. Qual o seu local de origem?

2.5. E o Sr. (a), com o que trabalhava no local de origem?

- () Trabalhador rural _____
- () Agricultor/Arrendatário_____
- () Agricultor/Posseiro_____
- () Agricultor/Proprietário_____
- () Trabalhador Urbano_____
- () Outro_____

2.6. Participou de algum tipo de luta ou organização pela terra na região onde vivia?

- () Sim. Qual? _____
- () Não. Por quê? _____

2.7. Como ficou sabendo sobre a possibilidade de migrar para Rondônia?

- () Propaganda do governo
- () Amigos ou parentes que já haviam migrado
- () Empresa de colonização
- () Outro _____

2.5. E por que migrou para Rondônia?

3. DEPOIS DE CHEGAR A RONDÔNIA

3.1. Em que ano chegou a Rondônia? Veio sozinho ou com a família? E como foi a viagem?

3.2. Quais as atividades desenvolvidas nos primeiros anos em Rondônia?

- () Colono/Assentado
- () Trabalhador Rural
- () Agregado
- () Garimpeiro
- () Posseiro
- () Trabalhador Urbano. Que tipo de atividade? _____
- () Outro _____

3.3. Quais as principais dificuldades encontradas nos primeiros anos em Rondônia?

4. PERÍODO DE ACAMPAMENTO E CONQUISTA DA TERRA

4.1. Quando, porque e como entrou para o movimento?

4.2. Onde e durante quanto tempo ficou acampado?

4.3. Como funcionava a organização social e política no acampamento? E qual sua participação?

- () Grupos ou brigadas
- () Coletivos
- () Apoio externo
- () Educação/Formação
- () Reuniões
- () Encontros/Congressos
- () Outros

4.4. Trabalhava durante o período de acampamento? Que tipo de atividade?

4.5. Havia algum tipo de produção no acampamento? (Se sim) Como funcionava a organização produtiva?

4.6. Quais os principais desafios durante o período de acampamento?

4.7. Quais as principais lições do período de acampamento?

4.8. Quais foram os conflitos durante o período de acampamentos?

- () Polícia
- () Governo/INCRA
- () Latifundiário/Fazendeiro
- () Outros_____

4.8. Foi despejado alguma vez? Houve violência, vítimas?

5. DEPOIS DE ASSENTADO**5.1. Em que ano foi assentado? Como foi o processo de criação do assentamento?**

5.2. Quais foram os primeiros desafios após o acesso a terra?

- () Alimentação
- () Créditos
- () Convivência no assentamento
- () Forma de organização produtiva
- () Outros_____

5.3. Como está organizado social e politicamente o assentamento hoje?

5.4. Como está organizado o processo produtivo no assentamento hoje?

- () Coletivo
- () Grupos familiares ou por afinidade
- () Individual
- () Associação
- () Cooperativa
- () Outra_____

5.5. Participa de algum outro tipo de organização cultural, política ou religiosa? Qual?

5.6. Organização da força de trabalho

5.6.1. Qual o número de pessoas da família envolvidas e tipo de serviço realizado?

5.6.2. Trabalho realizado pela família em atividades coletivas do assentamento?

5.6.3. Contrata algum tipo de mão-de-obra? Em que época do ano? Número de pessoas?

5.6.4. Trabalho da família realizado fora do assentamento? Quantas pessoas trabalham? Que tipo de atividade?

5.7. Processo Produtivo

5.7.1. Principais produtos

| Produto | Produção Total | Produção Comercializada | Produção Consumida |
|----------------------|----------------|-------------------------|--------------------|
| Leite | | | |
| Queijo | | | |
| Bovino Corte | | | |
| Suínos | | | |
| Galinhas (Ovos) | | | |
| Frangos | | | |
| Caprinos | | | |
| Arroz | | | |
| Feijão | | | |
| Milho (Quebra) | | | |
| Milho (Silagem) | | | |
| Mandioca (In Natura) | | | |
| Mandioca (Farinha) | | | |
| Mandioca (Polvilho) | | | |
| Hortaliças: | | | |
| Frutas: | | | |
| Produtos extrativos: | | | |
| Outros _____ | | | |

5.7.2. Principais características da produção agrícola (agroecologia, consorciação, mecanização, etc.)?

5.7.3. Principais características da produção pecuária (tecnologias utilizadas, produção orgânica, etc.)?

5.7.4. Os produtos passam por algum tipo de processamento? (Se sim) De forma coletiva ou individualizada?

5.7.5. Como são comercializados os produtos?

5.8. Qual a inserção social e política das famílias assentadas no território do assentamento? Qual a relação com o poder público local?

5.9. Quais os créditos que o Sr. (a) já recebeu?

() FOMENTO 1

() FOMENTO 2

() PROCERA

() PRONAF A

() PRONAF C

() Outros_____

5.10. Como funciona o serviço de saúde no assentamento?

5.11. Como funciona o processo de educação no assentamento?

5.12. Sobre assistência técnica e extensão rural no assentamento?

5.13. Quais as principais questões ligadas à questão ambiental no assentamento?

6. QUESTÕES FINAIS

6.1. Principais dificuldades?

6.2. Principais desafios?

6.3. Principais alegrias?

6.4. O que significa a terra para o Sr. (a)?

6.5. O que é a vida para o Sr. (a)?

6.6. Qual é seu sonho?

7. OBSERVAÇÕES E REFLEXÕES SOBRE A ENTREVISTA
